

Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul

Relatório de Gestão

Exercício 2010



Missão MAPA: Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira

Sumário

1.1	Identificação da UJ.....	05
2.1	Responsabilidades Institucionais da Unidade.....	06
2.2	Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	15
2.3	Programas de Governo sob responsabilidade da UJ.....	18
2.3.1	Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	18
2.3.2	Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	24
2.4	Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	25
2.4.1	Programação Orçamentária da Despesa.....	25
2.4.1.1	Programação das Despesas Correntes.....	25
2.4.1.2	Programação das Despesas de Capital.....	25
2.4.1.3	Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	26
2.4.1.4	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas.....	27
	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas – Análise Ações.....	28
	Análise Ação 1K40 – Implantação do Processo de Gestão Estratégica Orientado ao Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio – AGE.....	29
	Análise Ação 8591 – Apoio ao Desenvolvimento das cadeias produtivas Agrícolas – APOIOAGRIC1.....	30
	Análise Ação 8622 – Desenvolvimento do Associativismo Rural e Cooperativismo – PROMOCOOP2.....	36
	Análise Ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – CERTORGAN1.....	39
	Análise Ação 8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró Orgânico – DESENGORG.....	40
	Análise Ação 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INSPANIMAL3.....	42
	Análise Ação 8593 – Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas – ORGMANEJO.....	46
	Análise Ação 8598 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias – APOIOPEC.....	48
	Análise Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa – GAPSDC.....	50
	Análise Ação 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse – FISCONTRATO.....	51
	Análise Ação 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário – APPRODUTOR.....	56
	Análise Ação 2B47 – Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários. IG – INDIGRAF.....	60
	Análise Ação 4747 – Fiscalização de Serviços Pecuários – FISCALPEC.....	68
	Análise Ação 2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISCAGRIC1....	70
	Análise Ação 8548 – Promoção do Agronegócio no Exterior – PROMOAGRO.....	75
	Análise Ação 200E – Formulação, Acompanhamento e Avaliação dos Instrumentos de Política Agropecuária – FAASPA....	79
	Análise Ação 2122 – Fiscalização de Cultivares – PROTCULTIV.....	81
	Análise Ação 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI.....	82
	Análise Ação 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados – FISCORGEN.....	96
	Análise Ação 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM1...	99

	Análise Ação 2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins - FISAGROTOX.	104
	Análise Ação 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGETAL.....	107
	Análise Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos – VIGIFITO1.....	115
	Análise Ação 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA1.....	119
	Análise Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa FEBREAFITOS.....	122
	Análise Ação – Prevenção, Controle e Erradicação de Doença dos Animais – PCEANIMAL.....	127
	Análise Ação 8592 – Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar – RASTREAB1.....	134
	Análise Ação 2019 – Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE.....	137
	Análise Ação 2140 – Fiscalização de Produtos de uso Veterinário – FISPROVET1.....	140
	Análise Ação 2124 – Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal – FISCINAN.....	143
	Análise Ação 2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos e Insumos – FISCPLANTA2.....	147
	Análise Ação 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos e Insumos – FISCANIMAL2.....	151
	Análise Ação 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL2.....	155
	Análise Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – PADCLASSIF.....	162
	Análise Ação – 4723 – Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal – RESÍDUOS.....	167
	Análise Ação – 4716 – Operações dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas – MANUTSFAS.....	168
	Análise demais Ações.....	169
2.4.2	Execução Orçamentária da Despesa.....	170
2.4.2.1	Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	170
2.4.2.2	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação..	170
2.4.2.2.1	Despesas por Modalidade de Contratação.....	170
2.4.2.2.2	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	170
2.4.2.2.3	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos.....	171
	Análise da execução Orçamentária da Despesa.....	171
2.4.3	Indicadores Institucionais.....	172
3.1	Recebimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	173
3.2	Análise Crítica.....	174
4.1	Pagamento e Cancelamento de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	175
4.2	Análise Crítica.....	176
5.1	Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	177
5.2	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	179
5.3	Composição do Quadro de Estagiários.....	180
5.4	Quadro de Custo dos Recursos Humanos.....	181

5.5	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	182
5.6	Indicadores Gerenciais sobre recursos Humanos.....	184
6.1	Transferências efetuadas no exercício.....	192
6.2	Análise Crítica.....	193
7.1	Estrutura de Controles Internos.....	194
8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	195
9.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso da União.....	197
10.1	Tecnologia da Informação (TI).....	198
11.1	Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ.....	199
11.2	Valores Renunciados e respectiva Contrapartida.....	200
11.3	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física.....	201
11.4	Beneficiários da contrapartida da renúncia tributária – Pessoa Física e Jurídica.....	202
11.5	Programas Orçamentários Financiados com a Contrapartida de renúncia de Receita Tributária.....	203
11.6	Prestação de Contas de renúncia de Receitas.....	204
11.7	Comunicação a RFB.....	205
11.8	Indicadores de Gestão da renúncia de receitas.....	206
11.9	Declaração.....	207
11.10	Fiscalizações realizadas pela RFB.....	208
12.1	Deliberações do TCU atendidas no exercício.....	209
12.2	Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....	210
12.3	Recomendações do OCI atendidas no exercício.....	211
12.4	Recomendações da OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	212
13.1	Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa.....	213
14.1	Composição Acionária do Capital Social.....	214
14.2	Composição Acionária da UJ como Investidora.....	215
15.1	Informações sobre o Fundo Partidário a serem prestados pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.....	216
15.2	Informações sobre o Fundo Partidário a serem prestados pelos Tribunais Regionais Eleitorais – TRE.....	217
16.1	Evolução da situação financeira dos fundos constitucionais de financiamento.....	218
17.1	Indicadores de desempenho das IFES nos termos da decisão nº TCU 408/2002 – plenário e modificações posteriores.....	219
18.1	Análise da situação econômica – financeira.....	220
18.2	Análise da distribuição da riqueza gerada pelo UJ.....	221
18.3	Análise Crítica.....	222
19.1	Remuneração paga aos administradores.....	223
20.1	Contratação de consultores na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	224
20.2	Análise Crítica.....	225
21.1	Imóveis alienados em 2010 em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento de Desmobilização – PND.....	226
21.2	Análise Crítica.....	227

1.1 Relatório de Gestão Individual
(Parte A. Item 1, do anexo II da DN TCU nº 107 de 27/10/2010)

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA			Código SIORG:
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul			
Denominação abreviada: SFA-RS			
Código SIORG: 2779	Código LOA:		Código SIAFI: 130074
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Defesa			Código CNAE: 84.22-1-00
Telefones/Fax de contato:	(051) 3294-9588	(051) 3284-9590	(051) 3284-9616
E-mail: gab-rs@agricultura.gov.br			
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Av. Loureiro da Silva, nº 515 – 7º andar, sala nº 701 – CEP 90.010-420 – Porto Alegre/RS.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Instituída pelo Decreto nº 2681 de 21 de julho de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 20 de julho de 1998.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria Ministerial nº 428 de 09 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2010.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
-			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130074	Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
-		-	

2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade

(Parte A. Item 2, do anexo II da DN TCU nº 107 de 27/10/2010)

As responsabilidades institucionais da Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul são representadas pela soma de dois componentes, quais sejam: competência institucional e objetivos estratégicos.

2.1.1 Competência Institucional

A competência institucional está definida no artigo 1º da Portaria n.º 428, de 09 de junho de 2010:

Art. 1º Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de:

I - defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;

II - fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura;

III - assistência técnica e extensão rural;

IV - infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;

V - produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool;

VI - administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais;

VII - planejamento estratégico e planejamento operacional;

VIII - programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;

IX - qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e

X - aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal.

Parágrafo único. As Superintendências Federais têm jurisdição no âmbito de cada Estado da Federação e do Distrito Federal, podendo haver alteração desse limite, no interesse comum, para a execução das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuária, à infraestrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, mediante ato do Ministro de Estado.

2.1.2 Dos Objetivos Estratégicos

2.1.2.1 Marco Conceitual

As organizações públicas têm visto seu paradigma gerencial alterar-se da segunda metade do século passado até os dias de hoje. De uma sociedade industrial chegamos à sociedade da informação e do conhecimento, em função da revolução provocada pelo uso intensivo da tecnologia da informação; da conscientização do consumidor e do cidadão pela exigência de melhores serviços e produtos de empresas e do Estado, respectivamente; e dos efeitos da globalização na economia mundial e nos países.

O papel do Estado também se alterou, como resultado das transformações sociais. Hoje, suas funções principais são de promoção e regulação das atividades. Por isso, o modo de gerenciamento da administração pública deve se adequar às novas exigências mundiais.

A nova forma gerencial foca a atuação estratégica, enfatizando, ao invés do controle de processos, os resultados a serem obtidos e o comprometimento da



organização como um todo, com as suas estratégias e a satisfação dos seus públicos de interesse.

O MAPA, buscando alinhar-se às mais modernas técnicas de gestão, optou pela implantação de um modelo capaz, ao mesmo tempo, de estabelecer uma estratégia de ação e traduzi-la em resultados mensuráveis, que possibilitarão gerir a sua implementação.

Essa metodologia é o *Balanced Scorecard* (BSC), desenvolvida pelos Professores Robert Kaplan e David Norton, da Harvard Business School, que pode ser resumida na seguinte equação:

Resultados = Descrição da Estratégia + Mensuração da Estratégia + Gestão Estratégica

A estratégia da organização é desenhada a partir de sua Missão, estabelecida de forma conjunta e consensuada por seus líderes. Além disso, é preciso estabelecer, em horizonte de tempo preestabelecido, aonde a organização pretende chegar, isto é, estabelecer sua Visão de Futuro.

A partir das tendências globais e do agronegócio, da Missão e Visão de Futuro do MAPA e dos públicos de interesse a serem atendidos, foi elaborado o **Mapa Estratégico**, composto de um conjunto de **Objetivos Estratégicos** que traduzem a estratégia do Ministério para atingir sua **Visão de Futuro** e pelos **Indicadores de Desempenho** e **Metas** associadas aos **Objetivos Estratégicos**. A **Visão de Futuro** atual do MAPA cobre o horizonte 2006-2015, abrangendo dois ciclos de Planos Plurianuais - PPA's (2008/2011, 2012/2015).

A consecução desses objetivos é realizada por meio de um conjunto de **Iniciativas Estratégicas**, que não substituem as atividades rotineiras, mas garantem que o MAPA avance, em qualidade e velocidade, no desenvolvimento de seus trabalhos.

2.1.2.2 A Missão

A **Missão** do MAPA foi construída, de forma conjunta por seus líderes, a partir da avaliação dos seguintes elementos:

- Tendências globais e do agronegócio;
- Impactos das tendências para o MAPA;
- Públicos de Interesse do MAPA; e
- Atividades desenvolvidas pelo Ministério

A **Missão** do MAPA é:

“Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira.”

Os termos da *Missão: Agronegócio*, Agricultura, *Desenvolvimento Sustentável* e *Competitividade* têm o seguinte significado.

Agronegócio: A soma das atividades de **fornecimento** de bens e serviços à agricultura (refere-se às competências institucionais do MAPA), da **produção** agrícola, do **processamento**, da **transformação** e da **distribuição** de produtos de origem agrícola até o consumidor final. No segmento de produção são contemplados o **pequeno**, o **médio** e o **grande produtor rural**.

Desenvolvimento Sustentável: Processo de transformação que permite à agricultura e ao agronegócio evoluírem **econômica, social, e politicamente, com respeito ao meio ambiente**, satisfazendo as aspirações e **necessidades das gerações atuais e futuras**.

Competitividade: A capacidade que os produtos agrícolas gerados no país tem de **competir, em preço, qualidade** e outros atributos desejados pelo mercado, com seus **similares produzidos no exterior**.

2.1.2.3 Visão de Futuro

A **Visão de Futuro** do MAPA, prevista para o ano de 2015, é:

“Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.”

2.1.2.4 Público de Interesse

Visando aumentar efetividade de relacionamento e de prestação de serviços com a sociedade em geral, esta foi segmentada por um conjunto de públicos de interesse, ou seja, agrupamento de instituições e setores da sociedade que interagem com o MAPA de uma forma uniforme e/ou semelhante.

Os principais públicos de interesse são:

Poder Executivo, onde estão contempladas as seguintes organizações, entre outras: Governo Federal, Setor Público Estadual, Prefeituras, Ministérios, Banco Central, etc.

Sociedade em Geral, onde estão contempladas as seguintes organizações, entre outras: Consumidores, entidades Nacionais (CNI, CNT, FIESP, etc.), ONG's, Mídia, Movimentos Sociais, etc.

Agronegócio (Agentes e Representantes), onde estão contempladas as seguintes organizações, entre outras: Entidades de Classes, Cooperativas, Federações de Agricultura, Sindicatos, etc.

Relações Internacionais, onde estão contempladas as seguintes organizações, entre outras: Importadores, PAN – Aftosa, Exportadores, Ministério da Agricultura de outros países (ou congêneres), etc.

Poder Legislativo, onde estão contempladas as seguintes organizações, entre outras: Comissões de Agricultura da Câmara e do Senado, Outras Comissões do Congresso, Assembléias Legislativas, etc.

2.1.2.5 Mapa Estratégico

Para alcançar a visão de futuro até 2015 e cumprir a **Missão** do Ministério, ambas aliadas às tendências do agronegócio e às demandas de seus públicos de interesse, foi elaborada uma estratégia que indica claramente qual o caminho a ser trilhado pelo MAPA e quais os grandes desafios que terão de ser vencidos.

A estratégia do MAPA foi sintetizada em um **Mapa Estratégico** que é uma representação gráfica do conjunto de desafios ou **Objetivos Estratégicos** relacionados de forma causal, que terão de ser alcançados para a consecução da **Visão de Futuro** e o cumprimento a **Missão**. Tais objetivos estratégicos foram distribuídos horizontalmente em **perspectivas de análise**, cada uma delas focando os desafios da instituição a partir de determinado ângulo, embora sempre mantendo a relação de causalidade com as outras. As perspectivas de análise são:

a) **Perspectiva da sociedade**, que contem os **Objetivos Estratégicos** que retratam o que o MAPA pretende atingir mediante o olhar do poder executivo e da sociedade como um todo.

b) **Perspectiva do agronegócio e parceiros**, com o conjunto de **Objetivos Estratégicos** a serem atingidos pela instituição para ter o reconhecimento dos parceiros (dos três poderes e entidades internacionais) e do agronegócio brasileiro (tanto os agentes como os representantes).

c) **Perspectiva de processos internos**, que agrupa os **Objetivos Estratégicos** que a instituição terá de alcançar para atender cada um dos atributos de valor retratados na perspectiva anterior. Foca os desafios relativos aos processos da organização onde terá de ter excelência para garantir a satisfação dos públicos de interesse e conseqüentemente seu reconhecimento.

d) **Perspectiva de pessoas, aprendizado e crescimento**, que congrega os **Objetivos Estratégicos** focando o desenvolvimento das pessoas, a estruturação da instituição



assim como suas tecnologias que servem de base para execução dos processos organizacionais.

Enquanto as perspectivas de Sociedade e do Agronegócio e Parceiros trazem os pontos de vista de públicos de interesse externos à instituição, as perspectivas de Processos Internos e de Pessoas, aprendizado e crescimento, trazem os pontos de vista de dentro da organização de como ela terá de se organizar para atendê-los de forma satisfatória criando desta forma uma visão.

2.1.2.6 Objetivos Estratégicos do MAPA

Os vinte e cinco **Objetivos Estratégicos** retratam o que o MAPA deve alcançar, ou seja, o que é imprescindível para a consecução dos resultados esperados. São declarações breves que em conjunto indicam como o MAPA pretende sair da situação atual para a situação desejada no futuro conforme colocado na **Visão** da instituição. Os títulos e as descrições dos **Objetivos Estratégicos** são apresentados a seguir por **perspectiva** de análise:

Perspectiva da Sociedade:

Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País Por meio do Agronegócio

Descrição: Participar do desenvolvimento do país, ao fomenta a produção agropecuária, gerar emprego e aumentar a renda, principalmente no meio rural, trazendo estabilidade aos agentes do agronegócio. Contribuir para a interiorização do desenvolvimento, o incremento da arrecadação de impostos e a geração de excedentes exportáveis que impactam a balança comercial brasileira.

Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários não Alimentares e não Energéticos

Descrição: Aumentar a produção de matérias-primas e produtos agropecuários não alimentares e não energéticos, visando ampliar o abastecimento, de forma a disponibilizar no mercado quantidades destas matérias-primas a preços adequados, tanto para consumo in natura quanto para a produção de bens processados. São exemplos destas matérias-primas e produtos: borracha, madeira, fumo, couro, algodão, flores, fibras, celulose.

Garantir a Segurança Alimentar

Descrição: Garantir a produção de alimentos com qualidade e inocuidade e em quantidade suficiente para gerar preços competitivos, possibilitando o acesso pela população. Contribuir para a manutenção da saúde da população, trazendo melhoria na qualidade de vida.

Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética

Descrição: Garantir o fornecimento regular de matérias-primas para a produção de biocombustíveis. Assegurar que os níveis de processamento sejam adequados ao incremento de sua participação na composição da matriz energética.

Perspectiva do Agronegócio e Parceiros

Ser Referência em Informações Estratégicas sobre o Agronegócio

Descrição: Ser instituição de excelência na produção e disseminação de informações estratégicas qualificadas, quer seja com recursos próprios ou por meio de coordenação da ação de várias organizações. Estas informações estratégicas possibilitariam maior segurança na tomada de decisão pelos agentes do agronegócio e ganho de credibilidade pelo MAPA. Os processos de produção e disseminação destas informações devem entregar os seguintes atributos de valor ao agronegócio, com excelência: acessibilidade, credibilidade, previsibilidade e proatividade.

Ser Excelente na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Agronegócio

Descrição: Atuar e ser percebido como implementador de políticas e fornecedor de produtos e serviços com alto nível de excelência (efetividade, credibilidade, agilidade, tempestividade).



inovação e democracia), visando atender adequadamente às demandas do agronegócio, contribuindo para sua sustentabilidade e competitividade.

Ser Agente de Fortalecimento e Harmonização do Agronegócio

Descrição: Consolidar-se como agente principal para o fortalecimento e harmonização do agronegócio, promovendo, de forma participativa, a integração dos agentes nas cadeias produtivas, objetivando minimização de distorções e a distribuição mais equitativa dos benefícios auferidos.

Perspectivas dos Processos Internos – Tema Estratégico Informação

Melhorar a Qualidade e o Acesso às Informações para o Agronegócio

Descrição: Aprimorar continuamente as informações, prospecções e cenários técnicos e comerciais gerados, fornecendo-os de forma ágil e tempestiva. Ampliar e aperfeiçoar mecanismos de disseminação das informações, possibilitando a universalização de sua utilização como subsídio para tomada de decisão pelos agentes do setor.

Aprofundar o Conhecimento sobre o Agronegócio

Descrição: Mapear constantemente a dinâmica e as mudanças nos segmentos do agronegócio, por meio da ampliação da capacidade de escuta e processamento de demandas e da busca de outros meios de conhecimento, com o objetivo de identificar as necessidades e as interações entre os elos das cadeias produtivas.

Ampliar a Oferta de Estudos de Prospecção e Avaliação

Descrição: Aumentar a oferta de estudos de prospecção de oportunidades e ameaças para o Agronegócio, principalmente por meio de maior integração com centros de estudos e entidades representativas, objetivando melhorias na identificação de formas de aproveitamento de oportunidades e na estruturação de soluções para contingências.

Perspectivas de Processos Internos – Tema Estratégico Produtos e Serviços

Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos

Descrição: Garantir a segurança dos alimentos, com custos competitivos, por meio da adequação do modelo de Defesa Agropecuária à dinâmica do setor e às regras internacionais; do aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças; e da ampliação dos instrumentos de fiscalização e auditoria dos processos de produção de alimento. Desenvolver e ampliar ações de educação sanitária para produtores e consumidores.

Desenvolver e Garantir o Acesso a Tecnologias

Descrição: Induzir a geração de novas tecnologias e ampliar sua difusão, com base nas demandas do setor e em estudos prospectivos, buscando o aumento da produtividade e da qualidade, a redução de custos, a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais. Apoiar processos de implantação de inovações tecnológicas, sobretudo para médios e pequenos produtores.

Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária

Descrição: Incentivar a criação de atributos e características que resultem em um maior valor econômico, social e ambiental dos produtos. Promover a rastreabilidade, certificação, produção integrada, produção de orgânicos, identificação geográfica e integração lavoura-pecuária, entre outros, contribuindo para a maior geração de renda do produtor.

Buscar Maior Efetividade na Formulação e implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio

Descrição: Buscar a implementação tempestiva de políticas que estimulem a melhor utilização de recursos produtivos, a integração das ações de defesa, a ampliação de seus beneficiários e que incentivem a sustentabilidade do agronegócio, além de estabelecer políticas diferenciadas por segmentos e regiões.

Perspectiva de Processos Internos – Tema Estratégico Articulação e Promoção

Aprimorar a Articulação do Agronegócio e sua Participação nas Ações do MAPA

Descrição: Ampliar a participação pró-ativa em negociações internacionais, para estabelecimento de regras e normas de comércio, visando a conquista e manutenção de mercados para os produtos brasileiros. Aumentar e aperfeiçoar o relacionamento com entidades privadas e públicas (Federal, Estadual e Municipal), buscando influenciar a elaboração e execução de políticas de interesse do setor. Além disso, subsidiar o Poder Legislativo com informações para obter a formulação e aprovação de projetos de interesse do agronegócio. Articular e negociar com entidades de representação do agronegócio, buscando a consideração de seus interesses na elaboração e implementação de políticas para o setor.

Promover o Agronegócio e a Imagem do MAPA

Descrição: Contribuir para a maior inserção do agronegócio no mercado externo e para seu reconhecimento no mercado interno. Ampliar o reconhecimento do MAPA, por meio da disseminação de informações técnico-institucionais de suas atividades, promovendo sua imagem junto aos agentes e representantes do agronegócio, do governo e da sociedade.

Promover a Organização e a Integração das Cadeias Produtivas

Descrição: Estimular a integração, o adensamento e a verticalização das cadeias produtivas, objetivando minimização de distorções, distribuição mais equitativa dos benefícios auferidos e harmonização dos interesses dos diversos agentes. Estimular formas de organização associativa e cooperativa respeitando peculiaridades regionais e dos segmentos do setor.

Perspectiva de Processos Internos – Tema Estratégico Excelência Administrativa

Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA

Descrição: Fortalecer o processo de gestão estratégica, consoante ao plano de Governo, visando garantir o alinhamento interno entre os planejamentos estratégico e operacional e entre áreas e unidades descentralizadas.

Ter Eficiência e Transparência na Execução Orçamentária e Financeira

Descrição: Articular a alocação e disponibilização dos recursos e acompanhar sua aplicação. Ampliar a transparência por meio do acesso às informações sobre a atuação do Ministério, oferecendo à sociedade e ao agronegócio a oportunidade de fiscalizar a aplicação dos recursos.

Melhorar Continuamente a Infra-estrutura e os Processos de Trabalho

Descrição: Otimizar (mapear, melhorar continuamente, implantar e automatizar) processos de trabalho, visando o aperfeiçoamento da gestão operacional. Melhorar processos finalísticos e de apoio, revisar normas com o objetivo de dar mais agilidade e qualidade aos serviços e produtos ofertados. Dotar, manter e atualizar infra-estrutura necessária para a execução adequada das atividades desenvolvidas.

Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento

Melhorar a Gestão da Informação e do Conhecimento

Descrição: Ampliar e aperfeiçoar a geração e a troca de informações entre os diversos níveis organizacionais, por meio de instrumentos como comunidades virtuais, entre outros, visando melhoria no atendimento a demandas internas e externas.

Valorizar e Motivar as Pessoas e Fortalecer o Trabalho em Equipe Interdisciplinares

Descrição: Melhorar o clima organizacional, por meio da valorização e motivação do corpo funcional, estimulando a integração entre as diversas unidades organizacionais do MAPA, formando equipes multidisciplinares e interdepartamentais com o objetivo de atingir resultados mais efetivos.

Desenvolver Cultura Orientada a Resultados

Descrição: Desenvolver cultura focada em resultados, visando a mudança comportamental, por meio da motivação, do comprometimento e do engajamento necessários à consecução dos objetivos estratégicos do MAPA.

Desenvolver Comunicação Interna Ágil e Eficaz

Descrição: Estruturar e ampliar a comunicação interna, de forma distinta e compatível a cada público, para disseminação tempestiva de informações de qualidade, possibilitando criar sinergias entre as diversas áreas da instituição.

Desenvolver e Reter as competências do Corpo Funcional

Descrição: Desenvolver continuamente competências de forma a adequá-las, quantitativa e qualitativamente, às necessidades do MAPA, bem como estimular a retenção dos quadros qualificados.

Para mensurar a estratégia do MAPA, foram definidos instrumentos de medição utilizados para avaliar e comunicar o desempenho alcançado frente aos resultados esperados de cada um dos **Objetivos Estratégicos** constantes no **Mapa Estratégico**. Indicam às pessoas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento onde devem investir seus esforços, direcionando desta forma o comportamento organizacional rumo ao alcance das Metas pré-estabelecidas, e assim cumprir os objetivos.

Os Indicadores de Desempenho criam condições necessárias para avaliações periódicas da estratégia e assim, possibilitam a tomada de decisão baseada em dados e fatos sobre ações de correção de rumo caso forem necessárias.

2.1.3 Resultados Estratégicos do MAPA sob responsabilidade da SFA/RS:

Encontram-se sob a responsabilidade da Superintendência a execução de 15 Resultados Estratégicos perfazendo um total de 27 tarefas, abaixo apresentadas por unidade executora:

• **Gabinete do Superintendente - GAB:**

Objetivo Estratégico	Resultado Estratégico
- Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA; - Melhorar Continuamente a Infra-Estrutura e os Processos de Trabalho	• AGE R.1 - Processo de Gestão Estratégica Consolidado; • GM R.1 - Sistema de Comunicação Integrada do MAPA; • GM R.4 - Contas do MAPA Certificadas pela CGU e pelo TCU.



• **Divisão Administrativa - DAD:**

Objetivo Estratégico	Resultado Estratégico
- Valorizar e motivar as pessoas e fortalecer o trabalho em equipe; - Desenvolver e reter competências do corpo funcional.	- SE R.1 - Gestão por Competência Implantada; - Espaço Físico do MAPA, reformado e reformulado

• **Serviço de Sanidade Animal – SSA:**

Objetivo Estratégico	Resultado Estratégico
- Garantir a Inocuidade e Qualidade dos Alimentos	SDA R.1a - Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em todo Território Nacional

• **Serviço de Sanidade Vegetal – SSV:**

Objetivo Estratégico	Resultado Estratégico
- Garantir a Inocuidade e Qualidade dos Alimentos	SDA R.8 - Melhorar e Qualificar o Status Fitossanitário Nacional.

• **Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA:**

Objetivo Estratégico	Resultado Estratégico
- Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos	SDA R.2a - Conformidade dos Insumos Agrícolas Assegurada.

• **Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários – SEFIP:**

Objetivo Estratégico	Resultado Estratégico
- Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos	SDA R.3a - Conformidade dos Insumos Pecuários Assegurada.

• **Serviço de Inspeção dos Produtos de Origem Vegetal – SIPOV:**

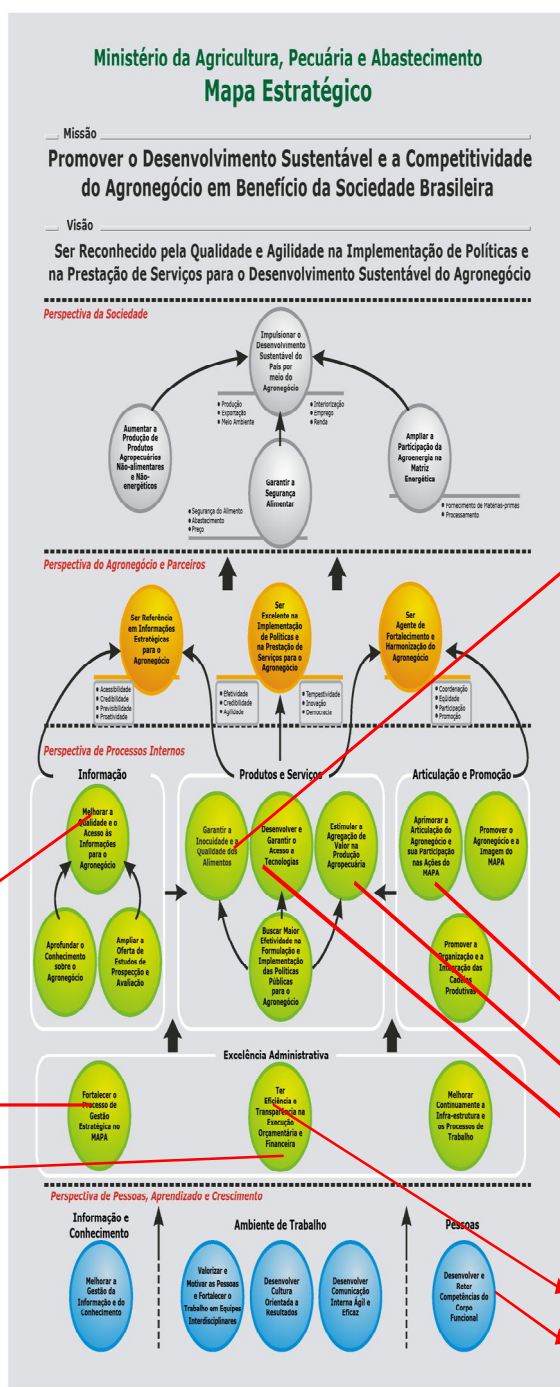
Objetivo Estratégico	Resultado Estratégico
- Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos; - Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio	SDA R.4a - Qualidade dos Produtos de Origem Vegetal Assegurada.

• **Serviço de Inspeção dos Produtos de Origem Animal – SIPOA:**

Objetivo Estratégico	Resultado Estratégico
- Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos; - Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio.	- SDA R.5a - Sistema de Inspeção Animal Revisado e Implantado. - SDA R.6a - Redução da Produção e Comercialização dos Produtos de Origem Animal sem Inspeção Oficial.

• **Divisão de Política e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG:**

Objetivo Estratégico	Resultado Estratégico
- Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias;	SDC. R1 - Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implantados.
- Melhorar a qualidade e o acesso às informações para o agronegócio; Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária; Maior efetividade na formulação e implementação de políticas para o setor agropecuário;	SDC R.2 - Ampliação do Capital Intelectual Protegido, do Desenvolvimento Tecnológico e da Inovação no Agronegócio.
- Estimular a agregação de valor na produção agropecuária.	SDC R.4 – Minimizar os Problemas de Infraestrutura e Logística.



SDA.R1a
SDA.R2a
SDA.R3a
SDA.R4a
SDA.R5a
SDA.R8

AGE.R1.1

SDC.R1
SDC.R2
SDC.R4

SE.R1.1



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Para o acompanhamento e monitoramento dos resultados estratégicos são realizadas as Reuniões de Análise Estratégica – RAE, visando acompanhar a execução das estratégias, a situação dos objetivos estratégicos, indicadores de desempenho, iniciativas estratégicas e resultados estratégicos.



2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

(Parte A. Item 2, do anexo II da DN TCU nº 107 de 27/10/2010)

A SFA/RS, sem dotação orçamentária específica, tem exigido de seus gestores, uma postura pró-ativa, com utilização do planejamento estratégico e do plano operativo como ferramentas de antecipação e de resposta rápida às mudanças dos cenários. Neste aspecto busca tirar maior proveito das oportunidades de melhoria, atendendo às novas demandas do órgão central e às necessidades dos usuários, otimizando o uso de recursos de forma a maximizar os resultados.

Sendo a SFA/RS uma Unidade descentralizada do MAPA, fortemente orientada pela condição de administração direta no atendimento de requisito

s da lei, sob o aspecto conceitual de formulação de estratégias, suas atividades de planejamento (e autonomia) se alinham a diretrizes ou estratégias corporativas, representadas prioritariamente pelas diretrizes estabelecidas pelo MAPA.

Entretanto, como compete a SFA/RS executar as ações corporativas, muitas vezes o que é planejado no Estado acaba não sendo realizado da maneira proposta, uma vez que a descentralização de recursos depende do órgão central que estabelece as diretrizes, implicando em reprogramações orçamentárias pelos serviços técnicos. Cada Serviço gerencia o seu Plano Interno correspondente, que é programado para atender aos indicadores do programa ao qual pertence.

Quanto ao Planejamento Operacional, a programação das atividades, a avaliação das metas e a uniformização dos procedimentos são estabelecidas e comunicadas através de reuniões internas da equipe técnica de cada Serviço com a Divisão Técnica.

A natureza das atividades da SFA/RS é vinculada ao atendimento das necessidades da sociedade, no que diz respeito à garantia da oferta e da qualidade de produtos e serviços agropecuários e à segurança alimentar dos consumidores. A SFA/RS busca atender essas necessidades pautando-se nos fundamentos constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade e transparência.

Os clientes da SFA/RS são identificados a partir das competências institucionais relacionadas às atividades de defesa agropecuária e de desenvolvimento agropecuário, com jurisdição no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

A efetividade das ações tem como suporte a Visão de Futuro do MAPA, seu mapa estratégico, e todo o aparato legal que modula a ação das várias unidades. Como prestadora de serviço, o nível de atividade é variável no decorrer do ano, dependendo da demanda dos usuários, da sazonalidade da safra agrícola e do movimento do mercado interno. O trabalho de auditoria e de fiscalização obedece a periodicidade própria, a critério dos gerentes de programas e também de denúncias de concorrentes, de usuários ou de consumidores.

É importante destacar que, a sociedade e o cidadão, de uma forma direta ou indireta, são atingidos pelo efeito preventivo da atuação da SFA/RS (e seu conseqüente impacto multiplicador) em todos os grupos de clientes. Todas as atividades das áreas de interesse (Serviços) estão voltadas para a garantia da qualidade dos serviços e produtos oferecidos pelos produtores e empresas do Estado do Rio Grande do Sul fiscalizadas pela SFA/RS e que se destinam ao cidadão e à sociedade em geral.

A presença física da SFA/RS, por meio de suas dezessete Unidades localizadas nos municípios de Passo fundo, Santa Maria, Ijuí, Lajeado, Santa Cruz do Sul, Caxias do Sul, Pelotas, Rio Grande, Chuí, Santana do Livramento, Aceguá/Bagé, Uruguaiana, Jaguarão, São Borja,

Porto Xavier, Itaqui e Quaraí, contribui para que o atendimento seja operante em todo o Estado do Rio Grande do Sul.



O Rio Grande do Sul é um Estado visceralmente agropecuário, com um nível de organização e exigência das cadeias produtivas muito elevadas resultando no maior volume de recursos aplicados no setor, bem como no maior número de contratos firmados para o financiamento, o custeio, investimentos e comercialização dos produtos. A diversificação da produção gaúcha exige também uma alta qualificação dos profissionais do MAPA, em virtude da multiplicação das tarefas resultantes.

As relações brasileiras com o MERCOSUL, nem sempre beneficiam a produção agropecuária gaúcha, havendo em algumas culturas uma disputa acirrada pelos mercados consumidores, como por exemplo, a cultura do trigo, da uva e do arroz, que possuem grande produção, exigindo um nível elevado de competitividade, e que permanentemente geram conflitos.

O Brasil é um país com vocação para o agronegócio, em face de suas características e diversidades, tanto de clima quanto de solo, possuindo ainda áreas agricultáveis altamente férteis e ainda inexploradas. O aumento da demografia mundial e sua consequente demanda por alimentos nos leva a uma previsão de que o Brasil alcançará o patamar de líder mundial no fornecimento de alimentos e commodities ligadas ao agronegócio, solidificando sua economia e catapultando seu crescimento.

O agronegócio é todo o conjunto de negócios que se relacionam com a agricultura, dentro de uma visão econômica, e é o responsável, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), por cerca de 1/3 do PIB do Brasil, alocando aproximadamente 38 % da mão-de-obra do país e responsabilizando-se por 42% das nossas exportações, tendo assim uma significativa representatividade em nossa balança de pagamentos, sendo o setor mais importante na nossa economia e que apresenta um crescimento considerável, impulsionado pela globalização dos mercados, pelo aumento das taxas demográficas mundiais e o conseqüente aumento de demanda de alimentos em nível mundial.

O Brasil possui uma vocação natural para o agronegócio em função da diversidade de seu clima, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, contando ainda com uma enorme área agricultável fértil e de alta produtividade, na ordem de 388 milhões de hectares, dos quais 90 milhões ainda constam inexplorados, o que vem a comprovar as previsões da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad), de que o Brasil será o maior produtor mundial de alimentos da próxima década, o que irá causar impactos positivos diretos em sua economia, reforçando sua taxa de crescimento e auferindo uma maior credibilidade frente a outras economias, o que pode ser entendido como um ciclo sinérgico de vantagens, catapultando fatores econômicos, e contribuindo para a solidificação da economia interna do país.

Para se ter uma idéia da importância desse segmento para a economia, lembramos que o agronegócio gaúcho respondeu, em 2010, por 60% das exportações do Estado e foi fundamental para o saldo positivo da balança comercial gaúcha em mais de US\$ 5,7 bilhões. Em nível nacional, no total geral do agronegócio, o Estado do Rio Grande do Sul ocupa o segundo lugar na lista dos maiores estados exportadores, ficando atrás apenas de São Paulo.

Gráfico 1 – Produção no Rio Grande do Sul (mil toneladas).

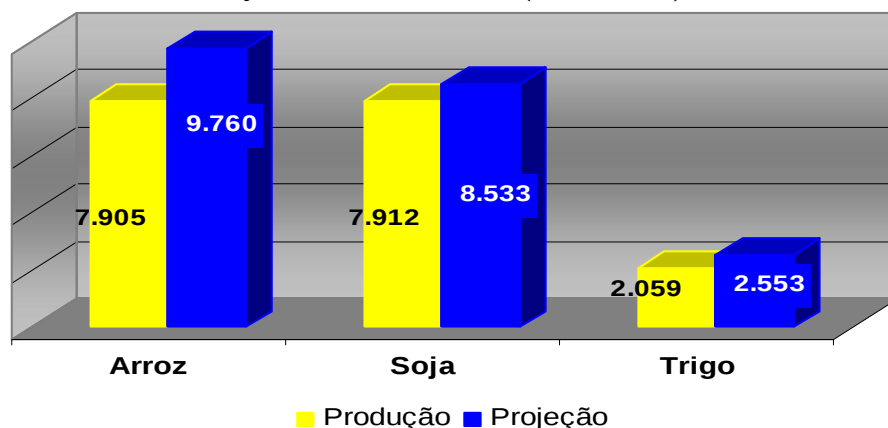
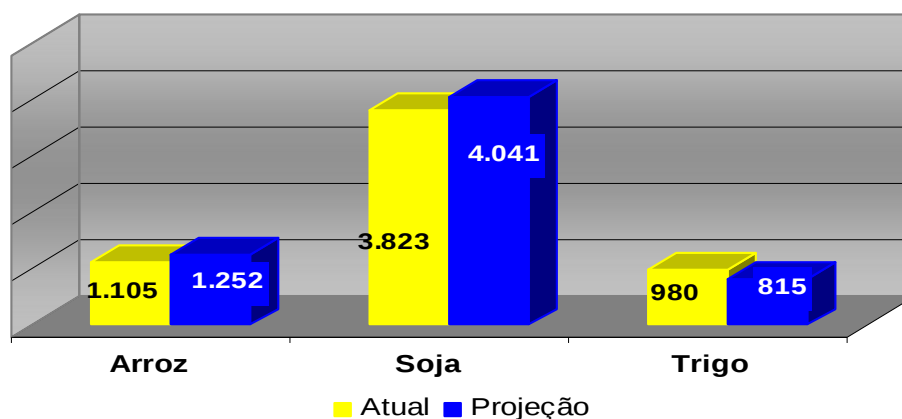


Gráfico 2 – Área Plantado no Rio Grande do Sul (mil ha).



Fonte: AGE/MAPA 2010.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.
(Parte A. Item 2, do anexo II da DN TCU nº 107 de 27/10/2010)

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.

A execução dos Programas de Governo é de responsabilidade das Secretarias e Departamentos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, cabendo as Superintendências Federais tão somente a execução das ações correspondentes de acordo com o PPA, assim sendo, as informações do “**QUADRO A.2.1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO**” do item II – anexo II da DN TCU nº 107 de 27/10/2010, por serem a nível nacional estarão contempladas no “Relatório de Gestão” das respectivas Secretarias e Departamentos do MAPA.

Portanto, os quadros abaixo são relativos aos Programas de Governo aos quais estão vinculadas ações executadas com as respectivas informações orçamentárias e financeiras, **em âmbito da SFA-RS:**

Quadro 1.

Identificação do Programa de Governo			
Código no PPA: 0356		Denominação: SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	
Tipo do Programa: Finalístico.			
Objetivo Geral:		Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.	
Objetivo Específico:		Garantir a segurança alimentar.	
Gerente:		Francisco Sérgio Ferreira Jardim	
Responsável no âmbito da UJ:		Marco Antonio Rodrigues dos Santos. José Werlang. Mauro Marques Ruggiro.	
Público Alvo:		Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.	
Ações Vinculadas:		20.125.0356.8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL2. 20.125.0356.4746 – Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais – PADCLASSIF. 20.125.0356.8938 – Inspeção e fiscalização de produtos de origem animal – INSPANIMAL3. 20.125.0356.4745 – Fiscalização das atividades com organismos geneticamente modificados – FISCORGEN 20.665.0356.4723 – Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal – RESIDUOS.	
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa			Em R\$1,00
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
1.193.700	1.152.257	41.443	998.097

Quadro 2.

Quadro 2:

Identificação do Programa de Governo			
Código no PPA: 0357		Denominação: SEGURANÇA DA SANIDADE AGROPECUÁRIA	
Tipo do Programa: Finalístico			
Objetivo Geral:		Minimizar o risco da introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoosanitários dos mercados internos e externos.	
Objetivo Específico:		Garantir a segurança alimentar.	
Gerente:		Francisco Sérgio Ferreira Jardim.	
Responsável no âmbito da UJ:		José Euclides Vieira Severo. Jairo João Carbonari.	
Público Alvo:		Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.	
Ações Vinculadas:		20.603.0357.8572 – Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais – PCEVEGETAL. 20.603.0357.4738 – Erradicação da mosca da carambola – ERRADIMOSCA1. 20.604.0357.8658 – Prevenção, controle e erradicação de doença dos animais – PCEANIMAL. 20.604.0357.4842 – Erradicação da febre aftosa – FEBREAFTOS. 20.603.0357.2180 – Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos – FISCPLANTA2. 20.604.0357.2181 – Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos – FISCANIMAL2. 20.603.2134 – Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos – VIGIFITO1.	
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa			Em R\$1,00
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
5.339.989	2.343.284	2.996.705	1.525.195

Quadro 3.

Identificação do Programa de Governo			
Código no PPA: 0360		Denominação: GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	
Tipo do Programa: Finalística.			
Objetivo Geral:	Coordenar a formulação o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.		
Objetivo Específico:	Não definido		
Gerente:	Edilson Guimarães		
Responsável no âmbito da UJ:	Sérgio Luiz da Silva Sobrosa. Ana Stepan. Cesar Augusto De Nardi Oliveira.		
Público Alvo:	Governo Federal		
Ações Vinculadas:	20.128.0360.4572 – Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação – CAPACITA1. 20.605.0360.200E – Formulação, acompanhamento e avaliação dos instrumentos da política agropecuária – FAASPA. 20.121.0360.1K40 – Implantação do processo de gestão estratégica orientado ao desenvolvimento sustentável do agronegócio – AGE.		
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa			Em R\$1,00
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
51.675	51.044	630	46.155

Quadro 4.

Identificação do Programa de Governo			
Código no PPA: 0375	Denominação: QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS		
Tipo do Programa: Finalístico.			
Objetivo Geral:	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.		
Objetivo Específico:	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.		
Gerente:	Francisco Sérgio Ferreira Jardim.		
Responsável no âmbito da UJ:	Mauro Marques Ruggino. Alejandra Muller.		
Público Alvo:	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.		
Ações Vinculadas:	20.125.0375.2141 – Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes – FISFECOI. 20.125.0375.2179 – Fiscalização de sementes e mudas – FISCALSEM1. 20.125.0375.2909 – Fiscalização de agrotóxicos e afins – FISAGROTOX. 20.601.0375.2122 – Proteção e fiscalização de cultivares – PROTCULTV2. 20.125.0375.2177 – Fiscalização de serviços agrícolas – FISCAGRIC1. 20.125.0375.2124 – Fiscalização de insumos destinados a alimentação animal – FISCINAN. 20.125.0375.4747 – Fiscalização de serviços pecuários – FISCALPEC. 20.125.0375.2140 – Fiscalização de produtos de uso veterinário – FISPROVET1 20.125.0375.2019 – Fiscalização de material genético animal – FISCGENE.		
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa			Em R\$1,00
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
1.241.142	767.454	473.688	567.797

Quadro 5.

Identificação do Programa de Governo			
Código no PPA: 0393	Denominação: DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL.		
Tipo do Programa: Finalístico.			
Objetivo Geral:	Promover o desenvolvimento e uso do sistema de propriedade intelectual.		
Objetivo Específico:	Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do sistema de propriedade intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social.		
Gerente:	Jorge de Paula Costa Ávila.		
Responsável no âmbito da UJ:	Ana Stepan.		
Público Alvo:	Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro.		
Ações Vinculadas:	20.665.0393.2B47 – Fomento à indicação geográfica de produtos agropecuários – INDIGRAF.		
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa			Em R\$1,00
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
8.368	8.108	260	7.795

Quadro 6.

Quadro 6:

Identificação do Programa de Governo			
Código no PPA: 0750		Denominação: APOIO ADMINISTRATIVO	
Tipo do Programa: Apoio as políticas públicas e áreas especiais.			
Objetivo Geral:		Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.	
Objetivo Específico:		-	
Gerente:		-	
Responsável no âmbito da UJ:		Sérgio Luiz da Silva Sobrosa.	
Público Alvo:		Governo	
Ações Vinculadas:		20.122.0750.4716 – Operação dos serviços administrativos das unidades descentralizadas – MANUT.	
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa			Em R\$1,00
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
3.830.881	3.325.075	505.807	3.061.974

Quadro 7.

Quadro 7:

Identificação do Programa de Governo			
Código no PPA: 1426	Denominação: CONSERVAÇÃO E MANEJO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE		
Tipo do Programa: Finalístico.			
Objetivo Geral:	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda por serviços ambientais.		
Objetivo Específico:	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.		
Gerente:	Maria Cecília Wey de Brito.		
Responsável no âmbito da UJ:	Ana Stepan.		
Público Alvo:	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.		
Ações Vinculadas:	20.665.1426.8606 – Desenvolvimento da agricultura orgânica – pró-orgânico – DESENGORG.		
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa			Em R\$1,00
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
30.434	28.276	2.158	25.604

Quadro 8.

Quadro 6:

Identificação do Programa de Governo			
Código no PPA: 1437		Denominação: DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL	
Tipo do Programa: Finalístico.			
Objetivo Geral:		Assegurar a inserção e o desenvolvimento do agronegócio brasileiro no comércio internacional de forma competitiva e sustentada, por meio da diversificação de sua pauta exportadora de produtos e de mercadorias de destino, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País.	
Objetivo Específico:		Impulsionar o desenvolvimento sustentável do País por meio do agronegócio.	
Gerente:		Célio Brovino Porto	
Responsável no âmbito da UJ:		Ana Stepan	
Público Alvo:		Produtores, importadores e exportadores de produtos agropecuários.	
Ações Vinculadas:		20.691.1437.8548 – Promoção do agronegócio no exterior – PROMOAGRO.	
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa			Em R\$1,00
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
4.522	3.652	870	3.522

Quadro 9.

Identificação do Programa de Governo			
Código no PPA: 1442	Denominação: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO		
Tipo do Programa: Finalístico.			
Objetivo Geral:	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.		
Objetivo Específico:	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.		
Gerente:	Márcio Antonio Porto Carrero.		
Responsável no âmbito da UJ:	Ana Stepan.		
Público Alvo:	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.		
Ações Vinculadas:	20.128.1442.8622 – Desenvolvimento do associativismo rural e cooperativismo – PROMOCOOP2. 20.541.1442.8593 – Apoio ao uso e manejo sustentável dos recursos naturais em agroecossistemas – ORGMANEJO2. 20.128.1442.8591 – Apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas agrícolas – APOIOAGRIC. 20.122.1442.2272 – GAP Gestão e administração do programa – GAPSDC. 20.125.1442.4720 – Aplicação de mecanismos e garantia da qualidade orgânica – CERTORGAN1. 20.125.1442.8592 – Desenvolvimento e monitoramento de sistemas de rastreabilidade agroalimentar – RASTREAB1. 20.125.1442.8598 – Apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas pecuárias – APOIOPEC.		
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa			Em R\$1,00
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
172.948	168.952	3.996	148.989

Quadro 10.

Quadro 16:

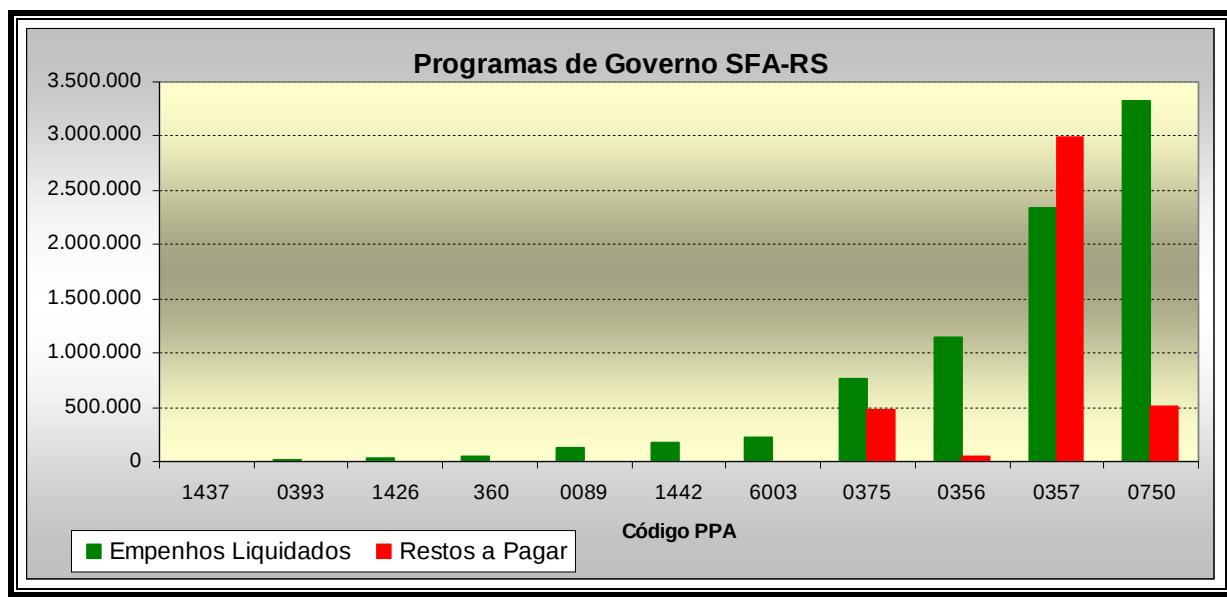
Identificação do Programa de Governo			
Código no PPA: 6003	Denominação: APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO		
Tipo do Programa: Finalístico.			
Objetivo Geral:	Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos.		
Objetivo Específico:	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito socioeconômico para o desenvolvimento do setor agropecuário.		
Gerente:	Marcio Antonio Porto Carrero		
Responsável no âmbito da UJ:	Ana Stepan.		
Público Alvo:	Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.		
Ações Vinculadas:	20.122.6003.2B17 – Fiscalização de contratos de repasse – FISCONTRATO. 20.605.6003.8611 – Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário – APPRODUTOR.		
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa			Em R\$1,00
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
218.818	217.784	1.034	190.705

Quadro 11.

Quadro 11:

Identificação do Programa de Governo			
Código no PPA: 0089		Denominação: PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	
Tipo do Programa: Apoio a políticas públicas e áreas especiais.			
Objetivo Geral:	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.		
Objetivo Específico:	-		
Gerente:	-		
Responsável no âmbito da UJ:	-		
Público Alvo:	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.		
Ações Vinculadas:	09.272.0089.0181 – Pagamento de aposentadorias e pensões, servidores civis – INATPENS1.		
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa			Em R\$1,00
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
120.934	120.934	-	120.934

Gráfico 1.



2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ.

QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Sub função	Progra- ma	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	121	0360	1K40	A	3	UNID	-	-	-
20	128	1442	8591	A	3	UNID	-	04	04
20	125	1442	8622	A	3	UNID	-	-	-
20	125	1442	4720	A	3	UNID	-	-	-
20	665	1426	8606	A	3	UNID	825	825	-
20	125	0356	8938	A	3	UNID	533	533	665
20	541	1442	8593	A	3	UNID	-	-	-
20	125	1442	8598	A	3	UNID	17	17	-
20	122	1442	2272	A	4	UNID	-	-	-
20	122	6003	2B17	A	3	UNID	48	50	Nota 4.
20	605	6003	8611	A	3	UNID	-	500	-
20	665	0393	2B47	A	3	UNID	3.140	1.327	1.327
20	125	0375	4747	A	3	UNID	-	04	11
20	125	0375	2177	A	3	UNID	88	84	-
20	691	1437	8548	A	3	UNID	-	01	01
20	605	0360	200E	A	3	UNID	-	01	01
20	601	0375	2122	A	3	UNID	-	-	-
20	125	0375	2141	A	3	UNID	686	684	600
20	125	0356	4745	A	3	UNID	126	129	102
20	125	0375	2179	A	3	UNID	826	1004	1185
20	125	0375	2909	A	3	UNID	67	116	97
20	603	0357	8572	A	3	HA	35.000	429.000	Nota 1.
20	603	0357	2134	A	3	UNID	56.000	63.931	56.000
20	603	0357	4738	A	3	HA	10 Nota 2.	10 Nota 2.	10 Nota 2.
20	604	0357	4842	A	3	KM²	281.749	281.748	281.749
20	604	0357	8658	A	3	UNID	50.000	74.521	Nota 3.
20	125	1442	8592	A	3	UNID	100	100	Nota 3.
20	125	0375	2019	A	3	UNID	44	43	35
20	125	0375	2140	A	3	UNID	85	129	89
20	125	0375	2124	A	3	UNID	126	258	224
20	603	0357	2180	A	3	UNID	76.174	95.238	78.000
20	604	0357	2181	A	3	UNID	37.621	36.966	38.000
20	125	0356	8939	A	3	UNID	104	20	-
20	125	0356	4746	A	3	TON	1.278.992	1.324.090	1.281.569
20	665	0356	4723	A	3	UNID	85	78	-
20	128	0360	4572	A	3	UNID	-	-	-
20	122	0750	2000	A	3	UNID	-	-	-
20	122	0750	4716	A	3	UNID	1 Nota 5.	1 Nota 5.	1 Nota 5.
09 Nota 6.	272	0089	0181	A	4	-	-	-	-

Fonte: SIAFI – SIPLAN

Nota 1: Meta a ser definida pela Coordenação Nacional do Programa.

Nota 2: Considerado número de armadilhas como medida em virtude da ausência da praga no Estado.

Nota 3: Meta não definida até o momento.

Nota 4: Tratando-se de fiscalização por amostragem a amostra é encaminhada ao DPDAG pelo DIEL, que até o momento não foi disponibilizada.

Nota 5: Ação com meta não cumulativa = execução igual 1.

Nota 6: Pagamento Inativos e Pensões.

Análise

A solicitação dos recursos orçamentários, bem como, a execução física e financeira das ações é gerenciada pelos chefes de Serviços, de acordo com a área de atuação, desta forma a apresentação da análise física das ações desenvolvidas no âmbito da SFA-RS estão demonstradas no item 2.4.1.4.



2.4 Desempenhos Orçamentário/Financeiro.

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.

QUADRO A.2.3 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	22101	130101

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos		NÃO SE APLICA A SFA-RS CONFORME PORTARIA TCU Nº 277 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2010, VIDE NOTA.				
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total								

Fonte:

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital								
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Amortização da Dívida				
			Exercícios		Exercícios		Exercícios				
			2009	2010	2009	2010	2009	2010			
LOA	Dotação proposta pela UO										
	PLOA										
	LOA										
CRÉDITOS	Suplementares										
	Especiais	Abertos		NÃO SE APLICA A SFA-RS CONFORME PORTARIA TCU Nº 277 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2010, VIDE NOTA.							
		Reabertos									
	Extraordinários	Abertos									
		Reabertos									
	Créditos Cancelados										
Outras Operações											
Total											

Fonte:

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6 – RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos	NÃO SE APLICA A SFA-RS CONFORME PORTARIA TCU Nº 277 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2010, VIDE NOTA.				
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total							

Fonte:

- Conforme Portaria TCU nº 277 de 07 de dezembro de 2007, os quadros **A.2.4, A.2.5 e A.2.6** somente devem ser preenchidos pelas Unidades Jurisdicionadas/UJ que são Nota: Unidades Orçamentárias/OG ou que tenham entre as suas unidades consolidadas ou agregadas, Unidade Gestora/UG que tenha registrado contabilmente os créditos atribuídos originariamente pela LOA, assim como os créditos recebidos ou concedidos no exercício.

2.4.1.4 Movimento Orçamentário por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes ¹
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	130074	20.121.0360.1K40	-	-	30.938
	Recebidos	130074	20.128.1442.8591	-	-	19.647
	Recebidos	130074	20.125.1442.8622	-	-	14.900
	Recebidos	130074	20.125.1442.4720	-	-	13.971
	Recebidos	130074	20.665.1426.8606	-	-	30.434
	Recebidos	130074	20.125.0356.8938	-	-	856.230
	Recebidos	130074	20.541.1442.8593	-	-	7.037
	Recebidos	130074	20.125.1442.8598	-	-	6.537
	Recebidos	130074	20.122.1442.2272	-	-	69.992
	Recebidos	130074	20.122.6003.2B17	-	-	11.610
	Recebidos	130074	20.605.6003.8611	-	-	107.208
	Recebidos	130074	20.665.0393.2B47	-	-	8.368
	Recebidos	130074	20.125.0375.4747	-	-	4.819
	Recebidos	130074	20.125.0375.2177	-	-	42.285
	Recebidos	130074	20.691.1437.8548	-	-	4.522
	Recebidos	130074	20.605.0360.200E	-	-	6.455
	Recebidos	130074	20.601.0375.2122	-	-	3.504
	Recebidos	130074	20.125.0375.2141	-	-	522.260
	Recebidos	130074	20.125.0356.4745	-	-	35.068
	Recebidos	130074	20.125.0375.2179	-	-	177.369
	Recebidos	130074	20.125.0375.2909	-	-	59.731
	Recebidos	130074	20.603.0357.8572	-	-	249.911
	Recebidos	130074 Nota 1	20.603.0357.8572	-	-	500.000
	Recebidos	130074	20.603.0357.2134	-	-	25.631
	Recebidos	130074	20.603.0357.4738	-	-	14.620
	Recebidos	130074	20.604.0357.4842	-	-	144.049
	Recebidos	130074	20.604.0357.8658	-	-	508.392
	Recebidos	130074	20.125.1442.8592	-	-	40.863
	Recebidos	130074	20.125.0375.2019	-	-	22.864
	Recebidos	130074	20.125.0375.2140	-	-	22.784
	Recebidos	130074	20.125.0375.2124	-	-	50.755
	Recebidos	130074	20.603.0357.2180	-	-	411.485
	Recebidos	130074	20.604.0357.2181	-	-	613.221
	Recebidos	130074	20.125.0356.8939	-	-	86.196
	Recebidos	130074	20.125.0356.4746	-	-	75.352
	Recebidos	130074	20.665.0356.4723	-	-	10.183
	Recebidos	130074	20.128.0360.4572	-	-	14.282
	Recebidos	130074 Nota 2	20.122.0750.2000	-	-	11.071
	Recebidos	130074 Nota 3	20.122.0750.2000	9.566	-	-
	Recebidos	130074	20.122.0750.4716	-	-	3.644.476
	Recebidos	130074	09.272.0089.0181	120.935	-	-
	Recebidos	130074	186110043	-	-	100.000

QUADRO A.2.7 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos ¹	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	130074 Nota 4	20.604.0357.8658	1.559.183	-	-
	Recebidos	130074 Nota 1	20.603.0357.8572	1.199.487	-	-
	Recebidos	130074	20.125.0375.2909	54.999	-	-
	Recebidos	130074	20.125.0375.2179	195.791	-	-
	Recebidos	130074	20.604.0357.2181	39.895	-	-
	Recebidos	130074	20.125.0356.4745	89.984	-	-
	Recebidos	130074	20.125.0375.2141	3.991	-	-
	Recebidos	130074	20.125.0375.2140	79.989	-	-
	Recebidos	130074	20.125.0356.8938	8.190	-	-
	Recebidos	130074	20.125.0356.8939	10.000	-	-
	Recebidos	130074	20.122.0750.4716	165.769	-	-
	Recebidos	130074	20.125.0356.4746	22.497	-	-
	Recebidos	130074	20.603.0357.8572	74.116	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL - ¹ Empenhos Emitidos.

Notas:

01 – Recursos recebidos no Plano Interno – ERPCEVEGETAL

02 – Recursos recebidos no Plano Interno – ADMSEDE1

03 – Recursos recebidos no Plano Interno – ATIVOS

04 – Recursos recebidos no Plano Interno – ERPCEANIMAL

Foram excluídos dos recursos recebidos os destinados aos Planos Internos LABANIMAL e LAVETAL por serem de gestão do Laboratório Nacional Agropecuário em Porto Alegre – LANAGRO/RS.

Análise:

A seguir, seguem comentários, indicadores e análise das ações executadas pela SFA-RS, abrangendo as execuções físicas e financeiras.

Ação:	1K40 – Implantação do Processo de Gestão Estratégica Orientado ao Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio - AGE.
Tipo:	Projeto.
Produto:	Iniciativa estratégica desenvolvida.
Especificação do produto:	Projetos de iniciativas estratégicas constantes do plano estratégico do MAPA.
Finalidade:	Desenvolvimento e implantação de iniciativas estratégicas, em complementação às atividades rotineiras, por meio das quais o Ministério da Agricultura pretende alcançar um conjunto de desafios ou objetivos estratégicos.
Descrição:	Desenvolvimento e implantação de iniciativas estratégicas, que estão associados a indicadores de desempenho e metas, que constam do Mapa Estratégico do Ministério, construído com base na metodologia Balance Scorecard, considerando quatro perspectivas: (1) da Sociedade, (2) do Agronegócio e Parceiros, (3) dos Processos Internos e (4) das Pessoas, Aprendizagem e Crescimento.
Detalhamento:	A implementação, que é transversal a todas as áreas de atuação do Ministério, se dará com a execução das seguintes etapas: (a) desenvolvimento e execução das Iniciativas Estratégicas, compreendendo a composição das equipes de trabalho interdisciplinares e detalhamento dos trabalhos a serem desenvolvidos; (b) acompanhamento e monitoramento da execução das iniciativas estratégicas, nos aspectos físico e financeiro; (c) avaliação da execução das Iniciativas Estratégicas, para retroalimentação do processo e melhoria contínua; e (d) aperfeiçoamento dos próprios instrumentos de acompanhamento, visando otimizar a execução das iniciativas. Para o desenvolvimento destas etapas poderão ocorrer: contratação de consultoria ou outros serviços especializados, promoção de eventos, elaboração e distribuição de material institucional, aluguel de instalações, pagamento de diárias e passagens, elaboração de estudos, desenvolvimento ou aquisição de sistemas de informação, e outras despesas administrativas.
Unidade Responsável:	Assessoria de Gestão Estratégica.
Coordenador da Ação Nacional:	Paulo Sérgio Vilches Fresneda.
Unidade Executora:	Serviço de Planejamento e Acompanhamento – SPA/GAB/SFA-RS.
Estratégia da Ação:	O gerenciamento e a disponibilização dos recursos desta ação é realizada pela Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA em Brasília, cabendo tão somente a SFA-RS a utilização dos recursos de acordo com o programado e definido pela AGE.
Análise:	No exercício 2010, teve início a implantação da Gestão Estratégica na SFA, mediante a aplicação dos 15 (quinze) resultados estratégicos, conforme já discorrido no item 2.2. Os recursos recebidos foram suficientes e aplicados em diárias e passagens (conforme destinação prévia) para participação em treinamento e reuniões, perfazendo uma carga total de 896 horas, quanto às metas, também foram atingidas de maneira satisfatória, com a realização da 1º Reunião de Análise Estratégica, na qual foi avaliado o 1º, 2º e 3º trimestre.

Ação:	8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas
	APOIOAGRIC1
Tipo:	Atividade.
Produto:	Pessoa beneficiada.
Especificação do produto:	Projeto de Produção Integrada assistido.
Finalidade:	Apoiar a organização da base produtiva das cadeias agrícolas, por meio de projetos de Produção Integrada, de Boas Práticas Agrícolas e de Desenvolvimento do Suporte à Produção Integrada, com a promoção, divulgação, logística de pós-colheita e comercialização, bem como de material genético melhorado para as cadeias produtivas do agronegócio.
Descrição:	Coordenação e identificação dos processos de industrialização, logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio ante o panorama atual marcado pelos diagnósticos e tendências identificadas, demandando estratégias de gestão e, sobretudo, capacidade de identificação do consumo interno e de acesso aos mercados globais; Implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada - SAPI, que é caracterizado por exploração agropecuária sustentável, em conformidade com protocolos formais de Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade, inocuidade e rastreabilidade, tanto para os agro-alimentos, quanto para os produtos não alimentares, subprodutos e resíduos agroindustriais, permitindo aos agentes envolvidos na cadeia produtiva condições de competitividade em relação ao cenário agropecuário nacional e internacional.
Detalhamento:	Os projetos, através de convênios, serão implantados em parceria com instituições de ensino e pesquisa SENAR, SEBRAE, EMATER, Órgãos do Governo Estadual e Municipal, Associações de Produtores e Cooperativas.
Unidade	
Responsável:	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
Coordenador da	
Ação Nacional:	Sávio José Barros de Mendonça
Unidade Executora:	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.
Estratégia da Ação:	A Produção Integrada (PI) é um sistema moderno baseado em boas práticas agropecuárias. O modo de produzir contribui para o desenvolvimento humano, levando em conta a segurança do trabalhador, a legislação trabalhista, a qualidade de vida dos produtores e comunidades, a conservação do meio ambiente (especialmente, solo e água) a sanidade e o bem-estar dos animais. O sistema resulta em alimentos seguros, principalmente para o consumo humano, com monitoramento em todas as etapas de produção, análise de resíduos de agrotóxicos e uso de tecnologias apropriadas que otimizam o modo de trabalhar. Os procedimentos permitem a continuidade do sistema produtivo, com sustentabilidade ao longo dos anos, e elevam os padrões de qualidade e competitividade dos produtos ao patamar de excelência. No Brasil, o sistema começou com a Produção Integrada de Frutas, em 2001, coordenado pelo Ministério da Agricultura, com parcerias públicas e privadas. Atualmente, o programa está sob responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), por meio do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade e de sua Coordenação de Sistemas de Produção Integrada. A adesão à Produção Integrada é voluntária, porém o produtor que optar pelo sistema terá que cumprir rigorosamente as orientações estabelecidas.

Ele poderá acessar o site do Ministério da Agricultura ou contatar o Inmetro para saber como proceder para adotar esse sistema de produção, inclusive verificar se o produto que deseja produzir já tem norma técnica publicada. Se tiver, então o Inmetro fornecerá a lista de empresas credenciadas ou acreditadas para certificar aquele produto em Produção Integrada. Caso não tenha norma, então o Mapa analisará a proposta do setor e as construirá diretrizes, as quais são elaboradas por comitês formados por especialistas de órgãos públicos e privados, além de representantes de cooperativas e empresas. As regras estão relacionadas à capacitação de trabalhadores rurais, manejo, responsabilidade ambiental, segurança alimentar e do trabalho e rastreabilidade.

Em 2010 foi publicada a Instrução Normativa nº 27 que institui o marco legal da Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil) e valida normas técnicas específicas para ter o selo oficial de certificação, em produtos de origem animal e vegetal.

Operacionalização da Ação:

Reuniões para a Implementação das Normas de Produção Integrada do Tabaco - durante o ano de 2010 a DPDAG participou de reuniões com o comitê gestor do Projeto de Produção Integrada do Tabaco (PITAB).

As reuniões culminaram com a entrega das diretrizes, normas e regulamentos oficialmente à SDC/MAPA para análise e publicação. Na oportunidade foi apresentado aos empresários, técnicos, pesquisadores e entidades de classe representativas, que a Produção Integrada do Tabaco é um sistema moderno de produção, garantindo melhor qualidade ao produto, permitindo sua valorização, maximização dos lucros e a sustentabilidade econômica e ambiental, as quais se tornam vantagens competitivas na conquista por novos mercados, além de permitir maior credibilidade do produto quanto à sua qualidade e rastreabilidade, promovendo o desenvolvimento social com a geração de emprego e renda aos produtores.

Reuniões para a Implementação das Normas de Produção Integrada da Uva de Produção - por iniciativa da EMBRAPA (CNPUV - Centro Nacional de Pesquisa da Uva e do Vinho) a DPDAG participou de reuniões com produtores e agroindustrias envolvidas no Projeto da Produção Integrada de Uva para Processamento – Vinho e Suco. Esse visa elaborar, validar e disponibilizar à sociedade brasileira as Normas Técnicas da Produção Integrada de Uva para Processamento – Vinho e Suco.

No Rio Grande do Sul o projeto será implantado na Serra Gaúcha e na Região da Campanha. Nestas regiões, serão instaladas parcelas experimentais onde serão avaliadas as cultivares mais importantes de uva, de acordo com sua representatividade de cultivo. Em 2010 foram instaladas, quatro parcelas experimentais e/ou unidade demonstrativa.

No Sistema da Produção Integrada prevalecem as normas e critérios de manejo definidos na Instrução Normativa MAA 20/2001 e Instrução Normativa MAA 11/2003, tendo como principais características as seguintes:

- o manejo da cultura deve maximizar a entrada de luz no dossel vegetativo, promover o desenvolvimento equilibrado das plantas, permitir a produção de fruta de alta qualidade e regular a produção de acordo a capacidade das plantas;
- os agroquímicos somente podem ser utilizados quando indicados pelos resultados de análises, do monitoramento de pragas e moléstias ou quando recomendados pelos técnicos responsáveis, mas desde que estejam

registrados para a cultura no MAPA e que sejam respeitados as doses de aplicação e os prazos de carência constantes no rótulo do produto.

Durante as reuniões pode-se perceber que a cadeia produtiva da uva e vinho está muito interessada no projeto, principalmente os exportadores de suco de uva que sofrem com as exigências do mercado externo. Infelizmente, apesar de ser um projeto vital para produção vitivinícola gaúcha e brasileira a SDC/MAPA ainda não disponibilizou recursos para esse projeto aqui no estado. Até o momento os recursos são oriundos da EMBRAPA e dos próprios produtores envolvidos.

Reunião para Discussão da Produção Integrada da Erva-mate - o objetivo da reunião era discutir os gargalos da cadeia produtiva da erva-mate e apresentar uma proposta de Produção Integrada.

O evento contou com a presença de 22 participantes, sendo: 2 representantes da SDC/MAPA, 9 representantes da SFA-RS/MAPA (DPDAG, SSV, SIPOV, UTRA Passo Fundo, UTRA Ijuí, UTRA Santa Maria, UVAGRO Aceguá), 1 representante da DPDAG/SFA-SC/MAPA, 5 representantes da EMATER-RS, 1 representante da UNISC, 1 representante da UFRGS, 3 representantes da EPAGRI-SC.

Da reunião ficaram acertadas as seguintes ações para 2011:

- realização de uma reunião com a EMATER-RS para aprofundar a discussão de como os programas de certificação da erva-mate e do PI Brasil podem ser integrados.
- realização uma reunião que inclua também representantes dos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul e os representantes das ervateiras.
- verificação a possibilidade de apoiar um novo projeto de estudo da cadeia produtiva da erva mate com prospecção de novos produtos e de mercados.
- Prospecção da possibilidade de apoiar a realização de um workshop sobre a cadeia produtiva da erva-mate.
- Prospecção de um coordenador para trabalhar com o PI da erva-mate.

Reunião com a Cadeia Produtiva das Oliveiras - a reunião foi realizada na sede da SFA-RS e teve como objetivo uniformizar informações sobre as ações que as diversas entidades desenvolvem em prol da produção de oliveiras nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Também se pretendia discutir a necessidade de formulação de um sistema de produção integrada de oliveiras para o país.

O evento contou com a presença de 42 participantes, sendo: 2 representantes da SDC/MAPA, 11 representantes da SFA-RS/MAPA (DPDAG, SSV, SIPOV, UTRA Passo Fundo, UTRA Ijuí, UTRA Santa Maria, UVAGRO Aceguá e UTRA Pelotas.), 1 representante da DPDAG/SFA-SC/MAPA, 1 representante da EMBRAPA Clima Temperado, 1 representante da UFPEL, 2 representantes da EMATER, 1 representante do SINDITABACO, 2 representantes da EPAGRI-SC, 2 Prefeitos municipais, 9 representantes de prefeituras municipais, 3 representantes de associações de produtores, 9 produtores de oliveiras.

Ao final da reunião ficou acordado entre os participantes que, apesar da cadeia produtiva das oliveiras ainda estar em formação, há necessidade de implantar um projeto de Produção Integrada. Em 2011 a DPDAG em conjunto com a SDC e demais entidades deve trabalhar nesse sentido.

Realização do Encontro do Projeto de Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Microbacia Hidrográfica (PISA) - a DPDAG, juntamente com a Agropecuária Cerro Coroadó, a UFRGS e o Comitê Técnico Gestor (CTG Missões) do consórcio MAPA/CNPq/UFPR realizaram o 8º Dia de Campo em Integração Lavoura-Pecuária e o 3º Encontro do Projeto de Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Microbacia Hidrográfica (PISA), no município de São Nicolau.

O evento apresentou a Unidade de Capacitação da Fazenda do Espinilho, onde um experimento de produção de soja integrada com a engorda de novilhos vem sendo conduzido. Foi demonstrada a evolução do sistema sob perspectiva de longo prazo, pois o experimento encontra-se em seu 10º ano consecutivo, conduzido de forma multidisciplinar pelos Departamentos de Solos, de Fitotecnia e de Plantas Forrageiras e Agrometeorologia da UFRGS. Os mais de 400 produtores que participaram do evento tiveram a possibilidade de verificar como os benefícios da agricultura conservacionista podem ser potencializados pela integração com animais em pastejo, diminuindo riscos e aumentando a renda no campo.

Para a viabilização do evento foram empregados recursos financeiros para o deslocamento dos servidores da UFRGS e de prefeituras, além de representante da DPDAG.

Reunião Técnica das Coordenações de Produção Integrada da Cadeia Agrícola e da Cadeia Pecuária com Técnicos dos SEPDAG/SFA

Período: de 27 a 29 de abril em Florianópolis.

Essa reunião tinha como objetivo apresentar, debater, planejar e consolidar as ações de interesse das Coordenações de Produção da Cadeia Agrícola (CPIA) e da Cadeia Pecuária (CPIP) e das SFA's. Participaram um técnico da DPDAG e um da UTRA de Ijuí.

Iº Seminário Internacional sobre Marcas de Qualidade

Período de 19 a 21 de maio em São Paulo (SP).

Este seminário teve como objetivo o intercâmbio de informações no contexto internacional sobre medidas adotadas pelos países participantes quanto valorização dos produtos agroalimentares através das marcas de qualidade e a adoção das estratégias públicas para divulgação entre consumidores e inserção nos mercados. Um dos temas abordados foi "Sistemas Certificáveis de Produção Sustentável" onde foi abordado por palestrante da SDC o tema "Produção Integrada".

Iº Workshop Nacional sobre Boas Práticas e Certificação na Agropecuária

Período: de 23 e 24 de agosto em Brasília.

A SDC, entendendo a importância das Boas Práticas Agropecuárias e do Sistema Agropecuário de Produção Integrada, que resultam na identificação e na busca da qualidade na produção pecuária, promovendo a segurança ambiental, a saúde e bem-estar dos trabalhadores rurais e ainda a produção de alimentos seguros, promoveu o I Workshop Nacional sobre Boas Práticas e Certificação na Agropecuária. Um técnico da DPDAG participou do evento.

Indicadores:

Eficiência da Ação de Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas -os indicadores de eficiência são utilizados para avaliar a capacidade de um processo em converter insumos em produtos.

Para a Ação Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas indicadores de eficiência são informados na tabela a seguir.

Tabela – Resultados Físicos e Financeiros da Ação no Exercício de 2010 :

ANO	2010
Total de Recursos Aplicados	R\$ 17.508,37
Número de Projetos de Produção Integrada Assistidos	4
Custo por Projeto ou Potencial Assistidos	R\$ 4.377,09

Eficácia da Ação de Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas - o indicador de eficácia visa avaliar se uma instituição/atividade/programa está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o valor estimado e o realizado. Este tipo de indicador não faz juízo de valor quanto aos insumos consumidos no processo produtivo. Considerando que dos 4 projetos ou futuros projetos apoiados um já concluiu o trabalho, considera-se a ação eficaz.

Efetividade da Ação de Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - o indicador de efetividade tem o objetivo de avaliar o efeito de um determinado processo na realidade social. Um resultado será efetivo quando os impactos da atuação dão cumprimento às suas responsabilidades institucionais, às diretrizes e aos objetivos estratégicos. Avalia qualitativamente o processo, a fim de verificar a sua adequação quanto ao objetivo geral de modificar a realidade social.

A efetividade da ação não pode ser mensurada em função da estruturação da ação definida pela SDC. O MAPA não tem informações sobre o número de produtores que utilizam a certificação para a Produção Intragada, o número de certificadoras credenciadas no IMETRO, o número de propriedades, os produtos certificados e o volume de produção. Esse é um dos grandes problemas dessa ação.

Análise:

Considerando a carência de técnicos na DPDAG e a grande demanda de trabalho na análise dos planos de trabalho do PRODESA, não foi realizada uma previsão de resultados para o ano de 2010. Tomando como base o trabalho realizado com algumas cadeias produtivas em 2010 a meta para 2011 é continuar o trabalho.

Tabela - Atividades realizadas relativas ao PI APOIAGRIC no ano de 2010.

Tipo de Atividade	Quantidade
Participação em Reunião Nacional	01
Participação em Seminários e Workshop	01
Participação em Dia de Campo	01
Participação em Reuniões com Cadeias Produtivas para Discussão de Projetos de Produção Integrada	07

Os recursos financeiros disponibilizados foram utilizados na participação em reuniões e eventos. Os valores do elemento de despesa 3490.36, foram utilizados para o pagamento de diárias para colaboradores das Prefeituras Municipais de Guarani das Missões e Pirapó que auxiliaram a realização do 8º Dia de Campo em Integração Lavoura-Pecuária e o 3º Encontro do Projeto de Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Microbacia Hidrográfica (PISA) em São Nicolau.

Como mencionado anteriormente, o MAPA não tem informações sobre o número de produtores que utilizam a certificação para a Produção Intragada, o número de certificadoras credenciadas no IMETRO, o número de propriedades, os produtos certificados e o volume de produção. Esse é um dos grandes problemas dessa ação.

Sugestões, dificuldades encontradas e justificativas - na opinião da DPDAG a implementação da ação deveria ser revista e estruturada nos moldes da certificação da produção orgânica.

Ação:	8622 – Desenvolvimento do Associativismo Rural e Cooperativismo PROMOCOOP2
Tipo:	Atividade.
Produto:	Entidade Assistida.
Especificação do produto:	Assistência técnica às entidades e fomento e capacitação de agentes gestores de associações rurais e cooperativas.
Finalidade:	Fortalecer o associativismo rural e o cooperativismo, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços.
Descrição:	Organização econômica e social dos indivíduos na sociedade, cujos benefícios se revertam em avanços sociais e melhoria na qualidade de vida da sua comunidade. Contribuir para a diminuição da exclusão social, experimentada por grupos e redes sociais que não dispõem de acesso à plena participação política, econômica e social. Fomentar as estruturas associativas e apoiar as práticas de desenvolvimento inclusivo para orientar o bem estar socioeconômico da população. Apoiar a realização de diagnósticos locais ou regionais, e a elaboração de projetos que visem à agregação de valor ao produto das cooperativas. Contribuir para a geração de renda e de oportunidades de trabalho; para a otimização do processo produtivo, organizando a infra-estrutura e os serviços essenciais, agregando valor aos produtos básicos e abastecendo o mercado; para o aumento da oferta interna de alimentos, contribuindo para suprir as necessidades nutricionais da população; e para melhorar a estruturação sistêmica do setor agropecuário, com a participação organizada de produtores e consumidores ao longo das cadeias produtivas e de abastecimento.
Detalhamento:	Descentralizada, por meio de convênios com estados e municípios e de acordos de cooperação técnica com entidades representativas das associações rurais e cooperativas
Unidade	
Responsável:	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
Coordenador da	
Ação Nacional:	Daniel Amin Ferraz
Unidade Executora:	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.
Estratégia da Ação:	A missão do DENACOOOP é promover e fortalecer o associativismo rural e o cooperativismo em todos os seus ramos, visando a inclusão social, com ações que promovam o desenvolvimento humano e a geração de trabalho e de renda sustentável (arts. 5º, inciso XVIII; e 174, § 2º, da Constituição Federal, combinados com a Lei nº 8.171/91, capítulo XI, art. 45 – Lei Agrícola). O objetivo das ações do DENACOOOP é consolidar e fortalecer a atuação do sistema cooperativista em todos os seus ramos e do associativismo rural, participando dos processos de criação de empregos, de produção de alimentos, de geração e de distribuição de renda e de melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais e urbanas. Entre os projetos estratégicos do DENACOOOP estão o desenvolvimento autogestionário, o apoio ao agronegócio cooperativo, o estímulo à competitividade, e a promoção do associativismo rural e do cooperativismo em geral. É importante notar que o DENACOOOP não desenvolve, diretamente, ações executivas no seu esforço de apoio ao desenvolvimento rural. Para ampliação de sua capacidade de atuação, celebra convênios com seus parceiros e colaboradores.

Operacionalização da ação:

Participação e Divulgação do ENCOMEX MERCOSUL - nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2010, foi realizado em Porto Alegre, Centro de eventos FIERGS, a segunda edição do Encontro de Comércio Exterior - ENCOMEX MERCOSUL. Trata-se de evento de caráter internacional e formato múltiplo, que objetiva promover a aproximação entre governo e iniciativa privada, buscando soluções e alternativas para os problemas existentes no comércio exterior, bem como favorecer a integração regional e o comércio intra-bloco. O ENCOMEX MERCOSUL 2010 foi promovido de forma conjunta pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI/PR), pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS).

Para a divulgação do evento a DPDAG, em parceria com o DENACOOOP, realizou uma série de reuniões onde foram apresentadas as estratégias de atuação do Departamento. Os eventos foram os seguintes:

- audiência na Assembléia Legislativa do estado;
- participação no Programa da TV Assembléia;
- reunião com Coordenador Técnico da OCERGS;
- reunião na SFA-RS com representantes de Cooperativas;
- reunião na FARSUL;
- reunião com Pós-graduação em agronegócios da UFRGS;
- reunião na SEAPPA com o Diretor do Departamento de Planejamento e Fomento Agropecuário.

Além das reuniões foram encaminhadas correspondências eletrônicas para 234 cooperativas ligadas ao setor agropecuário gaúcho. Técnicos da UTRA Passo Fundo e UVAGRO Aceguá/Bagé visitaram cooperativas para promover o ENCOMEX.

Durante o evento o MAPA coordenou o painel "Agronegócio Cooperativista e Integração no Mercosul", com a participação dos órgãos governamentais de cooperativas dos membros do Mercosul e também da Espanha. Foram discutidas as parcerias entre cooperativas para acesso a mercados e o cooperativismo no âmbito do Mercosul. A DPDAG representou o MAPA em seu estande institucional onde os participantes puderam ser atendidos individualmente para obtenção de informações e esclarecimentos de dúvidas referentes a assuntos, entre eles o uso de sinais distintivos na agropecuária. Foram distribuídos folhetos e publicações sobre o tema.

Participação no 9º Encontro Cooperativo dos Países de Língua Portuguesa - a Organização Cooperativista dos Povos de Língua Portuguesa (OCPLP) promoveu, de **6 a 8 de outubro de 2010**, o 9º Encontro Cooperativo dos Países de Língua Portuguesa. O encontro será na capital gaúcha, Porto Alegre (RS). O evento mostrou, além das experiências do cooperativismo brasileiro, exemplos de Angola; Cabo Verde; Moçambique; Guiné Bissau; Portugal; São Tomé e Príncipe e do Timor Leste. O evento foi uma realização em conjunto com OCB, Ocergs e OCPLP. A OCPLP foi constituída em Julho de 1997, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, é uma associação internacional que tem como objetivo a difusão do cooperativismo e a intercooperação entre as cooperativas lusófonas.

Dois técnicos capacitados em cooperativismo lotados na UTRA Passo Fundo e UVAGRO Aceguá/Bagé participaram do evento.



Análise:

O DPDAG tem procurado estabelecer um painel mais claro do cooperativismo no RS e a partir disso definir as ações estratégicas, posicionando-se neste contexto.

Como a equipe é bastante reduzida tem se avançado pouco nesta perspectiva e o DPDAG ainda tem trabalhado quase que exclusivamente no acompanhamento e vistoria in loco de convênios selecionados e firmados pelo DENACOOOP.

Considerando que os convênios são realizados diretamente pelo DENACOOOP, sem a participação da DPDAG, não é possível a realização de previsões.

Em 2010 foram acompanhados os convênios em andamento firmados em anos anteriores. Em 2010 nenhum convênio foi firmado pelo DENACOOOP na ação PI PROMOCOOP para o estado.

Ação:	4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica CERTORGAN1
Tipo:	Atividade.
Produto:	Unidade Controlada.
Especificação do produto:	Unidade produtora de produtos de origem animal ou vegetal com à certificação de que foi efetivamente produzido em conformidade com a regulamentação brasileira para produção orgânica de alimentos.
Finalidade:	Garantir ao consumidor à identidade e a qualidade dos produtos orgânicos.
Descrição:	Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.
Detalhamento:	Credenciamento e fiscalização do exercício de entidades certificadoras de produtos orgânicos por técnicos do MAPA.
Unidade Responsável:	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
Coordenador da Ação Nacional:	Rogério Pereira Dias.
Unidade Executora:	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.
Estratégia da Ação:	Os Sistemas orgânicos de produção agropecuária tem experimentado sensível aumento na demanda por seus produtos, fruto de hábitos alimentares cada vez mais saudáveis e, de forma geral, a uma maior conscientização de parte de agricultores e consumidores. Coube ao MAPA a tarefa de estruturar um sistema confiável que seja capaz de informar e assegurar a qualidade orgânica dos produtos agropecuários. Através dos PI CETORGAN são disponibilizados os recursos utilizados pela Superintendência afim de atingir este objetivo também no estado.
Análise:	O quadro reduzido de servidores no DPDAG dificulta o avanço das ações afetas ao PI CETORGAN - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica, entretanto, uma melhor articulação com o DEPROS e com instituição que trabalham com esta temática contribuirá para dar mais efetividade à ação, o que é um compromisso do MAPA especialmente porque neste ano de 2011 toda a cadeia de orgânicos terá que se enquadrar ao que estabelece a legislação. Dessa forma, o aumento do número de técnicos em muito contribuiria para um desempenho mais adequado das funções deste Ministério. Os recursos financeiros foram utilizados especialmente em viagens de orientação e auditoria, bem como para viabilizar a participação de técnicos do MAPA e colaboradores eventuais, em reuniões de nivelamento e planejamento nacionais. Neste exercício, em outubro de 2010, foi indicado um novo Coordenador Estadual da Ação. Este fato permite vislumbrar que no futuro haja uma maior efetividade nas ações.

Ação:	8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico.
	DESEENORG
Tipo:	Atividade.
Produto:	Pessoa Beneficiada.
Especificação do produto:	Produtores rurais, processadores, técnicos, consumidores e outras pessoas que de alguma maneira se beneficiarão com as ações desenvolvidas.
Finalidade:	Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; Articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agroecológicos.
Descrição:	Ampliação do número de técnicos capacitados a da assistência aos produtores para a inserção no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos que são necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos produtos orgânicos; promoção do acesso a informação, capacitação e treinamento em sistemas orgânicos de produção agropecuária, conjugando técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água; promoção e apoio a eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; Promoção do acesso ao crédito, com características diferenciadas, que considere as particularidades do sistema de produção orgânica, principalmente no aspecto referente a produtores em processo de conversão do sistema convencional para o orgânico; divulgação sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; fomento e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica entre eles a de material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico; Realização ou participação de campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais; Articulação de iniciativas para formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares, para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio de alimentos orgânicos.
Detalhamento:	Implementação de projetos de acordo com as prioridades definidas para cada unidade da federação pelas Comissões da Produção Orgânica de cada UF e em consonância com as prioridades estabelecidas com os demais parceiros. Os projetos serão executados diretamente pela Coordenação de Agroecologia, pelas Superintendências Federais de Agricultura, ou por meio de contratos ou convênios com outras instituições. Para a aplicação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica serão realizados:

O credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos no âmbito do Ministério da Agricultura, tais como alimentos, bebidas e insumos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; e implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos. Em paralelo à regulamentação e implementação das ações para a certificação e fiscalização da produção orgânica deverão estar sendo desenvolvidas ações de pesquisa, desenvolvimento, transferência e difusão de tecnologias que venham a melhorar a capacidade produtiva e a qualidade e diversidade de produtos em conformidade com os padrões de produto orgânico para que possam ser certificados. A promoção, divulgação e esclarecimento ao público sobre as normas para a produção de produtos orgânicos e sobre sua certificação deverão ter início assim que o sistema de certificação esteja implantado.

Unidade

Responsável:

Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo.

Coordenador da

Ação Nacional:

Rogério Pereira Dias.

Unidade Executora: Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.

Estratégia da Ação: Os Sistemas orgânicos de produção agropecuária tem experimentado sensível aumento na demanda por seus produtos, fruto de hábitos alimentares cada vez mais saudáveis e, de forma geral, a uma maior conscientização de parte de agricultores e consumidores. Coube ao MAPA a tarefa de estruturar um sistema confiável que seja capaz de informar e assegurar a qualidade orgânica dos produtos agropecuários. A Superintendência tem empreendido esforços com o objetivo de articular as diversas e se consiga dar mais efetividade à produção integrada no RS.

Análise:

O quadro reduzido de servidores no DPDAG dificulta o avanço das ações afetas ao PI DESENG- Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Orgânico – Pró – Orgânico, entretanto, em outubro de 2010, foi indicado um novo Coordenador Executivo Estadual da Ação, fato que permite vislumbrar no futuro haja uma maior efetividade nas ações.

A grande concentração de recursos no elemento de despesa 3390.36 deve-se ao expressivo número de ações que foram realizadas durante a semana do alimento orgânico. Estas ações são realizadas em conjunto com diversas entidades parceiras e o MAPA custeia as despesas de deslocamento e estadia dos técnicos envolvidos.

Ação:	8938 – Inspeção e Fiscalização de produtos de Origem Animal.
	INSPANIMAL3
Tipo:	Atividade.
Produto:	Estabelecimento Inspecionado.
Especificação do produto:	Alimentos inspecionados com garantia da qualidade e inocuidade.
Finalidade:	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição:	A) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; B) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida; C) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.
Detalhamento:	Realizar atividades descentralizadas relativas ao controle, inspeção e à fiscalização dos produtos de origem animal, e de forma direta para proposição de leis, decretos, normas e regulamentos sobre o setor.
Unidade	
Responsável:	Departamento de Inspeção de produtos de Origem Animal – CGI/DIPOA.
Coordenador da	
Ação Nacional:	Pedro Henrique Salgado Bueno.
Unidade Executora:	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA/DDA/SFA-RS.
Estratégia da Ação:	As ações de inspeção e fiscalização sanitária e industrial dos produtos e derivados de origem animal são de caráter indelegável, de competência do Governo Federal, sendo assim, a execução do programa dar-se-á de forma direta, através do corpo fiscal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, tendo por base o escopo das leis que regulamentam aquelas atividades.

Os recursos repassados, em 2010, atenderam a 100% do programado para execução dos objetivos a fim de atender as metas do SIPA/RS, metas estas, que muitas vezes foram emergenciais, tais como, acompanhamento de missões estrangeiras que mudaram de roteiro, incluindo o RS, ou auditorias para re-inclusões de estabelecimentos em listas de exportadores, auditorias nacionais programadas pelo DIPOA em Brasília, reuniões para revisão do RIISPOA, enfim houve várias emergências que fizeram com que alterássemos o programa de 2010.

Sendo que tivemos a cada mês, fazer nova programação pleiteando recursos para atendimento das metas do próximo mês.

Quanto a recursos humanos, temos deficiência de 65 FFA's e de 1.411 AISIPOA's, para uma lotação ideal.

Cabe-nos salientar que o Rio Grande do Sul possui um faturamento de 10,5 bilhões de reais destinados ao mercado interno, e 1.003 bilhões de dólares destinados ao mercado de exportação internacional.

O número de trabalhadores nos estabelecimentos com SIF, envolvidos diretamente é de 261.890 pessoas e indiretamente é de 1.594.500 pessoas.

Utilizamos o financeiro deste PI nas diversas ações de inspeção e fiscalização do SIPOA/SFA/RS.

Incluímos neste valor de recursos recebidos do DIPOA, as constantes emissões de ordens de serviços pelo SIPOA/RS para viagens de servidores a serviço do próprio DIPOA.

Para garantir os padrões de qualidade e conformidade dos produtos e serviços é indispensável a realização de inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, sub-produtos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de pescados, laticínios, ovos e produtos apícolas, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação.

Indicador:

Eficácia – mede o grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados.

Variação Absoluta entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada em 2010, em quantidade da meta física:

Quantidade realizada do produto 2010 (–) Quantidade programada do produto em 2010 =

533 – 533 = VA2010 zero (0)

Variação Relativa entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada em 2010, em percentagem:

$[(\text{Quantidade realizado do produto 2010} (:)\text{ Quantidade programada do produto em 2010}).100] - 100 = [(533:533).100]-100 = \text{VR2010 } 0\%$

Lembrando que no ano 2010 foi contabilizado um número maior de metas físicas, porque foram projetadas auditorias nacionais e visitas de missões estrangeiras no estado, ambas programadas pelo DIPOA em Brasília.

Em 2010 também foram executados auditorias nacionais, acompanhamento de missões estrangeiras no estado e fora deste, participações de reuniões técnicas nacionais, além de outras atividades, todas convocadas pelo DIPOA

em Brasília, e que os recursos foram repassados para o SIPOA sem programação anual, e com isso os valores Liberados e Executados está acima do valor programado, porém as metas físicas programadas pelo SIPOA estão abaixo do foi que programado para 2010, porque os recursos disponibilizados pelo DIPOA estavam incluídos para as convocações nacionais de servidores do RS.

Avaliação:

Avalia-se como bom o resultado alcançado.

Destacam-se também como resultados positivos os itens descritos abaixo, não incluídos como indicadores na tabela acima:

06 visitas de missões estrangeiras à estabelecimentos com SIF no RS;

338 Acompanhamentos de eventos de capacitação realizados pelo Estado ou Participação em eventos organizados pelo DIPOA ou externos;

764 autos de infrações aplicados, com observância que naqueles que resultaram em multa, os valores foram recolhidos ao tesouro nacional e, ou estão em cobrança em Dívida Ativa da União;

245 Auto de Multas com pagamento efetuado, totalizando um valor R\$1.495.731,84 em 2010.

6.671 amostras de produtos de origem animal coletadas por servidores lotados no SIPOA/RS, nos SIF's, mercados de consumo, importadores, exportadores e analisadas em laboratórios oficiais do MAPA e credenciados pelo MAPA;

45 Auditorias Nacionais realizadas;

Lembramos também que recebemos recursos para manutenção, funcionamento e compra de material permanente para utilização na fiscalização.

Análise:

O Rio Grande do Sul é hoje um grande exportador de produtos de origem animal, comercializando seus produtos em mais de cento e oitenta países. Esta projeção internacional é obtida pela credibilidade e seriedade da marca SIF que ao ser reconhecida e aceita internacionalmente, gera em nosso país significativos impactos sócio-econômicos com o aumento de divisas, geração de empregos e conseqüente inclusão social.

Em 2010 o SIPOA/RS procurou atender dentro do possível todas as demandas para garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal, com seu quadro de servidores hoje com 106 Fiscais Federais Agropecuários, 268 Agentes de inspeção de produtos de origem animal, 2 Agentes de atividade agropecuária, 4 Agente administrativo, 29 Auxiliar de inspeção conveniado, 9 Auxiliar operacional agropecuário, 51 Médicos Veterinários conveniados e 1382 servidores cedidos pelas empresas através do artigo 102 do RIISPOA e com déficit de 65 FFA's e de 1.411 AISIPOA's. Conseguimos, mesmo não sendo o ideal, realizar treinamentos para atualização dos servidores em normas do mercado internacional e do mercado nacional, criando com isso uma harmonia em procedimentos nas IIFF's e um maior controle dos produtos de origem animal que seguem para o consumo.

Temos como fato positivo além da segurança alimentar propiciada ao consumidor, termos recebido dotação orçamentária acima do programado, porém, como fato negativo não termos conseguido realizar um número maior de supervisão e coletas de produtos para análises em laboratórios para um controle mais amplo no consumo, tendo em vista a cedência dos FFA's, ao longo do ano, para realizar auditorias para o DIPOA/SDA, com isso

prejudicando a execução das metas físicas deste SIPOA/RS, nas empresas com SIF do RS.

Ação:	8593 – Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas - ORGMANEJO .
Tipo:	Atividade.
Produto:	Pessoa Beneficiada.
Especificação do produto:	Pessoas beneficiadas em projetos de manejo e conservação sustentável dos recursos naturais.
Finalidade:	Promover a atividade agropecuária, de forma integrada, competitiva e sustentável, mediante o estímulo à difusão e adoção de práticas conservacionistas de uso e manejo dos recursos naturais direta ou indiretamente vinculados ao processo produtivo, principalmente do solo e da água, com vistas a garantir a produção de alimentos, fibras e matérias primas, aumentar as disponibilidades hídricas em termos qualitativos e quantitativos, bem como promover o aumento da produtividade agropecuária.
Descrição:	Fomento a utilização de práticas conservacionistas, de natureza preventiva e corretiva, como o sistema plantio direto na palha, integração lavoura-pecuária, para a otimização do uso da água, a valorização da biodiversidade, fundamentada na concepção e gestão da bacia hidrográfica (microbacia) como unidade territorial de planejamento. Capacitação, a realização de cursos, seminários, dias de campo, implantação de unidades demonstrativas e pilotos, produção e difusão de material técnico e instrucional. - Identificar e estratificar os resíduos e dejetos oriundos do setor agropecuário com potencial econômico de aproveitamento; - Identificar tecnologias disponíveis e linhas de financiamento que estimulem a utilização racional de resíduos e dejetos no setor agropecuário; - Realizar ou apoiar campanhas, mostras, exposições, cursos e outros eventos que tratem sobre o manejo e uso racional de resíduos e dejetos do setor agropecuário; - Articular com outras instituições do setor público e privado, em nível nacional, regional e local, para a promoção e desenvolvimento de tecnologia apropriada ao aproveitamento de resíduos e dejetos do setor agropecuário; - Articulação para criação e implementação de instrumentos que viabilizem economicamente a adoção dessas técnicas, no sentido de estimular o setor a participar do mercado de créditos de carbono no contexto do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, constituindo-se em mais uma alternativa de renda ao produtor, além dos benefícios relativos ao meio ambiente. - Estimulo ao setor produtivo agropecuário a adotar técnicas que permitam a agregação de valor aos atuais resíduos e dejetos de seus processos produtivos, bem como promover a diminuição dos impactos ambientais negativos gerados pelo uso e manejo inadequados dos mesmos, bem como reduzir os custos de produção.
Detalhamento:	Esta ação poderá apresentar execução direta ou indireta, por meio de projetos específicos, contratos com atores privados, ONG e entidades representativas da sociedade civil; convênios e acordos com órgãos públicos das várias esferas; participação em iniciativas e programas das várias esferas governamentais e não governamentais. Envolve ainda a mobilização de parceiros institucionais nas áreas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.
Unidade Responsável:	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo.
Coordenador da Ação Nacional:	Elvison Nunes Ramos.

Unidade Executora: Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.

Estratégia da Ação: Segundo a Portaria Ministerial do MAPA nº 478 de 09/06/2010, em seu Artigo 27, compete à DPDAG promover, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos, em especial no que se refere a proteção, manejo e conservação de solo e água; agricultura irrigada; plantio direto e recuperação de áreas agricultáveis, pastagens e agroflorestais degradadas, florestas plantadas e sistemas de integração de lavoura, pecuária e floresta.

Durante o ano de 2008 foram firmados convênios com entidades do estado para recuperar e conservar solos em áreas degradadas. O acompanhamento “in loco” dessas atividades ocorreram em 2009 e 2010.

Durante a Expodireto, em Não-me-toque, e a Expointer, em Esteio, duas grandes feiras internacionais do agronegócio, os técnicos do DPDAG estavam presentes na “Casa do MAPA”, quando foram distribuídos publicações sobre Integração Lavoura Pecuária, Integração Lavoura Pecuária e Silvicultura (ILPS) e prestados esclarecimentos sobre o tema para o público interessado.

Análise:

No ano de 2009 e 2010 não foram realizados convênios nesse plano interno.

Por iniciativa de técnico da UVAGRO-Aceguá-Bagé, Prefeitura Municipal de Bagé, EMBRAPA e EMATER foi elaborado um projeto de integração agrossilvipastoril. O projeto consiste na implantação de 20 unidades agrossilvipastoris em propriedades rurais e 02 unidades em instituições de pesquisa na região da Campanha do Rio Grande do Sul no município de Bagé. O convênio tem como objetivos: viabilizar renda adicional aos produtores, produzir madeira para uso na propriedade rural, recuperar áreas degradadas por meio do plantio florestal, reduzir a pressão da agropecuária nas áreas de vegetação nativa, melhorar o conforto térmico aos animais e promover pesquisa regional sobre o sistema agrossilvipastoril. O município tem disponibilidade de mão-de-obra para exercer o sistema de agrossilvipastoril, sendo necessária, porém a capacitação dos produtores. Os solos têm aptidão para o desenvolvimento desta atividade, que não representa concorrência com as demais, já desenvolvida na região da Campanha. Existe um consumo significativo e permanente de madeira com a necessidade de recomposição da cobertura de florestas nativas e plantadas.

Apesar do Projeto de Integração Agrossilvipastoril ser pertinente à Ação de Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas, o convênio foi realizado através do PI APPRODUTOR.

Ação:	8598 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias – APOIO PEC.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Pessoa Beneficiada.
Especificação do produto:	Nº de entidades (instituições de Ensino e Pesquisa, Extensão Rural, Órgãos de Governo Federal, estadual e Municipal, Associações de Produtores, Cooperativas e entidades afins) que serão atendidas, seja por análise de documentos, assinatura de convênios ou fiscalizações realizadas.
Finalidade:	Apoiar a organização da base produtiva das cadeias pecuárias, por meio de projetos de Produção Integrada, de Boas Práticas Pecuárias e de Desenvolvimento Agropecuário do Suporte à Produção Integrada, com a seleção, multiplicação e preservação do material genético animal e a melhoria da eficiência da produção pecuária.
Descrição:	Coordenação e identificação dos processos de industrialização, logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio ante o panorama atual marcado pelos diagnósticos e tendências identificadas, demandando estratégias de gestão e, sobretudo, capacidade de identificação do consumo interno e de acesso aos mercados globais; Implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada - SAPI, que é caracterizado por exploração agropecuária sustentável, em conformidade com protocolos formais de Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade, inocuidade e rastreabilidade, tanto para os agro-alimentos, quanto para os produtos não alimentares, subprodutos e resíduos agroindustriais, permitindo aos agentes envolvidos na cadeia produtiva condições de competitividade em relação ao cenário agropecuário nacional e internacional.
Detalhamento:	A ação será feita pela regulamentação e apoio a Provas Zootécnicas, a Provas de Performance, Atividades Turfísticas e Hípicas, ao Serviço de Registro Genealógico e aos Programas de Melhoramento Genético, por meio de análise documental e convênios com instituições de Ensino e Pesquisa, Extensão Rural, Órgãos de Governos Federal, Estadual e Municipal, Associações de Produtores, Cooperativas e entidades afins; além de, fiscalizar "in loco" a conformidade dos serviços e programas realizados por estas entidades quanto às legislações vigentes e outros documentos regulatórios próprio das mesmas, enviados ao MAPA.
Unidade	
Responsável:	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo.
Coordenador da	
Ação Nacional:	Felipe José Carvalho Corrêa.
Unidade Executora:	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.
Estratégia da Ação:	As ações relativas ao Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias se dão pela participação de representantes do MAPA junto às reuniões dos Conselhos Deliberativos Técnicos das entidades delegadas para a execução de registro genealógico, bem como nas atividades relativas a fiscalizações e auditorias nestas entidades. Ocorre também através do acompanhamento dos convênios firmados pelo MAPA com as diversas entidades atuantes na atividade. De outra forma, é importante também a orientação passada pelo MAPA aos interessados e envolvidos nestas atividades, sendo papel fundamental para o correto desenrolar das atividades das entidades envolvidas.

Deste modo, a atualização dos profissionais envolvidos nesta atividade também é de extrema importância, para que a correta informação seja levada aos interessados.

Os recursos financeiros recebidos foram utilizados na participação em reuniões do Conselhos Deliberativos Técnicos das entidades delegadas de registro genealógico, em acompanhamento de auditorias de entidades turfísticas, em acompanhamento de convênios e em participação de reuniões de nivelamento/atualização técnicos.

Indicadores/Análise: Os indicadores de eficiência são utilizados para avaliar a capacidade de um processo em converter insumos em produtos. Devido a subjetividade das atividades relativa a este Plano Interno, a medida dos Indicadores de Eficiência fica prejudicada, não sendo avaliada neste momento até ser recebida orientação de como deverá ser feita.

O indicador de eficácia visa avaliar se uma instituição/atividade/programa está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o valor estimado e o realizado. Este tipo de indicador não faz juízo de valor quanto as insumos consumidos no processo produtivo.

Para a Ação de Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias como não foi feita uma previsão inicial da meta a ser realizada, pois em muitos dos casos, não depende do MAPA a quantidade de atividades a ser realizada acompanhada, também não será quantificada a eficácia da atividade, até se ter orientação de como proceder esta avaliação.

Em 2010, como não houve meta proposta inicialmente, não é possível avaliar o cumprimento desta meta. Para 2011, também não será possível propor ou determinar uma meta inicial, pois não depende do MAPA a realização de reuniões dos Conselhos Deliberativos Técnicos das entidade delegadas, por exemplo. Também não depende da SFA o agendamento de auditorias de entidades turfísticas, ficando esta atividade centralizada na CPIP/SDC em Brasília.

O indicador de efetividade tem o objetivo de avaliar o efeito de um determinado processo na realidade social. Um resultado será efetivo quando os impactos da atuação dão cumprimento as suas responsabilidades institucionais, às diretrizes e aos objetivos estratégicos. Avalia qualitativamente o processo, a fim de verificar a sua adequação quanto ao objetivo geral de modificar a realidade social.

Devido a subjetividade das ações realizadas por neste Plano Interno e também a intangibilidade de seus resultados, a Efetividade desta ação também não será avaliada, até se ter uma orientação/determinação de como fazer esta avaliação.

Sugestões, Dificuldades Encontradas E Justificativas - é importante notar que a Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias, foi uma daquelas incorporadas às atividades da DPDAG com a reestruturação ocorrida em outubro de 2010.

Ação:	2272 – Gestão e Administração do Programa – GAPSDC.
Tipo:	Atividade.
Produto:	-
Especificação do produto:	-
Finalidade:	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição:	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração do programa.
Detalhamento:	-
Unidade	
Responsável:	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo.
Coordenador da	
Ação Nacional:	José Itamar Pereira.
Unidade Executora:	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.
Análise:	Os recursos dessa ação foram empregados pela DPDAG para o pagamento de servidores terceirizados, participação em reuniões nacionais da SDC, participação em eventos como a EXPOINTER, EXPODIRETO e o AVISULAT, pagamento de despesas de manutenção e uso de frota veicular, manutenção e conservação das salas e demais atividades - meio que foram necessárias.

Ação:	2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse - FISCONTRATO.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Contrato Fiscalizado
Especificação do produto:	-
Finalidade:	Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e a CAIXA para operacionalização dos contratos de repasse.
Descrição:	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Detalhamento:	Fiscalização, por amostragem de contratos de repasse, firmados com o Ministério da Agricultura, mediante descentralização de créditos às Superintendências Regionais de Agricultura para disponibilização de veículos e pessoal (técnicos e motoristas) em diligências realizadas por iniciativa própria ou provocadas por denúncias provenientes dos vários segmentos da sociedade, inclusive de órgãos de controle interno e externo. Como subsídio a essas atividades são promovidos treinamentos e atualizações de técnicos em cada Superintendência quanto ao Contrato de Prestação de Serviço MAPA/Caixa Econômica Federal e aos procedimentos de acompanhamento e fiscalização de contratos de repasse, em conformidade com aspectos legais. Mediante correspondência e vistas em loco as entidades beneficiadas são orientadas para que apresentem projetos consoantes à legislação vigente, com maior alcance social, custos adequados e compatíveis com a aptidão da região.
Unidade	
Responsável:	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo.
Coordenador da	
Ação Nacional:	Luciana Padilha.
Unidade Executora:	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.
Estratégia da Ação:	A gestão do Contrato de Prestação de Serviço (CPS) MAPA/CAIXA encontra-se sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC, tendo como Gerente Executivo do PRODESA o Diretor de Programas dessa Secretaria. As ações que compõem o PRODESA, no entanto, são coordenadas pela Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais – CGPI/SDC e fiscalizadas pelo Departamento de Infraestrutura e Logística – DIEL/SDC por meio de um Plano Interno – PI específico, denominado de Fiscalização de Contratos de Repasse, internamente intitulado de FISCONTRATO. De acordo com a Portaria MAPA nº 1.232/2008, as ações do PRODESA, que envolvem somente investimentos, objetivam viabilizar infraestrutura às comunidades rurais, agricultores e suas associações, contemplando atividades competentes à Coordenação de Infraestrutura Rural – CIER. Assim, para garantir o cumprimento das suas atribuições regimentais no tocante a informações sobre a implementação dos investimentos voltados para a infraestrutura rural, incluindo-se aqueles oriundos do PRODESA, coube à CIER o atendimento aos órgãos de controle internos e externos, às demais Unidades Gestoras do MAPA e, em geral, à sociedade brasileira.

Os DPDAGs das SFAs têm sua participação no processo de contratação dos recursos do PRODESA prevista na mesma Portaria nº 1.232/2008, que condiciona a aprovação das propostas à análise e respectiva assinatura dos Planos de Trabalho pelo Superintendente Federal de Agricultura em cada Estado, entre outras incumbências.

É nesse arcabouço institucional que se dá o atendimento às diversas formas de acompanhamento dos contratos de repasse, seja por denúncias encaminhadas ao MAPA (a partir da Controladoria-Geral da União, do Tribunal de Contas da União, Ministérios Públicos Federais e Estaduais e da Ouvidoria do MAPA), ou através de intervenções planejadas de fiscalização, por iniciativa própria e de demandas internas.

Então, quando há alguma demanda contendo elementos que propõem a realização de fiscalização in loco, a CIER atua diretamente no levantamento das informações sobre os fatos denunciados junto à CAIXA, quanto à consecução do objeto do contrato, e junto às SFAs, em relação ao cumprimento dos objetivos e atendimento aos beneficiários, podendo ser necessário o deslocamento até o município atendido para verificar a pertinência da denúncia.

Visando ao melhor aproveitamento dos recursos do PI FISCONTRATO e à redução do número de denúncias recebidas todos os anos envolvendo os contratos de repasses federais, a CIER elaborou o Plano de Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos de Repasse por método de amostragem, quando foram estabelecidos critérios para implementar a fiscalização dos objetos dos contratos de repasse com a proposta de descentralizar a execução das atividades do gênero para as Superintendências, não só por representar legítimo interesse do MAPA, mas também para satisfazer orientações/determinações providas da Controladoria -Geral da União – CGU-PR e/ou do Tribunal de Contas da União – TCU.

A ação visa a fiscalização, por amostragem, de contratos de repasse, firmados com o MAPA, mediante descentralização de créditos às SFAs para disponibilização de veículos e pessoal em diligências realizadas por iniciativa própria ou provocadas por denúncias provenientes dos vários segmentos da sociedade, inclusive de órgãos de controle interno e externo.

Como subsídio a essas atividades devem ser promovidos treinamentos e atualizações de técnicos em cada Superintendência quanto ao Contrato de Prestação de Serviço MAPA/CAIXA e aos procedimentos de acompanhamento e fiscalização de contratos de repasse, em conformidade com aspectos legais. Mediante correspondência, telefonemas, correio eletrônico e visitas in loco as entidades beneficiadas são orientadas para que apresentem projetos consoantes à legislação vigente, com maior alcance social, custos adequados e compatíveis com a aptidão da região.

Inicialmente, a CIER efetua, em cada ano, a amostragem aleatória dos contratos de repasse celebrados pelo MAPA nos últimos cinco anos, retroativamente a partir do exercício em curso, estimando-se a porcentagem em relação ao número de contratos celebrados por Unidade Federativa. Para o estado do Rio Grande do Sul foram selecionados 50 contratos para serem fiscalizados no ano de 2010, sendo 06 do ano de 2005, 17 de 2006, 18 de 2007 e 09 de 2009.

As fiscalizações do gênero foram executadas por intermédio do DPDAG, e exercida por Fiscal Federal Agropecuário acompanhado por servidor efetivo de nível superior.

Os servidores designados para as fiscalizações emitiram relatórios descritivos e sobre a situação encontrada, ao DPDAG que os encaminha ao DIEL/SDC.

A adoção de providências para a correção de impropriedades eventualmente observadas deve ser conduzida pela própria Superintendência, comunicando os fatos aos órgãos de controle e solicitando os esclarecimentos à CAIXA, diretamente às suas Gerências de Desenvolvimento Urbano – GIDUR/CAIXA, responsáveis pelo acompanhamento do contrato de repasse. Essa ação será efetuada em 2011.

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental.

Indicadores/Análise:Eficiência da Ação de Fiscalização de Contratos de Repasse - Os indicadores de eficiência são utilizados para avaliar a capacidade de um processo em converter insumos em produtos. Para a Ação de Fiscalização de Contratos de Repasse os indicadores de eficiência foram informados na “Tabela – Resultados Físicos e Financeiros da ação nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 do PI – FISCONTRATO”.

ANO	2008	2009	2010	TOTAL
Nº de Contratos Fiscalizados	1	84	50	135
Recursos Executados	R\$ 8.800,00	R\$ 27.898,17	R\$ 10.910,37	R\$ 47.608,34
Recursos Executados por Contrato Fiscalizado	R\$ 8.800,00	R\$ 332,12	R\$ 218,21	R\$ 352,65
Municípios Fiscalizados	1	37	14	52
Recursos Executados por Município Fiscalizado	R\$ 8.800,00	R\$ 754,00	R\$ 779,31	R\$ 915,54

Os recursos empregados em 2008 para a realização de reuniões em UTRAs para divulgar a existência e o funcionamento do PRODESA, culminando com o 1º Treinamento para a Execução de Atividades dos DPDAGs da Região Sul em 2009, foram fundamentais para a execução da meta nesse ano. Por isso, os resultados físicos e financeiros devem ser validados levando-se em consideração os três anos.

A designação dos servidores para a realização da fiscalização do contrato de repasse teve como priorização a lotação do mesmo, visando a redução dos custos com deslocamento. Foram envolvidos servidores do DPDAG (Porto Alegre) das UTRAS de Santa Maria, Lajeado, Passo Fundo, Pelotas, Ijuí, Bagé e das UVAGROS de Porto Xavier e São Borja.

Considerando que o maior custo da ação é, atualmente, a capacitação dos servidores e o deslocamento ao município a ser fiscalizado, o indicador “Recursos Executados por Município Fiscalizado” é mais significativo do que o indicador “Recursos Executados por Contrato Fiscalizado”. Assim, quanto maior for o número de municípios fiscalizados maior será o custo da ação. O fato de terem sido fiscalizados 50 contratos em apenas 14 municípios reduziu a aplicação e recursos necessários.

Eficácia da Ação de Fiscalização de Contratos de Repasse - O indicador de eficácia visa avaliar se uma instituição/atividade/programa está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o valor estimado e o realizado. Este tipo de indicador não faz juízo de valor quanto aos insumos consumidos no processo produtivo.

Para a Ação de Fiscalização de Contratos de Repasse o indicador de eficácia foi informado na “Tabela – Metas e Resultados Físicos da Ação no Exercício 2010 do PI – FISCONTRATO”.

Tabela – Metas e Resultados Físicos da Ação no Exercício 2010 do PI - FISCONTRATO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO %
Fiscalização de Contratos de Repasse	48	50	104%

Tabela – Origem da Demanda para a Ação de Fiscalização de Contratos de Repasse nos Exercícios de 2008 a 2010.

ANO	2008	2009	2010	TOTAL
Contratos Fiscalizados por Iniciativa do DPDAG	0	0	0	0
Contratos Fiscalizados por Amostragem (DIEL)	0	82	48	130
Contratos Fiscalizados por Demandas Externas (Órgãos de Controle)	1	2	2	5
% Contratos Fiscalizados por Iniciativa do DPDAG	0%	0%	0%	0%
% Contratos Fiscalizados por Amostragem (DIEL)	0%	98%	96%	96%
% Contratos Fiscalizados por Demandas Externas (Órgãos de Controle)	100%	2%	4%	4%

Cumprimento das Metas Físicas da Fiscalização de Contratos de Repasse - em 2010 as ações superaram a meta física estabelecida que era o número de contratos a serem fiscalizados por amostragem, pois houve uma demanda externa para a fiscalização de 2 contratos oriunda da CGU-PR.

Efetividade da Ação de Fiscalização de Contratos de Repasse - o indicador de efetividade tem o objetivo de avaliar o efeito de um determinado processo na realidade social. Um resultado será efetivo quando os impactos da atuação dão cumprimento às suas responsabilidades institucionais, às diretrizes e aos objetivos estratégicos. Avalia qualitativamente o processo, a fim de verificar a sua adequação quanto ao objetivo geral de modificar a realidade social.

A adoção de providências para a correção de impropriedades eventualmente observadas nos contratos fiscalizados deve ser conduzida pela própria Superintendência, comunicando os fatos aos órgãos de controle e solicitando os esclarecimentos à CAIXA, diretamente às suas Gerências de Desenvolvimento Urbano – GIDUR/CAIXA, responsáveis pelo acompanhamento do contrato de repasse.

O indicador de Resultado Estratégico, relativo ao PI FISCONTRATO se refere ao “percentual de contratos de repasses regulares”, ou seja, dentro daqueles contratos de repasse fiscalizados, quantos não apresentam não

conformidades ou irregularidades. Desta forma, este indicador, avalia não somente a execução da ação de fiscalização dos contratos de repasse, mas também todo o processo de repasse de recursos, auferindo se o objetivo dos investimentos, visando viabilizar infraestrutura às comunidades rurais, agricultores e suas associações, está sendo atingido.

Tabela – Percentual de contratos de repasse fiscalizados regulares.

ANO	2008	2009	2010	TOTAL
Contratos Fiscalizados pelo DPDAG	1	84	50	135
Contratos Fiscalizados considerados regulares		64	49	111
Percentual de contratos de repasse regulares		76,2%	98%	82,2%

No ano de 2009 as irregularidades encontradas durante a fiscalização dos contratos de repasse são apresentadas na tabela a seguir.

Tabela – Tipos de irregularidades encontradas em fiscalização de contratos de repasse no ano de 2009.

Tipos de Irregularidades	Nº de Ocorrências
Subutilização do objeto do contrato	04
Objeto não encontrado	02
Objeto em desvio de finalidade	02
Equipamentos desprotegidos ou em local inadequado para depósito	07
Contrato de concessão de uso irregular	02
Deficiência no registro de utilização dos objetos	02

No ano de 2010, somente um dos contratos de repasse fiscalizado foi considerado irregular. A irregularidade encontrada foi que o objeto do contrato estava em desuso. Cabe salientar que a falta de adesivo ou placa de identificação do convênio, ou a presença de adesivos desgastados não foi considerada como irregularidade, pois em alguns casos a situação foi corrigida imediatamente pela aposição de novos adesivos. Em outros casos, novos adesivos foram encaminhados ou foi solicitada a confecção e colocação dos mesmos pela prefeitura responsável.

No ano de 2011 será realizada uma nova fiscalização dos contratos de repasse considerados irregulares, a fim de se detectar se foram tomadas medidas para sanar as irregularidades detectadas.

Ação:	8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - APPRODUTOR.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Produtor Atendido.
Especificação do produto:	Produtor atendido pelas melhorias promovidas na ação.
Finalidade:	Apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.
Descrição:	Criação de incentivo e fomento a pequena produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, correção de solos, construção de pequenos abatedouros de animais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas e equipamentos de pequeno porte. Elaboração de estudos e diagnósticos técnicos, implantação, acompanhamento da execução e avaliação de projetos para o desenvolvimento sustentável, visando o aumento da produção, produtividade, processamento, garantia da qualidade, armazenamento, comercialização e melhoria na logística de transporte para redução dos gargalos ao escoamento da safra agropecuária.
Detalhamento:	Consórcios intermunicipais, parcerias com estados e municípios, de forma direta ou por meio de convênios e contratos.
Unidade Responsável:	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo.
Coordenador da Ação Nacional:	Reinaldo Vergara.
Unidade Executora:	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.
Estratégia da Ação:	A Ação é implementada através de parcerias com estados e municípios, de forma direta ou por meio de convênios e contratos.

Implementação Da Ação Através De Contratos De Repasse

Em 2010, para a ação de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário, foi realizado um contrato de repasse no valor de R\$ 995.000,00 com o município de Trindade do Sul. O projeto foi para a construção da segunda etapa de construção de um frigorífico para o abate de aves. Serão beneficiadas diretamente mais de 500 famílias.

Implementação Da Ação Através De Convênios

Em 2010, para ações de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário, foram realizados 20 convênios no valor de R\$ 2.252.104,08. A maioria dos convênios (55%) teve como objeto o apoio a realização de eventos. Os dados estão descritos na tabela a seguir.

Tabela – Tipo de Objetos, Número e Valor dos Convênios para o Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário do Estado do Rio Grande do Sul no Ano de 2010.

Tipo de Convênio	No. De Convênios	% No. De Convênios	Valor dos Convênios	% Valor dos Convênios
Apoio a Realização de Evento	11	55%	R\$ 1.046.655,78	46%
Apoio Projeto Agrossilvipastoril	1	5%	R\$ 145.710,00	6%
Confecção de Material de Divulgação	1	5%	R\$ 136.000,00	6%
Estudo de Cultivares	1	5%	R\$ 141.968,30	6%
Recuperação de Solos	6	30%	R\$ 781.770,00	35%
Total	20	100%	R\$ 2.252.104,08	100%

É importante notar que a DPDAG é responsável apenas pelo acompanhamento “in loco” dos convênios selecionados pela SDC.

Implementação Da Ação de Forma Direta

A ação direta da DPDAG para o Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário foi através da participação na “Casa do MAPA” na Expodireto, em Não-me-Toque e na Expointer, em Esteio, quando foram divulgadas informações sobre a Ação ao público presente.

Os produtores beneficiados são apenas aqueles atendidos através dos contratos de repasse. Seria fundamental poder mensurar o número de pequenos e médios produtores atendidos através dos convênios firmados, porém com a introdução do SICONV e a consequente alteração da apresentação do plano de trabalho, essa tarefa ficou muito difícil. Seria recomendável, aos analistas das propostas de convênios da SDC, que solicitassem a inserção de uma declaração informando o número de produtores atendidos pelo convênio. Essa declaração é solicitada pela DPDAG, quando da análise das propostas de contrato de repasse.

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Para tanto, a seguir são informados os que servem para embasar essa avaliação.

Muitos dos recursos financeiros utilizados em 2010 foram para o acompanhamento de convenios firmados em 2009 e executados em 2010.

Indicadores/Análise: Eficiência da Ação de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

- Os indicadores de eficiência são utilizados para avaliar a capacidade de um processo em converter insumos em produtos.

Para a Ação de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário os indicadores de eficiência foram informados na tabela a seguir.

Tabela – Indicadores da Ação nos Exercícios 2008, 2009 e 2010 do PI – APPRODUTOR, Implementados Através De Contratos De Repasse e Convênios.

Indicador	2010	2009	2008	Total
Contratos de Repasse	1	2	3	6
Valor dos Contratos	R\$ 995.000,00	R\$ 1.017.000,00	R\$ 444.500,00	R\$ 2.456.500,00
Nº de Produtores Beneficiados por Recursos Transferidos Através de Contratos de Repasse	500	4.100	3.700	8.300
Valor Aplicado por Produtor Beneficiado por Recursos Transferidos Através de Contratos de Repasse	R\$ 1.990,00	R\$ 248,05	R\$ 120,14	R\$ 2.358,18
Convênios	20	21	8	49
Valor dos Convênios	R\$ 2.252.104,08	R\$ 1.723.316,62	R\$ 934.868,00	R\$ 4.910.288,70
Custo de Acompanhamento de Convênio (sem 52 e 39)	R\$ 2.048,82	R\$ 1.837,87	R\$ 5.091,66	R\$ 8.978,00

Para o cálculo do indicador “Custo de Acompanhamento de Convênio”, foram retiradas as despesas relativas as natureza de despesa 4490.52, que é de investimento em material permanente e a 3490.39 que foi principalmente utilizada no apoio a eventos.

A designação dos servidores para o acompanhamento “in loco” dos convênios teve como priorização a lotação do mesmo, visando a redução dos custos com deslocamento.

É importante notar que a maioria dos firmados no ano de 2009 convênios tiveram ações em 2010, as quais foram acompanhadas. Por isso, os resultados físicos e financeiros devem ser validados levando-se em consideração os convênios dos dois ou mais anos anteriores.

Outra constatação importante é que o custo do acompanhamento, pode variar conforme o tipo de objeto do convênio. Os convênios de apoio a realização de eventos tem um custo menor do que os demais, pois em geral o acompanhamento se dá em uma única ocasião, ao passo que para os convênios de capacitação, recuperação de solos, recuperação de estradas vicinais entre outros há necessidade da presença dos servidores em várias ocasiões. Os tipos de objetos contratados estão na tabela a seguir.

Tabela – Tipo de Convênios Número de Convênios para o Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário do Estado do Rio Grande do Sul no Ano de 2008, 2009 e 2010.

Tipo de Convênio	2010	2009	2008
Apoio a Realização de Evento	11	15	
Apoio Projeto Agrossilvipastoril	1		
Capacitação		1	
Confecção de Material de Divulgação	1	1	
Fornecimento de Insumos e Sementes	0	1	
Estudo de Cultivares	1		
Recuperação de Solos	6	3	4
Recuperação de Estradas Vicinais			4
Total	20	21	8

Eficácia da Ação de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário -

O indicador de eficácia visa avaliar se uma instituição/atividade/programa está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o valor estimado e o realizado. Este tipo de indicador não faz juízo de valor quanto as insumos consumidos no processo produtivo.

Para a Ação de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário o indicador de eficácia foi informado na a seguir.

Tabela – Metas e Resultados Físicos Da Ação no Exercício 2010 do PI - APPRODUTOR

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO %
Nº de Contratos de Repasse	-	1	-
Nº de Convênios	-	20	-

A DPDAG é responsável pela aprovação dos planos de trabalho através da análise de compatibilidade do objeto proposto com as ações do APPRODUTOR e o seu respectivo enquadramento em relação aos dados cadastrais, programáticos e orçamentário. A previsão da meta deve ser feita pela SDC, pois seleção dos projetos é por ela realizada.

A DPDAG é responsável pelo acompanhamento “in loco” dos convênios, a previsão da meta deve ser feita pela SDC, pois seleção dos projetos é por ela realizada.

Cumprimento das Metas Físicas Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - todos os acompanhamentos de convênios necessários foram realizados.

Efetividade da Ação de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - o indicador de efetividade tem o objetivo de valiar o efeito de um determinado processo na realidade social. Um resultado será efetivo quando os impactos da atuação dão cumprimento as suas responsabilidades institucionais, às diretrizes e aos objetivos estratégicos. Avalia qualitativamente o processo, a fim de verificar a sua adequação quanto ao objetivo geral de modificar a realidade social.
É difícil mensurar a efetividade dessa ação.

Ação:	2B47 – Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG - INDGRAF.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Produtor Atendido.
Especificação do produto:	Número de produtores atendidos com indicação geográfica.
Finalidade:	Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o conseqüente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.
Descrição:	Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos (capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo); - Realização de estudos e diagnósticos de produtos agropecuários, inclusive sua inserção mercadológica; - Realização de programas de cooperação técnica com potenciais parceiros institucionais; - Orientação, promoção e acompanhamento de processos de reconhecimento de produtos agropecuários protegidos como IG; - Desenvolvimento de sistemas de informação que subsidiem e tratem as questões que envolvam a IG de produtos agropecuários; - Incremento da produção de produtos agropecuários que têm potencial de reconhecimento como IG com vistas à melhoria da qualidade destes produtos; - Auditoria das cadeias produtivas protegidas como IG.
Detalhamento:	Realização de cursos, seminários, reuniões e workshops, bem como confecção e distribuição de material técnico-informativo sobre o tema; levantamento das potenciais IG de produtos do agronegócio brasileiro, com posterior criação de banco de dados para apoio e acompanhamento dos projetos de proteção das referidas IG (Diagnóstico Nacional); formação de parcerias institucionais; desenvolvimento de modelos referentes aos regulamentos técnicos para o uso das IG das diferentes cadeias produtivas; criação de cadastro nacional das IG e credenciamento de suas certificadoras.
Unidade	
Responsável:	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo.
Coordenador da	
Ação Nacional:	Patrícia Metzler Saraiva.
Unidade Executora:	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.
Estratégia da Ação:	A indicação geográfica (IG) é uma das formas de propriedade intelectual sendo uma ferramenta importante para as cadeias de produção e de inserção de produtos em mercados diferenciados. O reconhecimento de uma IG pode agregar valor econômico ao produto, fortalece a organização social dos produtores, promove o desenvolvimento socioeconômico da região e contribui para a conservação do ambiente e dos saberes locais. O registro de Indicação Geográfica (IG) é conferido a produtos ou serviços que são característicos do seu local de origem, o que lhes atribui reputação, valor intrínseco e identidade própria, além de os distinguir em relação aos

seus similares disponíveis no mercado. São produtos que apresentam uma qualidade única em função de naturais como solo, vegetação, clima e saber fazer (know-how ou savoir-faire). O Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI é a instituição que concede o registro e emite o certificado.

O Ministério da Agricultura é uma das instâncias de fomento das atividades e ações para Indicação Geográfica (IG) de produtos agropecuários. No Mapa, o suporte técnico aos processos de obtenção de registro de IG cabe à Coordenação de Incentivo à Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (CIG), do Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária (DEPTA), da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC).

No âmbito da SFA a Portaria Ministerial do MAPA nº 428 de em seu Artigo 27, I, determina que cabe à DPDAG: promover, orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário, em especial a inovação e uso da propriedade intelectual no agronegócio, especialmente em indicação geográfica de produtos de origem agropecuária e marcas coletivas e marcas de certificação no agronegócio.

Nos mercados nacional e internacional, muitos produtos são caracterizados não apenas pela marca que ostentam, mas também pela indicação da sua verdadeira origem geográfica. Esta indicação lhes atribui certa reputação, valor intrínseco e identidade própria que os distinguem dos demais produtos de igual natureza disponíveis no mercado. No transcurso da história o termo "indicação geográfica" foi sendo se firmando quando produtores, comerciantes e consumidores começaram a identificar que alguns produtos de determinados lugares apresentavam qualidades particulares, atribuíveis a sua origem geográfica, e começaram a denominá-los com o nome geográfico que indicava sua procedência.

Os produtos que apresentam uma qualidade única, explorando as características naturais, tais como geográficas (solo, vegetação), meteorológicas (mesoclima) e humanas (cultivo, tratamento, manufatura), e que indicam de onde são provenientes são bens que possuem um certificado de qualidade atestando sua origem e garantindo o controle rígido de sua qualidade, denominado de “indicação geográfica”, nas modalidades de “indicação de procedência” ou “denominação de origem”. Alguns exemplos envolvendo produtos de notável qualidade, certificados e identificados com indicações geográficas, são os vinhos tintos da região de Bordeaux, os presuntos de Parma, os charutos cubanos, os queijos roquefort, entre outros.

Nesses casos, a indicação da verdadeira origem geográfica do produto adquire a configuração de um bem, agregando valor econômico e beneficiando as pessoas estabelecidas no local de produção. Desta forma, fortalece organização social e concorre para o desenvolvimento sócio-econômico da região. Mas o reconhecimento da IG origina-se do esforço de um grupo de produtores ou de prestadores de serviço que se organizam para defender seus produtos ou serviços, motivados por um lucro coletivo.

Vantagens de se obter a IG :

A presença de um selo de IG é uma verdadeira garantia para o consumidor, indicando que se trata de produto genuíno, cuja especificidade se deva à sua origem. Deste modo, os produtos com este símbolo inspiram uma maior confiança ao consumidor. O selo IG assegura que os produtos têm:

- a- uma história;
- b- uma determinada forma de produção local;
- c- características determinadas pelo local de origem; e



d- uma boa reputação ligada às características da região. Sendo assim, a IG poderá gerar, além da fidelização do consumidor, renda e emprego. Resumidamente, os efeitos de uma IG podem ser visualizados em três diferentes campos:

- a- No desenvolvimento econômico e social da área geográfica, pois estimula investimentos na própria zona de produção e aumenta a participação do produtor no ciclo de comercialização dos produtos, além de contribuir para a preservação das características e da tipicidade dos produtos, que se constituem num patrimônio de cada região/país;
- b- No mercado, pois a aumenta o valor agregado dos produtos , promove a sua melhoria, além de tornar mais estável a demanda do produto; e
- c- Quanto à proteção legal, pois promove mecanismos legais contra fraudes e usurpações.

Das 8 Indicações de Geográficas existentes atualmente no Brasil, 5 (63%) são gaúchas. Entre essas está incluída a primeira Denominação de Origem brasileira.

Indicações de Procedência do Rio Grande do Sul:

1. Vale dos Vinhedos (produto vinho e espumantes),
2. Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (produto carne),
3. Vale dos Sinos (serviço couro acabado), Pinto Bandeira (produto vinhos e espumantes)
4. Pinto Bandeira (produto vinho e espumantes),

Denominações de Origem do Rio Grande do Sul:

1. Litoral Norte Gaúcho (produto arroz).

Duas dessas tiveram seu reconhecimento esse ano: Litoral Norte Gaúcho e Pinto Bandeira.

Atividades:

As atividades executadas foram:

- acompanhamento das IGs em formação e já implantadas;
- participação em cursos, seminários e reuniões,
- distribuição de material técnico-informativo sobre o tema
- Formação De Parcerias Institucionais

Acompanhamento das IGs - durante o ano de 2010 foram trabalhadas as seguintes potenciais e IGs implantadas:

- (1) Litoral Norte Gaúcho, produto arroz;
- (2) Pinto Bandeira; produto vinho e espumantes;
- (3) Farroupilha, produto espumantes;
- (4) Flores da Cunha, produto vinho e espumantes;
- (5) Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, produto carne;
- (6) Palmeira das Missões, produto erva-mate;
- (7) Vale dos Vinhedos, produto vinhos e espumantes;
- (8) Campos de Cima da Serra, produto carne.

Não foram acompanhadas os seguintes potenciais de IGs:

- (1) Serra, produto queijo;
- (2) Monte Belo do Sul, produto vinho e espumantes;
- (3) Bom Retiro do Sul, produto morango;

Reunião com a APROVALE - Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos - a DPDAG/SFA-RS, em conjunto o SIPOV (Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, participaram de duas reuniões com representantes da APROVALE para discutir a transformação de Indicação de Procedência em Denominação de Origem.

Reunião com Palestra com a AEPLAM - Associação dos Ervateiros do Pólo Planalto Missões - a DPDAG/SFA-RS, em conjunto com a UTRA Passo Fundo, participou como palestrante da **Reunião da Associação dos Ervateiros do pólo Planalto Missões** (AEPLAM). Estavam presentes mais de 20 pessoas no evento entre órgãos oficiais, universidade, produtores e EMATER. Foram apresentados os seguintes temas: “Qualificação e Certificação de Produtos Agropecuários”, “O uso de sinais distintivos na Agropecuária” e “O passo a passo para o reconhecimento de uma Indicação geográfica”.

Reunião com a APROPAMPA – Associação dos Produtores de Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional - a DPDAG/SFA-RS, participou de reuniões informais com representante da APROPAMPA para discutir os novos rumos a serem trilhados pela Associação com a alteração na gestão do frigorífico que realizava o abate dos animais. Em setembro a Associação assinou acordo com o MARFRIG no qual os produtores receberão um prêmio de até 4% acima do preço diário máximo da arroba do boi gordo. O bônus será de 1 a 2%, além do prêmio de 2% já estabelecido para as raças Hereford e Angus, ou o cruzamento de ambas.

Reunião com a APROARROZ – Associação dos Produtores de Arroz - a DPDAG/SFA-RS, participou de uma reunião com o Presidente da APROARROZ para discutir os caminhos a serem trilhados pela Associação após a obtenção da Denominação de Origem. Participou também da entrega do Registro de DO pelo INPI.

Reunião da APROCIMA – Associação dos Produtores Rurais dos campos de Cima da Serra - a Aprocima é uma associação de produtores rurais que tem como prioridade a qualidade dos produtos através da implantação de Boas Práticas Agropecuárias. Na reunião, os técnicos da DPDAG apresentaram os diferentes sinais distintivos na agropecuária. A conclusão foi que a região possui um enorme potencial para a implantação de uma indicação de procedência. Ficou acordado que em 2011 o trabalho de fomento nessa Região seria intensificado.

Reunião com a Prefeitura Municipal de Terra de Areia - a DPDAG teve uma reunião com o Secretário Municipal de Agricultura do município de Terra de Areia, grande produtor de abacaxis. Foi comentada a repercussão da palestra proferida num encontro de produtores do município em 2009 e o grande potencial da região para a implantação da IP Terra de Areia com o produto abacaxi.

Reunião na FEDERACITE – Federação do Clubes de Integração e Trocas de Experiência - os problemas de isolamento devido as grandes distancias entre as propriedades, e do individualismo típico do homem do campo, que reluta em

participar de ações associativas levou o Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura criar os CITES (clubes de integração e trocas de experiências). Os Cites, tem como embasamento teórico os fundamentos do Associativismo e o Cooperativismo, que constitui-se numa associação de



pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais.

A auto-ajuda e a ajuda mútua constituem-se nas bases essenciais, para que se atinja os objetivos propostos pelo clube. Inicialmente, o objetivo mais premente era o de introduzir, novas tecnologias entre seus associados tendo em vista, a estagnação do setor na época. A compra e o uso em comum de máquinas e equipamentos, prestação de serviços, comercialização de safras em conjunto, são também conseqüências desta grupalização de produtores. Por algum tempo estes grupos de produtores serviram como difusores dos principais programas da Secretaria da Agricultura/RS, destacando-se entre eles o programa de integração Lavoura-Pecuária. Em 1986, foi fundada a Federacite com o objetivo de congregar e organizar o funcionamento dos mesmos. Atualmente, existem 123 CITES, congregando cerca de 1400 produtores.

A DPDAG participou da reunião de encerramento de ano da a Direção da FEDERACITE. Foram apresentadas as ações da DPDAG, com destaque a para a utilização de sinais distintivos na agropecuária. Foi distribuído aos participantes, material impresso sobre o tema. Muitos coordenadores de CITES se mostraram interessados no tema e ficaram de divulgá-lo em seus CITES.

Reunião com Palestra com a ARCO – Associação Brasileira de Criadores de Ovinos - foram realizadas duas reuniões da Direção da ARCO com os técnicos da DPDAG. A idéia era esclarecer as diferentes aplicações dos sinais distintivos em produtos agropecuários. A ARCO tem como objetivo certificar a carne ovina no Brasil.

Reunião da Associação de Produtores de Pêssego de Pelotas - a DPDAG/SFA-RS, através de representante da UVAGRO-Aceguá, participou como ouvinte da **Reunião da Associação de Produtores de Pêssego de Pelotas**, onde foi discutida a necessidade de qualificação desses produtores e a possibilidade ou potencial do uso de algum sinal distintivo para tal.

Participação em Cursos, Seminários, Reuniões e Workshops - a DPDAG participou da reunião nacional promovida pela CIG e em 02 Seminários Internacionais, que são:

Iº Seminário Internacional sobre Marcas de Qualidade:

Período de 19 a 21 de maio em São Paulo (SP).

Este seminário teve como objetivo o intercâmbio de informações no contexto internacional sobre medidas adotadas pelos países participantes quanto valorização dos produtos agroalimentares através das marcas de qualidade e a adoção das estratégias públicas para divulgação entre consumidores e inserção nos mercados.

IIº Seminário Internacional de Indicações Geográficas:

Período de 20 a 22 de setembro em João Pessoa (PB).

O Seminário combinou sessões plenárias e paralelas que discutiram as especificidades das IG nas distintas regiões do país com foco no Nordeste, o lugar das IG nas políticas e estratégias territoriais, a construção dos mercados das IG e os novos atores ao lado do consumo; a multidisciplinaridade com base de promoção das IG. Com a grande participação de pessoas das diversas regiões do Brasil, e principalmente de países como França e Argentina, além da presença de excelentes palestrantes, nas propostas e no conhecimento sobre questões complexas sobre as IGs, levantadas nas plenárias bem como nas seções paralelas. Além disso, foi também marcante o encaminhamento das questões discutidas e a formação de uma rede de instituições, IGs e



produtores para atuar no contexto nacional sobre as questões que afetam o tema.

AGROEX:

A DEPDAG/SFA-RS, juntamente com a UTRA Pelotas, Uvagro Aceguá e a SRI cooperou na organização do **36º AgroEx**, realizado na cidade de Pelotas-RS.

O AgroEx é uma iniciativa da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com a missão de disseminar informações estratégicas visando estimular os agentes do agronegócio brasileiro a aumentar sua participação no mercado internacional.

Os objetivos do evento foram:

- (a) Divulgar os programas do Governo Federal que apóiam a atividade agroexportadora;
- (b) Dar um panorama das principais negociações internacionais e sua relevância para o setor agroindustrial;
- (c) Demonstrar a importância das questões sanitárias e fitossanitárias para as exportações do setor agroindustrial brasileiro;
- (d) Divulgar estratégias de promoção internacional;
- (e) Divulgar linhas de financiamento às exportações e à integração das cadeias produtivas;
- (f) Divulgar formas de integração dos elos das cadeias produtivas do agronegócio que facilitem o acesso ao mercado internacional;
- (g) Debater formas de se agregar valor ao produto a ser exportado;
- (h) Apresentar casos de sucesso na exportação do agronegócio;
- (i) Apresentar o passo a passo da exportação do agronegócio.

O público alvo do evento foram produtores rurais; cooperativas; Associações e Sindicatos; agroindústrias; distribuidores, exportadores; Instituições de apoio ao agronegócio; Potenciais exportadores do Estado.

Durante o evento que reuniu mais de 80 pessoas foi apresentada um apalestra com o seguinte tema: “Valorizando o Produto com o Uso da Indicação Geográfica na Agropecuária”.

Distribuição de Material Técnico-Informativo Sobre o Tema:

Durante a Expodireto, em Não-me-toque, e a Expointer, em Esteio, duas grandes feiras internacionais do agronegócio os técnicos da DEPDAG estavam presentes no estante do MAPA, quando foram distribuídos folhetos sobre IG e prestados esclarecimentos sobre o tema para o público interessado.

A DEPDAG também atuou no AVISULAT 2010 - II Congresso Sul-Brasileiro de Avicultura, Suinocultura e Laticínios, Feira de Equipamentos, Serviços, Tecnologia, Máquinas e Implementos Agrícolas, realizado nos dias 17, 18 e 19 de Novembro de 2010.

Nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2010, foi realizado em Porto Alegre, Centro de eventos FIERGS, a segunda edição do Encontro de Comércio Exterior - ENCOMEX MERCOSUL. Trata-se de evento de caráter internacional e formato múltiplo, que objetiva promover a aproximação entre governo e iniciativa privada, buscando soluções e alternativas para os problemas existentes no comércio exterior, bem como favorecer a integração regional e o comércio intra-bloco. O ENCOMEX MERCOSUL 2010 foi promovido de forma conjunta pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República



(SRI/PR), pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS).

A DPDAG representou o MAPA em seu estande institucional onde os participantes puderam ser atendidos individualmente para obtenção de informações e esclarecimentos de dúvidas referentes a assuntos, entre eles o uso de sinais distintivos na agropecuária. Foram distribuídos folhetos sobre o tema.

Formação De Parcerias Institucionais - foi realizada visita à EMBRAPA Uva e Vinho para realizar o acompanhamento de encerramento do Termo de Cooperação de Apoio ao Desenvolvimento das Indicações Geográficas de Farroupilha e Altos Montes (Flores da Cunha e Nova Pádua) produto vinhos e espumantes. A Termo visava assegurar a implementação da etapa inicial de delimitação das áreas geográficas dos respectivos potenciais de IP. Foram obtidas imagens de satélite e realizados estudos para as delimitações.

Eficiência da Ação de Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – os indicadores de eficiência são utilizados para avaliar a capacidade de um processo em converter insumos em produtos.

Para a Ação de Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários os indicadores de eficiência são informados na tabela a seguir.

Tabela – Resultados Físicos e Financeiros da Ação nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010 do PI – INDIGRAF

ANO	2010	2009	2008
Total de Recursos Aplicados	R\$ 8.107,99	R\$ 38.448,14	R\$ 12.967,68
No. Total de Produtores Atendidos	1.327	3.152	1.550
Custo por Produtor Atendido	R\$ 6,11	R\$ 12,20	R\$ 8,37
Número de IGs ou Potenciais de IGs Trabalhadas	9	12	7
Custo por IG ou Potencial de IG	R\$ 900,89	R\$ 3.204,01	R\$ 1.852,53

O custo por produtor atendido ou por IG ou potencial de IG trabalhadas ainda é infimo, pois, pela falta de servidores não é possível comparecer a todas as reuniões das Associações ou grupos de produtores, como seria necessário.

Indicadores:

Eficácia da Ação de Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – o indicador de eficácia visa avaliar se uma instituição/atividade/programa está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o valor estimado e o realizado. Este tipo de indicador não faz juízo de valor quanto aos insumos consumidos no processo produtivo. Para a Ação de Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários o indicador de eficácia foi informado na tabela a seguir.

Tabela – Metas e Resultados Físicos da ação no exercício de 2010, 2009 e 2008 no PI INDIGRAF

META EXECUTADA	2010	2009	2008
Número de Técnicos Capacitados no tema IG em curso a distância do MAPA	1	2	0
Número de Técnicos Capacitados no tema IG em curso Internacional	0	1	0
Número de participações em reuniões nacionais	2	3	2
Número de palestras realizadas	4	5	2
Número de reuniões com produtores e parceiros	9	10	12
Número de participações em Seminários sobre IG	2	1	3
Número de servidores que participaram em Seminários sobre IG	1	0	5
Número de missões internacionais acompanhadas	0	1	0
Número de participações em feiras e exposições	4	2	2

Considerando a carência de técnicos na DPDAG e a grande demanda de trabalho na análise dos planos de trabalho do PRODESA, não foi realizada uma previsão de resultados para o ano de 2010. No ano de 2011, porém a tendência é a diminuição no volume de recursos do PRODESA e a possibilidade de intensificar as ações de fomento.

Efetividade da Ação de Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – o indicador de efetividade tem o objetivo de valiar o efeito de um determinado processo na realidade social. Um resultado será efetivo quando os impactos da atuação dão cumprimento as suas responsabilidades institucionais, às diretrizes e aos objetivos estratégicos. Avalia qualitativamente o processo, a fim de verificar a sua adequação quanto ao objetivo geral de modificar a realidade social.

Considerando que a Ação de Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários de trabalha com resultados a médio e longo prazo, a efetividade da ação poderia ser mensurada no fato que em 2010 duas novas IGs foram reconhecidas pelo INPI no estado. A primeira DO reconhecida no Brasil, Litoral Norte Gaúcho, produto arroz, teve o Instrumento Oficial emitido pela DPDAG em 2008.

Análise:

Beneficiários e impactos - considerando o número de produtores em cada Associação acompanhada foram atendidos cerca de 1.327 associados. Os impactos causados foram o reconhecimento de mais uma IP e uma DO no Rio Grande do Sul. Além disso, várias associações estão tratando do tema “Sinais Distintivos na Agropecuária” em suas reuniões o que se espera possa no futuro viabilizar novos reconhecimentos.

Sugestões, dificuldades encontradas e justificativas - a orientação, a promoção e o acompanhamento dos processos de reconhecimento de produtos agropecuários protegidos como IG ainda necessita ser incrementada.

A capacitação de técnicos promovida pela CIG, bem como o ótimo entrosamento dessa coordenação com a DPDAG facilitam as ações de fomento.

As restrições orçamentárias impostas à CIG, assim como a carência de pessoal da DPDAG e o aumento das demandas de outras Ações fizeram com que houvesse uma restrição no desempenho das ações de Fomento às Indicações Geográficas no ano de 2010 no estado. A carência de recursos, principalmente para apoiar projetos das Associações é vista como uma das maiores barreiras para o trabalho.

Um entrave ainda maior é falta de definição de competências entre os órgãos que atuam nessa área, assim como a personificação das relações institucionais. O vácuo legislativo existente também é um empecilho.

Ação:	4747 – Fiscalização de Serviços Pecuários - FISCALPEC.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Fiscalização realizada.
Especificação do produto:	Número de entidades que prestam serviços pecuários dentro da conformidade de padrões de qualidade estabelecidos do total de entidades prestadoras de serviços pecuários de auditadas.
Finalidade:	Fiscalizar a conformidade dos serviços prestados ao setor pecuário.
Descrição:	Avaliação da conformidade do conjunto de elementos que caracterizam os controles técnicos dos serviços consignados. Auditagens técnico-fiscais e operacionais realizadas nas organizações autorizadas a prestarem serviços pecuários referentes às atividades assim especificadas: registros genealógicos; provas zootécnicas; provas funcionais; avaliações genéticas; exposições e feiras agropecuárias; competições turfísticas; promoções hípcas; classificação de animais de abate e suas carcaças; classificação de couros, peles e casulos; fiscalização do bem estar animal e da prestação de serviços das atividades delegadas.
Detalhamento:	Execução direta pelo corpo técnico do MAPA.
Unidade	
Responsável:	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo.
Coordenador da	
Ação Nacional:	Felipe José Carvalho Corrêa.
Unidade Executora:	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.
Indicadores/Análise:	Desempenho Operacional ação de Fiscalização dos Serviços Pecuários:

Em relação a ação de Fiscalização dos Serviços Pecuários, no ano de 2010, no âmbito da SFA/RS foram realizadas as atividades abaixo descritas:

Tipo de Atividade	Quantidade
Acompanhamento de auditoria em entidade delegada	02
Participação em reunião de nivelamento/atualização	02

Eficiência da ação de Fiscalização dos Serviços Pecuários - os indicadores de eficiência são utilizados para avaliar a capacidade de um processo em converter insumos em produtos.

Como somente em Outubro de 2010, o DPDAG recebeu o incremento em termos de pessoal para a realização de suas atividades, neste ano a execução desta ação ficou prejudicada. Todavia, no ano de 2011 é intenção realizar auditoria ou fiscalização em todas as entidades delegadas para realização de registro genealógico, bem como em todas entidades que possuem Carta Patente para realização de provas turfísticas com exploração de apostas.

Cabe salientar que em 2010 foi realizado uma reunião de nivelamento para auditoria em entidades turfísticas, que servirá de base para execução desta ação no âmbito da SFA-RS no ano de 2011.

Eficácia da ação de Fiscalização dos Serviços Pecuários - o indicador de eficácia visa avaliar se uma instituição/atividade/programa está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o valor estimado e o realizado. Este tipo de indicador não faz juízo de valor quanto as insumos consumidos no processo produtivo.

Como até outubro de 2010, o DPDAG não possuía disponibilidade de pessoal para realização desta ação e no ano de 2010 não foi programada nenhuma Meta para a atividade relativas ao PI FISCAPEC no âmbito da SFA, esta medida não pode ser avaliada.

Cumprimento das Metas Físicas da ação de Fiscalização dos Serviços Pecuários - da mesma forma, como até outubro de 2010, o DPDAG não possuía disponibilidade de pessoal para realização desta ação e no ano de 2010 não foi programada Meta para a atividade relativas ao PI FISCAPEC no âmbito da SFA/RS, esta medida não pode ser avaliada.

Efetividade da Ação de Fiscalização dos Serviços Pecuários - o indicador de efetividade tem o objetivo de avaliar o efeito de um determinado processo na realidade social. Um resultado será efetivo quando os impactos da atuação dão cumprimento às suas responsabilidades institucionais, às diretrizes e aos objetivos estratégicos. Avalia qualitativamente o processo, a fim de verificar a sua adequação quanto ao objetivo geral de modificar a realidade social. No ano de 2010, ainda não foi possível a avaliação da efetividade desta ação. Para o ano de 2011, com a elaboração de Metas Físicas a serem cumpridas esta avaliação poderá ser realizada, contanto que seja determinada, também, a forma de cálculo do indicador de efetividade para esta ação.

Meta para 2011 da ação de Fiscalização dos Serviços Pecuários - para o ano de 2011, é intenção da DPDAG a realização de pelo menos uma ação de fiscalização ou auditoria em cada uma das entidades delegadas para realização de Registro Genealógico com sede no Rio Grande do Sul, bem como nas entidades detentoras de Carta Patente para realização de competições turfísticas com exploração de apostas. Desta forma, as metas de fiscalização para o ano de 2011 são descritas na tabela abaixo.

Tipo de Atividade	Meta para fiscalização
Entidade delegada para registro genealógico	05
Entidade detentora de carta patente (Jóquei Clube)	06

Ação:	2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISCAGRIC1.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Fiscalização Realizada.
Especificação do produto:	Empresas de aviação agrícola fiscalizadas e com os serviços em conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos pela legislação.
Finalidade:	Fiscalizar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
Descrição:	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e junto aos proprietários de aviões agrícolas. Registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas; homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela aviação agrícola.
Detalhamento:	Atuação de fiscais federais agropecuários do MAPA sobre as empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos, e sobre os proprietários de aviões agrícolas.
Unidade Responsável:	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo.
Coordenador da Ação Nacional:	Carlos Alberto Nunes Batista.
Unidade Executora:	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.
Estratégia da Ação:	No Rio Grande do Sul está a maior frota de aviões agrícolas do Brasil, existem 310 aeronaves distribuídas em 96 empresas operadoras, realizando atividades de extrema importância para o agronegócio brasileiro, influenciando diretamente na produtividade agrícola. São serviços de pulverização de agrotóxicos, semeadura, adubação, combate a incêndios florestais, etc., em uma área trabalhada de aproximadamente 4,0 milhões de hectares. Na safra 2010/2011 deve haver uma diminuição da área trabalhada, em relação ao ano anterior, pois as condições meteorológicas causadas pelo advento do “La Niña” provocando chuvas abaixo da média facilitando o tratamento fitossanitário das lavouras com equipamento terrestre, principalmente na aplicação de herbicidas, aplicados no início do plantio das culturas de verão. Fato que deve causar uma diminuição na procura pelo serviço aeroagrícola. As lavouras que adotaram o sistema sistema “Clearfield”, desenvolvido pelas entidade de pesquisa como Instituto Riograndense do Arroz (IRGA) e pela EMBRAPA, substituíram algumas atividades que utilizavam a aviação por atividades, quase que exclusivamente via terrestre. Essas são: a aplicação de herbicida e a aplicação de cobertura de uréia. Esse sistema provocou uma diminuição mais acentuada na procura de horas/avião, no início do plantio do arroz. A questão do uso de fungicida, no final do ciclo do arroz e na cultura da soja, para o tratamento de doenças de final de ciclo e da ferrugem asiática, tem se consolidado e crescido a sua demanda ano a ano. Este fenômeno tem gerado um crescimento constante do uso do serviço aeroagrícola. A mudança no início das campanhas das aplicações parece estar consolidada, pois até quatro anos atrás, começavam em Setembro indo até final de janeiro, hoje percebemos que este período está mais amplo, começando em setembro, mas se findando somente em meados de maio, para as culturas de verão. Fato que implica diretamente na fiscalização de campo, pois a disponibilidade de

recursos financeiros e humanos deve estar presente durante todo o período mais intenso de serviços. Também foi constatado um aumento substancial na demanda de semeadura de pastagens de inverno, tendo sido aplicado aproximadamente 400 mil hectares em 2010. Outros sinais da diversificação na demanda é observado com serviços onde antes não era utilizado o avião, tais como pulverização de fungicida em milho, combate à insetos em eucaliptos, maturadores em cana-de-açúcar, etc. Até mesmo a Petrobras tem realizado testes com aplicação aérea, para lançamento de detergentes no mar, buscando melhorar o combate a acidentes de petróleo nos seus domínios.

Indicadores:

Quantitativos:

ATRIBUTO		INDICADOR		
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Número de Fiscalizações Realizadas	Custo de fiscalização de 2010 em relação ao ano anterior.	Custo Unitário da Fiscalização em relação à estimativa inicial	Número de Fiscalizações Realizadas como um percentual do número de fiscalizações programado	Percentual de Fiscalização realizada em relação ao universo de estabelecimentos e produtos registrados no RS
Unidade de medida	R\$	R\$	Percentual	Percentual
Fonte	DFA	DFA	DFA	DFA
Fórmula de cálculo	Varição absoluta do custo realizado de 2009 para 2010: $CR\ 2010 - CR\ 2009 = R\$ 41.381,50 - R\$ 54.173,78 = R\$ -12.792,28$ Varição percentual do custo realizado de 2009 para 2010: $[(CR\ 2010 : CR\ 2009) - 1] \cdot 100$ $[(R\$ 41.381,50 : R\$ 54.173,78) - 1] \cdot 100 = -23,61\%$	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2010: $CUR = (CR : NFR\ 2010)$ $CUR = (R\$ 41.381,50 : 81) = R\$ 510,88$ Varição percentual entre Custo Unitário realizado e programado em 2010: $[(CUR2010 : CUP\ 2009) - 1] \cdot 100$ $[(R\$ 562,53 : 510,88) - 1] \cdot 100 = 10,11\%$	Relação percentual entre o número de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas em 2010: $(NFR2010 : NFP\ 2010) \cdot 100$ $(81 : 78) \cdot 100 = 103,38\%$	Relação percentual entre o Número de Fiscalizações Realizadas e o Número Total de Estabelecimentos e Produtos $(NFR\ 2010 : NTEP) \cdot 100$ $(81 : 91) \cdot 100 = 89,01\%$
CR = custo realizado	CP= Custo Programado	NFR= Número de Fiscalizações Realizadas	NFP=Numero de Fiscalizações Programadas	NTPE= Número Total de Produtos e Empresas

ATRIBUTO	INDICADOR			
Produto	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Fiscalização Realizada	VA: -12.792,28 (R\$)	VA: 510,88 (R\$)	VA: 81(UN)	VA: 91 (UN)
	VR: -23,61%	VR: 10,11 %	VR: 103,38%	VR:89,01 %

VA: Valor absoluto

VR: Valor relativo

O índice de Economicidade (VR= -23,61%) mostrou-se compatível, refletindo diretamente a leve diminuição das atividades deste PI. O VA=(R\$) -12.792,28 refletiu o diminuição dos gastos em relação ao ano anterior, um diminuição nas atividades de fiscalização a nível de sede e um aumento na fiscalização de campo, buscamos imprimir maior rigor com relação a atividade de aeronaves e empresas sem registro junto ao MAPA e identificar as empresas que não estão cumprindo a legislação com relação ao destino e tratamento dos seus efluentes. Com relação a viagens para fora do estado, foram 1 à Ribeirão Preto para participar do Congresso Nacional de Aviação Agrícola(FFA Engº Agrº Ricardo D. Furtado). O 2º semestre/2010 foi o de maior quantidade de serviço demandado, reflexo do período dos cursos de aviação agrícola (Piloto, Executor) e da própria atividade-fim desta fiscalização, fiscalizar a aplicação durante a safra, que ocorre basicamente neste período

O índice de Eficiência mostrou uma relação positiva, principalmente porque houve uma melhor alocação dos recursos e maximização nas ações, demonstrando o esforço do setor para fiscalizar todas as empresas localizadas no estado. O peso do VA= 510,88 está em bom nível; quanto ao VR=10,11%, ficou visível esta diferença entre o programado e o realizado. Este índice mostrou pouca variação quando comparado ao de 2010, onde o VA = 576,80. Isto indica que houve um aumento da eficiência quando comparado ao CUR/2010.

O índice de Eficácia mostrou-se levemente positivo, VA=81 UN e VR=103,38%, portanto, valor maior que 100 é desejável, pois neste indicador, quanto maior é este valor acima de 100%, melhor. Nota-se que ocorreu uma diminuição da fiscalização programada de sede e um aumento das outras formas programadas de fiscalizações. Assim a produtividade da fiscalização mostrou-se praticamente estável, quantitativamente em relação do programado e do realizado.

O índice de Efetividade mostrou-se muito bom, pois o VR=89,01%, onde o valor desejável é acima de 70(setenta)% assim, afirma-se que este PI mostrou-se efetivo sobre suas ações. O VA=74UN representa que ocorreu uma variação positiva nas atividades realizadas.

O PI Fiscagric1 apresentou uma boa relação dos gastos decorrentes quando comparados aos realizados no ano de 2010, apresentando uma certa estabilização entre o que é programado e o que é realizado, refletindo as limitações do serviço.

Análise:

A fiscalização realizada pelo DPDAG/Aviação Agrícola vai desde o registro da empresa como operadora aeroagrícola, passando pela inspeção da documentação na sede administrativa até a fiscalização de campo com o aferimento das condições atmosféricas, tecnologia de aplicação, planejamento operacional e o relatório de aplicação do trabalho realizado e receituário agrônomo. Em 2010 a fiscalização foi bastante diversificada, atendendo a denúncias de deriva por parte dos agricultores, solicitações de perícia de danos por parte Ministério Público, fiscalizamos operações de campo, fiscalizamos documentação em sede e consolidamos a instalação de sistemas de tratamento de efluentes gerados pela aplicação aérea. Hoje poucas empresas não fazem tratamento dos produtos tóxicos que eram liberados diretamente no meio ambiente, as ações da DPDAG provocaram a consolidação do modelo do Pátio de Descontaminação de Aeronaves Agrícolas. Como consequência, hoje 95% de todas as empresas e 100% de agricultores e cooperativas possuem pátio. Cálculos aproximados indicam que aproximadamente 30 milhões de litros de produtos tóxicos são tratados e retidos, anualmente, antes eram lançados diretamente no meio ambiente.

No ano de 2010, as fiscalizações foram executadas dentro da disponibilidade orçamentária e de pessoal - FFA com Curso de Coordenador em Aviação Agrícola. A mudança da fiscalização da Aviação Agrícola do SEFIA para a DPDAG causou certa descontinuidade do serviço, pois grande parte dos recursos humanos continuaram no SEFIA, porém é louvável a disponibilidade da chefia do DPDAG em buscar a estabilização e a normalização da rotina requerida por este tipo de fiscalização. Também se fez notar que os impedimentos a nível nacional foram marcantes, e refletiram nos estados, principalmente na SFA-RS, já que aqui está grande parte das empresas, escolas de técnicos executores, pilotos e prestadores de serviços à aviação agrícola. Não houve qualquer reunião com vistas à unificação de procedimentos, nem a continuidade consolidação da legislação. Há necessidade notória de um técnico conhecedor do “mundo aeroagrícola” na sede do MAPA/Brasília, para conseguir melhor orquestrar as atividades a nível nacional.

Os FFAs que atuaram diretamente na fiscalização de campo foram : FFA Engo Agro Ricardo D. Furtado, FFA Engo Agro Osni Tadeu P. Lopes, FFA Engo Agro Elói Jorge de Quadros, FFA Engo Agro José Luiz Mendes de Oliveira a fiscalização cartorial na sede SFA contou com a atuação dos FFA Engo Agro Ricardo D. Furtado.

Há falta de fiscais com Curso de Coordenador em Aviação Agrícola (CCAA) pois muitos estão lotados em UVAGROs e sua presença nestas unidades os impedem de prestar serviços à fiscalização aeroagrícola. A Divisão ainda carece de um fiscal ou de um funcionário na sede, para somar-se aos serviços cartoriais. Um estagiário mais específico para o setor seria bem vindo, pois há muito serviço a ser realizado e produtos a serem desenvolvidos.

No ano de 2010, a DPDAG concentrou seus esforços na fiscalização dos relatórios mensais de atividades (sede na SFA) e nas fiscalizações (de campo e sede das empresas) dos Planejamentos/Relatórios de aplicações. Devido a limitações orçamentárias, o esforço de fiscalização resultou na visita de 75 % das empresas registradas no MAPA. Foi solicitado o registro de 6 novas empresas prestadoras de serviço aeroagrícola no estado, e somente 1(uma) solicitou cancelamento de registro.

Atendimento de Denúncias a Apoio ao MPE - ainda foram atendidas denúncias realizadas pelos agricultores e pelo MPE. Inclusive foi esclarecido um mistério ocorrido com a morte de 36 animais em Itaquí/RS, onde identificamos que o responsável foi uma aeronave agrícola que havia alijado sua carga de mistura de agrotóxicos sobre os animais resultando em suas mortes, fato que intrigava os veterinários e pecuaristas da região. A DPDAG também participou da demanda do Ministério Público, com objetivo de estabelecer uma área de exclusão para aplicação aérea com um raio de 10Km do centro da cidade de Pelotas/RS.

Capacitação e Treinamento - quanto aos Cursos para Pilotos Agrícolas, foram 4 turmas realizadas na Escola de Aviação Santos Dumont (Cachoeira do Sul), tendo sido formados 36 pilotos agrícolas; e Cursos de Executores em Aviação Agrícola, com 1(uma) turma no CAVG /UFPel – onde foram formados 34 alunos.

Mais uma escola de Pilotos, o Aeroclube de Carazinho conseguiu registro junto ao MAPA e a ANAC para realizar Curso de Piloto Agrícola(CAVAG) e em 2010, formaram-se 12 alunos em 3 turmas.

Tabela - Execução Física da Ação de Fiscalização de Serviços Agrícolas Realizadas pela DPDAG EM 2010.

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Fiscalização de Sede	78	58
Fiscalização de Aplicação de Produtos	6	13
Fiscalização de Escolas de Aviação Agrícola	4	8
Fiscalização de Cursos de Coordenadores em Aviação Agrícola	0	0
Fiscalização de Cursos para Executores e em Aviação Agrícola	1	2
Total de esforço de Fiscalização	78	81
Reuniões com outras entidades e Ministério Público	10	3
Total esforço trabalho	88	84

Sugestões, dificuldades encontradas e justificativas - há necessidade de aumentar o número de pessoas envolvidas na ação, sendo mais um FFA com CCAA, para poderem atuar diretamente na fiscalização da aviação agrícola, na sede ou em uma UTRA e um estagiário diretamente ligado à Aviação Agrícola, para desafogar o volume de trabalho.

Há necessidade de equipamentos como: máquina fotográfica digital, binóculo, bússola, mapas, pás, facões, etc.

A aviação agrícola vem apresentando serias dificuldades para acompanhar as mudanças exigidas pela sociedade, principalmente com relação às exigências de outros órgão fiscalizadores, porém frente às exigência do MAPA se notas que, em geral, as empresas estão buscando a devida adequação.

Outro desafio da Aviação agrícola é a competição imposta pelos pulverizadores terrestres, que está provocando um movimento por parte dos empresários para minimizar custos, implicando em uma diminuição dos cuidados na aplicação, fato que por si só nos obriga a aumentar a fiscalização para que os produtores, o meio ambiente e a sociedade como um todo não venham a ser prejudicados.

Ação:	8548 – Promoção do Agronegócio no Exterior - PROMOAGRO
Tipo:	Atividade.
Produto:	Evento Realizado.
Especificação do produto:	Análise, publicação, seminário, realização ou participação em evento promocional, todos com enfoque em comércio exterior do agronegócio e destinados a agentes exportadores nacionais ou a importadores e comunidades estrangeiras.
Finalidade:	Impulsionar as exportações por meio de atividades articuladas e integradas, que consistam na disseminação das informações dos mercados internacionais do agronegócio, na capacitação dos agentes exportadores, no apoio à integração das cadeias produtivas, na abertura de oportunidades comerciais e no fortalecimento da imagem do agronegócio brasileiro no exterior.
Descrição:	A ação contempla as seguintes atividades referentes ao agronegócio: a) obtenção e análise de informações estratégicas sobre os mercados internacionais do agronegócio (evolução e tendências da produção e comércio, barreiras tarifárias e não tarifárias, especialmente barreiras sanitárias e fitossanitárias) e sua disseminação por meio do portal do MAPA, sistemas de informação, estudos, pareceres ou publicações com o objetivo de auxiliar o processo de tomada de decisões nos setores público e privado; b) capacitação dos agentes do agronegócio para exportação, por meio da realização de eventos e atividades para informação e formação dos agentes das cadeias produtivas, tais como: seminários objetivando mobilizar e sensibilizar os diversos agentes da cadeia produtiva para integração e exportação; cursos de formação de agentes multiplicadores da cultura da integração para exportação; e elaboração de cartilhas e manuais informativos sobre processos de integração e procedimentos para exportação de produtos agropecuários; c) integração dos elos das cadeias produtivas do agronegócio para exportação por meio do apoio, em articulação com agentes privados e públicos locais, à formação de projetos piloto de integração, com ênfase em condomínios rurais e consórcios de exportação; d) divulgação da imagem do agronegócio brasileiro no exterior, por meio da elaboração de material institucional e realização de eventos, no Brasil e no exterior, em parceria com outras unidades do Ministério, com o setor privado e em articulação com outras entidades públicas, objetivando a divulgação de informações que enfatizem a qualidade, sanidade e sustentabilidade dos produtos e processos do agronegócio nacional, dirigidos a autoridades governamentais, técnicos, empresários, formadores de opinião, imprensa e sociedade civil internacional, visando ao fortalecimento da imagem do agronegócio brasileiro e à neutralização dos ataques internacionais que a prejudicam.
Detalhamento:	Organização dos agentes do agronegócio por meio da realização de seminários, cursos de formação, assim como coordenação e formação de parcerias entre os agentes públicos e privados para permitir a integração dos elos das cadeias produtivas do agronegócio para exportação; aquisição de softwares, publicações e bases de dados nacionais e internacionais para atualização de sistemas de informações de comércio exterior do agronegócio; elaboração, editoração, impressão e distribuição de estudos, publicações, cartilhas e material institucional; divulgação no exterior das informações

sobre qualidade e sanidade do agronegócio brasileiro, por meio da realização de palestras, seminários, encontros comerciais, participação em feiras e outros fóruns, em parceria com a iniciativa privada e em articulação com os demais órgãos do governo que tratem da promoção do Brasil no exterior.

Unidade

Responsável:

Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo.

Coordenador da

Ação Nacional:

Eduardo Sampaio Marques.

Unidade Executora: Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.

Estratégia da Ação: Com a finalidade de impulsionar as exportações gaúchas por meio de atividades articuladas e integradas, que consistam na disseminação das informações dos mercados internacionais do agronegócio e no apoio à integração das cadeias produtivas, a DPDAG, no ano de 2010, integrou-se à Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.

Seminários do Agronegócio para Exportação – AgroEx - o AgroEx é um seminário gratuito realizado em todas as regiões do país, com duração de um dia, que pretende disseminar informações estratégicas para o aumento da inserção do agronegócio brasileiro no mercado internacional.

O público alvo são produtores rurais, sindicatos rurais, associações, cooperativas, agroindústrias, distribuidores e instituições de apoio ao agronegócio em seus variados fins.

Os principais temas abordados são as Oportunidades e desafios do agronegócio brasileiro, a Integração contratual das cadeias produtivas, os Caminhos para exportar: passo a passo, os casos de sucesso, dentre outros.

A DEPDA, juntamente com a UTRA Pelotas, Uvagro Aceguá e a SRI cooperou na organização do 36º AgroEx, realizado na cidade de Pelotas-RS.

O AgroEx é uma iniciativa da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com a missão de disseminar informações estratégicas visando estimular os agentes do agronegócio brasileiro a aumentar sua participação no mercado internacional.

Os objetivos do evento foram:

- Divulgar os programas do Governo Federal que apóiam a atividade agroexportadora;
- Dar um panorama das principais negociações internacionais e sua relevância para o setor agroindustrial;
- Demonstrar a importância das questões sanitárias e fitossanitárias para as exportações do setor agroindustrial brasileiro;
- Divulgar estratégias de promoção internacional;
- Divulgar linhas de financiamento às exportações e à integração das cadeias produtivas;
- Divulgar formas de integração dos elos das cadeias produtivas do agronegócio que facilitem o acesso ao mercado internacional;
- Debater formas de se agregar valor ao produto a ser exportado;
- Apresentar casos de sucesso na exportação do agronegócio;
- Apresentar o passo a passo da exportação do agronegócio.

O público alvo do evento foram produtores rurais; cooperativas; Associações e Sindicatos; agroindústrias; distribuidores, exportadores; Instituições de apoio ao agronegócio; Potenciais exportadores do Estado.

Indicadores:

Eficiência da DPDAG na Ação de Promoção do Agronegócio no Exterior - os indicadores de eficiência são utilizados para avaliar a capacidade de um processo em converter insumos em produtos. Para a Ação Promoção do Agronegócio no Exterior os indicadores de eficiência são informados na tabela a seguir.

Tabela – Resultados Físicos e Financeiros da Ação nos Exercícios de 2010.

Descrição	Valor
Total de Recursos Aplicados	R\$ 3.652,00
No. De Eventos Realizados	1
Custo por Evento Realizado	R\$ 3.652,00

O custo do evento na verdade não foi somente este, pois não está incluídas as despesas de deslocamento dos servidores da SRI, o qual não é de conhecimento da DPDAG.

Eficácia da DPDAG na Ação de Promoção do Agronegócio no Exterior - o indicador de eficácia visa avaliar se uma instituição/atividade/programa está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o valor estimado e o realizado. Este tipo de indicador não faz juízo de valor quanto aos insumos consumidos no processo produtivo.

Considerando que 2010 foi o primeiro ano que a DPDAG trabalhou em conjunto com a SRI, não havia previsão de resultados.

Efetividade da DPDAG na Ação de Promoção do Agronegócio no Exterior - o indicador de efetividade tem o objetivo de avaliar o efeito de um determinado processo na realidade social. Um resultado será efetivo quando os impactos da atuação dão cumprimento às suas responsabilidades institucionais, às diretrizes e aos objetivos estratégicos. Avalia qualitativamente o processo, a fim de verificar a sua adequação quanto ao objetivo geral de modificar a realidade social.

É difícil mensurar a efetividade da ação sendo que foi realizado apenas um evento. Porém o interesse do público em realizar um AgroInt parece demonstrar que a ação foi efetiva, considerando que a finalidade é impulsionar as exportações por meio de atividades articuladas e integradas, que consistam na disseminação das informações dos mercados internacionais do agronegócio, na capacitação dos agentes exportadores, no apoio à integração das cadeias produtivas, na abertura de oportunidades comerciais.

Análise:

Para o ano de 2011, já está programada a realização de mais um AgroEx na cidade de Passo Fundo. Também poderá ser realizado um AgroInt em Pelotas.

O Curso de Integração para Exportação – AgroInt, visa aprofundar os temas apresentados no AgroEx e consolidar a cultura de integração contratual dos elos das cadeias produtivas do agronegócio, informar dos procedimentos de exportação e desenvolver projetos de incubadoras. Os projetos de agroincubadoras de integração para exportação articulam e coordenam os agentes públicos e privados de instituições de ensino, de pesquisa e do setor produtivo. O curso é dirigido aos exportadores, potenciais exportadores e instituições de auxílio ao agronegócio.

Se houver a disponibilidade de pessoal, será possível também trabalhar com eventos para a capacitação dos agentes do agronegócio para exportação.

Sugestões, dificuldades encontradas e justificativas - o trabalho conjunto da DPDAG com a SRI parece ter sido muito proveitoso e deve ser intensificado em 2011.

O conjunto de ações da DPDAG/SRI para a promoção dos produtos e serviços agropecuários no mercado externo estimula o Rio Grande do Sul a se consolidar como provedor mundial de matérias primas vegetais e alimentos de qualidade.

O ideal é que todos os anos fossem realizados eventos em várias regiões do estado.

Se a DPDAG dispusesse de mais técnicos e pessoal de apoio poderia incrementar esta ação.

Ação:	200E – Formulação, Acompanhamento e Avaliação dos Instrumentos de Política Agropecuária – FAASPA.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Procedimento realizado.
Especificação do produto:	Instrumento de política agrícola formulado, estudado, acompanhado e avaliado.
Finalidade:	Viabilizar as ações de política no apoio à agropecuária e ao agronegócio.
Descrição:	Gestão, normatização, acompanhamento e aperfeiçoamento constante do crédito rural; criação e estímulos à implementação e emprego de instrumentos de captação de recursos junto ao mercado financeiro, para aplicação privada e voluntária no agronegócio; acompanhamento do mercado de insumos da agropecuária; acompanhamento da conjuntura das diversas cadeias do agronegócio; desenvolvimento e aplicação de medidas de política agrícolas, que logrem estabilizar a renda da agropecuária e assegurar o suprimento de produtos da agropecuária para o mercado consumidor.
Detalhamento:	De forma direta pelos profissionais da Secretaria de Política Agrícola no MAPA e, eventualmente, pela contratação de serviço especializado de terceiros.
Unidade Responsável:	Secretaria de Política Agrícola - SPA.
Coordenador da Ação Nacional:	Sávio Rafael Pereira.
Unidade Executora:	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.
Estratégia da Ação:	A DPDAG, juntamente com técnicos da SPA, participaram da “Casa do MAPA” na Expointer 2010. O Estado do Rio Grande do Sul sedia um dos mais importantes eventos agropecuários e de maquinário da América Latina, a Expointer, que acontece todos os anos no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, em Esteio -RS. A Expointer concentra as últimas novidades da moderna tecnologia agropecuária e agroindustrial, sendo reconhecida como um dos maiores eventos do mundo em seu gênero, evidenciando o potencial do agronegócio do Rio Grande do Sul. No ano de 2010 a Expointer recebeu mais de 560.000 visitantes. Foi nesse cenário de integração do agronegócio de integração do agronegócio que os técnicos da DPDAG e da SRI passaram ao público, através de palestra e distribuição de material impresso, informações sobre o Plano Agrícola. Foi evidenciado ao público que, em 2010/2011, o plano ganhou mais recursos a serem destinados a custeio, investimento, comercialização e subvenção ao prêmio do seguro rural. Além disso, prevê novos programas de apoio nas áreas de armazenagem, agroenergia e preservação do meio ambiente.
Indicadores:	Eficácia da DPDAG na Ação - o indicador de eficácia visa avaliar se uma instituição/atividade/programa está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o valor estimado e o realizado. Este tipo de indicador não faz juízo de valor quanto aos insumos consumidos no processo produtivo. Considerando que 2010 foi o primeiro ano que a DPDAG trabalhou em conjunto com a SPA, não havia previsão de resultados. Efetividade da DPDAG na Ação - o indicador de efetividade tem o objetivo de avaliar o efeito de um determinado processo na realidade social. Um resultado será efetivo quando os impactos da atuação dão cumprimento às suas responsabilidades institucionais, às diretrizes e aos objetivos

estratégicos. Avalia qualitativamente o processo, a fim de verificar a sua adequação quanto ao objetivo geral de modificar a realidade social.

É difícil mensurar a efetividade da ação sendo que foi realizado apenas um evento, porém o baixo número de pessoas quem comparecerem a palestra realizada indica que este evento talvez devesse ser realizado em outra ocasião.

Análise:

Meta da DPDAG para 2011 para a Ação - para o ano de 2011, não há nenhuma programação.

Sugestões, dificuldades encontradas e justificativas - o trabalho conjunto da DPDAG com a SPA é ainda muito insipiente, uma integração maior é necessária.

Se a DPDAG dispusesse de mais técnicos e pessoal de apoio poderia incrementar esta ação.

Ação:	2122 – Fiscalização de Cultivares - PROTCULTIV.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Cultivar protegida.
Especificação do produto:	A atividade de proteção do direito de propriedade intelectual sobre a criação de novas cultivares de espécies vegetais foi instituída pela Lei 9.456/97, portanto é atividade recente no Brasil e é praticamente uma exigência da OMC para os países integrantes desta organização. É importante ferramenta para o desenvolvimento tecnológico, tendo em vista a necessidade de altos valores monetários em pesquisa e melhoramento genético, que têm parte de seu retorno garantido pelo recebimento de royalties, pelos detentores das novas cultivares lançadas.
Finalidade:	Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de novas cultivares vegetais por meio da garantia do direito de propriedade intelectual.
Descrição:	Análise de requerimento para concessão de proteção de cultivares; consulta a organismos internacionais e definição das condições de homogeneidade, estabilidade, distinguibilidade e novidade para a emissão do Certificado de Proteção; estudo e elaboração dos descritores das cultivares de espécies vegetais eleitas para fins de proteção; identificação e avaliação das características de cultivares; controle e garantia da manutenção dos caracteres originais das cultivares protegidas; manutenção de banco de germoplasma com amostras originais das cultivares protegidas; e fiscalização e realização de prova de identidade para manutenção da proteção.
Detalhamento:	Realização pelos técnicos do Serviço Nacional de proteção de Cultivares.
Unidade	
Responsável:	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo- SDA.
Coordenador da	
Ação Nacional:	Daniela Aviani.
Unidade Executora:	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.
Análise:	A ação de Proteção e Fiscalização de Cultivares recebeu recursos, sem solicitação, para a capacitação de um servidor não pertencente ao quadro da DPDAG. Essa Divisão, até pela carência de FFAs, não teve nenhuma ingerência no processo.

Ação:	2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - FISFECOL.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Fiscalização realizada.
Especificação do produto:	Fiscalizações realizadas em produtos e estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes.
Finalidade:	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes colocados a disposição dos produtores rurais.
Descrição:	A fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes consiste na execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços de a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Detalhamento:	Atuação dos Serviços de Fiscalização e Fomento da Produção Vegetal – SFFV, das Superintendências Federais de Agricultura nas unidades federativas e coordenação central em Brasília.
Unidade	
Responsável:	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas.
Coordenador da	
Ação Nacional:	Hideraldo José Coelho.
Unidade Executora:	Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA/DDA/SFA-RS.
Estratégia da Ação:	A inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos e inoculantes, uma atividade obrigatória, é atribuição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme disposto na Lei nº 6.894 de 16 de dezembro de 1980, regulamentada pelo Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004. O Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas (SEFIA) é o segmento da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Sul (SFA/RS), responsável pela coordenação e execução desta atividade em nível regional, tendo como atribuições: 1. Programar, controlar, orientar e realizar a inspeção e a fiscalização de estabelecimentos produtores e comerciantes de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes; 2. Orientar, controlar e avaliar a aplicação da legislação e normas complementares relativas: - o produção, comercialização, importação e exportação de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes; - o registro de estabelecimentos e produtos; e - o aferição de padrões de identidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes; 3. Instruir processos administrativos de fiscalização para o julgamento em 1ª Instância; 4. Encaminhar procedimentos sobre suspensão, cancelamento de registro e interdição temporária ou definitiva de estabelecimentos; 5. Analisar os pedidos de registro de produto novo sem antecedente de uso no País, remetendo-os à instância superior;

6. Organizar e divulgar dados estatísticos e materiais científicos sobre consumo, produção e importação de fertilizantes, corretivos e inoculantes, assim como sobre as ações da fiscalização e seus resultados;

7. Identificar a necessidade de capacitação e promover reuniões e treinamentos para os Fiscais Federais Agropecuários que atuam na fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes; e

Os fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes constituem insumos básicos que, empregados de forma correta, proporcionam aumentos significativos na produção agrícola. O peso dos fertilizantes, com relação aos custos de produção das culturas, é expressivo: em 2009, atingiu uma amplitude entre 8% e 22% nas três principais culturas (soja, arroz, milho).

A fiscalização sobre a produção torna-se extremamente necessária, de forma a inibir a existência, no mercado, de produtos fraudados ou fora dos padrões de qualidade, que comprometam a produtividade das culturas e a renda dos agricultores e, inclusive, acarretem o desestímulo dos estabelecimentos regulares quanto à conformidade de seus produtos, em virtude da concorrência desleal.

A Execução da Fiscalização e Condução de Processos Administrativos de Fiscalização é feita pela SFA, por meio dos Fiscais Federais Agropecuários (FFAs) lotados no SEFIA, 3 fiscais, e nas Unidades Técnicas Regionais (UTRAs) do Mapa no estado. Número de fiscais que nesse ano dispuseram parte de suas atividades para a área de fertilizantes, nas respectivas unidades: UTRA Pelotas, 1 fiscal, UTRA Santa Maria, 1 fiscal; UTRA Ijuí, 1 fiscal e UTRA Passo Fundo, 2 fiscais.

A fiscalização é concentrada em regiões e épocas do ano de maior volume de produção e consumo. Além disso, havendo alguma denúncia ou suspeita de produção, importação ou comercialização de produtos marginais ou fraudados, devidamente encaminhada para a SFA, o atendimento passa a ser prioritário e adotadas as medidas legais cabíveis a estas situações.

Citamos alguns aspectos que são verificados durante a ação fiscal:

1. Condições de armazenamento das matérias-primas e produtos acabados;
2. Funcionamento adequado dos equipamentos de produção;
3. Controle de qualidade adotado pelas empresas;
4. Conformidade dos rótulos, embalagens, material de propaganda e divulgação;
5. Documentos fiscais emitidos;
6. Ordens de produção e sua conformidade com as formulações obtidas;
7. Mapas trimestrais de produção;
8. Calibração de instrumentos e comprovantes de aferição de balanças;
9. Adequação do laboratório, o a regularidade do contrato com o prestador de serviços;

Consiste, ainda, em importante meio de fiscalização, a coleta de amostras para realização de análises fiscais, visando verificação da conformidade da qualidade dos insumos.

As amostras são colhidas prioritariamente de lotes maiores, evitando assim amostrar lotes com pequenas quantidades de produto, excetuados os casos de apuração de denúncias ou de indícios de irregularidade. No ano de 2010, o tamanho médio dos lotes amostrados atingiu 81 toneladas, para os fertilizantes minerais mistos. A média do tamanho do lote para os fertilizantes simples/complexos foi de 449 tons.

Para os casos em que o resultado do certificado de análise fiscal (CAF) apontar deficiência em um ou mais nutrientes garantidos ou declarados pelo produtor, o processo prevê a possibilidade de realização da análise de contra prova, sendo emitido o certificado de análise pericial (CAP). Caso mantido o resultado de inconformidade, procede-se a lavratura de um auto de infração e, se possível, a apreensão do produto e outras sanções administrativas previstas na Legislação.

As amostras colhidas pela fiscalização são analisadas por laboratórios credenciados pelo MAPA para a realização das análises fiscais. O Laboratório da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC efetua as análises das amostras de fertilizantes e corretivos e o Laboratório da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO/RS efetua as análises dos produtos inoculantes. As análises periciais de fertilizantes e corretivos são realizadas pelo laboratório do MAPA, Laboratório Nacional de Referência Agropecuário (LANAGRO-RS).

Visando melhor eficiência da ação fiscal, o SEFIA promove ações fiscais concentradas nos principais pólos industriais de produção de fertilizantes.

Para o alcance das diretrizes relacionadas acima, em 2010 foram coletadas 423 amostras de produtos e realizadas 250 fiscalizações em estabelecimentos. Nessas ações, quando necessário, foram tomadas medidas cautelares, como por exemplo, a apreensão de produtos e de rótulos e embalagens irregulares. Os 14 termos de apreensão lavrados no ano totalizaram os seguintes volume de produtos: 30,4 toneladas de fertilizantes sólidos, 27 toneladas de corretivos, 7,47 toneladas de substratos, 3.045 litros de fertilizantes fluidos, 1.078 etiquetas, 1.584 embalagens e 150 folhetos. Além disso, foram emitidos 12 termos de intimação e 79 autos de infração em decorrência das diversas irregularidades constatadas.

A condução dos processos administrativos de fiscalização, gerados por autuações, são de responsabilidade da SFA até a fase de julgamento em 1ª instância. Quando impetrado recurso administrativo, o processo passa a tramitar na sede do MAPA, em Brasília, para as fases de instrução e julgamento em 2ª instância.

Nesse ano foram julgados 162 processos administrativos, dos quais 148 considerados procedentes, para os quais foram aplicadas 4 advertências e 144 multas que totalizaram R\$ 1.815.273,00 (incremento de 59% ao ano de 2009).

Concessão De Registros - a análise dos requerimentos e concessão de registros de estabelecimentos e produtos efetua-se no Setor. No ano de 2010, de acordo com o disposto no Decreto 4.954, de 2004, continuou-se a dar prosseguimento aos registros e renovação de registros de estabelecimentos produtores, importadores e comerciantes e dos produtos. Essas atividades demandam consideravelmente os recursos humanos disponíveis, pois se inicia na orientação quanto às normativas legais, análise documental, abertura de processo e posterior vistoria dos locais. O volume de requerimentos, como apresentamos a seguir, demonstra que a atividade envolve os fiscais diariamente, valendo lembrar que via de regra as empresas solicitam urgência nos seus casos, argumentando que precisam acompanhar o mercado.

No caso de produtos, procedeu-se a análise de 661 requerimentos, resultando em 446 registros deferidos. Para os estabelecimentos, foram concluídos os registros de 10 estabelecimentos produtores, 2 estabelecimentos importadores e 160 estabelecimentos comerciantes. Esses registros geram muito re-



trabalho, devido a fatores como documentação incompleta, falta de documentos, erros de preenchimento, ausência de autenticações, fórmulas abaixo das garantias e/ou em desconformidade com a legislação, entre outros.

Licenciamento de Importação - Conforme dispõe a Instrução Normativa nº 40, de 30 de junho de 2008 e a Instrução Normativa SARC nº 14, de 2003, a importação de fertilizantes e suas matérias-primas depende de autorização prévia ao embarque da mercadoria e de deferimento na sua chegada. A autorização dos licenciamentos de importação (LI) é feita pelo SEFIA, sendo efetuadas autorizações via sistema SISCOMEX. Em 2010 foram analisados 1.584 requerimentos de importação de fertilizantes, corretivos e matérias primas. Número 45% maior que o verificado em 2009.

Indicadores:

O desempenho da ação de Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes no ano de 2009, no âmbito da SFA/RS estão mostrados nos seguintes indicadores, cuja utilidade, tipo, forma de cálculo encontram-se nos quadros seguintes, assim distribuídos:

1. Indicadores de Eficiência:

- a. Avaliação do Custo Médio de Fiscalização (economicidade);
- b. Custo apurado por fiscalização em relação ao programado (eficiência);

2. Indicadores de Eficácia:

- a. Fiscalização realizada em relação ao programado;
- b. Fiscalização realizada em estabelecimento produtor;
- c. Fertilizante Mineral sólido amostrado em relação ao consumo anual;
- d. Corretivos amostrados em relação à produção anual;
- e. Inoculantes amostrados em relação à produção anual;
- f. Fertilizante Mineral Misto sólido amostrado em relação ao consumo anual
- g. Processos relatados e julgados em relação aos autos de infração emitidos.

Esses indicadores de desempenho foram propostos pela Coordenação da Fiscalização de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos – CFIC, para construção do relatório de gestão e acompanhamento da atividade ao longo do ano. Acompanha cada indicador um **Padrão de Desempenho** a ser em alcançados, resultados classificados como Bom, Regular ou Ruim, segundo um índice de referência esperado. A seguir verificam-se os quadros informativos do status de cada um dos indicadores:

Eficiência:**Quadro1:**

- Denominação (nome do indicador): Evolução do custo médio da fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes (economicidade)
- Finalidade do indicador: Avaliar a evolução do custo da ação de fiscalização, comparando com o custo apurado em períodos anteriores.
- Índices de referência: 2007 - não apurado; 2008 -> 1,20; 2009 -> 1,68.
- Esperado em 2010 -> 0,95
- Padrão de desempenho:

Bom	abaixo de 1,1
Regular	1,1 a 1,3
Ruim	acima de 1,3

Cálculo:

OE(UF)	R\$ 136.776,40	1,01
NFE (UF)	684	
OEAA(UF)	R\$ 142.178,00	
NFEAA(UF)	720	

Fonte:

OE(UF)	Orçamento de custeio executado na atividade de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no período (ano). Considera-se orçamento executado os valores liquidados ou inscritos em restos a pagar ao final do exercício. Os valores de capital (investimento) não entram no presente cálculo.	SIOR e SIAFI
NFE (UF)	Número de fiscalização em estabelecimentos realizadas no período (ano).	Relatório mensal de atividades
OEAA(UF)	Orçamento de custeio executado na atividade de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no período anterior (ano). Considera-se orçamento executado os valores liquidados ou inscritos em restos a pagar ao final do exercício. Os valores de capital (investimento) não entram no presente cálculo.	SIOR e SIAFI
NFEAA(UF)	Número de fiscalização em estabelecimentos realizadas no período anterior (ano).	Relatório mensal de atividades

Comentários acerca do resultado - a evolução do custo de fiscalização, através do indicador de economicidade, aponta a eficiência na aplicação dos recursos liberados. O padrão de desempenho ficou na **faixa de classificação BOM**. Houve um incremento de apenas 1% no custo da atividade de fiscalização em relação a 2009, passando de R\$ 197,47 para R\$ 199,96/fiscalização.

Deve-se lembrar que cada fiscalização efetuada gera uma série de atividades de desdobramento da ação que não são computadas como fiscalização realizada, logo os critérios para definir o Indicador de Economicidade poderiam ser reconsiderados.

As despesas com passagens aéreas destinadas a reuniões e cursos de capacitação estão incluídas no custo da fiscalização, embora não sejam custos operacionais e sim investimentos em pessoal, os quais irão diluir-se entre as áreas de atuação do fiscal e ao longo de vários anos de atuação.

Eficiência:

Quadro2:

- Denominação (nome do indicador): Custo apurado por fiscalização em relação ao programado (eficiência).
- Finalidade do Indicador: Avaliar a relação do custo apurado por fiscalização em relação ao custo programado ano.
- Índices de referência: 2007 -> não apurado; 2008 -> 1,20; 2009 -> 1,83
- Esperado em 2010 -> 1,1
- Padrão de desempenho:

Bom	abaixo de 1,1
Regular	1,1 a 1,3
Ruim	acima de 1,3

Cálculo:

OE(UF)	R\$ 136.776,40	0,95
NFE (UF)	684	
OP(UF)	R\$ 141.834,62	
NFEP(UF)	676	

Fonte:

OE(UF)	Orçamento de custeio executado na atividade de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no período (ano). Considera-se orçamento executado os valores liquidados ou inscritos em restos a pagar ao final do exercício. Os valores de capital (investimento) não entram no presente cálculo.	SIOR e SIAFI
NFE (UF)	Número de fiscalização em estabelecimentos realizadas no período (ano).	Relatório mensal de atividades
OP(UF)	Orçamento de custeio programado na atividade de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no período (ano).	Plano operativo anual (POA)
NFEP(UF)	Número de fiscalização em estabelecimentos programadas no período (ano).	Plano operativo anual (POA)

Comentários acerca do resultado – o custo unitário da fiscalização ficou abaixo do valor programado, pois houve uma superação da meta de fiscalizações em 1,2% com a utilização de 96,4% dos recursos programados. O padrão de desempenho **classifica-se como BOM** e demonstra a eficiência do planejamento e execução dos trabalhos.

Eficácia:

Quadro3:

- Denominação (nome do indicador): Fiscalização realizada em relação ao programado.
- Finalidade do Indicador: Avaliar o cumprimento da meta de fiscalização estabelecida na Lei Orçamentária Anual - LOA.
- Índices de referência: 2007 -> 0,85; 2008 -> 0,96; 2009 -> 1,06
- Esperado em 2010 -> 0,95

- Padrão de desempenho:

Bom	Acima de 0,9
Regular	0,6 a 0,89
Ruim	Abaixo de 0,59

Cálculo:

TFR	684	
TFP	676	1,01

Fonte:

TFR	Total de Fiscalizações Realizadas em Produto + Total de Fiscalizações Realizadas em Estabelecimentos.	Relatório Mensal de Atividades
TFP	Total de Fiscalizações Programadas	SIPLAN e Plano Operativo

Comentários acerca do resultado - esse indicador reflete a meta das fiscalizações físicas (SIPLAN), mencionadas anteriormente. O resultado do indicador de eficácia ficou classificado no padrão de desempenho BOM e superou o desempenho esperado.

Eficácia:

Quadro4:

- Denominação (nome do indicador): Fiscalização realizada em estabelecimento produtor.
- Finalidade do Indicador: Avaliar se todos os estabelecimentos produtores foram fiscalizados no período. Calculado somente nas SFAs que possuem indústrias. A diretriz da Coordenação Nacional é para que todos os estabelecimentos sejam fiscalizados pelo menos uma vez ao ano.
- Índices de referência: 2007 -> não apurado; 2008 -> 0,95; 2009 -> 0,82
- Esperado em 2010 -> 1,00
- Padrão de desempenho:

Bom	acima de 0,9
Regular	0,6 a 0,89
Ruim	abaixo de 0,59

Cálculo:

EF	47	
TER	72	0,65

Fonte:

EF(UF)	Estabelecimento produtor Fiscalizado no ano (sem repetição)	Relatório semestral
TER(UF)	Número total de Estabelecimento produtor registrado	SIPE

Comentários acerca do resultado - o indicador fiscalização realizada em estabelecimento produtor classifica-se com o padrão de desempenho **REGULAR**, presente o fato da dispersão das empresas nas diferentes regiões do estado e da escassez de pessoal limitar fortemente este índice. Tal classificação não surpreendeu a equipe de gestão, pois foi o reflexo de uma decisão estratégica do serviço, juntamente com a coordenação da área. A tendência da fiscalização é a migração da fiscalização quantitativa para uma atividade mais focada na inteligência. Para tanto alguns indicadores também deverão ser alterados. Essa mudança vem sendo construída nos últimos anos, resultado de um planejamento estratégico e implantação de um programa especial de fiscalização, tecnicamente fundamentado, e como pode ser visto nos indicadores anteriores, não impactou no desempenho de economicidade, eficiência e eficácia.

Eficácia:**Quadro5:**

- Denominação (nome do indicador): Fertilizante mineral sólido amostrado em relação ao consumo anual.
- Finalidade do Indicador: Avaliar a cobertura da amostragem coletada pela fiscalização em relação ao consumo anual de fertilizantes minerais. A diretriz da Coordenação Nacional indica que a amostragem deve representar 3% do consumo anual de fertilizantes minerais sólidos.
- Índices de referência: 2007 -> 2,1%; 2008 -> //; 2009 -> 2,61%
- Esperado em 2010 -> 2,5%
- Padrão de desempenho:

Bom	acima de 2,1%
Regular	1,0 a 2,1%
Ruim	abaixo de 1,0%

Cálculo:

FMA	59889,99	
FMC	3101000	1,93%

Fonte:

FMA	FERTILIZANTE MINERAL SÓLIDO AMOSTRADO NO ANO (TONELADAS)	Relatório mensal de atividades
FMC	FERTILIZANTE MINERAL SÓLIDO CONSUMIDO NO ANO (QUANTIDADE)	Mapas trimestrais de produção e anuário estatístico da ANDA

Comentários acerca do resultado - o percentual ficou classificado como **REGULAR**. Este índice aponta a representatividade do volume coletado em relação à produção do estado, portanto sofre interferência do mercado. Em 2010 verificou-se uma superação do setor nas vendas de fertilizantes, que registrou acréscimo de 8% em relação ao volume vendido em 2009.

O planejamento de coleta e definição de meta de volume parte do volume consumido no ano anterior, ou seja, 2.872 mil tons, para as quais o volume de 60 mil tons seria representativo de 2,1% do consumo.

Salientamos ainda que os fertilizantes minerais sólidos distribuem-se em simples, mistos e complexos, sendo os mistos o principal produto consumido pelos produtores rurais. Em 2010 efetuamos 350 coletas de fertilizantes minerais sólidos sendo 262 de mistos. O volume médio de representatividade de cada amostra é de 81 toneladas, logo para aumentarmos significativamente o volume amostrado precisaríamos aumentar o número de amostras visto que a sua representatividade é dependente do que é encontrado em estoque ou em expedição nas empresas, porém esse aumento implicaria em sobrecarga ao laboratório, que já possui demanda superior a sua capacidade analítica mensal.

Por fim, mesmo estando enquadrado como Regular, entendemos que houve um bom desempenho nesse indicador, pois atingimos as metas planejadas no POA 2010.

Eficácia:**Quadro 6:**

- Denominação (nome do indicador): Corretivo amostrado em relação a produção anual
- Finalidade do Indicador: Avaliar a cobertura da amostragem coletada pela fiscalização em relação à produção anual de corretivos. A diretriz da Coordenação Nacional indica que a amostragem deve representar 5% da produção anual de corretivos.
- Índices de referência: 2007 -> 4%; 2008 -> 3%; 2009 -> 2,66%
- Esperado em 2010 -> 2,0%
- Padrão de desempenho:

Bom	acima de 2,5%
Regular	2,0 a 2,5%
Ruim	abaixo de 2,0%

Cálculo:

CA	48.710	
CP	1.792.900	2,72%

Fonte:

CA	CORRETIVO AMOSTRADO NO ANO (TONELADAS)	Relatório mensal de atividades
CP	CORRETIVO PRODUZIDO NO ANO (TONELADAS)	2010 - Dados da SINDICALC

* **Observação:** Os índices de referência dos anos de 2008 e 2009 foram calculados considerando-se a produção total do estado de 941.00 toneladas (fonte dos mapas trimestrais) sendo que para o ano de 2010 adotou-se os dados da SINDICALC. Dessa forma o montante de referência aumentou em 90%.

Comentários acerca do resultado – o volume representativo das amostras de corretivos resulta em um percentual de representatividade que se classifica em um **padrão de desempenho BOM**.

Em função da localização das empresas produtoras, a fiscalização desse produto concentra-se em uma ou duas semanas do ano, momento em que é possível encontrar um volume significativo de estoque de produto acabado, ou não. Nesse ano foi possível efetuar as coletas com uma alta média de representatividade, 2.300 tons/amostra, e dessa forma contemplar o volume previsto para amostragem dos produtos corretivos. Houve um aumento no volume coletado em relação aos anos de 2008 e 2009 de 72% e 94%, respectivamente.

Eficácia:**Quadro 7:**

- Denominação (nome do indicador): **Inoculante amostrado em relação à produção anual.**
- Finalidade do Indicador: Avaliar a cobertura da amostragem coletada pela fiscalização em relação a produção anual de inoculante. A diretriz da Coordenação Nacional indica que a amostragem deve representar 20% da produção anual de inoculantes.
- Índices de referência: 2007 e 2008 -> não apurados; 2009 -> 13,28%
- Esperado em 2010 -> 20%

- Padrão de desempenho:

Bom	acima de 18%
Regular	12 a 17,9%
Ruim	abaixo de 12%

Cálculo:

IA	92,47	
IC	500,00	18,49%

Fonte:

IA	INOCULANTE NACIONAL AMOSTRADO NO ANO (1000 DOSES)**	Termos de coletas de amostras (TCA)
IC	INOCULANTE PRODUZIDO NO ANO (1000 DOSES)	Mapas trimestrais de produção e mercado.

Observações: * Índice de 2009 considera um volume de produção de 339.980 doses.

** No volume de inoculante nacional amostrado não se soma a amostragem de produtos importados.

Comentários acerca do resultado - os inoculantes, pela produção sazonal e em períodos curtos, devido também ao seu menor prazo de validade, muitas vezes frustram a intenção de coleta por ocasião da fiscalização. Em 2010 tal fato não ocorreu, seu **desempenho classificou-se como BOM** e para o ano de 2011 a meta será aumentada

Metas Físicas:

Em 2010 verificamos o atendimento das metas físicas programadas com uma pequena superação (programado -> 676 / realizado -> 684).

A meta de fiscalizações realizadas é desdobrada em uma série de metas, distribuídas por tipo de estabelecimento e produtos. O detalhamento das metas que compõe a Fiscalização Realizada e o seu andamento em relação ao programado é reportado mensalmente para toda a equipe do estado, ao chefe do SEFIA e à Coordenação da área (CFIC), em Brasília, através de planilha própria.

No quadro abaixo se pode observar algumas das metas componentes da fiscalização realizada.

Quadro 3: Metas físicas, detalhamento

Especificação		Unid	Programado	Realizado	Meta Prev. 2011
Fiscalização Est. Produtor	-	Nº	150	77	86
Fiscalização Est. Comercial	-	Nº	44	168	32
Quantitativo de produto amostrado	Fert. Sólido	T	41.700	59.890	55.500
	Fert. Líquido	L	59.000	111.496	46.000
	Corretivos	T	26.000	48.710	26.000
	Inoculantes	doses	50.000	92.475	84.000

Verifica-se que houve uma inversão na realização da fiscalização de estabelecimentos em relação ao programado. Isso se deveu a adoção do Programa Especial de Fiscalização (PEF) de estabelecimentos produtores, que prima pela fiscalização qualitativa e não quantitativa e a alta demanda de registro de estabelecimentos comerciais. Por outro lado, a fiscalização de produtos demonstra, pelo quantitativo de produto amostrado, o pleno atendimento e superação das metas. Como poderá ser visto posteriormente nos índices estratégicos, o PEF, em seus resultados preliminares, contribui para a conformidade de tais insumos agrícolas.

Atividades de rotina que não estão contempladas nas metas - apesar de não programadas como metas, as atividades abaixo necessitam ser

computadas, tendo em vista a obrigatoriedade determinada pela Legislação em vigor e as necessidades operacionais inerentes, correspondendo a praticamente 70% do tempo da força de trabalho de fiscais da área de fertilizantes, corretivos e inoculantes:

Registro de empresas produtoras, importadoras, exportadoras, comerciantes e prestadores de serviços em fertilizantes, corretivos e inoculantes; registro de produtos; inclusão de atividades no registro do estabelecimento; autorizações de embarque em Licenças de Importação (LI) no sistema SISCOMEX; vistorias em estabelecimentos; coordenação das atividades de fiscalização destes insumos no estado do RS; administração da documentação e encaminhamento de amostras aos laboratórios e dos resultados para as empresas; relatoria de processos administrativos de apuração de infrações; emissão dos boletos bancários de cobrança; orientações ao Público – Clientes Diretos; elaboração e acompanhamento do Plano Operativo Anual (POA).

Outras Atividades - como atividades eventuais, o segmento presta apoio à ampla gama de atividades, tais como, pareceres técnicos, apuração de denúncias, suporte em demandas transversais, solicitadas pela Divisão de Defesa Agropecuária (DDA), reuniões técnicas e de planejamento internas e externas e orientações ao VIGIAGRO/UTRAS.

Participação em Eventos - de acordo com a disponibilidade dos FFA's que atuam no segmento, sendo as principais, treinamento em fiscalização, curso de auditoria, reunião regional da fiscalização de insumos e reunião nacional da fiscalização federal de fertilizantes, corretivos e inoculantes.

Metas Financeiras: O valor de R\$311.020,00, liberado para pagamento dos contratos com laboratórios prestadores de serviço de análises de fertilizantes, corretivos e inoculantes, foi totalmente empenhado, porém seu pagamento ficou para 2011.

Para a avaliação do custo direto da atividade de fiscalização foram desconsiderados os seguintes valores das respectivas contas:

339039- R\$ 168.420,00. Sendo R\$ 162.400,00 relativos ao custeio das análises laboratoriais e R\$ 6.020,00 relativos à manutenção da estrutura da SFA e de veículos.

339037- R\$ 9.706,94 para despesas com locação de mão de obra na estrutura da SFA/RS.

449052 - R\$ 4.000,00 destinados à aquisição de material permanente.

339014- R\$ 3.756,00 destinados ao PI-FISAGROTOX. R\$ 7.974,53 diárias para servidores do RS em força tarefa no MT.

339033- R\$ 8.000,00 passagens aéreas para servidores do RS em força tarefa no MT.

Análise:

Verifica-se no exposto acima, a superação das metas físicas de fiscalização e de coleta de produtos, sendo o impacto de médio e longo prazo será a nova formatação da fiscalização, buscando a redução da carga de atividades manuais para ações de inteligência, além disso, e a redução quantitativa na coleta de produtos para um plano de amostragens seletivas, de forma a reduzir o tempo de resposta dos laboratórios e permitir ações cautelares mais céleres.

No ano de 2010 a equipe de fertilizantes do SEFIA/RS foi reconhecida nacionalmente pelo êxito alcançado na fiscalização dos insumos agrícolas, recebendo uma placa do DFIA.

Está sendo discutida uma Normativa de Boas Práticas de Fabricação e Controle para a área de fertilizantes.

Os recursos financeiros foram liberados no SIOR conforme o montante do plano operativo e as solicitações de descentralização foram ajustadas mensalmente de acordo com as programações e aprovadas pela Coordenação e pela Secretaria de Defesa Agropecuária, no PI FISFECOI. Houve um fluxo contínuo de disponibilidade dos recursos para o custeio das atividades de fiscalização, sem interrupções ou cortes.

Os recursos humanos foram restritivos para o atendimento da meta de eficácia, como demonstra o indicador do Quadro 4 acima. Para atender as demais metas procurou-se otimizar a disponibilidade dos fiscais, porém, seriam insuficientes para uma abrangência maior da ação; por exigência da própria sociedade, que deseja consumir insumos de alta qualidade. Seriam necessários, para maior efetividade da fiscalização, fiscais lotados nas várias Unidades Regionais do MAPA- RS, com tempo integral para a execução da ação de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes. Conforme o quadro abaixo, observa-se que os Fiscais lotados no interior do RS são poucos, soma-se a isso a disponibilidade de dedicar cerca de uma semana por mês ao PI. Por razões semelhantes, incluindo a logística, seria necessário, pelo mínimo um fiscal dedicado à atividade na Unidade de Caxias do Sul.

Fiscal	Profissão	Unidade Lotação	% de Dedicação ao PI
Henrique Bley	Engº Agroº	SEFIA/RS	100
José Otávio R. Oliveira	Engº Agroº	SEFAG/RS	100
Michel Santos Geber	Engº Agroº	SEFAG/RS	50
Francisco Motta Bicca	Engº Agroº	UTRA Pelotas	50
Osni Tadeu Lopes	Engº Agroº	UTRA Sta Maria	25
Eloi Jorge de Quadros	Engº Agroº	UTRA Ijuí	25
Luis Felipe Duarte	Engº Agroº	UTRA Passo Fundo	25
Jorge R. Talamini Borges	Engº Agroº	UTRA Passo Fundo	50

Outro fator limitante que para uma maior efetividade da ação fiscal é o tempo decorrido desde a coleta da amostra, passando pela análise laboratorial, até a sua certificação. A morosidade desses procedimentos prejudicando a adoção de maior número de medidas cautelares, como por exemplo, ações de apreensão de produtos desconformes e a conseqüente prevenção ao consumidor.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas foram: **Fiscalização em ECs (382%)** essa intensificação nas fiscalizações de estabelecimentos comerciais se deveu a quantidade de requerimentos de registro acumulados, para os quais se fazia necessária a vistoria das instalações. Contribui para o alto número o fato de que uma mesma cooperativa possui vários entrepostos, relativamente próximos entre si, e que em um mesmo município ou localidade possuam unidades de cooperativas distintas. Dessa forma os fiscais do interior montaram roteiros otimizados para vistoriar diversas unidades em uma mesma região.

Coleta de fertilizantes simples (209%) e complexos (179%) – a opção por focar nesses produtos se deve ao fato de que, em sua maioria, constituem-se matérias primas para as demais formulações. No momento da fiscalização da indústria o estoque constitui-se de matérias-primas, pois os produtos são formulados no momento da expedição. Dessa forma, se identificamos deficiências nessa linha de produtos poderá ser um indício de que haverá inconformidade no produto final.

Coleta de fertilizantes líquidos (189%) – nesse caso a coleta na indústria, por caracterizar-se como uma empresa que forma estoque de produtos embalados, o volume amostrado dependerá da situação no momento da fiscalização. Uma amostra pode ser representativa de 10 litros ou de 10.000 litros, conforme o caso.

Coleta de corretivos (187%) – por ser um segmento com menor número de estabelecimentos e regionalmente concentrados, em relação aos fertilizantes, é fiscalizado com menor frequência, e trabalha com produção e expedição concomitante. Neste ano foi possível concentrar a fiscalização na região em um período de estoques significativos na indústria.

Coleta de inoculantes (185%) – por conter apenas dois estabelecimentos em produção no estado e seus produtos possuem um menor prazo de validade a estratégia da fiscalização deve focar em determinar a ação para um período de produção pré-safra. Tal cuidado foi tomado e obteve-se sucesso.

Ao desempenho geral qualificamos como altamente satisfatório, ponderados o alcance das metas propostas, o universo de atuação, o exíguo tamanho da equipe disponível – poucos servidores e baixa disponibilidade individual dedicada à ação.

Considerando-se as módicas despesas fixas de pessoal e de custeio das atividades correlatas, expressivamente superadas pelas receitas oriundas das autuações, verifica-se que o resultado de arrecadação – que não é o foco do trabalho – revela que os custos da equipe são econômica e financeiramente sustentáveis.

Cotejando-se os custos totais envolvidos na fiscalização destes insumos, em relação ao valor dos insumos fiscalizados, observa-se compensadora relação custo/benefício para a sociedade; na mesma linha de raciocínio, relativizando-se em nível de País, e dentro da instituição MAPA, a importância do RS (quarto maior produtor e consumidor de fertilizantes do Brasil) e do mínimo tamanho de equipe (equivalente a apenas 4,25 fiscais em tempo disponível) evidencia-se o seu bom desempenho.

A realidade Estadual, numericamente demonstrada à CFIC, em monografia denominada “Plano Estadual de Amostragem”, resultou em redução gradativa no número de coletas previstas para os anos de 2009 e 2010, providência que se fazia necessária, em função da exaustiva discussão dos principais aspectos oriundos da rotina operacional do segmento. Em decorrência, o indicador de economicidade pode ser prejudicado, apesar de, em realidade, estarmos migrando para uma fiscalização mais efetiva, no sentido de promover, realmente, melhores índices de conformidade, não aqueles previsíveis da fiscalização convencional, mas efeitos concretos oriundos de ações de inteligência – dotadas da necessária renovação de procedimentos, das táticas e estratégias compatíveis com o porte dos “players” e com a evolução do setor.

Os reflexos do novo formato de atuação iniciado em 2009 e 2010 poderão concretizar-se nos próximos anos — prazo de maturação de algumas ações em andamento, desde que haja fiscais disponíveis para dar continuidade.

Este é o dilema da fiscalização: a melhoria de desempenho pode resultar na redução dos índices de conformidade, a partir de mudança no “modus operandi” da atividade. Por isso, conclui-se que haverá a **necessidade de repensar-se os indicadores a serem considerados de futuro**: o foco da fiscalização deve traduzir-se em melhoria da conformidade, para isso necessitando de indicadores adequados, tanto para mensuração, como para a comunicação de resultados à Sociedade.

Necessidades do segmento e sugestões - a fim de atuar com uma estrutura minimamente dimensionada, o segmento no RS necessita de acréscimo de dotação de cinco FFA's, sendo um na SFA/RS, um em cada uma das UTRAs de Ijuí, Santa Maria, Pelotas e Caxias do Sul (essa sem um fiscal sequer para atender toda a região da Serra Gaúcha); sugere-se a revisão geral dos indicadores e padrões de desempenho esperados, de formas a espelhar melhor a realidade do Segmento, aperfeiçoar as expectativas de desempenho, propiciar condições de evolução dos serviços de acordo com a dinâmica do mercado e influir decisivamente nos índices de conformidade dos produtos.

Ação:	4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - FISCORGEN
Tipo:	Atividade.
Produto:	Fiscalização realizada.
Especificação do produto:	-
Finalidade:	Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País.
Descrição:	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.
Detalhamento:	Serão envolvidos os demais agentes do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA.
Unidade Responsável:	Coordenação de Biossegurança/Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário
Coordenador da Ação Nacional:	Marcos Vinicius Segurado Coelho.
Unidade Executora:	Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA/DDA/SFA-RS
Estratégia da Ação:	De acordo com a Lei de Biossegurança, compete ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA a fiscalização das atividades e produtos que utilizem organismos geneticamente modificados e seus derivados destinados a uso animal, na agricultura, pecuária, agroindústria e áreas afins, observando a legislação pertinente. A Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul contou com 06 (seis) Fiscais Federais Agropecuários para a realização das fiscalizações decorrentes da Ação, sendo três fiscais lotados na sede da SFA e três nas unidades do interior do estado. Cabe salientar que estes fiscais não dispõem de tempo integral para o desenvolvimento das atividades de fiscalização de organismos geneticamente modificados, sendo o tempo de trabalho dividido com outras áreas de fiscalização, como as de sementes e mudas, aviação agrícola, fertilizantes, classificação vegetal e defesa vegetal.
Indicadores:	Para o indicador de efetividade devemos considerar que a fiscalização de organismos geneticamente modificados ocorreu em empresas que realizam pesquisa de liberação planejada de OGM e em plantios comerciais de milho visando a verificação do atendimento à norma de coexistência. Quando a Coordenação de Biossegurança estipula as metas (previsto inicial) no SIPLAN e o SEFIA/DDA-RS lança o previsto corrigido, não é levado em conta estes dois tipos de fiscalização, sendo lançado um único valor para o conjunto de ações de fiscalização. Neste contexto, o indicador de efetividade deve refletir as ações em separado, uma vez que os estabelecimentos a serem fiscalizados são diferentes. No caso de experimentos de liberação planejada, os mesmos foram desenvolvidos por cinco empresas de pesquisa, sendo que todas elas e todos os experimentos instalados foram fiscalizados, acarretando uma efetividade de 100%. Se considerarmos que os experimentos foram fiscalizados em duas oportunidades, a efetividade para este tipo de fiscalização passaria para 200%. Já na fiscalização de coexistência de plantios comerciais de milho a efetividade é muito alterada em função do universo da fiscalização, já que no estado do Rio Grande do Sul existem aproximadamente 250.000 estabelecimentos rurais que produzem milho.



Considerando que das 129 fiscalizações realizadas, 46 foram em lavouras comerciais, a efetividade neste caso ficaria em 0,00018%.

Outro ponto a ser salientado é a respeito dos indicadores de economicidade e eficiência. Para o cálculo destes indicadores levou-se em conta o total dos recursos executados. Cabe ressaltar no entanto que nem todo o recurso recebido foi utilizado nas ações de fiscalização de OGM's. Dos R\$ 18.733,54 executados do elemento de despesa 3390-14 (diárias), R\$ 11.443,04 foram utilizados para pagamento de diárias relacionadas às ações de fiscalização do PI FISCORGEN, enquanto que uma parte do restante do recurso foi utilizada por outros PI's e outra parte foi destinada a viagens para reuniões convocadas pela Coordenação de Biossegurança. Para estas reuniões também foram descentralizados recursos para pagamento de passagens aéreas, que no nosso entendimento também não devem ser computados no custo das fiscalizações. Se considerássemos somente os valores efetivamente utilizados pelo PI FISCORGEN para a execução das ações de fiscalização, haveria uma alteração nos indicadores como, por exemplo, o custo unitário da fiscalização, que passaria de R\$ 924,21 para R\$ 832,42. A variação percentual do custo realizado de 2009 para 2010 teve um aumento bastante significativo em função de que o cálculo levou em conta o recurso recebido para aquisição de um veículo, que foi de R\$ 90.000,00.

ATRIBUTO	INDICADOR			
	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Descrição	Custo da fiscalização de 2010 em relação ao ano anterior	Custo unitário da fiscalização em relação a estimativa inicial	Nº de fiscalizações realizadas como um percentual da meta física programada	Percentual de fiscalização realizada em relação ao universo de estabelecimentos
Unidade de Medida	R\$	R\$/fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Fonte	SFA	SFA	SFA	SFA
Fórmula de Cálculo	Variação absoluta (VA) do custo realizado de 2009 para 2010 CR2010 - CR2009 = 119.223,54 - 16.147,24 = <u>103.076,30</u> Variação percentual do custo realizado de 2009 para 2010 $[(119.223,54 : 16.147,24) - 1] \times 100 =$ <u>638,35%</u>	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2010: CUR = 119.223,54 : 129 = <u>924,21</u> CUP = 99.318,54 : 126 = <u>788,24</u> Variação % entre o custo unitário realizado e programado em 2010. $[(924,21 : 788,24) - 1] \times 100 =$ <u>17,25%</u>	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas $(129 : 126) \times 100 =$ <u>102,38%</u>	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de estabelecimentos sujeitos a fiscalização. VER COMENTÁRIO ABAIXO

Análise:

A fiscalização de Organismos Geneticamente Modificados atingiu 102,38% da meta prevista, sendo que esta meta engloba fiscalização de pesquisa e de plantios comerciais. Os experimentos de liberação planejada de organismos geneticamente modificados, autorizados pela CTNBio e instalados por empresas de pesquisa, foram fiscalizados em sua totalidade, tendo desta maneira o Ministério da Agricultura cumprido com o objetivo de preservar os aspectos de biossegurança de eventos de transformação genética ainda não liberados para o uso comercial. A fiscalização de plantios comerciais foi focada na cultura do milho, mais precisamente quanto ao atendimento ao disposto na Resolução Normativa Nº 4/2007, que estabelece as normas de coexistência entre lavouras de milho geneticamente modificado e lavouras de milho de cultivares convencionais. Um problema que ocorreu e que não permitiu uma quantidade maior das fiscalizações de coexistência foi a falta de kits para análise de Organismos Geneticamente Modificados no final do ano, fato este que impediu a realização das fiscalizações de coexistência programadas para o mês de novembro. A meta total prevista foi atingida em função de um maior número de fiscalizações realizadas em experimentos de pesquisa. Inclusive foram fiscalizados no mês de dezembro alguns experimentos que inicialmente estariam programados para serem fiscalizados no início do ano de 2011.

Quanto à questão financeira, os recursos para a execução da ação foram liberados dentro dos prazos previstos, fato este que colaborou efetivamente para a execução das ações de fiscalização e o atingimento da meta realizada. Foram liberados mais recursos do que o programado em função de que houve uma reunião nacional sobre a fiscalização de OGM na cidade de Natal/RN que não havia sido planejada no Plano Operativo 2010.

Ação:	2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM1.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Fiscalização realizada.
Especificação do produto:	-
Finalidade:	Fiscalizar a produção a comercialização e o uso de sementes e mudas, para garantir a oferta destes insumos com qualidade para os produtores rurais; autorizar e fiscalizar a importação e a exportação de sementes e mudas; certificar, através de Entidades de Certificação credenciadas, a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição:	Análise e homologação de inscrição de campos para produção de sementes e de viveiros para produção de mudas; Coleta de amostras de sementes para análise com o objetivo de verificar cumprimento dos padrões estabelecidos; Vistoria de campos de produção de sementes e de viveiros de produção de mudas; Vistoria de equipamentos e instalações utilizadas para a produção de sementes e mudas; Fiscalização dos meios e procedimentos utilizados para produção e comercialização de sementes; Análise de documentos visando a autorização de importação e de exportação de sementes e mudas.
Detalhamento:	Execução direta, pelos fiscais lotados nas unidades descentralizadas do Ministério, ou descentralizadas, por meio de celebração de convênios com as unidades federativas.
Unidade Responsável:	Coordenação de Sementes e Mudanças.
Coordenador da Ação Nacional:	José Neumar Francelino.
Unidade Executora:	Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA/DDA/SFA-RS
Estratégia da Ação:	A fiscalização da produção de sementes e de mudas e do comércio, interestadual e internacional é atribuição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme disposto na Lei nº 10.711 de 05 de agosto de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004. O SEFIA é o segmento da Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul, responsável pela coordenação e execução dessa atividade em nível regional, tendo como atribuições: 1. Programar, controlar, orientar e realizar a fiscalização de estabelecimentos produtores de sementes e de mudas; 2. orientar, controlar e avaliar a aplicação da legislação e normas complementares relativas a: a) produção, comercialização, importação e exportação de sementes e de mudas; b) registro de pessoas físicas e jurídicas, que desenvolvem atividades citadas no Art. 4º e no Art. 6º do Regulamento da Lei 10.711/03, no RENASEM; e c) aferição de padrões de identidade e qualidade de sementes e de mudas produzidas e/ou comercializadas no Estado, instruindo processos administrativos de fiscalização para o julgamento em 1ª Instância; analisando os pedidos de inscrição de campos para produção de sementes, homologando ou denegando esses pedidos; organizando e divulgando dados estatísticos e materiais científicos sobre consumo, produção, comercialização, utilização, exportação e importação de sementes e de mudas; identificando a necessidade de capacitação e promover treinamento para os Fiscais Federais

Agropecuários que atuam na fiscalização da produção e no comércio de sementes e mudas.

No PPA 2008-2011, foi contemplada, dentro do **Programa Qualidade dos insumos e Serviços Agrícolas**, a Ação **Fiscalização de Sementes e Mudanças**.

As sementes constituem insumos básicos que, empregados de forma correta, proporcionam aumentos significativos na produção agrícola. A fiscalização sobre a produção torna-se extremamente necessária, de forma a inibir a existência, no mercado, de produtos fraudados ou fora dos padrões de qualidade, que comprometam a produtividade das culturas e a renda dos agricultores e, inclusive, acarretem o desestímulo dos estabelecimentos regulares quanto à conformidade de seus produtos, em virtude da concorrência desleal.

Em cumprimento ao estabelecido no Plano Operativo 2010, foram utilizados para execução das atividades, recursos humanos da SFA/RS, especialmente Fiscais Federais Agropecuários e servidores da área administrativa de apoio. Atendendo determinação da Coordenação Nacional e, portanto não previsto no POA/2010, algumas ações especiais foram desenvolvidas com a utilização de Fiscais Federais e servidores de outras superintendências. Foram executadas também, ações conjuntas com outros órgãos federais e estaduais, como Polícia Federal, Receita Federal e Secretaria Estadual da Agricultura.

Em cumprimento ao estabelecido no Plano Operativo 2010, foram utilizados para execução das atividades, recursos humanos da SFA/RS, especialmente Fiscais Federais Agropecuários e servidores da área administrativa de apoio. Atendendo determinação da Coordenação Nacional e, portanto não previsto no POA/2010, algumas ações especiais foram desenvolvidas com a utilização de Fiscais Federais e servidores de outras superintendências. Foram executadas também, ações conjuntas com outros órgãos federais e estaduais, como Polícia Federal, Receita Federal e Secretaria Estadual da Agricultura.

Indicadores:

ATRIBUTO	INDICADOR			
	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Descrição	Custo da fiscalização em relação ao ano anterior	Custo de unitário da fiscalização realizada em relação a estimativa inicial	Nº de fiscalizações realizadas como percentual da meta física programada	Percentual de fiscalização realizada em relação ao universo
Unidade de Medida	R\$	R\$/fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Fonte	SFA	SFA	SFA	SFA

Indicadores:**Cálculo:**

ATRIBUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Fórmula do Cálculo	Variação absoluta do custo realizado de 2009 para 2010: $CR_{2010} - CR_{2009} = 367.006,54 - 146.716,51 = 220.290,03$ Variação percentual do custo realizado de 2009 para 2010 $\frac{[(CR_{2010} : CR_{2009}) - 1] \times 100}{[(367.006,54 : 146.716,51) - 1] \times 100} = \underline{150,1467}$	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2010: $CUR = (CR_{2010} : FR_{2010}) = (367.006,54 : 1004) = 365,54$ $CUP = (CP_{2010} : FP_{2010}) = (396.283,76 : 826) = 479,76$ Variação % entre o custo unitário realizado e programado em 2010: $\frac{[(CUR_{2010} : CUP_{2010}) - 1] \times 100}{[(365,54 : 479,76) - 1] \times 100} = \underline{-23,81}$	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas $\frac{(FR_{2010} : FP_{2010}) \times 100}{(1004 : 826) \times 100} = 121,54$	1) Relação percentual entre o nº de estabelecimentos fiscalizados e o número total de estabelecimentos registrados $\frac{(FR_{2010} : ER_{2010}) \times 100}{(120 : 1873) \times 100} = \underline{6,41}$ 2) Relação percentual entre o nº de lotes de sementes importadas fiscalizadas e o número total de lotes de sementes importadas $\frac{(FR_{2010} : ER_{2010}) \times 100}{(770 : 770) \times 100} = \underline{100}$ 3) Relação percentual entre o nº de lotes de sementes fiscalizados e o número total de lotes de sementes produzidos na UF. $\frac{(FR_{2010} : ER_{2010}) \times 100}{(114 : 20.000) \times 100} = \underline{0,57}$
CR=custo realizado; CP=custo programado; FR=fiscalizações realizadas; FP=fiscalizações programadas; ER=Estabelecimento registrado				

Análise:

Ao analisar os números relativos à comercialização de sementes das principais culturas no Rio Grande do Sul, nas duas últimas safras, verifica-se que houve um acréscimo significativo na quantidade de sementes comercializadas, sendo que em 2009 foram 265.683,86 t e em 2010, 297.047,98 t, o que significa um aumento de 11,8%. Com base nisso pode-se dizer que no período em questão o consumo de sementes de melhor qualidade aumentou, refletindo em aumento de produtividade e produção. Este fato ocorre em consequência de diversos fatores, dentre os quais podemos dizer que a fiscalização realizada pelo MAPA tem papel de destaque.

Com a nova legislação de Sementes e Mudanças foram credenciadas no Rio Grande do Sul, duas entidades certificadoras para as sementes de grandes culturas. A Fundação Pro Sementes, credenciada para certificar soja, arroz, trigo, milho, feijão, aveia, cebola, batata, cevada, azevém, canola, entre

outras e o Instituto Riograndense do Arroz - IRGA, credenciado para certificar sementes de arroz.

Também foram credenciados diversos produtores de sementes para serem certificadores da própria produção, nas culturas de fumo, milho, soja, trigo e olerícolas.

Com isso a atividade do Ministério da Agricultura na certificação de sementes, ficou conforme prevê a legislação, limitada a auditorias e/ou fiscalizações desses certificadores. Já as sementes das categorias S1 e S2 estão sendo fiscalizadas pelo Ministério da Agricultura em sua totalidade e em todas as faces de produção.

A variação absoluta do custo realizado de 2009 para 2010 deve-se principalmente ao fato de que no ano de 2010 foi realizado investimento de R\$ 196.000,00 para aquisição de 02 (dois) veículos a serem utilizados no desenvolvimento das atividades, sendo que este investimento também influenciou no custo unitário da fiscalização.

A diferença encontrada entre o custo unitário realizado e o custo unitário programado deve-se ao fato de que foram realizadas mais fiscalizações do que haviam sido programadas, sendo que esse fato somente alterou o custo no que se refere às despesas de custeio, uma vez que a parte referente ao investimento se mantém inalterada.

Com relação ao fato de que as fiscalizações realizadas superaram em 21,54% as fiscalizações programadas, pode-se dizer que isto ocorreu porque no decorrer do período houve acréscimo de dois FFAs ao quadro existente no momento em que foi realizada a programação, além disso, este item é composto também por quantidade de lotes de sementes importadas, sendo que isto depende da demanda de importação, o que é muito variável.

O total de fiscalizações realizadas é composto do somatório de fiscalizações realizadas nos estabelecimentos registrados no sistema RENASEM, mais as amostras de sementes coletadas para fiscalização da produção e comércio e mais as amostras de sementes coletadas por ocasião da importação de sementes, uma vez que estes são os itens que compõem a informação do total de fiscalizações realizadas, constante no relatório mensal de atividades e que posteriormente alimenta o SIPLAN.

Para efeito do cálculo da efetividade, foi realizado o desdobramento conforme abaixo para proporcionar um melhor entendimento e também para retratar melhor os índices alcançados com relação ao universo que compõe cada item.

1) Relação percentual entre o número de estabelecimentos fiscalizados e o número de estabelecimentos registrados no sistema RENASEM, sendo que de um total de 1873 estabelecimentos registrados foram fiscalizados 120, perfazendo um percentual de 6,41%.

2) Relação percentual entre o número de lotes de sementes importadas que foram fiscalizadas e número total de lotes de sementes que foram importadas. No processo de importação de sementes são coletadas amostras de todos os lotes de sementes para verificação de qualidade, por isto este indicador é 100%.

3) Relação percentual entre o número de lotes de sementes que foram fiscalizadas através de coleta de amostras para verificação da qualidade e número total de lotes de sementes produzidas no RS. Para o ano de 2010 a estimativa de produção de sementes de todas as espécies foi de 20.000 lotes, sendo que desse total foram coletadas amostras de 114 lotes, o que

proporcionou uma amostragem de 0,57%. Há que se dizer que este pequeno número de lotes de sementes fiscalizado deve-se ao reduzido número de Fiscais que atuam na área, e principalmente devido à capacidade operacional do Laboratório Oficial de Análise de Sementes (LASO), que atualmente encontra-se esgotada, desta forma não sendo possível aumentar significativamente o número de amostras coletadas enquanto não for ampliada a capacidade operacional do LASO.

Ação: 2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins - FISAGROTOX.
Tipo: Atividade.
Produto: Fiscalização realizada.
Especificação do produto: Nome do produto pela marca comercial, lote e titular de registro, fabricante do produto técnico, formulador e importador de agrotóxicos, seus componentes e afins.
Finalidade: Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo, sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.
Descrição:
Detalhamento: Transferência de recursos para as demais instâncias do Sistema Nacional de Defesa Agropecuária ou fiscalização direta pelos técnicos lotados nas Superintendências Federais de Agricultura nas unidades federativas e análise fiscal pelos laboratórios da rede de apoio vegetal.
Unidade Responsável:
Coordenador da Ação Nacional: Luis Eduardo Pacifici Rangel.
Unidade Executora: Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA/DDA/SFA-RS
Estratégia da Ação: O Estado do Rio Grande do Sul conta hoje com 16 (dezesesseis) estabelecimentos de produção, importação e exportação de agrotóxicos, seus componentes e afins; 49 (quarenta e nove) marcas comerciais de produtos registrados e 10 (dez) estabelecimentos de entidades credenciadas para realização de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica de agrotóxicos e afins.
 Além das metas especificadas no quadro A.2.2., foram executadas também as seguintes atividades – 80 produtos fiscalizados, 05 credenciamento/recredenciamento de estabelecimentos, 695 anuências de importações concedidas e 02 treinamentos de capacitação.

Indicadores:

ATRIBUTO	INDICADOR			
Produto	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Fiscalização Realizada	VA = - 23.829,48 VR = - 72,8 %	VA = - 311,35 VR = - 80,25 %	VA = 49 VR = 73,1 %	VA = 41 VR = 173,1%

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição	Custo da fiscalização de estabelecimentos em relação ao ano anterior	Custo de uma fiscalização de estabelecimento em relação à estimativa inicial	Nº de estabelecimentos fiscalizados como percentual da meta física programada	Percentual de estabelecimentos que foram fiscalizados em relação ao total
Unidade de Medida	Reais (R\$)	Reais (R\$)	Porcentagem (%)	Porcentagem (%)

Atributo	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Fonte	SFA/RS	SFA/RS	SFA/RS	SFA/RS
<i>Fórmula de Cálculo</i>	$\begin{aligned} & \frac{VA_{2010/2009}}{= CR_{2010} - CR_{2009}} \\ & = 8.885,85 - 32.715,33 \\ & = \underline{-23.829,48} \\ & \frac{VR_{2010/2009}}{= [(CR_{2010} : CR_{2009}) \times 100] - 100} \\ & = [(8.885,85 / 32.715,33) \times 100] - 100 \\ & = (0,272 \times 100) - 100 \\ & = \underline{-72,8 \%} \end{aligned}$	$\begin{aligned} & \frac{CUR_{2010} = CR_{2010}}{: QR_{2010}} \\ & = 8.885,85 : 116 \\ & = 76,60 \\ & \frac{CUP_{2009} = CP_{2009}}{: QP_{2009}} \\ & = 25.993,30 : 67 \\ & = 387,95 \\ & \frac{VA_{2010} = CUR_{2010}}{- CUP_{2010}} \\ & = 76,60 - 387,95 \\ & = \underline{-311,35} \\ & \frac{VR_{2010}}{= [(CUR_{2010} : CUP_{2010}) \times 100] - 100} \\ & = [(76,60 : 387,95) \times 100] - 100 \\ & = \underline{-80,25\%} \end{aligned}$	$\begin{aligned} & \frac{VA_{2010}}{= QR_{2010} - QP_{2010}} \\ & = 116 - 67 = \underline{49} \\ & \frac{VR_{2010}}{= [(QR_{2010} : QP_{2010}) \times 100] - 100} \\ & = [(116 : 67) \times 100] - 100 = \underline{73,1\%} \end{aligned}$	$\begin{aligned} & \frac{VA_{2010/2009}}{= QR_{2010} - QT_{2010}} \\ & = 116 - 75 = \underline{41} \\ & \frac{VR_{2010}}{= (QR_{2010} : QP_{2010}) \times 100} \\ & = (116 : 67) \times 100 \\ & = \underline{173,1 \%} \end{aligned}$

Análise:

As anuências de importações, os estabelecimentos credenciados e o atendimento de denúncias ocorrem por demanda e não por programação prévia. O estabelecimento de um universo de ação para essas ações fica dificultado e consequentemente o cálculo de alguns indicadores de desempenho.

De acordo com o Plano Operativo 2010, considerando as variáveis: no de participantes, no de diárias, custo de pedágio e litros de combustível; o custo médio estimado de cada fiscalização sai por R\$ 76,60 (R\$ 8.885,85 : 116 fiscalizações). A redução significativa desse valor quando comparada com os anos anteriores deveu-se a exclusão de recursos utilizados para outras finalidades que foram contabilizadas nas metas financeiras de forma unificada até então.

Como o cálculo da média não é ponderado e o custo das atividades externas está diretamente relacionado com a distância percorrida e o tempo gasto no estabelecimento, não há como calcular a sua variação.

Como os recursos materiais (despesas variáveis e investimentos) quando adquiridos no ano de exercício superestimam o custo de fiscalização e mascara o valor dos indicadores, os mesmos foram suprimidos dos cálculos até que se pense em depreciação para os investimentos para incluir seu custo sem superestimar o valor dos indicadores.

Em 2010, excetuando os gastos nas ações de fiscalização, o restante dos recursos financeiros disponibilizados foi utilizado em treinamentos recebidos, na prestação de informações para o público em eventos externos representando o MAPA e em reuniões técnicas realizadas pelo próprio Órgão.

O foco das fiscalizações nas empresas importadoras e seus produtos teve como objetivo coibir e/ou mitigar a disponibilidade no mercado de agrotóxicos formulados importados fraudados ou fora dos padrões de qualidade, que venham a comprometer a produtividade das culturas e a renda dos agricultores e, inclusive, provocar o desestímulo, em virtude da concorrência desleal, naqueles estabelecimentos produtores destes insumos empenhados com a qualidade de seus produtos.

Ação:	8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PCEVEGETAL.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Área controlada.
Especificação do produto:	Taxa de Sanidade, relação percentual entre Área Prevenida onde não existe a praga (AP) mais área Controlada onde a praga está presente (AC) e a Área Total (AT).
Finalidade:	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição:	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.
Detalhamento:	A execução poderá ser descentralizada, por meio de convênios com órgãos públicos estaduais, com a iniciativa privada e demais entidades envolvidas com a defesa fitossanitária; ou direta, realizada por técnicos das Superintendências Federais de Agricultura em cada unidade da Federação.
Unidade Responsável:	Coordenação Geral de Proteção de Plantas
Coordenador da Ação Nacional:	Carlos Artur Franz.
Unidade Executora:	Serviço de Sanidade Vegetal – SSV/DDA/SFA-RS.
Estratégia da Ação:	Atividades executadas: 1) Prevenção e Controle de Pragas das Rosáceas – No Rio Grande do Sul as principais ações do <i>Plano Nacional de Erradicação da Cydia Pomonella</i> consistem no monitoramento da praga, por meio do uso de armadilhas com feromônio e na eliminação de plantas hospedeiras nas áreas urbanas das cidades de Vacaria, Bom Jesus e Caxias do Sul, além do monitoramento dos pomares comerciais de rosáceas também por meio de armadilhas com feromônio, sendo as principais ações e resultados, 1.595 armadilhas instaladas e monitoradas na área urbana de Caxias do Sul; 1.200 armadilhas instaladas e monitoradas na área urbana de vacaria; 50 armadilhas instaladas e monitoradas na área de Bom Jesus; 100 armadilhas instaladas e monitoradas nas áreas de municípios próximos; 05 (cinco) anos sem captura no município de Bom Jesus; 03 (três) anos sem captura no município de Caxias do Sul; ausência de captura em pomares comerciais de rosáceas (maçã, pêra, pêssego e ameixa); 390 fiscalizações realizadas; 96 responsáveis técnicos capacitados para o monitoramento da praga.

2) Prevenção e Controle de Praga dos Citros, sendo as principais ações e resultados; 1 Curso de Certificação Fitossanitária de Origem – CFO; 98 Responsáveis Técnicos habilitados para CFO; 15 viveiros telados de mudas cítricas fiscalizados; 186 fiscalizações realizadas em pomares comerciais; 864 amostras coletadas e analisadas para detecção de greening e *Diaphorina citri*; constatação de baixa ocorrência de *Diaphorina citri* nos pomares cítricos do RS; manutenção do status fitossanitário dos citros no RS, devido a não ocorrência das pragas quarentenárias greening e mosca negra dos citros.

3) Certificação Fitossanitária de Tabaco - O Brasil é o segundo maior produtor e maior exportador de tabaco do mundo. Na cadeia produtiva de tabaco brasileiro estão envolvidos cerca de 186.000 pequenos produtores rurais (800.000 pessoas no meio rural), cujas propriedades têm área média de 16,1 hectares, dos quais 15% são destinados ao cultivo do tabaco, o que proporciona 70% da renda familiar. Anualmente cerca de 700 mil toneladas de tabaco processado são exportadas para mais de 100 países, representando divisas para o Brasil na ordem de US\$ 2,7 bilhões, sendo as principais ações e resultados; 230 fiscalizações realizadas em áreas comerciais; 11 empresas produtoras/processadoras fiscalizadas; 144 amostras de tabaco processado, coletadas e analisadas; nenhuma amostra positiva para a presença de mofo azul; 94 responsáveis técnicos treinados para o monitoramento de lavouras; garantida a exportação de tabaco à China.

4) Contenção e Erradicação de *Orobanche* sp., sendo as principais ações e resultados; 290 inspeções realizadas; instalação de dois experimentos visando métodos de controle; redução do banco de sementes, por meio do arranquio de plantas, nas áreas de ocorrência; manutenção da praga em área restrita.

5) Prevenção e Controle de Pragas da Bananeira - a bananicultura é uma atividade que abrange cerca de 12.000 ha no RS, cultivada principalmente em pequenas propriedades na região do litoral norte do Estado. Estão envolvidas diretamente nesta atividade cerca de 5 mil famílias e aproximadamente 20 mil pessoas; mais os empregos indiretos provenientes desta atividade.

Os municípios de Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul, Mampituba, Dom Pedro de Alcântara, Torres, Maquiné, Terra de Areia, Osório, Três Forquilhas, Itati e Santo Antônio da Patrulha são responsáveis por 98% da área comercial.

A produtividade média do RS é de 11 ton/ha. Para esses produtores, o cultivo de banana é uma importante fonte de renda, ajuda a fixar esta população no campo com geração de emprego, principalmente para os produtores com menor acesso a tecnologia. As plantações, na maioria dos casos, situam-se em encostas, o que exige intensa mão-de-obra e que dificilmente se conseguiria desenvolver outra atividade econômica, sendo as principais ações e resultados; 20 propriedades fiscalizadas; 12 municípios abrangidos pelas fiscalizações; 14 amostras coletadas e analisadas; 31 Responsáveis Técnicos habilitados para a Certificação Fitossanitária de Origem; nenhuma amostra positiva para a presença de sigatoka negra; o RS sem ocorrência de moko-da-bananeira.

6) Prevenção e Controle de Pragas da Soja - anualmente cerca de 3,8 milhões de ha de soja são cultivados no RS, sendo o principal produto gerador de emprego e renda para o Estado, além das divisas alcançadas com as exportações de grãos, óleo e farelo.

No RS a ferrugem asiática da soja tem constituído o principal problema fitossanitário da cultura, a exemplo dos demais estados produtores da

oleaginosa, acarretando prejuízos anuais (perda de produção mais controle) aproximados de U\$ 2,2 bilhões, segundo estimativas da Embrapa.

O vazio fitossanitário consiste em manter as lavouras sem cultivo de soja por um período mínimo de três meses consecutivos, na entressafra, com intuito de interromper o ciclo da doença e com isso diminuir a fonte de inóculo para a safra seguinte. No RS, devido ao clima (frio), o cultivo na entressafra não é possível e as plantas remanescentes (guaxas ou tigüeras) são eliminadas naturalmente pela formação de geadas. Por este motivo o Comitê deliberou pela não implementação do vazio fitossanitário no RS, diferente dos demais estados produtores desta oleaginosa.

Nos últimos anos o Comitê Estadual de Controle da Ferrugem Asiática da Soja, em parceria com a Emater/RS e Embrapa Trigo de Passo Fundo, realizou diversas ações sobre o tema, especialmente treinamento e capacitação de técnicos, com objetivo de reduzir as perdas de produção provocadas pela doença, otimização e redução da aplicação de fungicidas por meio do monitoramento e reconhecimento eficaz da praga.

A intensidade de ocorrência da ferrugem da soja no RS é diretamente proporcional às precipitações, ou seja, em anos chuvosos a ocorrência é mais intensa. Atualmente no mercado estão disponíveis 73 fungicidas registrados para o controle da doença (fonte Agrofitec em 28/02/2011). Os produtores bem como a assistência técnica têm conhecimentos razoáveis de monitoramento e controle. Todavia, carece conhecimentos sobre tecnologia de aplicação, bem como o uso adequado de maquinários e equipamentos, já que a doença incide primeiramente na parte inferior da planta, local de difícil acesso para os produtos (fungicidas) pulverizados.

7) Prevenção e Controle de Pragas das Cucurbitáceas - o Rio Grande do Sul destaca-se no cultivo de melancia, melão e abóbora, espécies vegetais pertencentes à família botânica das Cucurbitaceas. O cultivo destas espécies está amplamente distribuído no Estado, com utilização de tecnologias diversas, desde lavouras com alto nível tecnológico (intensivo uso de insumos e fertirrigação) até lavouras secundárias consorciadas com outros cultivos. O Estado possui uma área estimada de produção de cucurbitáceas superior a 25.000 hectares.

A proximidade geográfica do Rio Grande do Sul com países como Argentina e Uruguai têm despertado o interesse de produtores na busca destes mercados. Como vantagens desta condição, destaca-se o menor tempo entre a colheita e entrega do produto e menores danos físicos, sendo possível, portanto, a oferta de frutos de qualidade superior. Entidades representativas de produtores rurais nos municípios gaúchos de Bagé, Dom Pedrito e Herval, localizados na fronteira com Uruguai, mostraram interesse em habilitar-se para uma possível exportação de frutos in natura de cucurbitáceas para os países vizinhos (Uruguai e Argentina).

Frutos destas espécies exportados pelo Brasil para Argentina e Uruguai, são atualmente procedentes de outros estados como RN, MG, GO e SP, sendo o RS apenas um corredor de exportação. Todavia para aceitarem o ingresso destes frutos, estes países possuem uma restrição fitossanitária, ou seja, que os frutos tenham origem de lavouras com baixa ocorrência da Mosca-das-Frutas pertencentes à espécie *Anastrepha grandis*. Para atendimento desta exigência o Brasil publicou a Instrução Normativa nº 16, de 05 de março de 2006, que estabelece, para fins de Certificação Fitossanitária com Declaração Adicional, a condição para Sistema de Mitigação de Risco - SMR,



como opção reconhecida de manejo de risco para a praga *Anastrepha grandis* Macquart, em cultivos de *Cucumis melo* L. (melão), *Citrullus lanatus* Thunb. (melancia), *Cucurbita* spp. (abóbora) e *Cucumis sativus* L. (pepino).

Como pré-condição para o reconhecimento de um SMR para *Anastrepha grandis*, é necessário o monitoramento semanal por meio de instalação de armadilhas específicas, durante um período de seis meses.

Com o objetivo de viabilizar as exportações de cucurbitáceas (melão, melancia e abóbora), o SSV/RS juntamente com a SEAPPA/RS, e com apoio da Embrapa de Pelotas/RS, implementou o monitoramento de lavouras cultivadas nos municípios de Bagé, Dom Pedrito e Herval. Foram monitoradas 18 propriedades nos três municípios, por meio de instalação de armadilhas tipo Mcphail, por um período de seis meses. Semanalmente, Responsáveis Técnicos, devidamente treinados e credenciados, realizaram coleta do material e substituição do atrativo alimentar. As amostras coletadas foram enviadas ao laboratório da Embrapa de Pelotas/RS, para serem analisadas. Não foram capturados espécimes de *Anastrepha grandis*, já que a ocorrência desta espécie no RS é bastante restrita. Os dados de coleta juntamente com Projeto contemplando outros aspectos inerentes às culturas e a praga, foram encaminhados ao Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/MAPA em Brasília, órgão responsável pelo reconhecimento de áreas sob sistema de manejo de risco. Resultou deste trabalho a publicação da Instrução Normativa nº 35, de 21 de novembro de 2008, que reconhece o Sistema de Mitigação de Risco da Praga *Anastrepha grandis* em cultivos de cucurbitáceas, implantado na área que compreende os Municípios de Bagé, Dom Pedrito e Herval, no Estado do Rio Grande do Sul. A partir deste reconhecimento, os municípios estão aptos a exportarem desde que seja realizado o monitoramento durante todo o período de cultivo.

8) Prevenção e Controle de Pragas da Madeira - o RS possui uma área aproximada de 170 mil ha de pinus, espécie vegetal hospedeira da vespa-da-madeira (*Sirex noctilio*), praga quarentenária presente no Brasil desde 1988, mas restrita aos Estados do RS, SC, PR, SP e MG, conforme Instrução Normativa nº 52, de 20 de novembro de 2007, alterada pela Instrução Normativa nº 41, de 01 de julho de 2008. Com apoio do Fundo Nacional de Controle da Vespa da Madeira - FUNCEMA, O RS tem adotado com grande intensidade o monitoramento e o controle desta praga por meio do nematóide *Deladenus siricidicola*, parasita específico, produzido e distribuído pela Embrapa Florestas de Colombo/PR, sendo as principais ações e resultados; 169 fiscalizações da Certificação Fitossanitária de Origem; 4 Supervisões da fiscalização do trânsito interestadual de pinus; 59 Responsáveis Técnicos habilitados para a Certificação Fitossanitária de origem; solicitação da criação do Plano Nacional de Controle da Vespa-da-madeira.

9) Levantamento de *Stegobium Paniceum*/Praga Quarentenária - em 2010 o SSV recebeu proposta de notificação de ocorrência da praga quarentenária ausente para o Brasil *Stegobium paniceum* (Linnaeus, 1761), conforme Instrução Normativa nº 52, de 20 de novembro de 2007, alterada pela Instrução Normativa nº 41, de 1º de julho de 2008. *S. paniceum* é um inseto pertencente à ordem Coleóptera, família Anobiidae, e que tem como hospedeiros diversos produtos armazenados.

Por solicitação do Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA/MAPA, foi realizado levantamento junto ao local de detecção da praga e empresa fabricante de ração, produto onde a praga foi identificada.

As ações do SSV/RS foram acompanhadas por pesquisador entomologista da Embrapa Trigo de Passo Fundo/RS.

Durante o levantamento foram coletadas 18 amostras de rações e matérias primas, visando à detecção da praga. As amostras devidamente lacradas e identificadas foram enviadas ao laboratório Agronômica, de Porto Alegre/RS (credenciado pelo MAPA), para a realização de análise fitossanitária e especialmente para a identificação da praga.

S. paniceum foi constatado em duas amostras de ração. Já nas amostras realizadas com matérias primas para a fabricação de ração, os resultados foram negativos.

Principais Ações e Resultados - 02 Reuniões Realizadas com Pesquisador da Área; 02 Inspeções Realizadas; 18 Amostras coletadas e analisadas.

Indicadores:

Para cálculo do desempenho operacional será utilizado o indicador/meta “área controlada em Ha”, que foi definido pelo DSV/SDA/MAPA (coordenação nacional do Programa e Ação) no SIPLAN.

Para estimativa da área controlada (meta), foram consideradas as áreas em ha cultivadas com vegetais hospedeiros de pragas quarentenárias, regulamentadas e por exigências de países importadores do Brasil, conforme descrição pormenorizada neste relatório.

As fórmulas utilizadas para o cálculo dos indicadores são as estabelecidas pela Coordenação Geral de Planejamento, contidas na “Proposta de Indicadores de Desempenho para as Superintendências Federais de Agricultura no PPA 2004-2007”.

META	INDICADOR		
	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE ²
Área Controlada ¹	VA: - 0,43 R\$/UN	VA: 79.000 UN	-
	VR: - 36,13 %	VR: 22,6 %	VR: 122,6 %

¹ Meta definida no SIPLAN;

² Não é possível determinar a Quantidade Total – QT da ação.

Indicador Eficiência:

Descrição - custo de uma unidade do produto da ação em relação à estimativa inicial.

Objetivo - fornece o custo unitário programado e realizado do produto da ação. Quando o custo unitário realizado é menor do que o programado, indica que o órgão executor foi eficiente na execução do PI, conseguindo realizar o produto da ação com menos recursos. Ao contrário, quando o custo unitário realizado é maior do que o programado é sinal de que o órgão não foi eficiente na execução do PI, gastando mais do que havia previsto, o que pode ser indício de uma programação mal elaborada. Numa perspectiva histórica, tanto a análise do custo unitário realizado como do custo unitário programado podem fornecer valiosas informações sobre a eficiência do órgão na execução dos processos de trabalho pertinentes que dizem respeito ao PI.

Fórmulas de cálculo:

Custo unitário realizado (CUR) em 2010, em reais/quantidade realizada da meta física; $CUR_{2010} = (CR_{2010} : QR_{2010}) = 326.450,67 : 429.000 = \mathbf{0,76}$

Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/quantidade programada da meta física; $CUP_{2010} = (CP_{2010} : QP_{2010}) = 415.222,09 : 350.000 = \mathbf{1,19}$

Variação absoluta (VA) do custo unitário realizado em relação ao programado em 2010, em reais/quantidade da meta física:

$$VA_{2010} = CUR_{2010} - CUP_{2010} = 0,76 - 1,19 = \mathbf{-0,43}$$

Variação relativa (VR) do custo unitário realizado em relação ao programado em 2010, em porcentagem:

$$VR_{2010} = [(CUR_{2010} : CUP_{2010}) .100] - 100 = [(0,76 : 1,19).100] - 100 = \mathbf{-36,13}$$

Sendo:

CR = custo total realizado da ação

QR = quantidade realizada do produto da ação

CP = custo total programado da ação

QP = quantidade programada do produto da ação

Comentário do Resultado - o VA negativo (-0,43) indica que foram gastos menos recursos para execução da meta, em relação ao inicialmente programado, proporcionando uma EFICIÊNCIA de 36,13%.

Indicador
Eficácia:

Descrição - número de unidades de produto da ação realizadas em relação à meta física programada, em termos absolutos e relativos.

Objetivo - mede o grau de realização da meta física do PI. Quando o valor absoluto do indicador for maior do que 0 (zero) e o valor relativo for superior a 100% indica que o serviço foi eficaz. No entanto o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores.

Fórmulas de cálculo:

Variação absoluta (VA) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada em 2010, em quantidade da meta física:

$$VA_{2010} = QR_{2010} - QP_{2010} = 429.000 - 350.000 = \mathbf{79.000}$$

Variação relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2010, em porcentagem:

$$VR_{2010} = [(QR_{2010} : QP_{2010}) .100] - 100 = [(429.000 : 350.000).100] - 100 = \mathbf{22,6}$$

Sendo:

QR = quantidade realizada do produto da ação

QP = quantidade programada de produto da ação

Comentário do Resultado - o VA positivo significa que foram executadas mais (79.000) unidades, além das programadas, proporcionando com isso uma EFICÁCIA de 122,6%, ou seja, foram executadas 22,6% de unidades da meta além daquelas programadas.

Indicador
De Efetividade:

Descrição - percentual de unidades realizadas do produto da ação em relação ao total de unidades do universo da ação.

Objetivo - mede o resultado gerado pelo PI em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor, ou seja, a relação entre o impacto previsto e o impacto efetivo da ação. Quanto maior o percentual obtido mais efetivo foi o PI.

Fórmulas de cálculo:

Variação absoluta (VA) de unidades da meta física realizada em relação ao total de unidades em 2010, em quantidade:



$$VA_{2010} = QR_{2010} - QT_{2010}$$

Relação entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2010, em porcentagem:

$$VR_{2010} = (QR_{2010} : QP_{2010}) . 100 = (429.000 : 350.000) . 100 = \underline{122,6 \%}$$

Sendo:

QR = quantidade realizada do produto da ação

QP = quantidade programada de produto da ação

Não é possível estabelecer o universo da ação, já que várias delas são dependentes de demandas geradas pelo setor produtivo e usuários dos serviços do MAPA.

Análise:

Comentário do Resultado - não é possível estimar o QT e, portanto o VA não pode ser calculado. Já o VR de 122,6% significa que o PI foi EFETIVO. As atividades da ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais, foram executadas pela Equipe de Fiscais Federais Agropecuários do Serviço de Sanidade Vegetal do RS, com apoio de uma auxiliar administrativa e uma estagiária.

Nas atividades a campo foi recebido apoio dos FFAs Engenheiros Agrônomos lotados nas unidades do MAPA de Passo Fundo, Ijuí, Santa Maria e São Sebastião do Caí, além dos Fiscais da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócios do Estado do Rio Grande Do Sul – SEAPPA/RS, Órgão Executor das Atividades de Defesa Sanitária Vegetal – OEDSV/RS.

Nas ações de Erradicação da *Cydia pomonella*, o DSV/SDA/MAPA formalizou contrato com a empresa Biofábrica Moscamed Brasil para o monitoramento de armadilhas de captura e remoção de hospedeiros da praga, nas áreas urbanas de Vacaria, Bom Jesus e Caxias do Sul no RS e Lages em SC.

A manutenção de convênios, contratos e parcerias, bem como a articulação dos agentes que compõem as principais cadeias produtivas do agronegócio do RS, são essenciais para a execução das atividades de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais, visando à manutenção do *status* fitossanitário para pragas quarentenárias, com objetivo de garantir a produção e a comercialização das commodities, gerando empregos, renda e divisas para o RS e Brasil.

A meta área controlada, estabelecida no SIPLAN pela coordenação nacional da ação, foi atingida e superada. Área controlada é entendida como sendo aquela cultivada com espécies vegetais hospedeiras de pragas quarentenárias e pragas regulamentadas exigidas no trânsito interestadual e internacional. Todavia, não há em nível nacional uma orientação específica por parte do Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA/MAPA, com intuito de padronização destas metas para as Unidades da Federação. Neste sentido o SSV/RS, solicitou ao DSV orientações, pois se verifica que há entendimentos diferenciados entre as UFs. Independente disso, os resultados fitossanitários alcançados são positivos, visto a manutenção do *status* fitossanitário do RS, ou seja, manutenção das áreas livres e/ou com ocorrência restrita de pragas quarentenárias e regulamentadas, garantindo com isso a produção, comercialização e exportação de vegetais e seus produtos, gerando empregos, renda e divisas ao RS e ao Brasil.

Em alguns meses de 2010 houve atrasados na descentralização de recursos. Todavia estes não afetaram a execução das atividades.

Conforme abordado no item 5.1, a meta “área controlada” foi superada; todavia, esta carece de uma padronização em nível nacional.



De forma geral as ações do PI foram executadas conforme previsto. A Sanidade Vegetal, em nível nacional, carece de mecanismos eficazes de planejamento com definição e padronização de metas e indicadores para cada ação. Atualmente, em termos de planejamento e acompanhamento são exigidos diversos mecanismos sem a devida padronização, como o Plano Operativo Anual, Plano de Sanidade Vegetal, Gestão Estratégica do MAPA, SIPLAN e Relatório de Gestão, gerando de certa forma, interpretações ambíguas. Somado a isso, a sanidade vegetal executa ações não previstas, que não podem ser planejadas, como ocorrências de pragas, demandas na importação ou exportação com exigências fitossanitárias específicas. Considerando o indicador proposto, a execução realizada foi superior a prevista, portanto não temos pontos negativos a serem abordados. Reiteramos como acima exposto, a necessidade de definição e padronização de metas.

Ação:	2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos – VIGIFITO1
Tipo:	Atividade.
Produto:	Fiscalização realizada.
Especificação do produto:	Termo de inspeção ou fiscalização emitido no controle do trânsito interestadual de vegetais e seus produtos.
Finalidade:	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição:	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Detalhamento:	Por meio da celebração de convênio os órgãos públicos estaduais de defesa fitossanitária, que aportam serviços de profissionais especializados, equipamentos, veículos e infra-estrutura física como contrapartida.
Unidade Responsável:	Coordenação – Fiscalização do Trânsito de Vegetais.
Coordenador da Ação Nacional:	Carlos Artur Franz
Unidade Executora:	Serviço de Sanidade Vegetal – SSV/DDA/SFA-RS.
Estratégia da Ação:	Atividades executadas: 1) Trânsito Interestadual, sendo as principais ações e resultados, 54.895 permissões de trânsito emitidas; 290 fiscalizações na certificação fitossanitária de origem; 8.724 fiscalizações em barreiras interestaduais; 02 cursos de certificação fitossanitária de origem – CFO; 381 responsáveis técnicos habilitados para emissão de CFO; 06 supervisões em barreiras interestaduais. 2) Conformidades Fitossanitárias no Trânsito Internacional de Vegetais, sendo as principais ações e resultados, 502 pareceres técnicos em processos de exportação de sementes e mudas; 515 pareceres técnicos em processos de importação de sementes e mudas; 91 pareceres técnicos em processos de importação de produtos vegetais para alimentação animal; 1.446 laudos fitossanitários analisados, visando a baixa de depositário; 35 análises de importação de material de pesquisa; 366 termos de ocorrências analisados; 54 outros pareceres emitidos; 08 solicitações de ARP encaminhadas. 3) Fiscalização de Empresas que Realizam Tratamentos Fitossanitários com Fins Quarentenários, sendo as principais ações e resultados, 36 empresas credenciadas para realização de tratamentos fitossanitários com fins de quarentenário; acompanhamentos dos relatórios de atividades de cada empresa; recebimento e apuração de denúncias.
Indicadores:	Para o cálculo dos indicadores de Eficiência, Eficácia e Efetividade, foi considerado a soma das metas estabelecidas no trânsito interestadual, excetuando-se as PTVs, que são emitidas exclusivamente pelos fiscais da SEAPPA/RS, já que as atividades descritas no item conformidades fitossanitárias, não foram previstas metas específicas. A totalização das metas previstas e executadas no trânsito interestadual foi confrontada também com a totalização dos recursos financeiros programados e executados no PI VIGIFITO.

META	INDICADOR		
Fiscalização Realizada	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
	VA: - 0,09 R\$/UN	VA: 7.931 UN	VA*: -
	VR: - 18,37 %	VR: 14,2 %	VR: 114,2 %

Não é possível determinar a Quantidade Total – QT da ação

Indicador de Eficiência:

Descrição - custo de uma unidade do produto da ação em relação à estimativa inicial.

Objetivo - fornece o custo unitário programado e realizado do produto da ação. Quando o custo unitário realizado é menor do que o programado, indica que o órgão executor foi eficiente na execução do PI, conseguindo realizar o produto da ação com menos recursos. Ao contrário, quando o custo unitário realizado é maior do que o programado é sinal de que o órgão não foi eficiente na execução do PI, gastando mais do que havia previsto, o que pode ser indício de uma programação mal elaborada. Numa perspectiva histórica, tanto a análise do custo unitário realizado como do custo unitário programado podem fornecer valiosas informações sobre a eficiência do órgão na execução dos processos de trabalho pertinentes que dizem respeito ao PI.

Fórmulas de cálculo:

Custo unitário realizado (CUR) em 2010, em reais/quantidade realizada da meta física:

$$CUR_{2010} = (CR_{2010} : QR_{2010}) = 25.631,49 : 63.931 = \mathbf{0,40}$$

Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/quantidade programada da meta física:

$$CUP_{2010} = (CP_{2010} : QP_{2010}) = 27.407,10 : 56.000 = \mathbf{0,49}$$

Variação absoluta (VA) do custo unitário realizado em relação ao programado em 2010, em reais/quantidade da meta física:

$$VA_{2010} = CUR_{2010} - CUP_{2010} = 0,40 - 0,49 = \mathbf{-0,09}$$

Variação relativa (VR) do custo unitário realizado em relação ao programado em 2010, em porcentagem:

$$VR_{2010} = [(CUR_{2010} : CUP_{2010}) .100] - 100 = [(0,40 : 0,49).100] - 100 = \mathbf{-18,37}$$

Sendo:

CR = custo total realizado da ação

QR = quantidade realizada do produto da ação

CP = custo total programado da ação

QP = quantidade programada do produto da ação

Comentário do Resultado - o VA negativo (- 0,08) indica que foram gastos menos recursos para execução da meta, em relação ao inicialmente programado, proporcionando uma EFICIÊNCIA de 18,37%.

**Indicador
De Eficácia:**

Descrição - número de unidades de produto da ação realizadas em relação à meta física programada, em termos absolutos e relativos.

Objetivo - mede o grau de realização da meta física do PI. Quando o valor absoluto do indicador for maior do que 0 (zero) e o valor relativo for superior a 100% indica que a serviço foi eficaz. No entanto o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores.

Fórmulas de cálculo:

Variação absoluta (VA) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada em 2010, em quantidade da meta física:

$$VA_{2010} = QR_{2010} - QP_{2010} = 63.931 - 56.000 = \underline{7.931}$$

Variação relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2010, em porcentagem:

$$VR_{2008} = [(QR_{2010} : QP_{2010}) . 100] - 100 = [(63.931 : 56.000) . 100] - 100 = \underline{14,2}$$

Sendo:

QR = quantidade realizada do produto da ação

QP = quantidade programada de produto da ação

Comentário do Resultado - o VA positivo significa que foram executas mais (7.931) unidades, além das programadas, proporcionando com isso uma EFICÁCIA de 114,2%, ou seja, foram executadas 14,2% de unidades da meta além daquelas programadas.

**Indicador
de Efetividade:**

Descrição - percentual de unidades realizadas do produto da ação em relação ao total de unidades do universo da ação.

Objetivo - mede o resultado gerado pelo PI em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor, ou seja, a relação entre o impacto previsto e a impacto efetivo da ação. Quanto maior o percentual obtido mais efetivo foi o PI.

Fórmulas de cálculo:

Variação absoluta (VA) de unidades da meta física realizada em relação ao total de unidades em 2010, em quantidade:

$$VA_{2010} = QR_{2010} - QT_{2010}$$

Relação entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2010, em porcentagem:

$$VR_{2010} = (QR_{2010} : QP_{2010}) . 100 = (63.931 : 56.000) . 100 = \underline{114,2\%}$$

Sendo:

QR = quantidade realizada do produto da ação

QP = quantidade programada de produto da ação

Não é possível estabelecer o universo da ação, já que várias delas são dependentes de demandas geradas pelo setor produtivo e usuários dos serviços do MAPA.

Comentário do Resultado - não é possível estimar o QT e, portanto o VA não pode ser calculado. Já o VR de 114,2% significa que o PI foi EFETIVO.

Análise:

A meta Fiscalização Realizada, estabelecida no SIPLAN pela coordenação nacional da ação, foi superada. Consideramos nesta meta o Número de fiscalizações realizadas pelo SSV/RS e OEDSV/RS relacionadas ao trânsito (exportações e importações) interestadual de vegetais e suas partes, incluindo as Permissões de Trânsito de Vegetais - PTV, emitidas pelo OEDSV/RS. Esta meta necessita ser padronizada entre as Unidades da Federação. Neste sentido o SSV/RS, solicitou ao DSV orientações, pois se verifica que há entendimentos diferenciados entre as UFs.

O número de permissões de trânsito emitidas é dependente da demanda dos usuários deste serviço, portanto o estabelecimento deste tipo de meta não depende somente dos órgãos de fiscalização, mas da demanda e esta é afetada por vários fatores como de produção e comercialização. Com a implementação do sistema informatizado para a emissão de permissão de trânsito de vegetais, houve significativo avanço não apenas nos controles, mas principalmente na rastreabilidade da certificação fitossanitária de origem.

Em alguns meses de 2010 houve atrasados na descentralização de recursos, todavia, estes não afetaram a execução das atividades.

Conforme abordado acima, a meta foi superada; todavia a meta é diretamente influenciada pela demanda dos usuários e afetada por fatores de produção e comercialização dos produtos de origem vegetal que necessitam de certificação fitossanitária no trânsito interestadual.

A meta estabelecida com base nos valores de anos anteriores foi superada. Isto indica maior fluxo de vegetais e seus produtos no comércio interestadual. A informatização da emissão de permissão de trânsito de vegetais e demais etapas da certificação fitossanitária de origem, permitiu maior agilidade e confiabilidade do sistema. Com isso, a produção de vegetais do RS que exige esta certificação tem seus controles mais apurados e consequentemente mais seguros, com relação a ausência de pragas quarentenárias, assegurando, com isso, o eficiente comércio interestadual de vegetais e seus produtos, gerando empregos, renda e divisas para o RS.

Ação:	4738 – Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA1
Tipo:	Atividade.
Produto:	Área controlada.
Especificação do produto:	Relação percentual entre a Área Prevenida (AP) mais a Área Controlada (AC) e a Área Total (AT) da fruticultura. $TSA = (AP + AC) / AT \times 100$ TSA = Taxa de Sanidade; AT = Área Total; AP = Área Prevenida - onde não existe a praga; AC = Área Controlada - onde a praga está presente.
Finalidade:	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da mosca da carambola - <i>Bactrocera Carambolae</i> e da garantia de sanidade vegetal contra a praga em todo o território nacional.
Descrição:	Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.
Detalhamento:	A ação também poderá contar com a execução descentralizada, com a celebração de acordo com os estados de maior risco de foco da mosca da carambola, por intermédio dos órgãos executores de defesa fitossanitária.
Unidade	
Responsável:	Coordenação Geral de Proteção de Plantas.
Coordenador da	
Ação Nacional:	Laucir Rodrigues Gonçalves.
Unidade Executora:	Serviço de Sanidade Vegetal – SSV/DDA/SFA-RS.
Estratégia da Ação:	O Programa Nacional de Erradicação da Mosca-da-carambola, estabelece diferentes níveis de risco de introdução para os Estados, sendo o RS de baixo risco. Nestes Estados, além da fiscalização nos pontos de ingresso de produtos vegetais, é previsto o monitoramento por meio de no mínimo 10 armadilhas. No estado do Rio Grande do Sul as armadilhas estão localizadas nos principais pontos de ingresso de produtos vegetais, 02 (duas) no aeroporto internacional Salgado Filho, 01 (uma) na CEASA de Porto Alegre, 02 (duas) na Unidade de Vigilância Agropecuária de São Borja (divisa com Argentina), 01 (uma) na Unidade de Vigilância agropecuária de Uruguaiana (divisa com Argentina), 02 (duas) na Unidade de Vigilância de Santana do Livramento (divisa com Uruguai) e 02 (duas) no Serviço de Vigilância Agropecuária do Porto de Rio Grande. São realizadas inspeções semanais pelos fiscais lotados nas unidades do MAPA onde as armadilhas estão instaladas, foram realizadas ainda em 2010 120 supervisões, sendo que, mensalmente é efetuada a troca do piso adesivo e do atrativo. Em 2010 nenhuma espécie da praga foi capturada nas armadilhas instaladas no RS.
Indicadores:	As fórmulas utilizadas para o cálculo dos indicadores são as estabelecidas pela Coordenação Geral de Planejamento, contidas na “Proposta de Indicadores de Desempenho para as Delegacias Federais de Agricultura no PPA 2004-2007”.

META	INDICADOR		
	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
	VA: - 545,99 R\$/UN VR: - 30,9 %	VA: 0 UN VR: 0 %	VA: 0 UN VR: 100 %

* Não é possível determinar a Quantidade Total – QT da ação

Indicador de Eficiência:

Descrição - custo de uma unidade do produto da ação em relação à estimativa inicial.

Objetivo - fornece o custo unitário programado e realizado do produto da ação. Quando o custo unitário realizado é menor do que o programado, indica que o órgão executor foi eficiente na execução do PI, conseguindo realizar o produto da ação com menos recursos. Ao contrário, quando o custo unitário realizado é maior do que o programado é sinal de que o órgão não foi eficiente na execução do PI, gastando mais do que havia previsto, o que pode ser indício de uma programação mal elaborada. Numa perspectiva histórica, tanto a análise do custo unitário realizado como do custo unitário programado podem fornecer valiosas informações sobre a eficiência do órgão na execução dos processos de trabalho pertinentes que dizem respeito ao PI.

Fórmulas de cálculo:

Custo unitário realizado (CUR) em 2010, em reais/quantidade realizada da meta física:

$$\text{CUR}_{2010} = (\text{CR}_{2010} : \text{QR}_{2010}) = 12.195,57 : 10 = \mathbf{1.219,56}$$

Custo unitário programado (CUP) em 2010, em reais/quantidade programada da meta física:

$$\text{CUP}_{2010} = (\text{CP}_{2010} : \text{QP}_{2010}) = 17.655,50 : 10 = \mathbf{1.765,55}$$

Variação absoluta (VA) do custo unitário realizado em relação ao programado em 2010, em reais/quantidade da meta física:

$$\text{VA}_{2010} = \text{CUR}_{2010} - \text{CUP}_{2010} = 1.219,56 - 1.765,55 = \mathbf{- 545,99}$$

Variação relativa (VR) do custo unitário realizado em relação ao programado em 2010, em porcentagem:

$$\text{VR}_{2010} = [(\text{CUR}_{2010} : \text{CUP}_{2010}) \cdot 100] - 100 = [(1.219,56 : 1.765,55) \cdot 100] - 100 = \mathbf{- 30,9}$$

Sendo:

CR = custo total realizado da ação

QR = quantidade realizada do produto da ação

CP = custo total programado da ação

QP = quantidade programada do produto da ação

Comentário do Resultado – o VA negativo (**-545,99**) indica que foram gastos menos recursos para execução da meta, em relação ao inicialmente programado, proporcionando uma EFICIÊNCIA de 30,9%.

Indicador de Eficácia:

Descrição – o número de unidades de produto da ação realizadas em relação à meta física programada, em termos absolutos e relativos.

Objetivo – mede o grau de realização da meta física do PI. Quando o valor absoluto do indicador for maior do que 0 (zero) e o valor relativo for superior a 100% indica que o serviço foi eficaz. No entanto o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores.

Fórmulas de Cálculo:

Variação absoluta (VA) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada em 2010, em quantidade da meta física:

$$VA_{2010} = QR_{2010} - QP_{2010} = 10 - 10 = 0$$

Variação relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2010, em porcentagem:

$$VR_{2010} = [(QR_{2010} : QP_{2010}) .100] - 100 = [(10 : 10).100] - 100 = 0$$

Sendo:

QR = quantidade realizada do produto da ação

QP = quantidade programada de produto da ação

Comentário do Resultado – o VA “0” significa que foram executadas exatamente as “10” unidades programadas, proporcionando com isso uma EFICÁCIA de 100%.

Indicador

De Efetividade:

Descrição – percentual de unidades realizadas do produto da ação em relação ao total de unidades do universo da ação.

Objetivo – mede o resultado gerado pelo PI em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor, ou seja, a relação entre o impacto previsto e a impacto efetivo da ação. Quanto maior o percentual obtido mais efetivo foi o PI.

Fórmulas de cálculo:

Variação absoluta (VA) de unidades da meta física realizada em relação ao total de unidades em 2010, em quantidade:

$$VA_{2010} = QR_{2010} - QT_{2010} = 10 - 10 = 0$$

Relação entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2010, em porcentagem:

$$VR_{2010} = (QR_{2010} : QP_{2010}) .100 = (10 : 10) .100 = \underline{100 \%}$$

Sendo:

QR = quantidade realizada do produto da ação

QP = quantidade programada de produto da ação

Comentário do Resultado – foram executadas exatamente as quantidades de unidades programadas e também consideradas como universo da ação.

Análise:

A meta armadilha instalada e monitorada foi alcançada em sua plenitude. O monitoramento da mosca-da-carambola é imprescindível para o RS com objetivo de monitorar a praga, e em caso de ocorrência adotar de maneira rápida e eficiente medidas de supressão. A manutenção de área livre desta praga é essencial para a manutenção da produção e exportação de frutas.

Em alguns meses de 2010 houve atrasados na descentralização de recursos. Todavia estes não afetaram a execução das atividades.

Não houve superação de metas, a meta estabelecida foi executada conforme previsto, ou seja, as 10 armadilhas estabelecidas para os Estados de baixo risco (caso do RS) foram instaladas e monitoradas.

Ação:	4842 – Erradicação da Febre Aftosa – FEBREAFTOS.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Área livre.
Especificação do produto:	Área total declarada livre de febre aftosa, reconhecida pela Organização Internacional de Epizotíase/OIE.
Finalidade:	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição:	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias zoossanitárias; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento soroepidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
Detalhamento:	Execução direta e descentralizada, em ações conjuntas com os serviços de defesa sanitária animal dos estados federativos e com os países fronteiriços.
Unidade Responsável:	Departamento de Saúde Animal.
Coordenador da Ação Nacional:	Jamil Gomes de Souza.
Unidade Executora:	Serviço de Sanidade Animal – SSA/DDA/SFA-RS.
Estratégia da Ação:	A Febre Aftosa é uma enfermidade viral de alta transmissibilidade e grande impacto socioeconômico que atinge animais biungulados (que apresentam casco fendido). A estratégia de erradicação e prevenção da Febre Aftosa no estado do RS segue as orientações emanadas pelo Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa – PNEFA/DSA/MAPA. O Estado do Rio Grande do Sul tem reconhecimento nacional e internacional como zona livre de Febre Aftosa que pratica a vacinação, situação estabelecida em novembro/2002. A estratégia de vacinação envolve a imunização da totalidade da população bovínica (bovinos e bubalinos) anualmente, sendo que animais até 24 meses de idade são vacinados semestralmente. Tal estratégia coaduna com aquela preconizada pelo DSA/MAPA a partir de orientações da Organização Internacional para Saúde Animal – OIE. Todos os 496 municípios do RS possuem bovinos, o que resulta na existência de campanhas de vacinação em todas as municipalidades do RS. Outras medidas de prevenção e controle, além da vacinação, são: o controle de trânsito animal, os controles de estoques de animais susceptíveis em propriedades rurais, as estratégias de educação sanitária da sociedade e programas de educação continuada dos quadros de servidores do Serviço Veterinário Oficial. Cabe destacar que a ocorrência de Febre Aftosa é seguida do estabelecimento de restrições ao trânsito de animais e seus produtos por parte de importadores e mesmo de destinos domésticos da produção, resultando em restrições comerciais tanto nacionais quanto internacionais. Tais restrições podem afetar mesmo cadeias não diretamente envolvidas na enfermidade, como a avicultura e as cadeias de produção vegetal. Atividades desenvolvidas:

Fiscalização das campanhas de vacinação - a partir de 2009 as etapas de vacinação no RS passaram a ser praticadas em maio (todo rebanho) e novembro (animais até 24 m de idade), visando uma melhor adequação às características climáticas e ao sistema produtivo da RS, bem como ao calendário praticado na maioria dos estados brasileiros. A efetiva vacinação pode ser autorizada, acompanhada ou assistida. A vacinação autorizada ocorre quando o produtor rural recebe autorização do Serviço Veterinário oficial para realizar a vacinação; a acompanhada ocorre quando o Serviço Veterinário Oficial acompanha a realização da vacinação *in loco*; a assistida, por sua vez, ocorre quando um servidor do Serviço Veterinário Oficial realiza pessoalmente a operação de vacinação. O SSA responde pelas ações de supervisão da vacinação, acompanhando as ações realizadas pela SEAPPA. Os resultados das campanhas de vacinação de 2010, em termos de percentual do rebanho imunizado, foram: maio: 95,70%; novembro: 94,53%. Ambos considerados adequados para o alcance das metas do PNEFA.

Auditorias no Sistema de Atenção Veterinária – o Sistema de Atenção Veterinária do RS compreende 248 Unidades Veterinárias Locais da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócios do RS - SEAPPA, organizadas em 19 Supervisões Regionais gerenciadas pelo Departamento de Produção Animal – DPA/SEAPPA, órgão em nível central que responde pela gestão do sistema em nível estadual. O SSA atua na realização de supervisões nos três distintos níveis do sistema, as quais são realizadas tanto de maneira independente, quando realizadas em nível central, tanto de maneira conjunta com o DPA naquelas realizadas nas Supervisões Regionais e nas UVL.

As dificuldades de pessoal enfrentadas por este SSA impedem que supervisões sejam realizadas em quantidade suficiente para realizar uma efetiva cobertura de pontos críticos de controle e prevenção de falhas.

Coleta, compilação, análise e encaminhamento de dados e relatórios - todas as ações realizadas no âmbito do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa no RS são compiladas por este SSA e remetidas para o Departamento de Saúde Animal – DSA/MAPA, onde são utilizadas como referência para definição de estratégias e avaliação situacional, bem como demonstrativo de ações para organismos internacionais e para auditorias externas.

Acompanhamento de auditorias nacionais e internacionais – o estado do RS recebe missões e auditorias internacionais na área de Febre Aftosa com objetivo de manutenção e abertura de mercados aos produtos aqui produzidos. Além destas, auditorias anuais, realizadas pelo DSA/MAPA, são objeto de acompanhamento e atenção do SSA.

Participação em grupos de decisões estratégicas do estado – o SSA participa de diversos grupos que atuam na definição ou realização de estratégias no estado do RS, cujo objetivo é manter o alinhamento do estado com as metas e estratégias nacionais considerando suas particularidades.

Realização de Estudo epidemiológico para avaliação de circulação viral na zona livre de febre aftosa com vacinação – este estudo foi realizado em toda área do país considerada livre de febre aftosa (23 estados) com o objetivo de comprovar a ausência de circulação do vírus nesta zona livre com vacinação e cumprir certificação acordada com mercados importadores de carne bovina.

As unidades elementares de amostras foram bovinos com idade entre 6 e 12 meses, tendo sido colhidas, aqui no RS, amostras (sangue) de 9078 animais em 315 propriedades rurais distribuídas por 93 municípios.



O método de diagnóstico empregado consiste na pesquisa de anticorpos contra proteínas não-estruturais (PNE) ou não capsidais do vírus da febre aftosa, complementada com inspeções clínicas, avaliação epidemiológica, colheita de amostras pareadas e de líquido esofágico-faríngeo (LEF) para isolamento viral.

Para identificação de anticorpos contra PNE, o MAPA tem empregado o kit de diagnóstico desenvolvido e produzido pelo PANAFTOSA. Essa técnica é reconhecida pela OIE e envolve a aplicação, em série, de dois testes: I-ELISA 3ABC (Indirect – Enzyme Linked Immunosorbent Assay), empregado como teste de triagem, e o EITB (Enzyme - Linked Immunoelctrotransfer Blot Assay), como teste sorológico confirmatório.

Os testes foram realizados na rede de laboratórios oficiais do Ministério da Agricultura – LANAGROS.

Como podemos deduzir pelos números apresentados esta foi uma atividade que demandou grande parte dos recursos utilizados por este PI.

Metas Físicas:

Além das metas físicas registradas no quadro A.2.2, também foram executadas as seguintes metas complementares:

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Missões internacionais acompanhadas	Sob demanda	5
Inquérito epidemiológico	1	1
Etapa de vacinação realizada	2	2
Reunião estadual realizada	6	6
Supervisão realizada	45	41

Previsão para o exercício 2011:

Especificação	Unidade de medida	
Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pela Unidade Central do órgão executor	Supervisão realizada	2
Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pelas Unidades Regionais do órgão executor	Unidade Regional Supervisionada	5
Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pelas UVL's do órgão executor	Unidade Local Supervisionada	35
Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pela EAC's do órgão executor	Unidade de Atendimento a Comunidade Supervisionada	7
Supervisionar as ações do órgão executor nas vendas de vacinas contra febre aftosa	Revenda supervisionada	7
Supervisionar as ações do órgão executor nas propriedades rurais	Propriedade supervisionada	4
Realizar reuniões técnicas com o executor estadual	Reunião realizada	12
Atualizar informações no SIPLAN	Atualização realizada	12
Acompanhar, semanalmente, a atualização dos informes semanais – SIVCONT	Verificação atualizada	48
Analisar e enviar informes semestrais	Informe enviado	4
Total de ações que demandam recursos financeiros		58

Indicadores:Indicador de referência – área controlada Km².

	Nº indicadores	Despesas totais	Nº Total de Unidades referentes ao indicador	Custo 2009
Programado	281.749	R\$ 144.049,20	281.749	R\$ 279633,79
Realizado	281.749	R\$ 144.049,20		

Economicidade		Eficácia		Efetividade		Eficiência			
VA	VR	VA	VR	VA	VR	CUR	CUP	VA	VR
R\$(135.584,59)	51,5%	0,0	100,0%	0	100,0%	R\$0,51	R\$0,51	R\$ -	0,0%

Análise:

O desempenho geral pode ser qualificado de excelente se considerado o quantitativo de FFAs envolvidos – somente um, o qual exerce simultaneamente a função de chefia, responde diretamente por outros quatro programas nacionais e supervisiona as ações de outros oito programas de responsabilidade do SSA. Se não for tomada em consideração, no entanto, a deficiência de pessoal como critério de avaliação de desempenho, mas sim as reais necessidades do Estado para o adequado andamento do programa, pode-se facilmente diagnosticar que existe uma larga distância entre o “passível de ser alcançado dentro das condições existentes x desejável como padrão absoluto de resultado”. Ainda existe demanda para pelo menos dois FFAs, especialmente se considerada a amplitude de atuação deste Serviço e a dimensão do agronegócio da área animal no RS. Este SSA contou em 2010 com a totalidade de 07 (sete) FFA Médicos Veterinários para execução dos 14 distintos programas e áreas de atuação que são de sua competência (este continua sendo o menor número de FFA dentre os SSA’s dos Estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Merece ainda preocupação a situação de FFA das UTRAs e UVAGROs que atuam conjuntamente com o SSA, a maior parte das quais tem quadro de FFA em vias de aposentadoria e uma crescente demanda em todos os programas de saúde animal desenvolvidos pelo MAPA, detalhados no relatório de gestão do PI PCEANIMAL.

O Estado do RS caracteriza-se por pequenas propriedades rurais com índices de produtividade significativas, totalizando 451.987 estabelecimentos rurais cadastrados. Por essa razão existe um quantitativo expressivo de Unidades Veterinárias Locais e Escritórios de Atendimento à Comunidade, os quais totalizam 409 unidades, ou seja, 0,82 Unidades/Município. Isso proporciona uma rede de atendimento bastante difusa, e que necessita de processo constante de auditoria e supervisão.

Os resultados obtidos estão de acordo com as capacidades deste Serviço, especialmente no tocante às campanhas de vacinação, que obtiveram índices em maio de 95,70% e em novembro de 94,53% como já referido.

Dessa forma, as ações do SSA trataram especialmente da proposição e estabelecimento de estratégias de maior prioridade, considerando suas restrições de pessoal. Assim, esforços foram dirigidos para as campanhas de vacinação e estudo epidemiológico.

O cumprimento das metas é de fundamental importância para a manutenção da situação sanitária animal do Estado e do país. A situação atual permite que sejam realizadas as operações de exportação de produtos de origem animal haja vista a grande repercussão mundial das enfermidades dos animais no

comércio internacional de produtos. Além disso, garante-se que as enfermidades que podem acometer animais e os humanos permaneçam sob controle minimizando os riscos à saúde da população brasileira consumidora destes produtos.

Não houve contingenciamento e nem atrasos de recursos a serem utilizados pela estrutura existente no ano em questão. Na verdade necessitamos de mais servidores para que seja possível atender com mais qualidade e eficiência as metas propostas assim como buscar metas mais ousadas e com maior repercussão na sociedade em geral que são plenamente atingíveis. No caso específico da Febre Aftosa precisamos buscar a condição de livre sem vacinação o que sem dúvida vai exigir ainda maior atenção as atividades de vigilância agropecuária necessárias para impedir a reintrodução do agente infeccioso.

Quanto às metas, foram atingidas dentro da normalidade e as ações foram realizadas de forma adequada.

Ação:	8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doença dos Animais - PCEANIMAL.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Propriedade atendida.
Especificação do produto:	Número de propriedades que foram atendidas pelo sistema de defesa sanitária animal, no sentido de prevenir, controlar ou erradicar enfermidades dos animais.
Finalidade:	Garantir a segurança zoonosológica nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição:	Estabelecimento de diretrizes zoonosológicas para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação zoonosológica; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.
Detalhamento:	A execução poderá ser descentralizada, por meio de convênios com órgãos públicos estaduais, com a iniciativa privada e demais entidades envolvidas com a defesa sanitária; ou direta, realizada por técnicos das Superintendências Federais de Agricultura em cada unidade da Federação através dos Serviços de Defesa Agropecuária.
Unidade	
Responsável:	Coordenação Geral de Combate às Doenças – Departamento de Saúde Animal
Coordenador da	
Ação Nacional:	Jamil Gomes de Souza.
Unidade Executora:	Serviço de Sanidade Animal – SSA/DDA/SFA-RS.
Estratégia da Ação:	1) Registro de estabelecimentos - o registro de estabelecimentos é uma estratégia estabelecida por distintos programas de saúde animal do MAPA, abrangendo as cadeias produtivas de aves e suínos. Na efetivação dos registros são realizadas vistorias iniciais de conformidade nos estabelecimento alvo, com foco em infra-estrutura, procedimentos operacionais, padrões de biossegurança. Após a auditoria de conformidade o estabelecimento pode ser encaminhado para registro no sistema SIPE/ORA ou receber orientações para adequações necessárias. Todas as auditorias de registro devem ser realizadas por médico veterinário do Serviço Oficial. Quanto ao público alvo, cabe destacar que o registro de estabelecimentos avícolas de reprodução é obrigatório, e aqueles destinados à produção de frangos de corte ou aves de postura tem prazo para registro estabelecido pela Instrução Normativa nº 56, de 06 de dezembro de 2009 e alterada pela Instrução Normativa nº 59 de 02/12/2009. No caso de suínos todos os estabelecimentos de reprodução devem ser registrados, em processo semelhante ao realizado em aves em um procedimento que resulta no certificado GRSC – Granja de Reprodutores Suínos Certificada. A área de atuação do PNSS no RS pode ainda destacar, no ano de 2010: Reuniões do Comitê de Sanidade Suína do RS, composto por diversos setores, inclusive FFAs do SSA e do SIPAG. Participação em treinamento de veterinários dos SIF de suínos da região sul (RS, SC e PR), juntamente com

os serviços de defesa destes estados para implantação do Sistema de Vigilância Sanitária na Zona Livre de Peste Suína Clássica;

Realização de inquérito soro-epidemiológico em 320 criatórios de suínos (criações em quintal, não comerciais) quando foram coletadas amostras de 1046 animais em 320 propriedades com o objetivo de avaliar a situação em relação à Peste Suína.

2) Certificação de estabelecimentos – a certificação de estabelecimentos é estratégia estabelecida por distintos programas de saúde animal do MAPA e abrange as cadeias produtivas de aves, suínos e bovinos. Para realização de certificação são realizados exames laboratoriais específicos para cada espécie, em amostragens definidas pelo DSA. A manutenção de certificação se dá pela realização de exames periódicos, em prazos definidos em legislação e em continuidade aos processos de registro.

No âmbito do Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose – PNCEBT, destacamos o trabalho deste SSA em amplo projeto de erradicação destas enfermidades realizado junto à Comarca de **Arroio do Meio** que pretende certificar como livres de Brucelose e Tuberculose mais de **2700** propriedades rurais. Os processos de certificação encontram-se em andamento, pois são necessários pelo menos 9 meses para conclusão dos testes sanitários regulamentares.

Este programa de erradicação prevê o abate dos animais acometidos com posterior indenização aos proprietários, onde foi utilizada grande parte dos recursos disponibilizados por este PI.

Ainda neste projeto implantamos um sistema de relatórios digitais de remessa online que aumentou a eficiência e eficácia do controle, reduzindo a burocracia e atraindo mais produtores para o processo de certificação de propriedades.

Desenvolvemos, com recursos do Edital CNPq/SDA nº 64/2008, um software – sistema de monitoramento e vigilância – denominado MOSS e que já está em implantação no município de Dois Irmãos e provavelmente será utilizado a nível nacional.

3) Auditorias no Sistema de Atenção Veterinária – o Sistema de Atenção Veterinária do RS compreende 251 Unidades Veterinárias Locais da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócios do RS - SEAPPA, organizadas em 19 Supervisões Regionais gerenciadas pelo Departamento de Produção Animal – DPA/SEAPPA, órgão em nível central que responde pela gestão do sistema em nível estadual. O SSA atua na realização de supervisões nos três distintos níveis do sistema, as quais são realizadas tanto de maneira independente, quando realizadas em nível central, tanto de maneira conjunta com o DPA naquelas realizadas nas Supervisões Regionais e nas UVL. Em 2010 foram realizadas supervisões em 52 unidades locais.

4) Habilitação de Médicos Veterinários privados para emissão de Guia de Transito Animal – a habilitação de Médicos Veterinários privados para emissão de Guia de Transito Animal está prevista na IN 18/2006, e é realizada de acordo com a necessidade e avaliação do Serviço Veterinário Oficial. A habilitação se dá por intermédio de portaria expedida pela SFA. Os Médicos Veterinários habilitados podem emitir GTA para as espécies animais e municípios para os quais se encontram habilitados. Cabe destacar que somente é permitida a habilitação de Médicos Veterinários privados para emissão de Guia de Transito Animal para suínos, aves de produção e eqüídeos em localidades onde o Serviço oficial julgue não ter condições de

atender à demanda. Todos encaminham relatórios mensais ao SSA, que compila os mesmos e remete para o DSA.

5) Habilitação de Médicos Veterinários privados para realização de diagnóstico junto ao Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose – PNCEBT – o Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose – PNCEBT exige que os Médicos Veterinários privados que tenham interesse em realizar diagnóstico relacionado ao programa devam ser habilitados junto à SFA-RS. A referida habilitação é conferida após o interessado ser treinado em curso específico de 40 h realizado por universidade ou instituições de pesquisa com participação de FFA do SSA como instrutor. Além disso, é realizada auditoria de habilitação na estrutura laboratorial necessária

6) Monitoramento de animais silvestres e arredores de zonas de migração de animais – as ações de monitoramento de animais silvestres envolvem essencialmente àquelas relacionadas à captura de aves migratórias para fins de monitoramento de Influenza Aviária, Doença de Newcastle e enfermidade do Nilo Ocidental. Tais ações são realizadas nos Parques Nacionais da Lagoa do Peixe e do Taim. Além disso, são realizadas ações de avaliação de risco de introdução daquelas enfermidades numa área de 10 km no entorno das áreas de migração, visando avaliar as populações humanas e animais de risco, potencial de disseminação de enfermidades da região e medidas de controle passíveis de aplicação.

7) Compilação de dados epidemiológicos – todas as ações realizadas no âmbito dos programas abrangidos pelo PI PCEANIMAL no RS são compiladas por este SSA e remetidas para o Departamento de Saúde Animal – DSA/MAPA, onde são utilizadas como referencia para definição de estratégias e avaliação situacional, bem como demonstrativo de ações para organismos internacionais e para auditorias externas.

8) Colheita de material para o Programa Nacional de Controle de Resíduos Biológicos em Carnes – PNCRBC – são realizadas colheitas de urina de bovinos machos em fase de terminação diretamente nas propriedades rurais, visando verificar e coibir a utilização de substâncias ilegais (anabolizantes e antibióticos), bem como resíduos de antibióticos permitidos, porém cujos períodos prescritos de carências não tenham sido cumpridos. O objetivo é obter uma amostragem de toda população de bovinos do estado ao longo dos anos, de acordo com a concentração da mesma nos distintos municípios. Os resultados encontram-se nas metas complementares.

9) Fiscalização da alimentação fornecida a ruminantes – esta atividade visa coibir o fornecimento de produtos de origem animal para a ingestão por ruminantes (bovídeos, ovinos e caprinos) com o objetivo de evitar o surgimento de casos de Encefalopatia Espongiforme Bovina, enfermidade conhecida popularmente como mal da vaca louca.

10) Participação em grupos de decisões estratégicas do estado – o SSA participa de diversos grupos que atuam na definição ou realização de estratégias no estado do RS, cujo objetivo é manter o alinhamento do estado com as metas e estratégias nacionais considerando suas particularidades.

Neste tópico cabe destacar a realização em 2010 do curso, no qual participaram 40 Veterinários do Serviço Oficial, ministrado por técnicos do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, voltado para melhorar o Desempenho, a Visão e a Estratégia de ação dos serviços de defesa sanitária animal. Conhecida como DVE esta ferramenta visa



diagnosticar a situação dos serviços quanto sua capacidade técnica, capital humano e financeiro, interação ativa com o setor privado e acesso aos mercados.

Metas Físicas:

Além das metas físicas registradas no quadro A.2.2, foram executadas as seguintes metas complementares:

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Amostra coletada PNCRB	90	90
Monitoramentos de sítios de aves migratórias	2	2
Técnicos capacitados (oficiais e privados)	190	284
Supervisão em Unidade Veterinária Local	56	52
Fiscalização alimentação de ruminantes	36	36
Granjas Certificadas PNCEBT	Sob demanda	41
Granja de reprodutores avícolas certificadas	Sob demanda	248
Granja de reprodutores suínos certificadas	Sob demanda	83
Granjas avícolas registradas	Sob demanda	28
Habilitação de Médicos Veterinários para emissão de Guia de Transito Animal (GTA) para aves	Sob demanda	74
Habilitação de Médicos Veterinários para emissão de Guia de Transito Animal (GTA) para suídeos	Sob demanda	01
Habilitação de Médicos Veterinários pelo Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose	Sob demanda	65
Animais exportados	Sob demanda	32.954
Animais importados	Sob demanda	11.920
Autorizações para exportação animais emitidas	Sob demanda	91
Autorizações para importação animais emitidas	Sob demanda	174
Doses de sêmen exportadas	Sob demanda	11.295

Previsão para o exercício 2011:

Metas de execução direta	Unidade de medida	
Supervisionar as ações de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais executadas pela Unidade Central do órgão executor	Supervisão realizada	2
Supervisionar as ações de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais executadas pelas Unidades Regionais do órgão executor	Unidade Regional Supervisionada	5
Supervisionar as ações de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais executadas pelas UVL's do órgão executor	Unidade veterinária local supervisionada	35
Supervisionar as ações de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais executadas pela EAC's do órgão executor	Unidade de atendimento a comunidade supervisionada	7
Supervisionar as ações de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais executadas pelo órgão executor em propriedades rurais	Propriedade rural supervisionada	56
Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de indenizações	Processo analisado	120
Realizar reuniões técnicas com o executor estadual	Reunião realizada	48
Participar ou realizar reuniões técnicas com médicos veterinários da iniciativa privada e outras instituições	Reunião realizada	48
Realizar reuniões técnicas dos comitês estaduais	Reunião realizada	5
Ministrar palestras e treinamentos em doenças dos animais	Palestra	29
Atualizar informações no SIPLAN	Informação atualizada	12
Verificar semanalmente a atualização dos informes semanais – SIVCONT	Verificação atualizada	48
Analisar e enviar informes epidemiológicos mensais	Informe enviado	12

Metas de execução direta	Unidade de medida	
Fiscalizar estabelecimentos avícolas de reprodução	Fiscalização realizada	24
Certificar estabelecimentos avícolas para salmoneloses e micoplasmoses	Certificação realizada	360
Encaminhar ao DSA planilhas com resultados laboratoriais das doenças das aves	Planilha encaminhada	12
Supervisionar as ações do órgão executor nas vendas de vacinas contra brucelose	Supervisão realizada	5
Supervisionar Médicos Veterinários Habilitados para atuar no PNCEBT	Supervisão realizada	48
Capacitar médicos veterinários para controle e diagnóstico da brucelose e tuberculose visando habilitação junto ao MAPA	Capacitação realizada	10
Supervisionar as instituições de ensino reconhecidas para ministrar cursos de treinamento.	Supervisão realizada	5
Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de certificação e renovação da certificação de propriedades livres e monitoradas para brucelose e tuberculose	Processo analisado	3650
Fiscalizar alimentos para ruminantes na fiscalização ativa e passiva para prevenção da EEB	Propriedade fiscalizada	40
Análise, consolidação e envio de relatório epidemiológico das ações de vigilância da PSC na zona livre	Relatório encaminhado	2
Analisar, emitir pareceres e concluir processos de certificação ou renovação de certificação de granjas de reprodutores de suínos	Processo analisado	83
Fiscalização de granjas GRSC	Granja fiscalizada	4
Fiscalização de propriedades controladas para AIE	Propriedade fiscalizada	4
Total		4565

Indicadores:

Indicador de referência: propriedade atendida (unidade):

	Nº indicadores	Despesas totais	Nº Total de Unidades referentes ao indicador	Custo 2009
Programado	50.000	R\$ 509.109,89	404413	R\$ 673.657,68
Realizado	74.521	R\$ 495.722,82		

Economicidade		Eficácia		Efetividade		Eficiência			
VA	VR	VA	VR	VA	VR	CUR	CUP	VA	VR
-R\$ 177.934,86	73,6 %	24.521	149,0%	-R\$ 329.892	18,4 %	R\$ 6,65	-R\$ 10,18	-R\$ 3,53	-34,7%

Em relação aos indicadores cabe salientar que a Coordenação Nacional definiu meta de 50.000 propriedades atendidas, embora o Estado possua mais de 400.000 propriedades, pois este número é epidemiologicamente representativo no âmbito das populações de animais de produção. Procura-se atender o máximo de propriedades que apresentem algum tipo de evento sanitário, não sendo necessária nenhuma atuação naqueles estabelecimentos

Análise:

que permaneçam com suas condições sanitárias sem alterações, embora todos sejam cadastrados no sistema de fiscalização agropecuário da SEAPPA (sistema de informação denominado SDA).

O SSA/DDA/SFA-RS manteve seu quantitativo de FFA em sete, no entanto o pleito por um maior quantitativo de FFA tem sido reiteradamente realizado pela chefia deste Serviço desde 2006, pois ainda se faz necessária a lotação de pelo menos dois FFA neste Serviço. Por outro lado continua preocupante a situação relacionada aos servidores administrativos já que este SSA não dispõe de nenhum servidor administrativo de carreira, como relatado no ano anterior, sendo que as atividades a eles destinadas são realizadas por servidores terceirizados com contratos temporários. Este Serviço não foi contemplado com destinação de servidores de concurso realizado em 2010, e dessa maneira muitas atribuições técnicas devem ter seu desempenho prejudicado pela demanda dos Fiscais Agropecuários para realização de atividades administrativas.

Nesse contexto, deve ser considerado que o estado do RS caracteriza-se por pequenas propriedades rurais com índices de produtividade significativas, totalizando 451.987 estabelecimentos rurais cadastrados no sistema de Fiscalização da SEAPPA. Esse quantitativo deve ser considerado em relação à área do RS e Brasil: o RS representa cerca de 3,3% da área total do Brasil; suas propriedades rurais, no entanto, representam cerca de 17% do total de propriedades rurais do país. Por essa razão existe um quantitativo expressivo de Unidades Veterinárias Locais e Escritórios de Atendimento à Comunidade, os quais totalizam 383 unidades, ou seja, 0,77 Unidades/Município. Isso proporciona uma rede de atendimento bastante difusa, e que necessita de processo constante de auditoria e supervisão com finalidades de padronização de procedimentos, diagnóstico de irregularidades, conferência de adoção de medidas corretivas e diagnóstico de necessidades coletivas ou específicas visando planejamento estratégico.

Deve ainda ser considerada a amplitude de atuação deste SSA, que opera em conjunção com diversos setores da sociedade civil e governamental para alcançar seus objetivos em Saúde Animal, de maneira diretamente executiva. Esse trabalho demanda planejamento de ações, estabelecimento de alianças estratégicas e controle de processos executivos.

Dessa forma, as atividades do SSA deixaram a desejar dentro das necessidades do estado e do país, em função das dificuldades de pessoal ocorridas durante os últimos cinco anos. O ingresso, no entanto, dos referidos dois FFA possibilitou que metas mais compatíveis com as necessidades do estado e país fossem cumpridas. Mantém-se a preocupação quanto à demanda de FFA nas UTRAs e UVAGROS.

O cumprimento das metas é de fundamental importância para a manutenção da situação sanitária animal do Estado e do país. A situação atual permite que sejam realizadas as operações de exportação de produtos de origem animal haja vista a grande repercussão mundial das enfermidades dos animais no comércio internacional de produtos. Além disso garante-se que as enfermidades que podem acometer animais e os humanos permaneçam sob controle minimizando os riscos à saúde da população brasileira consumidora destes produtos.

Não houve contingenciamento e nem atrasos de recursos a serem utilizados pela estrutura existente no ano em questão. Na verdade necessitamos de mais servidores para que seja possível atender com mais qualidade e eficiência as

metas propostas assim como buscar metas mais ousadas e com maior repercussão na sociedade em geral que são plenamente atingíveis.

As metas foram atingidas dentro da normalidade e as ações foram realizadas de forma adequada, o que permite dizer que é possível estabelecer metas maiores para os próximos anos desde que disponibilizados recursos humanos conforme vem sendo solicitado rotineiramente.

Ação:	8592 – Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar – RASTREAB1.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Fiscalização realizada.
Especificação do produto:	Movimentação animal, insumos controlados, auditorias realizadas e registros genealógicos assegurados.
Finalidade:	Identificar a origem de animais e de insumos utilizados ao longo de todas as fases da produção agropecuária, a forma de utilização dos insumos, a movimentação dos animais, garantindo a origem, a qualidade, conformidade, segurança e inocuidade dos alimentos, quebrando barreiras técnicas e sanitárias, proporcionando maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros aos mercados interno e externo. Assegurar a fidedignidade das atividades de registro genealógico e eventos zootécnicos.
Descrição:	Estabelecimento de diretrizes zoosanitárias para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação zoosanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.
Detalhamento:	Fiscalização, identificação e escrituração da procedência dos animais, gestão da movimentação, registro de eventos zootécnicos e dos insumos utilizados no processo de produção, coordenar e fiscalizar as entidades delegadas para execução de registro genealógico das diversas raças.
Unidade Responsável:	Coordenação Geral de Sistemas de Produção Integrada e Rastreabilidade.
Coordenador da Ação Nacional:	Naor Maia Luna.
Unidade Executora:	Serviço de Sanidade Animal – SSA/DDA/SFA-RS.
Estratégia da Ação:	A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade no agro-negócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade Dos serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas prestadoras de serviço, como as certificadoras e empresas fabricantes de elementos de identificação. Além disto, desde janeiro de 2008 o protocolo para aprovação de propriedades rurais para exportação para a UE, exige uma auditoria oficial nas propriedades candidatas.
Abrangência da ação:	A atividade de rastreabilidade de bovinos e bubalinos está direcionada para atender as exigências do Mercado internacional de carnes, sendo atualmente com exclusividade para a União Européia. Para satisfazer as exigências deste mercado os estabelecimentos rurais precisam atender às normas estabelecidas pela Instrução Normativa nº17 de julho de 2006 que constituem basicamente na identificação, através de elementos próprios e invioláveis, de todos os animais existentes nas propriedades e o controle praticamente “on line” de sua movimentação. Todas as entradas, saídas, nascimentos e mortes são registradas em um banco de dados nacional único denominado de BND.

Estes procedimentos tem por objetivo identificar com precisão a localização dos animais pelo menos nos últimos 90 dias antes de serem abatidos e terem suas carnes exportadas para aquele bloco econômico.

Os produtores rurais aderem voluntariamente ao sistema dependendo dos seus interesses, sendo fator determinante a remuneração diferenciada pelos animais identificados.

Temos convicção de que esta atividade deveria ser estimulada pelo Poder Público do Estado haja vista a qualidade reconhecidamente superior dos nossos produtos quando comparados aos produzidos em outros estados da Federação.

Foram realizadas as seguintes atividades no exercício:

- (SISBOV) no estado realizadas em conjunto com a Secretaria da Agricultura do Estado através de seu Departamento de Produção Animal (DPA).
- Participação em Missão Internacional para auditoria e reconhecimento do sistema de identificação animal oficial do Canadá.
- Houve o acompanhamento de auditorias realizadas no estado pela Missão Européia durante o mês de março.
- Realização de 06 reuniões de atualização de procedimentos na sede da Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade (CSR/SDA/MAPA) em Brasília.

Dados estatísticos para a atividade no estado do Rio Grande do Sul:

Especificação	Unidade	Total
População Bovina do RS	Cabeças	13.371.485
Nº de Estabelecimentos Rurais Aprovados para exportação à União Européia (ERAS)	Propriedades Rurais	134
População em propriedades habilitadas para exportação	Cabeças	170.412
Municípios com ERAS	Municípios	36
Abate de bovídeos em 2010	Cabeças	1.855.163
Certificadoras habilitadas no Estado	Certificadoras	03

Indicadores:

Indicador de referência: fiscalização realizada (SIPLAN)

	Nº indicadores	Despesas totais	Nº Total de Unidades referentes ao indicador	Custo 2009
Programado	53	R\$ 41.567,80	100	R\$ 279633,79
Realizado	50	R\$ 40.863,14		

Economicidade		Eficácia		Efetividade		Eficiência			
VA	VR	VA	VR	VA	VR	CUR	CUP	VA	VR
R\$ (16.636,02)	71%	(3)	94,3%	-50	50,0%	R\$ 817,26	R\$ 784,30	R\$ 32,96	4%

Análise:

Esta é uma atividade realizada sempre sob demanda haja vista não haver obrigatoriedade das propriedades rurais participarem do Sistema de rastreabilidade da cadeia produtiva de bovinos e bubalinos.

Os produtores rurais aderem voluntariamente ao sistema e cabe ao Ministério da Agricultura atender a 100% da demanda que é bastante variável, dependendo basicamente dos valores praticados no mercado para os animais a serem abatidos. Quando os frigoríficos exportadores conseguem praticar valores diferenciados então os produtores acabam aderindo.

O serviço tem atendido toda a demanda e desta forma contribui para o bom andamento e incremento das exportações de carne bovina.

Não houve contingenciamento e nem atrasos de recursos e nenhum outro problema que mereça consideração.

As metas foram atingidas dentro da normalidade, sendo que além das metas relacionadas no quadro A.2.2 as seguintes metas complementares:

Atividade	PROGRAMADO	REALIZADO
Auditoria em fábricas de elementos de identificação	1	1
Missão técnica em outro país	1	1
Número reuniões na sede da CSR	6	6
Acompanhamento de Missão da União Européia	1	1

Quanto às metas para 2010 ainda não foram atribuídas no SIPLAN, identificamos no quadro abaixo as metas complementares definidas para 2011, excluindo-se aquelas que ocorrem sob demanda da sociedade.

Metas de execução direta	Unidade de medida	TOTAL
Realizar reuniões técnicas com o executor estadual	reuniões realizadas	2
Atualizar informações no SIPLAN	atualizações realizadas	11
Enviar relatório semanal de auditorias realizadas para CSR	relatórios enviados	48
realizar auditorias oficiais de conformidade	reauditorias realizadas	4
Supervisão no sistema de identificação individual de bovinos e bubalinos executado no estado	supervisão realizada	12

Foi estabelecida inicialmente pelo nível central uma meta baseada em expectativa, imaginando-se que haveria maior adesão pelos produtores. Como não houve adesão significativa a meta precisou ser revista. A meta só não foi atendida integralmente dentro do ano devido a questões relativas a dificuldades por parte dos produtores em receber as auditorias programadas para o mês de dezembro, o que foi atendido sem problemas no início do corrente ano.

Ação: 2019 – Fiscalização de Material Genético Animal - FISCGENE

Tipo: Atividade.

Produto: Fiscalização realizada

Especificação do produto: Material genético animal em conformidade com as normas de produção e comercialização do total do material genético fiscalizado.

Finalidade: Melhorar a qualidade dos produtos e serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.

Descrição: Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que industrializem ou distribuam, com finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas práticas de manipulação e auditoria. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.

Detalhamento: Atuação de fiscais do Ministério, lotados nas Superintendências Federais de Agricultura nas unidades federativas e análises fiscais em laboratórios de apoio animal.

Unidade Responsável: DMC/DEFIP/SDA

Coordenador da Ação Nacional: Beronete Barros de Freitas de Araújo.

Unidade Executora: Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários – SEFIP/DDA/SFA-RS.

Estratégia da Ação: A produção animal é o reflexo da qualidade dos produtos ofertados no mercado. A qualidade destes produtos se deve a ações de registro e fiscalizações nos estabelecimentos de multiplicação animal, visando ações de biossegurança que comprometem os serviços e os produtos destinados ao mercado consumidor, tendo como objetivo melhorar a qualidade destes produtos e serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional. O RS conta hoje com 15 estabelecimentos de produtores de sêmen/embriões e 45 estabelecimentos comerciais de sêmen.

Indicadores:

ATRIBUTO	INDICADOR			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Fiscalização Realizada	VR = -17,56%	VR = -16,72%	VR = -2,27%	VR = 71,6%
Fiscalização Realizada	VA= R\$ -4908	VA= -107,18	VA=-1	VA=-17

Indicador

De Economicidade: VA: Variação Absoluta: 2010/2009=CR2010-CR2009
 VR : Variação Relativa = (CR2010/CR2009) x 100-100
 CR : CUSTO REALIZADO
 VA : R\$23031-27939,01=-4908
 VR = (23031/27939,01)x 100 – 100 = -17,56%

**Indicador
de Eficiência:**

CU: Custo Unitário

R: Realizado

P: Programado

Q: Quantidade

$CUR = CR/QR = (23031/43) = R\$ 535,60$

$CUP = CP/QP = (28300/44) = R\$643,18$

$VA_{2010} = CUR_{2010} - CUP_{2010} = R\$535,60 - 643,18 = R\$-107,18$

$VR: (CUR/CUP) \times 100 - 100 = (535,6/643,18) \times 100 - 100 = -16,72\%$

**Indicador
de Eficácia:**

$VA_{2010} = QR_{2010} - QP_{2010} = 43 - 44 = -1$

$VR: (QR/QP) \times 100 - 100 = (43/44) \times 100 - 100 = -2,27\%$

Indicador

de Efetividade: QT: Quantidade Total De Estabelecimentos Alvo Da Fiscalização.

$VA: 2010 = QR_{2010} - QT_{2010} = 43 - 60 = -17$

$VR: (QR/QT) \times 100 = (43/60) \times 100 = 71,6\%$

**Indicadores
Comentários:**

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Fiscalização Realizada	VR = -20,08%	VR = -19,3%	VR = -2,27%	VR = 71,6%
Fiscalização Realizada	VA = R\$ -4908,00	VA = R\$ -124,18	VA = -1	VA = -17

Economicidade – O aporte de recursos foi menor em relação a 2009, sendo compatível com o maior número de fiscalizações realizadas dentro do Estado, o que diminuiu o custo/fiscalização.

Eficiência – Demonstra uma economia em torno de 20% no custo do realizado em relação ao programado. Houve fiscalizações em conjunto com outras ações de outros PI's, o que reduziu o custo com deslocamento.

Eficácia – As metas foram cumpridas quase que em sua totalidade, conforme o estipulado no SIPLAN, faltando apenas um estabelecimento.

Efetividade – Este índice demonstra uma boa efetividade da fiscalização, uma vez que 70 % do total dos estabelecimentos-alvo foram atingidos pela fiscalização no ano de 2010.

Análise:

Em 2010 na área de fiscalização de material genético animal, no Estado do Rio Grande do Sul, foi priorizada a fiscalização de estabelecimentos comerciais/importadores de material genético animal, assim como revisões nos produtores de sêmen bovino/suíno. O cadastro/registo dos estabelecimentos avícolas foi realizado na sua totalidade pelos FFA's lotados em UTRA's em conjunto com o SSA, não havendo participação direta do SEFIP/RS.

A DMG/DFIP continuou com o sistema de auditorias nos estabelecimentos de produção de sêmen em todo o país. Entretanto, devido à carência de fiscais na área de multiplicação animal no RS, foram priorizadas as fiscalizações dentro do Estado, ficando restrita a participação em auditorias externas.

O fato do custo da fiscalização ter sido menor do que o ano anterior se deve ao menor deslocamento via aérea pelos FFA's do RS devido a uma menor participação dos FFA's do RS em auditorias.

Dentro do que havia sido preconizado pelo SEFIP/RS, os objetivos foram alcançados pela realização das fiscalizações previstas e o atendimento de todas as solicitações de registro de novos estabelecimentos de multiplicação animal.

Com os resultados obtidos pelo Setor concluímos que o MAPA executa um bom controle nos sistemas de comércio de material genético animal no Estado do Rio Grande do Sul.

Houve a participação em reuniões e treinamentos fora do Estado no intuito de harmonização dos procedimentos relativos às auditorias de caráter nacional, além da participação em eventos na área de Reprodução Animal por três FFA's do RS.

Tendo em vista a continuidade do aporte de recursos para 2011 dentro do programado, esperamos cumprir as metas na totalidade dando continuidade ao preconizado pela DMG/DFIP para todo o país.

Ação:	2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET1.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Fiscalização realizada
Especificação do produto:	Fiscalização realizada, registro realizado, auditoria realizada, vistoria realizada, treinamento realizado.
Finalidade:	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição:	Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Detalhamento:	Execução pelo corpo técnico do MAPA e das empresas credenciadas pelo Órgão.
Unidade Responsável:	CPV/DFIP/SDA.
Coordenador da Ação Nacional:	Marcos Vinicius Santana Leandro Júnior.
Unidade Executora:	Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários – SEFIP/DDA/SFA-RS.
Estratégia da Ação:	Garantir a qualidade, eficácia e segurança dos produtos de uso veterinário fabricados, manipulados, importados, exportados, fracionados, envasados, rotulados, armazenados, distribuídos e comercializados no Estado do Rio Grande do Sul, assegurando que as metas traçadas sejam cumpridas, garantindo a implementação dos objetivos. Todo o estabelecimento que fabricante ou que manipule, fracione, envase, rotule, controle a qualidade, comercie, armazene, distribua, importe ou exporte produtos de uso veterinário para si ou para terceiros deve, obrigatoriamente, estar registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de acordo com o Art. nº 4 do Decreto 5053 de 22/04/2004. O Setor de Produtos Veterinários/SEFIP - Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul é responsável pela coordenação e execução desta atividade em nível regional, tendo como atribuições: A) Licenciamento de estabelecimentos fabricantes, importadores, exportadores, fracionadores, manipuladores, envasadores, rotuladores, laboratórios de controle de qualidade, armazenadores, distribuidores e de comerciantes de produtos de uso veterinário; B) Análise prévia de processos de registro inicial de produtos veterinários; C) Cadastramento de produtos veterinários de higiene e embelezamento; D) Colheita amostras de produtos de uso veterinário, seus componentes e afins, para o controle de qualidade da produção, análise fiscal e registro; E) Autorizar previamente o embarque, inclusive no SISCOMEX, das importações de insumos agropecuários, conforme legislação vigente; F) Instruir processos administrativos decorrente de infrações, de acordo com a legislação específica, procedendo à devida notificação.
Metas Físicas:	Além das metas físicas registradas no quadro A.2.2, foram executadas as seguintes metas complementares: - 02 treinamentos - 1.005 autorizações prévias de importação

- 34 autos de infração emitidos
- 27 Colheitas oficiais de produtos veterinários
- 16 solicitações de registro inicial de produto
- 39 produtos cadastrados (higiene e embelezamento)

Indicadores:

ATRIBUTO	INDICADOR			
Produto	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Fiscalização Realizada	VR= 455,02 %	VR= 142,04%	VR= 51,76%	VR= 11,44%
Fiscalização Realizada	VA R\$ 84.256,03	VA R\$467,53	VA= 44	VA = -998

Economicidade

VA: Variação Absoluta: CR 2010 – CR 2009

VR: Variação Relativa: (CR 2010/ CR 2009) X 100 – 100

CR: Custo Realizado

VA = 102.772,94 – 18.516,91 = R\$ 84.256,03

VR= (102.772,94/18.516,91) X 100 – 100 = 455,02%

Eficiência

CU: Custo Unitário

R: Realizado

P: Programado

Q: Quantidade

CUR= CR/QR = (102.772,94/129) = R\$ 796,68

CUP= CP/QP = (27.978,5/85) = R\$ 329,15

VA 2010= CUR 2010 – CUP 2010 = R\$ 467,53

VR = (CUR/CUP) X 100 – 100 = (796,68/329,15) X 100 – 100 = 142,04%

Eficácia

VA 2010 = QR 2010 – QP 2010 = 129-85 = 44

VR= (QR/QP)X100 – 100 = (129/85)X100 – 100 = 51,76%

Efetividade

QT: Quantidade Total De Estabelecimentos Alvo Da Fiscalização

VA: 2010 = QR 2010 – QT 2010 = 129 – 1127 = - 998

VR: (QR/QT)x 100 = (129/1127)x 100 = 11,44%

Comentários:

1. Economicidade: no ano de 2010, as metas foram cumpridas com um aumento de custo de 455,2 %, comparado com o ano anterior. Isto ocorreu devido à liberação de uma quantia significativa de recurso, utilizado para compra de material permanente (automóvel).
2. Eficiência: demonstra que o custo para atendimento de cada fiscalização sofreu incremento, comparado ao ano de 2009, em virtude da utilização uma quantia significativa de recurso para a compra de material permanente (automóvel).
3. Eficácia: demonstra um maior número de fiscalizações realizadas em comparação com as fiscalizações programadas, maximizando a eficácia.
4. Efetividade: foi realizada ao menos uma fiscalização em cada estabelecimento fabricante, importador, exportador, distribuidor, farmácia de manipulação veterinária e laboratório de controle de qualidade de produtos de

uso veterinário licenciados no MAPA, localizados no Estado do Rio Grande do Sul, ao longo do ano de

5. 2010. No entanto, as fiscalizações em estabelecimentos comerciantes são realizadas de maneira aleatória, em função do elevado nº de estabelecimentos no Estado para o reduzido nº de fiscais atuantes na área. Em 2010, o Setor de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário, da Superintendência do Estado do Rio Grande do Sul, apresentou menor economicidade e eficiência, comparados aos índices do ano anterior, em virtude da compra de material permanente de maior valor.

Análise:

Em 2010, o Setor de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário da Superintendência Federal de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul cumpriu integralmente as metas programadas para o ano e ainda executou outras atividades. Isto se deveu ao fato de que houve novas solicitações de licenciamento de estabelecimentos no Estado. Além disso, recebemos elevada demanda de denúncias no Setor de Produtos Veterinários ao longo do ano, o que gerou diversas fiscalizações.

O trabalho executado certamente contribui para garantir a qualidade, eficácia e segurança dos produtos de uso veterinário fabricados, manipulados, importados, exportados, fracionados, envasados, rotulados, armazenados, distribuídos e comercializados no Estado do Rio Grande do Sul.

A partir de outubro de 2010, uma fiscal atuante na área de produtos veterinários afastou-se em decorrência de licença-maternidade. Por este motivo, o número de fiscalizações ficou abaixo do programado para o último trimestre do ano.

O nº de fiscais atuantes na fiscalização de produtos veterinários no RS é bastante reduzido, considerando a elevada demanda do setor, o que acarreta em deficiências na fiscalização, especialmente em estabelecimentos comerciais.

As fiscalizações realizadas ao longo de 2010 em estabelecimentos fabricantes, importadores, distribuidores, manipuladores e laboratórios de controle de qualidade de produtos de uso veterinário, de uma maneira geral, superaram as metas estabelecidas.

O controle de produtos de uso veterinário é fundamental, em virtude de que influencia diretamente na produtividade, qualidade e competitividade do agro-negócio brasileiro. Portanto, as ações prioritárias do setor baseiam-se em inspeções em estabelecimentos fabricantes, importadores, exportadores, envasadores, rotuladores, fracionadores, manipuladores, distribuidores e laboratórios de controle de qualidade de produtos de uso veterinário. Além disso, a realização de investigação de Avisos de Violação, decorrentes do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC) e o atendimento a denúncias também são considerados prioritários.

As fiscalizações atenderem indústrias fabricantes de produtos veterinários, estabelecimentos importadores, exportadores, distribuidores, comerciantes, farmácias de manipulação veterinárias e laboratórios de controle de qualidade do Estado. Além disso, foram realizadas investigações de Avisos de Violação, decorrentes do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC) e atendimento a denúncias.

Ação:	2124 – Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal – FISCINAN.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Fiscalização realizada
Especificação do produto:	Ingredientes, rações, concentrados e suplementos.
Finalidade:	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal.
Descrição:	Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Detalhamento:	Auditoria dos processos produtivos e fiscalização dos estabelecimentos e produtos pelos fiscais do MAPA.
Unidade	
Responsável:	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários.
Coordenador da	
Ação Nacional:	Fernanda Marcuci Tucci.
Unidade Executora:	Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários – SEFIP/DDA/SFA-RS.
Estratégia da Ação:	A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade no agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores. O setor de alimentos para animais é elo fundamental da cadeia produtiva, estando diretamente vinculado à segurança sanitária com reflexo direto na saúde da população e manutenção dos contratos de exportação de insumos e produtos acabados. O controle dos ingredientes utilizados, como garantir a ausência farinhas de origem animal em rações de ruminantes, o uso adequado de aditivos (antimicrobianos, coccidiostáticos, promotores de crescimento, etc...) e medicamentos de uso veterinário é fundamental para garantia da saúde da população brasileira e dos mercados de exportação. A fiscalização da qualidade dos produtos e dos estabelecimentos produtores visa garantir a qualidade e a segurança em toda cadeia produtiva, bem como, salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores e garantir a qualidade e inocuidade dos produtos utilizados em alimentação animal, para toda cadeia produtiva, do produtor até o consumidor final.

Indicadores:

ATRIBUTO	INDICADOR			
Produto	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Fiscalização	VA = 12.707,81	VA = -212,32	VA = 132	VA = -71
Realizada	VR = 33,41%	VR = -51,91 %	VR = 204,7%	VR = 78,41%

Economicidade:

VA : Variação Absoluta = CR 2010 – CR 2009

VR : Variação Relativa = (CR2010 / CR2009) x100 -100

CR : Custo Realizado

VA = 50.735,09- 38.027,28 = 12.707,81

VR = (50.735,09/38.027,28) x 100 – 100 = 33,41 %

Eficiência:

CU: Custo Unitário

R: Realizado

P: Programado

Q: Quantidade

CUR = CR/QR = (50.735,09/258) = R\$ 196,64

CUP = CP/QP = (51.530,00/ 126) = R\$ 408,96

VA: CUR – CUP = 196,64 – 408,96 = **-212,32**

VR: (CUR / CUP)x100 - 100 = (196,64/408,96) x 100 – 100 = **-51,91 %**

Eficácia

VA: QR – QP = 258 – 126 = 132

VR: (QR/QP)100 = (258/126) x 100= 204,76%

Efetividade

QT: Quantidade Total De Estabelecimentos Alvo Da Fiscalização.

VA: QR – QT = 258 – 329 = **-71**

VR: (QR/QT)x100 = (258 / 329) x 100 = 78,41 %

1) Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional sob exame nas contas;

Valor Relativo da Efetividade em Estabelecimento. VR= 78,41 %.

2) Avaliação do resultado, indicando as causas de sucesso ou insucesso - Consideramos o resultado do indicador positivo, no ano de 2010 o índice foi mais alto que no ano de 2009 (33,41 pontos percentuais) em função do aumento do número de fiscais e da liberação de recursos conforme o programado, fatores que prejudicaram o desempenho das atividades em 2009. O tipo de fiscalização, também favoreceu maior número de fiscalizações, pois em função da demora de adequação à IN 04/07 por parte dos estabelecimentos, ocorreram menos auditorias nos processos de Boas Práticas de Fabricação que o programado, e estas auditorias demandam mais tempo por estabelecimento que as fiscalizações de rotina.

Análise:

Foram fiscalizados mais estabelecimentos que o previsto. Apesar de este maior número representar apenas 78,4% do total de estabelecimentos registrados passíveis de fiscalização, de uma forma geral, os estabelecimentos estão apresentando melhorias significativas no seu processo produtivo com a implantação das Boas Práticas de Fabricação e as fiscalizações tornaram-se mais objetivas no controle de qualidade e inocuidade do produto e pelo entendimento dos pontos principais por parte do fiscalizado com o conhecimento da IN 04 de 23 de fevereiro de 2007. Além das atividades relacionadas no quadro A.2.2 foram realizadas outras atividades, a saber:

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Amostra colhida*	213	115
Amostra colhida para plano de ruminantes**	70	51
Amostras colhidas para análises de <i>Salomonella</i> ***	72	19
Produtos fiscalizados	-	777
Estabelecimentos registrados	-	24
Produtos registrados	-	866

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Autos de infração aplicados	-	89
Quantidade de advertências aplicadas	-	24
Quantidade de multas aplicadas	-	113
Valor de multas aplicadas arrecadado	-	R\$ 216.814,00
Termos de suspensão de atividades aplicados	-	11
Certificados de exportação expedidos	-	439
Anuências de importação concedidas	-	572

* As metas de colheitas de amostras de produtos para alimentação animal não foram atingidas, pois em 2010 as fiscalizações foram focadas na avaliação da implantação do processo de Boas Práticas de Fabricação, de acordo com a IN nº 04 de 23/02/2007.

** Neste item não foram colhidas todas as amostras previstas possíveis, pois algumas empresas sorteadas para terem amostras colhidas não estavam produzindo rações de ruminantes, ou produziam um número de produtos menor que o sorteado. Quando a lista das empresas sorteadas para colheita de amostras para análise de microscopia foi informada ao SEFIP-RS, algumas empresas já haviam sido fiscalizadas e foi necessário retornar nestes estabelecimentos.

*** O envio deste tipo de análise foi suspenso temporariamente, impossibilitando envio de maior número de amostras.

As auditorias nos processos de boas práticas de fabricação e autorizações para a fábrica de ração produzir ração com medicamento ficaram em número um pouco aquém do esperado, entretanto um maior número de auditorias implicaria no não atendimento do número de fiscalizações estabelecido nas metas. Os estabelecimentos de menor porte apresentam lentidão na consolidação da implantação do processo de Boas Práticas de Fabricação, tanto pela falta de recursos financeiros para adequação estrutural como pela escassez de técnicos capacitados para esta atividade. As auditorias no processo de BPF têm sido realizadas por solicitação do fabricante, não sendo possível que parta da fiscalização o cumprimento de um cronograma de auditorias que atenda todos os estabelecimentos em um curto espaço de tempo.

As fiscalizações realizadas superaram as programadas, em função do tipo de fiscalização efetuada. No ano de 2010, o número de auditorias nos processos de boas práticas de fabricação realizado foi menor que o esperado, de acordo com o número de fabricantes registrados. Quatro estabelecimentos solicitaram autorização para produzir alimentos com medicamentos, autorização que demanda fiscalização minuciosa no processo produtivo. Desta forma, a maioria das fiscalizações executadas foram consideradas “de rotina” e em estabelecimentos clandestinos, caracterizadas por ações mais rápidas, nas quais são fiscalizados mais de um estabelecimento por dia, ao contrário das anteriormente citadas, que demandam vários dias no mesmo estabelecimento.

A fiscalização dos produtos para alimentação animal objetiva garantir a qualidade e segurança dos produtos fiscalizados, pois os alimentos para animais fazem parte de um grupo de insumos fundamental ao agronegócio, incidem diretamente sobre a saúde dos consumidores de produtos de origem animal, sobre a eficiência de produção e sobre a manutenção das exportações. Diante da insuficiência de fiscais, a eleição dos estabelecimentos prioritários na fiscalização recai sobre as fábricas com maior volume de produção e com ênfase na produção de alimentos para animais que tenham seus produtos destinados ao consumo humano. Desta forma, a fiscalização foi conduzida visando abranger uma fração superior a 78% do volume de insumos produzidos para alimentação animal elaborados no estado do Rio Grande do Sul.

No ano de 2010, nas atividades relativas ao PI FISCINAN, desenvolvidas no estado do Rio Grande do Sul, no âmbito da fiscalização dos estabelecimentos e produtos destinados à alimentação animal, podemos destacar os seguintes aspectos:

- A meta de fiscalizações de estabelecimentos foi superada em 104 % pela realizada, e ocorreu aumento do número de fiscalizações em relação ao ano de 2009.
- No quesito efetividade, no ano de 2010, foram realizadas 258 fiscalizações que relativas ao total de estabelecimentos alvo das fiscalizações (329), resulta em efetividade de 78%.
- Além das fiscalizações nos estabelecimentos, a fiscalização de insumos para alimentação animal envolve atividades como registro de produtos (866 registros), registro de novos estabelecimentos (24 registros), renovação destes registros, anuência nos licenciamentos de importação e emissão de certificados de conformidade para produtos a serem exportados, atividades estas que não envolvem custos de deslocamento de fiscais, porém são estas as atividades que demandam mais tempo.

Ação:	2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos – FISCPLANTA2.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Fiscalização realizada.
Especificação do produto:	Termos de fiscalização e inspeção emitidos no controle do trânsito de vegetais e seus produtos.
Finalidade:	Impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais, oriundos de outros países, com vistas à evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional. Certificar a fitossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição:	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal.
Detalhamento:	Fiscais Federais Agropecuários inspecionam a documentação e as mercadorias, verificando a sanidade e a legalidade do trânsito internacional de produtos agrícolas.
Unidade Responsável:	Coordenação Geral de Vigilância Agropecuária.
Coordenador da Ação Nacional:	Oscar de Aguiar Rosa Filho.
Unidade Executora:	
Estratégia da Ação:	Os Fiscais Federais Agropecuários são as autoridades competentes para atuar na área de fiscalização da sanidade agropecuária das importações, exportações e transito aduaneiro de animais, insumos, inclusive alimentos para animais, e produtos de origem animal, conforme preceitua o Decreto nº 5.741, de 30.03.06. Os Fiscais Federais Agropecuários do VIGIAGRO têm por competência fiscalizar o cumprimento das exigências estabelecidas para o trânsito internacional, dentre elas: a) realizar exames de animais vivos, a inspeção de animais, produtos e derivados de origem animal inclusive alimentos destinados aos animais, visando ao desembaraço aduaneiro na importação ou na exportação; b) examinar, em articulação com as autoridades aduaneiras, a bagagem de passageiros, acompanhadas ou não, com vistas a detectar produtos e derivados de origem animal, que possam veicular agentes etiológicos de doenças; c) aplicar medidas de desinfecção, desinfestação, apreensão, interdição ou destruição a animais e seus produtos e derivados, quando passíveis de veicular agentes de doenças que constituam ameaça à agropecuária nacional; d) expedir certificados sanitários para trânsito interestadual ou internacional de animais, produtos ou derivados de origem animal, materiais biológicos ou materiais de multiplicação animal, com base nos certificados sanitários de origem. Além das metas físicas relacionadas no quadro A.2.2 (partidas inspecionadas), foram emitidos 1.745 Termos de Ocorrência e realizadas 02 reuniões de capacitação técnica.
Indicadores:	Resumo dos índices utilizados para a base de cálculo: - Partidas Inspecionadas Programadas QP 2010 = 84558,1 - Partidas Inspecionadas Realizadas QR 2010 = 95436 - Partidas Inspecionadas Programadas QP 2009 = 61445

- Partidas Inspeccionadas Realizadas QR 2009 = 76871
- Ocorrências Fitossanitárias OF 2010 = 1257
- Ocorrências Fitossanitárias OF 2009 = 1678
- Percentual Ocorrência Fitossanitária 2010 POF = $[(OF2010 \times 100) / QR2010] = 1,32$
- Percentual de Ocorrência Fitossanitária 2009 POF = $[(OF2009 \times 100) / QR2009] = 2,18$
- Custo Programado CP 2010 = R\$ 411.800,62
- Custo Realizado CR 2010 = R\$ 411.485,38
- Custo Programado CP 2009 = R\$ 241.995,85
- Custo Realizado CR 2009 = R\$ 241.995,85
- Número de Fiscais NF $\sum$ FFA = 36
- Número de dias úteis/FFA em 2009 ND = $(230 - 30 \text{ férias}) = 200$
- Somatório de dias trabalhados = $200 \times 37 = 7.400$
- Número de horas trabalhadas/FFA em 2009 NH = $200 \times 8 = 1.600$
- Somatório de horas $\sum$ horas = $1.600 \times 37 = 59.200 - 15\% = 50.320$

Cálculo dos indicadores:

Economicidade: Evolução do custo médio da fiscalização de partidas
Índice inicial de referência (2009) = 3,61

Esperado em 2010 = 3,80 considerando o aumento no trânsito de cargas obtido em 2009

Padrão de desempenho	Bom	Abaixo de 0	Regular	de 0 a 5,0	Ruim	Acima de 5,0
----------------------	-----	-------------	---------	------------	------	--------------

Cálculo da Variação Absoluta:

$VA_{2010/2009} = CR_{2010} - CR_{2009} = 411.485,38 - 241.995,85 = 169.489,53$
(Observação: Nos cálculos dos recursos PI FISCPLANT2 de 2009, não são consideradas as despesas de material permanente elemento de despesa nº 3490.52 no valor de R\$ 349.462,90 e outras despesas elemento de despesas nº 3490.92 no valor de R\$ 4.320,86. Por isto o valor colocado na fórmula é R\$ 241.995,85)

Cálculo da Variação Relativa:

$VR = [(CR_{2010} : QR_{2010}) \times 100] : [(CR_{2009} : QR_{2009})] - 100 =$
 $= [(411800,62/95436) \times 100] / [(241995,85/76871)] - 100 = 37,06$

Comentário: O índice de economicidade mede a evolução do custo médio da fiscalização de partidas, portanto os resultados obtidos na variação relativa, ou seja, levando em conta os padrões de desempenho referenciados, não atingiu os objetivos esperados tendo um padrão de desempenho insuficiente (se gastou muito e se fiscalizou relativamente pouco).

Eficácia: Número de partidas inspeccionadas como percentual da meta física programada.

Índice inicial de referência (2009) = 10

Esperado em 2010 = 10

Padrão de desempenho	Bom	Acima de 10	Regular	de 5 a 10	Ruim	Abaixo de 5
----------------------	-----	-------------	---------	-----------	------	-------------

Cálculo da Variação Absoluta:

$VA_{2010} = QR_{2010} - QP_{2010} = 95436 - 84558 = 10877,9$

Cálculo da Variação Relativa:

$VR_{2010} = [(QR_{2010} : QP_{2010}) \times 100] - 100 = [(95436 : 84558,1) \times 100] - 100 = 12,86\%$

Comentário: A variação relativa entre o número de partidas inspecionadas e as programadas, alcançou um índice bom (12,86%), considerando os índices de referência estabelecidos.

Eficiência: Índice de produtividade da área vegetal.

Índice inicial de referência (2009) = 0,03

Esperado em 2010 = 0,05

Padrão de desempenho	Bom	Acima de 0,05	Regular	de 0,03 a 0,05	Ruim	Abaixo de 0,03
----------------------	-----	---------------	---------	----------------	------	----------------

Cálculo do IPA = $\sum$ de partidas inspecionadas / $\sum$ de FFA / $\sum$ horas trabalhadas

IPA2010 = (95436 : 36) : 50320 = **0,05**

Comentário: De acordo com o padrão de desempenho estabelecido o valor encontrado é considerado regular, isto é as partidas são inspecionadas num tempo adequado.

Efetividade: Resultado do trabalho da vigilância agropecuária internacional:

Índice inicial de referência (2009) = 100

Esperado em 2010 = 100 considerando o aumento das exigências legais para exportação e importação

Padrão de desempenho	Bom	Acima de 100	Regular	de 50 a 100	Ruim	Abaixo de 50
----------------------	-----	--------------	---------	-------------	------	--------------

Cálculo da Variação:

VA2010 = POF2010 – POF2009 = 1,25 - 2,18 = - 0,93

CALCULO DA VARIACAO RELATIVA

POF 2010 = (OF2010 X 100) : QR2010 = (1257 X100) : 95436 = 1,32

POF 2009(OF 2009 X 1000) : QR2009) = (1678 X100) : 76871 = 2,18

VR2010 = (POF2010:POF2009) . 100 = (1,32 : 2,18) . 100 = **60,55**

O índice de efetividade obtido (60,55) é considerado como regular levando-se em conta os padrões de desempenho referenciados.

Resumo da avaliação e fiscalização do trânsito internacional de vegetais no Rio Grande do Sul;

Atributo	Indicador			
Produto	Economicidade	Eficácia	Eficiência	Efetividade
Partida Inspecionada	37,06	12,86%	0,05	60,55

Comentário:

Segundo os resultados obtidos nos cálculos, verifica-se que o item *Economicidade* deixou muito a desejar, já os demais itens (eficácia, eficiência e efetividade) atendem as expectativas do trabalho.

Análise:

A execução desta ação é realizada através dos VIGIAGRO, que é o braço do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento encarregado da fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais, seus produtos e subprodutos e insumos agropecuários nas fronteiras do território brasileiro.

O VIGIAGRO tem como missão o exercício da vigilância em portos, aeroportos e postos de fronteiras impedindo a entrada e disseminação de doenças e pragas de origem animal e vegetal oriundas de outros países, que representem ameaça à agropecuária nacional. Também é sua missão certificar a sanidade dos produtos exportados, de acordo com a legislação internacional garantindo assim, a sanidade e a qualidade dos produtos e insumos agropecuários, assegurando um perfeito sistema de controle no trânsito internacional destes produtos, salvaguardando os interesses nacionais e o A.

crescimento da economia brasileira, tendo suas competências definidas na Portaria nº 428 de 09 de junho de 2010.

O processo de vigilância agropecuária internacional é executado para garantir a eficácia, a eficiência e a efetividade da ação fiscal, visando o impedimento à entrada e disseminação e o estabelecimento no País, de pragas e enfermidades, assegurando a sanidade dos vegetais e a inocuidade dos alimentos, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e a saúde pública, como também, garantir a sanidade e a qualidade dos produtos nacionais e sua exportação, por meio da fiscalização do trânsito internacional de vegetais, produtos e subprodutos, derivados, insumos agropecuários e materiais para pesquisa científica.

A implementação e a coordenação das ações do programa, estão sob responsabilidade técnica e executiva do VIGIAGRO MAPA, em Brasília, através de um Comitê Central, que está diretamente subordinado ao Gabinete do Secretário de Defesa Agropecuária. No RS o **VIGIAGRO** está subordinado ao DDA/SFA-RS e opera em 12 unidades (1 no porto, 1 no aeroporto internacional, 10 postos de fronteira) e 2 aduanas especiais, SVA – Serviço de Vigilância Sanitária.

Como pontos críticos nas unidades de VIGIAGRO, temos o déficit de número de servidores, a falta de melhoria na infra – estrutura para um melhor desempenho das funções, manutenção de equipamentos e instalações.

Ação:	2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos – FISCANIMAL2.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Fiscalização realizada.
Especificação do produto:	Termos de fiscalização e inspeção emitidos no controle do trânsito de animais e seus produtos.
Finalidade:	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doença de animais, oriundos de outros países, com vistas à evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos pecuários no trânsito internacional. Certificar a zoossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição:	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena animal.
Detalhamento:	Fiscais Federais Agropecuários inspecionam a documentação e as mercadorias, verificando a sanidade e a legalidade do trânsito internacional de produtos pecuários.
Unidade Responsável:	Coordenação Geral de Vigilância Agropecuária.
Coordenador da Ação Nacional:	Oscar de Aguiar Rosa Filho.
Unidade Executora:	
Estratégia da Ação:	Os Fiscais Federais Agropecuários são as autoridades competentes para atuar na área de fiscalização da sanidade agropecuária das importações, exportações e transito aduaneiro de animais, insumos, inclusive alimentos para animais, e produtos de origem animal, conforme preceitua o Decreto nº 5.741, de 30.03.06. Os Fiscais Federais Agropecuários do VIGIAGRO têm por competência fiscalizar o cumprimento das exigências estabelecidas para o trânsito internacional, dentre elas: a) realizar exames de animais vivos, a inspeção de animais, produtos e derivados de origem animal inclusive alimentos destinados aos animais, visando ao desembaraço aduaneiro na importação ou na exportação; b) examinar, em articulação com as autoridades aduaneiras, a bagagem de passageiros, acompanhadas ou não, com vistas a detectar produtos e derivados de origem animal, que possam veicular agentes etiológicos de doenças; c) aplicar medidas de desinfecção, desinfestação, apreensão, interdição ou destruição a animais e seus produtos e derivados, quando passíveis de veicular agentes de doenças que constituam ameaça à agropecuária nacional; d) expedir certificados sanitários para trânsito interestadual ou internacional de animais, produtos ou derivados de origem animal, materiais biológicos ou materiais de multiplicação animal, com base nos certificados sanitários de origem. Além das metas físicas relacionadas no quadro A.2.2 (partidas inspecionadas), foram emitidos 1.264 Termos de Ocorrência e realizadas 02 reuniões de capacitação técnica.
Indicadores:	Resumo dos índices utilizados pra base de cálculo: - Partidas Inspecionadas Programadas QP 2010 = 41070,7 - Partidas Inspecionadas Realizadas QR 2010 = 37119 - Partidas Inspecionadas Programadas QP 2009 = 36.102

- Partidas Inspeccionadas Realizadas QR 2009 = 37.337
- Custo Programado CP 2010 = 613220,4
- Custo Realizado CR 2010 = 613220,4
- Custo Programado CP 2009 = R\$ 183454,09(exceto mão de obra e mat. Permanente)
- Custo Realizado CR 2009 = R\$183.454,09
- Número de Fiscais NF $\sum$ FFAMV = 35
- Número de dias úteis/FFAMV 2009 ND = (230 – 30 férias) 200
- Somatório de dias trabalhados = 200 x 35 = 7.000
- Número de horas trabalhadas/FFA 2009 NH = 200 x 8 = 1.600
- Somatório de horas trabalhadas pelos FFAMV 2009 $\sum$ horas = 1.600x35=56.000 – 15% = 47.600
- Ocorrências Zoossanitárias OZ 2010 = 2002
- Ocorrências Zoossanitárias OZ 2009 = 1.264
- Percentual de Ocorrência Zoossanitária 2010 POZ = 5,4
- Percentual Ocorrência Zoossanitária 2009 POZ = 1.264x100/37.337 = 3,38

Cálculo dos indicadores:

Economicidade: Evolução do custo médio da fiscalização de partidas
Índice inicial de referência (2009) = 10

Esperado em 2010 = 10 considerando a regularização da descentralização de recursos nos sistemas SIOR/SIAFI

Padrão de desempenho	Bom	Abaixo de 10	Regular	de 10 a 20	Ruim	Acima de 20
----------------------	-----	--------------	---------	------------	------	-------------

Cálculo da Variação Absoluta:

$$VA\ 2010 = CR2010 - CR2009 = 613220,40 - 183.454,09 = 429766,31$$

Cálculo da Variação Relativa=

$$VR\ 2010 = [(CR2010: QR2010) \times 100] : [(CR2009: QR2009)] - 100 = 236,26$$

Comentário: A evolução do custo médio foi significativamente alta considerando os padrões dos índices de referencia estabelecidos.

Eficácia: Número de partidas inspeccionadas como percentual da meta física programada.

Índice inicial de referência (2009) = 2

Esperado em 2010 = -2 considerando a diminuição na demanda por exame de cargas devido à crise mundial

Padrão de desempenho	Bom	Acima de 2	Regular	De 0 a 2	Ruim	Abaixo de 0
----------------------	-----	------------	---------	----------	------	-------------

Cálculo da Variação Absoluta:

$$VA2010 = QR2010 - QP2009 = 37.337 - 36.102 = 1.235$$

Cálculo da Variação Relativa:

$$VR2010 = [(QR2010 : QP2010).100] - 100 = [(37.119 : 41070,7).100] - 100 = 9,63 \%$$

A eficácia é considerada como boa, considerando os índices de referencia do padrão de desempenho utilizados como referência.

Eficiência: Índice de produtividade da área animal.

Índice inicial de referência (2009) = 0,02

Esperado em 2010 = 0,02

Padrão de desempenho	Bom	Acima de 0,5	Regular	de 0,05 a 0,5	Ruim	Abaixo de 0,05
----------------------	-----	--------------	---------	---------------	------	----------------

Cálculo do IPA = $\sum$ de partidas inspeccionadas / $\sum$ de FFA / $\sum$ horas trabalhadas

$$IPA2010 = 37119 : 35 : 47600 = 0,022$$

IPA= 0,02 (ruim)

Considerando os índices de padrão de desempenho referenciados pode-se considerar a eficiência obtida 0,022 ruim.

Efetividade: Resultado do trabalho da vigilância agropecuária internacional:
Índice inicial de referência (2008) = 100

Esperado em 2009 = 100 considerando o aumento das exigências legais para exportação e importação

Padrão de desempenho	Bom	Acima de 100	Regular	de 50 a 100	Ruim	Abaixo de 50
-----------------------------	------------	---------------------	----------------	--------------------	-------------	---------------------

Cálculo da Variação:

$$VA2010 = POZ2010 - POZ2009 = 5,4 - 3,38 = 2,2$$

$$VR2010 = (POZ 2010: POZ 2009) 100 = (5,4 : 3,38)*100 = 159,8$$

A efetividade obtida (159,8) pode ser considerada boa, levando-se em conta os padrões de desempenho estabelecido como referencia.

Resumo da avaliação da vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos:

Atributo	Indicador			
Produto	Economicidade	Eficácia	Eficiência	Efetividade
Partida Inspeccionada	236,26	9,63 %	0,02	159,8

Análise:

A execução desta ação é realizada através dos VIGIAGRO, que é o braço do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento encarregado da fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais, seus produtos e subprodutos e insumos agropecuários nas fronteiras do território brasileiro.

O VIGIAGRO tem como missão o exercício da vigilância em portos, aeroportos e postos de fronteiras impedindo a entrada e disseminação de doenças e pragas de origem animal e vegetal oriundas de outros países, que representem ameaça à agropecuária nacional. Também é sua missão certificar a sanidade dos produtos exportados, de acordo com a legislação internacional garantindo assim, a sanidade e a qualidade dos produtos e insumos agropecuários, assegurando um perfeito sistema de controle no trânsito internacional destes produtos, salvaguardando os interesses nacionais e o crescimento da economia brasileira, tendo suas competências definidas na Portaria nº 428 de 09 de junho de 2010.

O processo de vigilância agropecuária internacional é executado para garantir a eficácia, a eficiência e a efetividade da ação fiscal, visando o impedimento à entrada e disseminação e o estabelecimento no País, de pragas e enfermidades, assegurando a sanidade dos vegetais e a inocuidade dos alimentos, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e a saúde pública, como também, garantir a sanidade e a qualidade dos produtos nacionais e sua exportação, por meio da fiscalização do trânsito internacional de vegetais, produtos e subprodutos, derivados, insumos agropecuários e materiais para pesquisa científica.

A implementação e a coordenação das ações do programa, estão sob responsabilidade técnica e executiva do VIGIAGRO MAPA, em Brasília, através de um Comitê Central, que está diretamente subordinado ao Gabinete do Secretário de Defesa Agropecuária. No RS o **VIGIAGRO** está subordinado ao DDA/SFA-RS e opera em 12 unidades (1 no porto,



aeroporto internacional, 10 postos de fronteira) e 2 aduanas especiais, SVA – Serviço de Vigilância Sanitária.

Como pontos críticos nas unidades de VIGIAGRO, temos o déficit de número de servidores, a falta de melhoria na infra – estrutura para um melhor desempenho das funções, manutenção de equipamentos e instalações.

Ação:	8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL2.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Estabelecimento Inspecionado.
Especificação do produto:	-
Finalidade:	Garantir a segurança higiênica e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos.
Descrição:	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Detalhamento:	A execução desta Ação será realizada pelas unidades executoras nos estados, Distrito Federal e demais entidades envolvidas, sob coordenação do Órgão Central do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio de transferência de recursos, para efetuarem a inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, verificando o cumprimento das normas e dos regulamentos técnicos vigentes.
Unidade Responsável:	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.
Coordenador da Ação Nacional:	Pedro Henrique Salgado Bueno.
Unidade Executora:	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – SIPOA/DDA/SFA-RS.
Estratégia da Ação:	Temos como justificativas para ação: Proteção ao consumidor – Garantir a segurança e qualidade de bebidas e vinagres consumidos pela população. Proteção ao produtor rural – Garantir a demanda de produtos vegetais a partir do controle da fraude obrigando a utilização das matérias-primas exigidas pela legislação. Proteção ao setor industrial – Evitar a concorrência desleal entre as indústrias a partir do controle da fraude.
Dispositivos Legais:	Lei 10.970 de 12/11/2004, regulamentada pelo Decreto 99.066 de 06/03/1990 Lei 8.918 de 14/07/1994, regulamentada pelo Decreto 6.871 de 04/07/2009 Portaria 428 de 09/06/2010 Atribuição regimental do SIPOV, conforme Portaria 428/2010 Art. 19 Ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal compete: I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de: a) fiscalização e supervisão técnica da classificação de matérias-primas, produtos e subprodutos e derivados de origem vegetal;

b) inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas e vinagres, inclusive os estabelecimentos cadastrados como importadores de vinhos estrangeiros e derivados da uva e do vinho para o mercado nacional;

c) controle higiênico-sanitário dos produtos vegetais oriundos da produção interna, da importação e destinados à exportação;

d) coleta de amostras de monitoramento e investigação de violações referentes ao controle de resíduos e contaminantes; e

e) apoio para o controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes;

II - orientar, acompanhar e auditar:

a) atividades de inspeção e fiscalização de vinhos, de derivados da uva e do vinho, bebidas, vinagres e de classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico, de competência estadual outorgada pela legislação específica; e

b) acordos e convênios firmados com os governos estaduais e municipais, quanto à execução da inspeção de produtos e derivados de origem vegetal e da classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico;

III - emitir pareceres e proceder aos registros de:

a) vinhos, bebidas, vinagres e fermentados acéticos;

b) produtos, subprodutos, matérias-primas, derivados e resíduos de valor econômico de origem vegetal;

c) estabelecimentos industriais, manipuladores, fracionadores, embaladores, processadores, importadores e exportadores de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de origem vegetal; e

d) pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, envolvidas na classificação vegetal;

IV - colher amostras de derivados da uva e do vinho, bebidas, vinagres e de produtos vegetais, subprodutos, derivados, matérias-primas, resíduos e materiais de valor econômico de origem vegetal para fins de análise fiscal e de controle de resíduos e contaminantes;

V - estudar e propor alterações de padrões e especificações de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico;

VI - opinar, emitindo pareceres, sobre pedidos de credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, para execução de atividades da classificação de produtos de origem vegetal;

VII - subsidiar levantamento de necessidades e desenvolver programações de treinamento e formação de classificadores de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico;

VIII - acompanhar, orientar e auditar as entidades certificadoras de produtos de origem vegetal credenciadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

IX - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais;

X - acompanhar, orientar e realizar supervisões e auditorias técnico-fiscais e operacionais das atividades de inspeção de produtos de origem vegetal desempenhadas junto aos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas e vinagres, bem como embalam,

processam, industrializam, importam, exportam ou classificam produtos, matérias-primas, derivados e subprodutos de origem vegetal;

XI - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relativas às atividades de inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal;

XII - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades da inspeção sanitária de produtos de origem vegetal desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência;

XIII - elaborar plano operativo anual das ações de inspeção de produtos de origem vegetal, conforme orientação técnica do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, da SDA/ MAPA;

XIV - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de atividades de competência;

XV - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às respectivas competências; e

XVI - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

- Disponibilidade de pessoal técnico (na sede):

FFA	% do tempo
José Werlang*	50
Leandro Kroth	75
André Almeida**	100

* O FFA responde também pela chefia do SIPOV

** O FFA André Almeida foi admitido no SIPOV em outubro/2010

- Disponibilidade de pessoal técnico (nas unidades do interior do estado):

UTRA	FFA	% tempo
Passo Fundo	Maria Inês Canfield	50
Santa Maria	José Brites	50
Santa Maria	José Simon	75
Santa Maria	Marcelo Ceretta	25

Estabelecimentos Registrados no RS

Unidades SFA-RS	Registros de Importadores	Registros de Indústrias	% Indústrias	Total de Estabelecimentos	% total
Caxias do Sul	22	736	70,70	758	64,73
POA	74	104	9,98	177	15,12
Passo Fundo	3	64	6,14	67	5,72
Ijuí	4	41	3,93	45	3,84
Lajeado	2	39	3,74	41	3,50
S. Maria	4	24	2,30	28	2,39
Outros	20	34	3,21	55	4,70
Totais	129	1.042	100	1.171	100

Metas Físicas

Produto: estabelecimento inspecionado, conforme PPA 2008-2011				
Especificação	Programado	Executado	Universo	% do universo atingido
Unidade	104	20	1042	1,92

Unidade = Inspeção de Indústria utilizando lista completa de verificação conforme definido pelo Ofício Circular 01/CGVB/DIPOV/SDA de 18/01/2010



Outras atividades desenvolvidas

Especificação	Realizado
Estabelecimento fiscalizado	132
Estabelecimento vistoriado (registro)	147
Produto fiscalizado	46
Liberação de produto importado	608
Certificação de produto exportado	554
Registro de estabelecimento	48
Outras tramitações de processos de registro de estabelecimento	289
Registro de produto	1.115
Outras tramitações de processos de registro de produtos	3.150
Intimação	29
Auto de Infração	269
Termo de liberação	10
Termo de inutilização	10
Relatório de 1ª instância	310
Julgamento de 1ª instância	111
Advertência aplicada	25
Multa aplicada	52
Valor das multas aplicadas (R\$ x 1000)	167,8
Valor da multas recolhidas (R\$ x 1000)	103,27
Encaminhamento à Dívida Ativa da União	57
Encaminhamento ao MP	8
Encaminhamento ao conselho do técnico responsável	5

Indicadores:

Metas e resultados da ação no exercício:

ATRIBUTO	INDICADOR			
Produto	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Inspeção de Indústria Utilizando lista completa de verificação conforme definido pelo Ofício Circular 01/CGVB/DIPOV/S DA de 18/01/2010		Custo Unitário Realizado R\$ 2.853,33		
	Variação Absoluta - 69.773,26	Custo Unitário Programado R\$ 805,71	Variação absoluta - 84	Variação absoluta - 1.022
	Variação Relativa - 55,03%	Variação Absoluta R\$ 2.047,62	Variação relativa 80,77	Variação relativa 1.92%
		Variação Relativa 254,14%		

Memória de Cálculo

Meta Física PPA = Inspeção de indústrias utilizando lista completa de verificação, conforme definido pelo Ofício Circular 01/CGVB/DIPOV/SDA de 19/01/2010.

Inspeções programadas 2010 = IP2010 = 104

Inspeções realizadas 2010 = IR2010 = 20

Total de indústria a serem inspecionadas no RS = 1.042

Custo realizado 2009 = CR2009 = 126.896,54

Custo realizado 2010 = CR2010 = 57.066,59

Custo programado 2010 = CP2010 = 83.793,92

ECONOMICIDADE

Custo da fiscalização em relação ao ano anterior

Variação Absoluta = CR2010 – CR2009 = 57.066,59 – 126.893,94 = - 69.773,26

Variação Relativa = $(CR2010 / CR2009 \times 100) - 100 = (57.066,59 / 126.893,54 \times 100) - 100 = - 55,03$

EFICIÊNCIA

Custo unitário da fiscalização em relação à estimativa inicial

Custo Unitário Realizado = CUR2010 = CR2010 / IR2010 = 57.066,59 / 20 = 2.853,33

Custo Unitário Programado = CUP2010 = CP2010 / IP2010 = 83.793,92 / 104 = 805,71

Variação Absoluta = CUR2010 – CUP2010 = 2.853,33 – 805,71 = 2.047,62

Variação Relativa = $(CUR2010 / CUP2010 \times 100) - 100 = (2.853,33 / 805,71 \times 100) - 100 = 254,14$

EFICÁCIA

Número de fiscalizações realizadas como percentual da meta física

Variação Absoluta = IR2010 – IP2010 = 20 – 104 = -84

Variação Relativa = $(IR2010 / IP2010 \times 100) - 100 = (20 / 104 \times 100) - 100 = -80,77$

EFETIVIDADE

Percentual de fiscalização realizada em relação ao universo

Variação Absoluta = IR2010 - total de indústrias = 20 – 1.042 = 1.022

Variação Relativa = $IR2010 / \text{total de indústrias} \times 100 = 20 / 1.042 \times 100 = 1,92$.

Análise:

1) Comentários:

A) Economicidade - a diferença entre o CUSTO REALIZADO-2009 e o CUSTO REALIZADO-2010 deve-se ao fato de que em 2009 foram pagas diárias para o pessoal da Divisão de Enologia da Secretaria da Agricultura, o que não se repetiu em 2010.

B) Eficiência - Custo Unitário-2010 - o projeto IPVEGETAL tem previsto, no PPA, apenas um produto: ESTABELECIMENTO INSPECIONADO. A partir do Ofício Circular 01/2010 da CGVB somente pode ser contabilizado como estabelecimento inspecionado aquele que foi submetido a inspeção segundo lista de verificação oficializada na Portaria Nº 272, publicada no Boletim de Pessoal extraordinário Nº 32 de 11/06/2010.

Este produto constitui-se, efetivamente, no principal objetivo da fiscalização que, no entanto, desenvolve **obrigatoriamente** uma série de outras atividades na área de bebidas e vinagres, conforme descritas no item 1.2.4, competência regimental do SIPOV e na Tabela 07.

Desta forma, considerando-se apenas o número de inspeções, meta PPA, realizadas (= 20) se chega ao valor absurdo de Custo Unitário Realizado = R\$ 2.853,33. No entanto, no mesmo período ocorreram outras 279 ações externas da fiscalização em estabelecimentos o que daria um Custo Unitário Realizado = R\$ 193,29. Todas estas ações são consequência **obrigatória** das responsabilidades do serviço como: vistorias de estabelecimentos com finalidade de registro, atendimento a denúncias, colheita de amostras, liberação de importações, liberação de produtos apreendidos, verificação de atendimento de intimações, etc., ou seja, a mEte prevista no PPA não exprime a atividade desenvolvida pelo serviço.

C) Eficácia - observa-se, de imediato, que na região da Serra Gaúcha, onde se concentra cerca de 70% da indústria de bebidas, não existe FFA dedicado a este setor, Tabela 05. O SIPOV conta com a colaboração importante de um FFA cuja prioridade é o atendimento a outras atividades. Ou seja, a localização de fiscais para a execução de fiscalização na área de bebidas não coincide com geograficamente com as áreas de maior número de indústrias a serem fiscalizadas.

O quadro de FFA lotados no interior com responsabilidade de atender a área de bebidas conforme a distribuição definida pela Divisão de Defesa Agropecuária/SFA-RS. Aparentemente existiria o equivalente a dois fiscais em tempo integral dedicados à área de bebidas. No entanto este número ideal fica longe de ser atingido. O motivo disto é que necessitamos, para a execução das atividades de fiscalização, de uma equipe mínima de 2 FFA, conforme a Port. 272 citada acima, e isto muitas vezes não ocorre pois as programações dos fiscais citados na Tabela 4 nem sempre são coincidentes.

D) Efetividade - o índice de 1,92% correspondente ao percentual do universo de 1.042 indústrias em que ocorreram inspeções completas, com lista de verificação. Este índice é preocupante considerando que quase a totalidade das indústrias de bebidas não foi submetida a este procedimento em 2010.

Também deve ser esclarecido que o número de 1.042 indústrias refere-se apenas àquelas registradas no MAPA. No entanto, existem milhares de estabelecimentos clandestinos de produção de bebidas, principalmente de cachaça, vinho, licores e sucos produzidos sem orientação de responsável técnico e, muitas vezes, em condições higiênico/sanitárias precárias que o serviço não tem a mínima condição de atingir.

2) Laboratório e métodos de análises - além da atividade de fiscalização e inspeção nas indústrias que produzem bebidas e vinagres a análise laboratorial destes produtos tem importância fundamental. Para tanto devemos dispor de laboratórios equipados e de metodologias de análises oficiais que possam realizar as análises que a fiscalização necessita em termos de identificação de fraudes, de resíduos e contaminantes e de produtos proibidos que tenham sido utilizados. O problema é que as análises que nos são oferecidas pela rede oficial de laboratórios do MAPA não atende esta necessidade. É necessário um contínuo trabalho de desenvolvimento e oficialização de metodologias em função da grande dinâmica do setor privado.

3) Deficiência de fiscais – a deficiência de fiscais na área de Inspeção Vegetal é crítica e crônica. Há anos que a situação se agrava sem que haja perspectiva de alteração do quadro.

Um dos problemas é a má distribuição dos FFA existente entre os estados, no próprio RS e entre os diversos serviços técnicos.



Aparentemente, existe a priorização de algumas atividades em detrimento de outras como se houvessem leis que devem cumpridas e outras que podem ser cumpridas de acordo com a possibilidade e como se a garantia à população de produtos seguros e genuínos não fosse importante.

O quadro de FFA existente no SIPOV é insuficiente para o atendimento às atividades básicas inerentes ao serviço.

4) **Burocracia e deficiência de sistemas informatizados** - deve ser salientado o excesso de burocracia inerente às diversas atividades do SIPOV, especialmente o registro de bebidas, e a extrema necessidade de informatização destas atividades, sem também haver sinal de que isto esteja ocorrendo, agravando a deficiência crônica de FFA.

5) **Conclusão** - a finalidade da AÇÃO 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal, que integra o Programa 356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas é:

Garantir a segurança higiênico sanitária dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.

Desta forma:

1. A meta física não foi atingida, ver item 1.D, pois não expressa a atividade do serviço, ver item 1.B.
2. A finalidade da AÇÃO 8939 não foi atendida, como não tem sido há vários anos em função de:
 - a. Deficiência de fiscais, ver itens 1.C e 3.
 - b. Deficiência de metodologias de análises oficiais para detecção de fraudes e de laboratórios de análises que as executem.
 - c. Deficiência de sistemas informatizados, ver item 4.

Ação:	4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais - PADCLASSIF.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Produto Fiscalizado.
Especificação do produto:	-
Finalidade:	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição:	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Detalhamento:	Pesquisas pelos Laboratórios da Rede Vegetal e definição dos padrões mediante elaboração de normas; credenciamento e inspeção de empresas classificadoras de produtos vegetais; e classificação de produtos em unidades onde a atividade não está terceirizada.
Unidade Responsável:	
Coordenador da Ação Nacional:	Fernando Guido Penariol.
Unidade Executora:	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – SIPOV/DDA/SFA-RS.
Estratégia da Ação:	De acordo com o Art. 2º da Lei 9.972 de 2000, a classificação dos produtos de origem vegetal, na importação, no mercado interno, bem como na compra do poder público, fica sujeita à organização normativa, à supervisão técnica, à fiscalização e ao controle do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.
	As principais atividades desenvolvidas foram:
	- Credenciamento e supervisão técnica de empresa para a classificação de produtos vegetais; - Inspeção de curso oficial de habilitação de classificador; - Participação como instrutores da legislação em curso oficial de habilitação de classificador; - Supervisão técnica de produto: - o Produtos importados pela fronteira do RS; - o Produtos mercado interno: com fiscalização nas embaladoras e no comércio (supermercados, atacados e centro de comercialização).

As atividades de supervisão técnica da qualidade dos produtos vegetais na importação e no mercado interno (embaladoras e no comércio) têm por objetivo verificar a conformidade do mesmo com padrão estabelecido pelo MAPA.

Outras metas físicas executadas além das relacionadas no quadro A.2.2.

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	EXECUTADO
Fiscalização de estabelecimentos	100	52
Fiscalização dos Serviços das Credenciadas	25	14
Cadastramento de empresas – SICASQ	--	--
Coleta de Amostras de Produtos Vegetais, Subprodutos e Resíduos de Valor Econômico	246	167
Reunião técnica fiscalização	01	01

Controle de Resíduos e Contaminantes - cabe ressaltar que as ações relativas à ação 4723 – Controle de Resíduos e Contaminantes em produtos de origem vegetal foram realizadas pela fiscalização do SIPOV/DDA, utilizando-se dos recursos descentralizados pela CGQV/DIPOV/SDA/MAPA através do PI PADCLASSIF, nos elementos de despesas 3090.14 e 3090.30. Meta programada e executada na ação de controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal (coleta de amostras, vide quadro A.2.2).

Indicadores:

Comentários - para o cálculo da meta PRODUTO FISCALIZADO, utiliza-se do volume de produtos fiscalizados no mercado interno e do volume fiscalizado de produto vegetal que é importado pela fronteira do Rio Grande do Sul e que tem Padrão Oficial de Classificação estabelecido pelo MAPA. Ocorre que na área da qualidade vegetal não existe registro de produto e estabelecimento. Desta forma não há um banco de dados com a informação da produção nacional, assim como não há possibilidade de prever o volume de produto vegetal que será importado.

ATRIBUTO	INDICADOR			
	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Descrição	Custo da fiscalização de 2010 em relação ao ano anterior	Custo unitário da fiscalização de produto em relação a estimativa inicial	Fiscalizações de produto realizadas como um percentual da meta física programada	Percentual de fiscalização realizada em relação ao universo de estabelecimentos
Unidade de Medida	R\$	R\$/fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Fonte	SFA	SFA	SFA	SFA

ATRIBUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Fórmula de Cálculo	Varição absoluta (VA) do custo realizado de 2009 para 2010 $CR_{2010} - CR_{2009} = 95.331,07 - 76.007,96 = \mathbf{19.323,11}$ Varição percentual do custo realizado de 2009 para 2010 $[(95.331,07 : 76.007,96) - 1] \times 100 = \mathbf{25,42\%}$	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2010: $CUR = 95.331,07 : 1.324.089,59 = \mathbf{0,072}$ $CUP = 109.532,90 : 1.278.991,73 = \mathbf{0,085}$ Varição % entre o custo unitário realizado e programado em 2010. $[(0,072 : 0,085) - 1] \times 100 = \mathbf{-14,28\%}$	Relação percentual entre o produto fiscalizado realizado e produto fiscalizado programado $(1.324.089,59 : 1.278.991,73) \times 100 = \mathbf{103,52\%}$	Relação percentual entre o produto fiscalizado e o volume de produto sujeito a fiscalização. VER COMENTÁRIO ABAIXO

Eficiência: O custo unitário realizado diminuiu em 2010, com a fiscalização de produtos principalmente nas empresas embaladoras, resultando na ampliação do volume de produto fiscalizado, bem como do aumento da importação de produto vegetal sujeito a fiscalização.

Eficácia: Devemos considerar aqui, o fato de que a classificação dos produtos importados está embutida nos cálculos e que a variação, e neste caso a diminuição, do volume de produtos vegetais padronizados importados, interfere no resultado do custo unitário realizado, pois a programação é baseada no realizado no ano anterior.

Análise:

A) Cumprimento das Metas Físicas e o impacto dos resultados alcançados na consecução dos objetivos de médio e longo prazo - as ações estabelecidas visam a disponibilização ao consumidor, de produtos de origem vegetal em acordo com padrão oficial de classificação estabelecidos pelo MAPA, na produção nacional e dos produtos importados pelo Rio Grande do Sul. Regulando o mercado no que diz respeito a qualidade de produtos. Na exportação, as ações desenvolvidas para o produto soja, são reconhecidas e aceitas internacionalmente, gerando em nosso país significativos impactos sócio-econômicos com o aumento de divisas, geração de empregos e conseqüente inclusão social.

B) Evidenciar se as ações apresentaram problemas na sua execução, especificando os problemas ocorridos, por exemplo: dotação insuficiente, contingenciamento, liberação de recursos fora de prazos, etc. - não ocorreram nenhum dos problemas acima descritos no ano de 2010, dentro do que tínhamos planejado. Os gargalos enfrentados pelo Serviço são exclusivamente por falta de pessoal técnico.

C) Evidenciar e justificar as ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas - evidencia-se um aumento de 3.52% entre a fiscalização de produto em relação ao programado. Este pequeno aumento ocorreu em virtude do aumento da importação de produtos padronizados em 2010 em 3,5% e nos produtos fiscalizados no mercado interno em 180%. Neste último item, o expressivo aumento se deve a mudança de metodologia empregada para fiscalização de arroz nas empresas embaladoras, com o uso do equipamento denominado de analisador estatístico – S21.

D) Avaliar a execução das ações examinando as diferenças positivas e negativas porventura observadas entre a execução realizada e a prevista - focando no objetivo de evitar a disponibilização para o mercado de produto não adequado aos padrões brasileiros, a fiscalização testou a utilização de equipamentos que melhorassem a eficiência da fiscalização. E no caso do arroz, o uso do equipamento auxiliar possibilitou a triagem de amostras e a conseqüente suspensão da comercialização de produtos em desconformidade. A significativa diferença a menor, entre o número de estabelecimentos fiscalizados, empresa credenciada fiscalizada e amostras coletadas, em relação ao programado, se deve principalmente a falta de pessoal técnico, na coordenação do serviço na Unidade Central de Execução Finalística que é o SIPOV/DDA/SFA/RS, como para a execução das ações nas Unidades Descentralizadas de Execução Finalísticas, que são as UTRAS/SFA/RS.

Com relação aos trabalhos de coleta de amostras para o *Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes* – PNCRC-Vegetal, a diferença a menor entre o programado e o executado se deve em razão de que a definição das empresas e do número de amostras a serem coletadas é realizada pela CCRC/SDA/Brasília (programação), e na ocasião da amostragem (execução) as empresas não possuem mais em estoque o material a ser amostrado. Tal situação é verificada nos meses de dezembro e janeiro, pois a maioria das empresas zera seus estoques em dezembro, e a safra da maçã inicia somente no início do mês de fevereiro. Desta forma existe o programado, mas que não é possível de ser executado

O projeto PADCLASSIF está previsto no PPA apenas uma meta: PRODUTO FISCALIZADO. Este produto constitui-se, efetivamente, no principal objetivo da fiscalização, mas que, no entanto, desenvolve uma série de outras atividades na área da Qualidade Vegetal, conforme demonstrado na tabela 04. Desta forma, os indicadores calculados acima apresentam resultados parciais do tempo e recurso gastos para se atingir a meta.

Ressaltamos novamente que a situação do serviço vem se agravando a partir publicação da Portaria 300 de 2005, com a junção dos SERVIÇO DE INSPEÇÃO VEGETAL e SERVIÇO DE INSPEÇÃO ANIMAL no atual SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS criando uma estrutura de difícil gerenciamento, ampliação da área de atuação com a incorporação da qualidade vegetal e do monitoramento de resíduos vegetais e a diminuição considerável do quadro de pessoal.



Apesar da publicação da Portaria 428 de 2010, que substitui a Portaria 300 e altera novamente a estrutura das SFAs, a situação da falta de pessoal técnico compromete os serviços de fiscalização, a ponto de realizarmos somente a manutenção mínima da fiscalização.

A respeito deste assunto, em setembro/2008 foi redigido um documento descrevendo a situação da Inspeção Vegetal no Rio Grande do Sul. Este documento faz parte do processo 21042.6162/2008-09 e também foi encaminhado à Ouvidoria do Ministério da Agricultura, login 26346.

Ação:	4723 – Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal - RESÍDUOS.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Análise realizada.
Especificação do produto:	Quantidade de produtos de origem vegetal fiscalizados, com níveis de contaminantes químicos e biológicos em conformidade com os limites estabelecidos pela legislação nacional e internacional vigentes.
Finalidade:	Contribuir para as garantias de certificação dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal em conformidade com os limites máximos de contaminantes químicos e biológicos, estabelecidos pela legislação nacional e internacional relativa à inocuidade dos alimentos.
Descrição:	Monitoramento, fiscalização e controle dos produtos importados, exportados e de consumo interno por meio de coletas de amostras desde o produtor até o consumidor final com análises laboratoriais; e rastreamento dos produtos impróprios para o consumo, possibilitando a identificação dos infratores para possível orientação ou punição.
Detalhamento:	A ação também poderá ser executada por meio de convênios com estados e municípios.
Unidade	
Responsável:	Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins.
Coordenador da	
Ação Nacional:	Leandro Diamantino Feijó.
Unidade Executora:	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – SIPOA/DDA/SFA-RS.
Estratégia da Ação:	Vide ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – PADCLASSIF.

Ação:	4716 – Operações dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas - MANUTSFAS
Tipo:	Atividade.
Produto:	Superintendência mantida
Especificação do produto:	-
Finalidade:	Constituir um centro de custos administrativos das Superintendências Federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados e Distrito Federal, integrantes do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição:	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmos não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticas.
Detalhamento:	Pagamento das despesas administrativas das Superintendências Federais de Agricultura no âmbito de cada estado da Federação e do Distrito Federal.
Unidade Responsável:	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.
Coordenador da Ação Nacional:	José Rogério Lara
Unidade Executora:	Divisão de Apoio Administrativo – DAD/SFA-RS
Estratégia da Ação:	Manutenção e apoio a execução das ações desenvolvidas na SFA-RS.
Indicadores:	Utilizamos como indicador para aferição da ação o indicador de desempenho estratégico “Nº de Contas Certificadas Regulares sem Ressalva pela CGU”. Foram tomadas por base a análise dos exercícios 2007 e 2008 os quais já tiveram o Processo de Tomada de Contas Certificadas pela CGC/TCU, em que a SFA-RS apresentou 09 impropriedades no exercício 2007, reduzindo para 07 impropriedades no exercício 2008, representando um decréscimo de 22%.
Análise:	A ação de Operação de Serviços Administrativos – MANUTSFAS, recebeu no exercício R\$3.810.244,52 sendo R\$3.644.475,62 para custeio e R\$165.768,90 para investimentos, recursos estes que ficaram abaixo do programado em 14%, programação esta mínima necessária para cobrir os custos de manutenção da SFA-RS. O contingenciamento dos recursos disponibilizadas para ação que vem ocorrendo nos exercícios impactaram diretamente na manutenção e conservação das 21 (vinte e uma) unidades, além do corte de outros serviços necessários ao suporte das demais ações desenvolvidas no Estado, de responsabilidade da SFA.

Gráfico 1: Recursos Executados

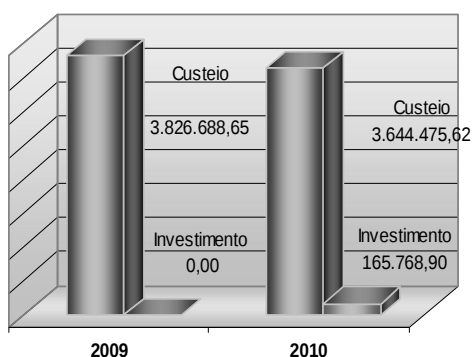
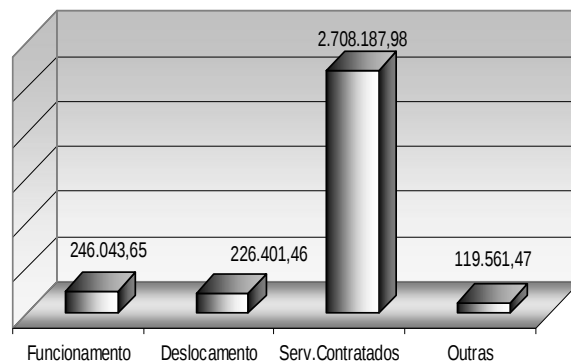


Gráfico 2: Modalidades de Despesas



Fonte: SIAFI

Além dos recursos recebidos para fazer frente às ações dos programas de governo executados pela SFA-RS e relacionadas na folha de nº 30 à folha de nº 168, foram disponibilizados ainda recursos nos “Planos Internos” ERPCEVEGETAL, montante de R\$1.1.699.486,00 para aquisição de material permanente e imobilizado; ERPCEANIMAL montante de R\$1.559.182,82 para reestruturação da rede lógica e elétrica e compra de equipamentos de informática; R\$100.000,00 de Emendas Parlamentares aplicados em apoio a Feiras, Exposições e Eventos ligados ao agronegócio no Estado do Rio Grande do Sul; INATPENS1 montante de R\$120.934,55 destinados ao pagamento de auxílio funeral servidores inativos; ATIVOS no montante de R\$9.566,01 para pagamento auxílio funeral servidores ativos; CAPACITA1 no montante de R\$14.281,77 recursos destinados a capacitação dos servidores, projeto de educação continuada, com uma carga horária de 1.837 horas.

2.4.2. – Execução Orçamentária da Despesa.

2.4.2.1.- Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.

Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS.

2.4.2.2.- Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.

2.4.2.2.1.- Despesas por Modalidade de Contratação.

QUADRO A.2.11

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	4.754.996	5.092.173	4.304.186	3.878.346
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	248.505	213.309	225.903	213.309
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	4.506.491	4.878.864	4.078.283	3.665.037
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	1.181.883	825.700	846.277	609.254
Dispensa	608.713	417.005	598.519	384.216
Inexigibilidade	573.170	408.695	247.758	225.038
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	1.429.470	1.674.784	1.428.619	1.674.784
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	1.429.470	1.674.784	1.428.619	1.674.784
Outras	593.270	594.164	592.976	543.949

Fonte: SIAFI-GERENCIAL

Nota: Foram excluídos dos saldos os valores relativos à Superintendência Federal no RS pertencente ao Ministério da Pesca e Aquicultura e Laboratório Nacional Agropecuário em Porto Alegre/LANAGRO-RS, tendo em vista que os recursos somente transitaram por esta UJ.

2.4.2.2.2.- Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.

QUADRO A.2.12

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009 ¹	2010 ²	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	1.495.902	1.805.285	1.495.902	1.805.285	-	-	1.495.051	1.805.285
Diárias	1.429.470	1.674.784	1.429.470	1.674.784	-	-	1.428.619	1.674.784
Auxilia Funeral Ativo Civil	4.639	9.566	4.639	9.566	-	-	4.639	9.566
Auxilia Funeral Inativo Civil	61.793	120.935	61.793	120.935	-	-	61.793	120.935
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	6.533.970	6.904.236	5.926.076	6.061.998	607.894	842.239	5.139.366	4.899.158
Material Consumo	498.606	563.994	426.767	463.841	71.839	100.153	369.792	423.445
Passagens e Locomoção	442.356	494.273	390.914	480.053	51.442	14.220	390.914	404.782
Outros Serv.Terc. P.Física	494.457	213.107	489.059	212.213	5.398	894	486.708	207.713
Locação de mão de obra	1.851.366	2.050.668	1.847.803	1.896.846	3.563	153.822	1.844.612	1.779.860
Outros Serv. Terc. P. Jurídica	3.063.069	3.126.285	2.670.513	2.684.314	392.556	441.971	1.946.615	1.813.236
Obrigações Tribut. e Contrib.	4.636	8.311	4.636	8.311	-	-	4.636	4.898
Depósitos Judiciais	88.685	-	26.311	-	62.374	-	26.311	-
Despesas Exerc. Anteriores	18.660	109.922	18.030	70.947	630	38.975	18.030	70.947
Indenizações e Restituições	23.385	299.926	13.606	211.827	9.779	88.099	13.311	165.156
Outros Serviços Terceiros	48.750	37.750	38.437	33.646	10.313	4.104	38.437	29.121

Fonte: SIAFI-GERENCIAL

Nota: Foram excluídos dos saldos os valores relativos à Superintendência Federal no RS pertencente ao Ministério da Pesca e Aquicultura e Laboratório Nacional Agropecuário em Porto Alegre/LANAGRO-RS, tendo em vista que os recursos somente transitaram por esta UJ.

1- Restos a Pagar não Processados inscritos no exercício 2010 referente ao exercício 2009.

2- Restos a Pagar não Processados inscritos no exercício 2011 referente ao exercício 2010.

2.4.2.2.3.- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos.

QUADRO A.2.13

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009 ¹	2010 ²	2009	2010
4 – Investimentos	785.967	3.503.891	537.641	319.538	248.326	3.184.353	537.641	1.890
Equip. Mat. Permanente	785.967	3.503.891	537.641	319.538	248.326	3.184.353	537.641	1.890
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI-GERENCIAL

Nota: Foram excluídos dos saldos os valores relativos à Superintendência Federal do RS pertencente ao Ministério da Pesca e Aquicultura e do Laboratório Nacional Agropecuário em Porto Alegre/Lanagro-RS, tendo em vista que os recursos somente transitaram por esta UJ.

1- Restos a Pagar não Processados inscritos no exercício 2010 referente ao exercício 2009.

2- Restos a Pagar não Processados inscritos no exercício 2011 referente ao exercício 2010.

Análise

A solicitação dos recursos orçamentários, bem como, a execução financeira das ações é gerenciada pelos chefes de Serviços, de acordo com a área de atuação, desta forma a apresentação da análise das ações desenvolvidas no âmbito da SFA-RS estão demonstradas no item 2.4.1.4.

Abaixo seguem gráficos para melhor visualização da evolução dos recursos recebidos e das despesas realizadas.

Gráfico 1: Despesas por modalidade.

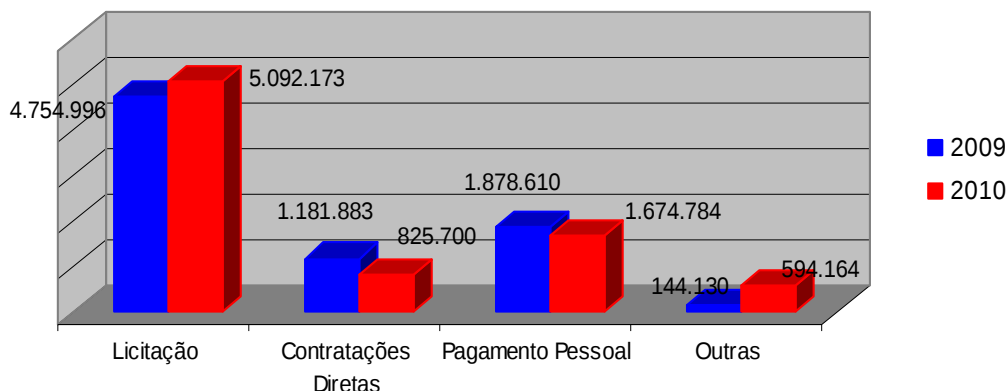


Gráfico 2: Despesas por grupo.

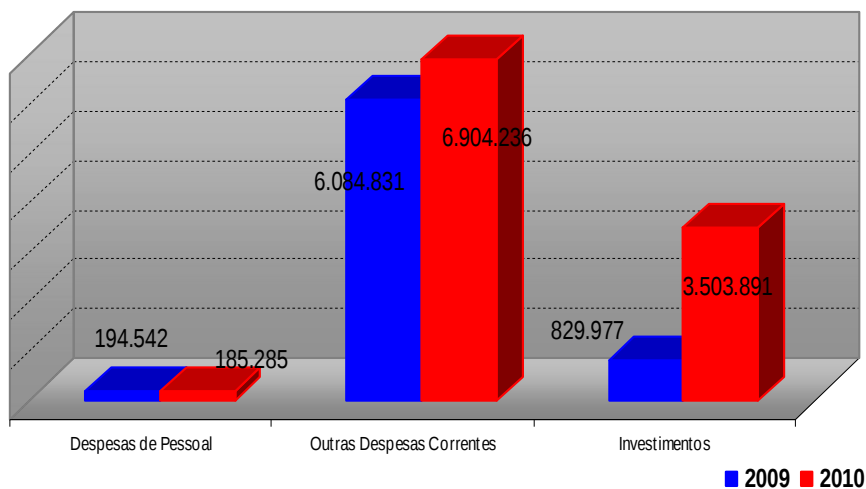
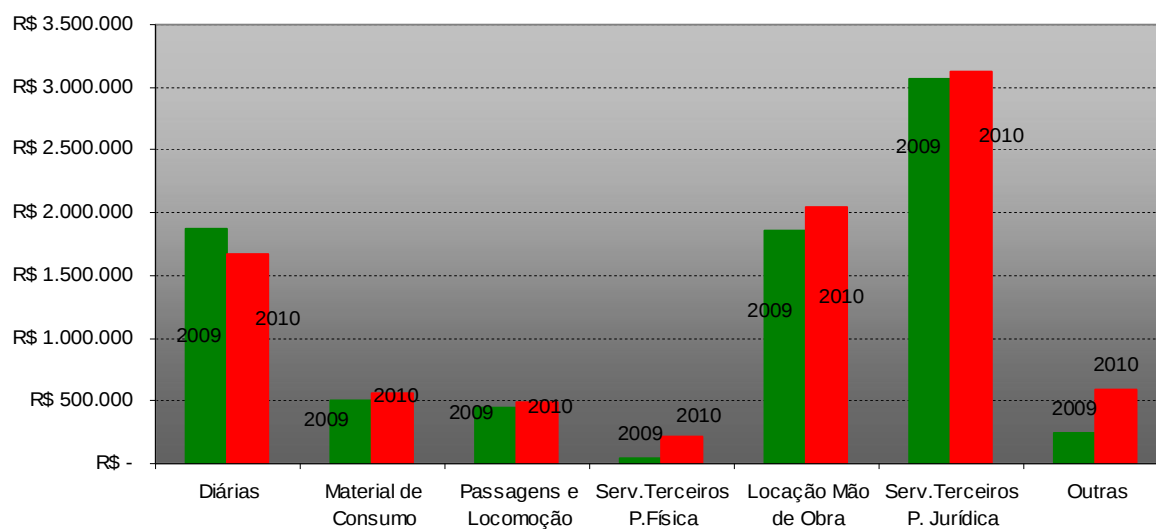
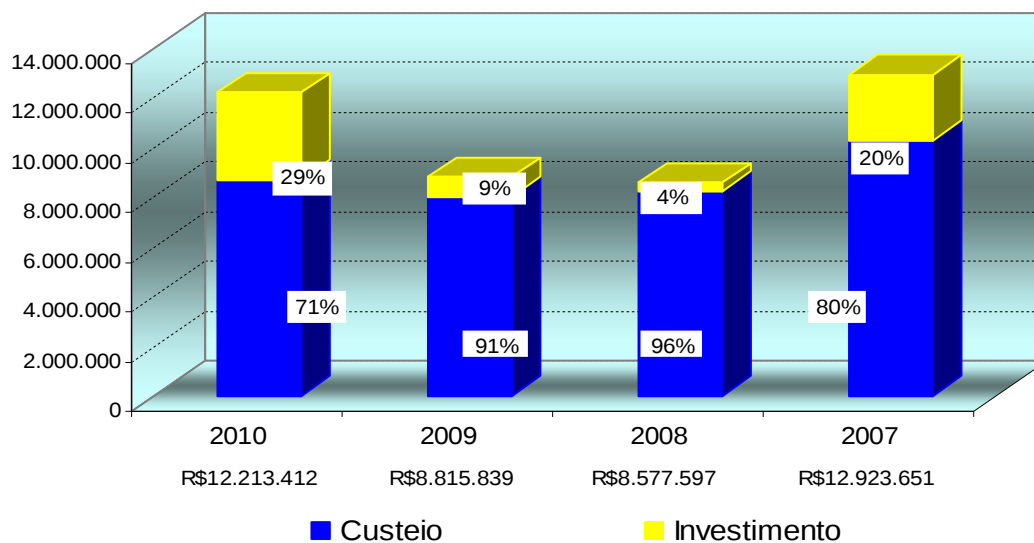


Gráfico 3: Evolução das Despesas Correntes.**Gráfico 4: Recursos recebidos**

2.4.3 Indicadores Institucionais.

As Superintendências Federais de Agricultura não possuem desenvolvidos indicadores institucionais, sendo utilizados para o relatório de gestão os indicadores das ações, conforme item 2.4.1.4.

3.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos
(Parte A. Item 3, do anexo II da DN TCU nº 107 de 27/10/2010)

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

3.2 Análise Crítica
(Parte A. Item 3, do anexo II da DN TCU nº 107 de 27/10/2010)

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

4.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (Parte A. Item 4, do anexo II da DN TCU nº 107 de 27/10/2010)

QUADRO A.4.1 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS
ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	1.491.319			
2009	896.912	-	896.912	-
2008	568.960	-	568.960	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	4.043.875			
2009	951.806	26.255	737.005	188.546
2008	2.383.800	221.624	2.125.560	36.616

Observações:
Estão considerados nos saldos de Restos a Pagar Processados e Não Processados os valores referente a empenhos da Superintendência Federal no RS do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Laboratório Nacional Agropecuário em Porto Alegre/LANAGRO-RS, tendo em vista que os recursos transitaram por esta UJ, sendo:

	Ministério da Pesca		Lanagro-RS	
	2009	2010	2009	2010
Restos a Pagar Processados Inscritos	10.026,76	944,08	99.324,44	2.182,35
Restos a Pagar Processados Pagos	10.026,76	944,08	99.324,44	2.182,35
Restos a Pagar não Processados Inscritos	17.900,29	14.342,62	77.685,56	2.940,93
Restos a Pagar não Processados Pagos	10.854,32		53.630,71	
Restos a Pagar não Processados a Pagar	7.045,97		24.054,85	

Fonte: SIAFI – SIAFI GERENCIAL

Gráfico 1: Restos a Pagar Processados.

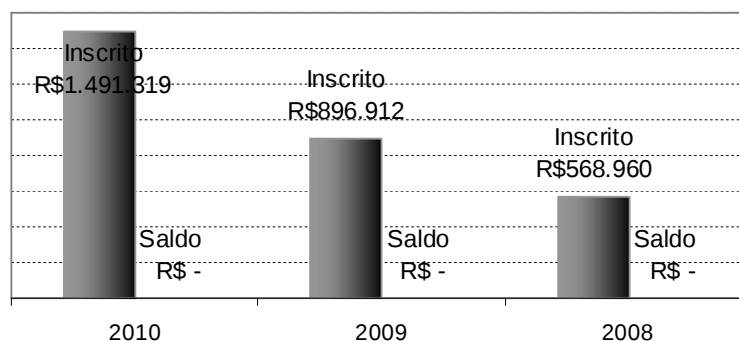
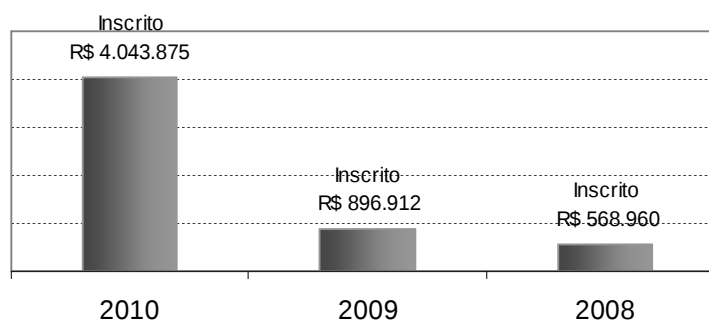


Gráfico 2: Restos a Pagar não processados.



4.2 Análise Crítica

(Parte A. Item 4, do anexo II da DN TCU nº 107 de 27/10/2010)

O saldo a pagar em 31/12/2010 no total de R\$225.162,19 foi totalmente cancelado no exercício 2011.

O montante de empenhos inscritos em restos a pagar não processados referente exercício 2010 é composto basicamente de empenhos para aquisições de equipamentos e material permanente valor de R\$3.184.353,41 realizadas no final do exercício 2010, com entrega dos bens e serviços no exercício de 2011 e o conseqüente pagamento.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos
(Parte A. Item 5, do anexo II da DN TCU nº 107 de 27/10/2010)

**QUADRO A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – SITUAÇÃO
APURADA EM 31/12/2010**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	742	704	2	0
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira	625	587	2	0
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	562	524	2	
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	1			
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.2.5 Servidores Anistiados - Ex-BNCC	62	24		
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	6	0	0	0
1.4.1 Cedidos	3			
1.4.2 Removidos				
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada	3			
2 Provimento de cargo em comissão	65	65	0	0
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	19	0	0	0
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	17			
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo	2			
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas	46	46	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	46			
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total	742	698	2	0

Fonte: SIAPE

QUADRO A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	31	67	98	416	612
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	31	67	97	414	612
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	1	2	-
2. Provimento de cargo em comissão	0	5	18	35	8
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	3	5	11	2
2.3. Funções gratificadas	-	2	13	24	6

Fonte: SIAPE

QUADRO A.5.3 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	1	5	253	197	256	452	31	19	10
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	1	5	253	197	256	449	31	19	10
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	3	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	2	3	24	37	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	4	17	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	2	3	20	20	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas
(Parte A. Item 5, do anexo II da DN TCU nº 107 de 27/10/2010)

**QUADRO A.5.4 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS –
SITUAÇÃO EM 31/12/2010**

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	397	8
1.1 Voluntária	335	
1.2 Compulsório	3	
1.3 Invalidez Permanente	58	
1.4 Outras	1	
2 Proporcional	149	0
2.1 Voluntária	137	
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente	12	
2.4 Outras		
Total	546	8

Fonte: SIAPE

**QUADRO A.5.5 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO –
SITUAÇÃO APURADA EM 31/10/2010**

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários ¹	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	718	16
2. Proporcional	62	5

Fonte: SIAPE

¹No quantitativo de beneficiários colocamos o quantitativo de instituidores.

5.3 Composição do Quadro de Estagiários
(Parte A. Item 5, do anexo II da DN TCU nº 107 de 27/10/2010)

QUADRO A.5.6 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(Valores em R\$ 1,00)
Nível superior	72	70	77	81	187.984,43
· Área Fim	49	61	60	72	146.525,16
· Área Meio	23	18	17	9	41.459,27
Nível Médio	20	15	22	22	24.827,25
· Área Fim					
· Área Meio	20	15	22	22	24.827,25

Fonte: SIAPE

5.4 Quadro de custo dos recursos humanos
(Parte A. Item 5, do anexo II da DN TCU nº 107 de 27/10/2010)

QUADRO A.5.7 – QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010. Valores em R\$1,00

Tipologias exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	10.443.640,25	-	9.138.769,12	1.440.643,59	867.762,79	510,92	146.663,67	22.037.990,34
2009	13.629.140,52	-	14.390.597,41	2.073.064,44	796.928,12	833,66	137.113,96	31.027.678,11
2010	16.035.417,12	743,80	17.633.961,07	2.635.281,28	1.161.027,15	222.608,93	119.596,29	37.808.635,64
Servidores com contratos Temporários								
2008	33.330,15	-	19.000,00	26.404,87	23.970,62	-	107.476,66	210.182,30
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores cedidos com ônus ou em Licença								
2008	97.604,78	-	20.869,46	-	2.178,68	-	-	120.652,92
2009	119.113,81	-	21.823,44	-	1.512,00	-	-	142.449,25
2010	187.430,89	-	73.496,49	-	10.858,82	964,00	4.781,41	277.531,61
Servidores ocupantes de cargos de Natureza especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	651.839,25	163.580,26	434.839,63	71.110,99	19.421,98	2.693,75	-	1.343.485,86
2009	750.544,63	166.508,32	776.189,64	95.241,58	16.832,97	2.750,86	-	1.808.068,00
2010	830.839,61	169.890,01	943.981,35	116.287,16	38.009,99	4.946,79	4.705,91	2.108.660,82
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	737.393,16	144.170,91	564.456,78	70.616,75	63.418,57	672,03	10.670,72	1.591.398,92
2009	1.197.669,01	161.249,71	657.567,76	90.830,30	57.802,00	858,04	21.023,39	2.187.000,21
2010	1.352.546,95	163.986,11	753.763,80	101.266,66	114.082,34	22.129,30	18.856,39	2.526.631,55

Fonte: SIAPE

5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra
(Parte A. Item 5, do anexo II da DN TCU nº 107 de 27/10/2010)

QUADRO A.5.8 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul – SFA-RS													
UG/Gestão: 130074					CNPJ: 00.396.895/0031-40								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	001/2009	05795290/0001-20	25/03/09	25/03/14	05	05	18	18	0	0	P
2009	V	O	005/2009	10314494/0001-20	01/04/09	01/04/14	29	29	02	02	0	0	P
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: SAG/DAD/SFA-RS

QUADRO A.5.9 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul – SFA-RS													
UG/Gestão: 130074						CNPJ: 0.396.895/0031-40							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	3	O	10/2009	82411885/0001-86	07/07/2009	07/07/2014	3	3	0	0	0	0	P
2009	4	O	08/2009	04689066/0001-91	14/06/2009	14/06/2014	0	0	4	4	0	0	P
2010	1	O	05/2010	009324220001-03	01/04/2010	01/04/2015	0	0	28	28	1	1	A
2010	1	O	07/2010	009324220001-03	01/04/2010	01/04/2015	0	0	3	3	0	0	A
2010	2	O	13/2010	01925458/0001-14	18/06/2010	18/06/2015	3	3	2	2	3	3	A
2010	2	O	22/2010	86937992/0001-01	01/11/2010	01/11/2015	2	2	2	2	0	0	A
2010	2	O	15/2010	01211015/0001-61	1/11/2010	01/11/2015	2	2	1	1	0	0	A
Observação:													
LEGENDA													
Área:						4. Manutenção e Conservação de Bens Móveis							
1. Apoio Administrativo Técnico Operacional						5. Serviços de Brigada de Incêndio							
2. Manutenção e Conservação de Imóveis						6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes							
3. Serviços de Copa e Cozinha						7. Outros							
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Superior													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado													
Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista; (C) Efetivamente Contratada													

Fonte: SAG/DAD/SFA-RS

QUADRO A.5.10 – DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

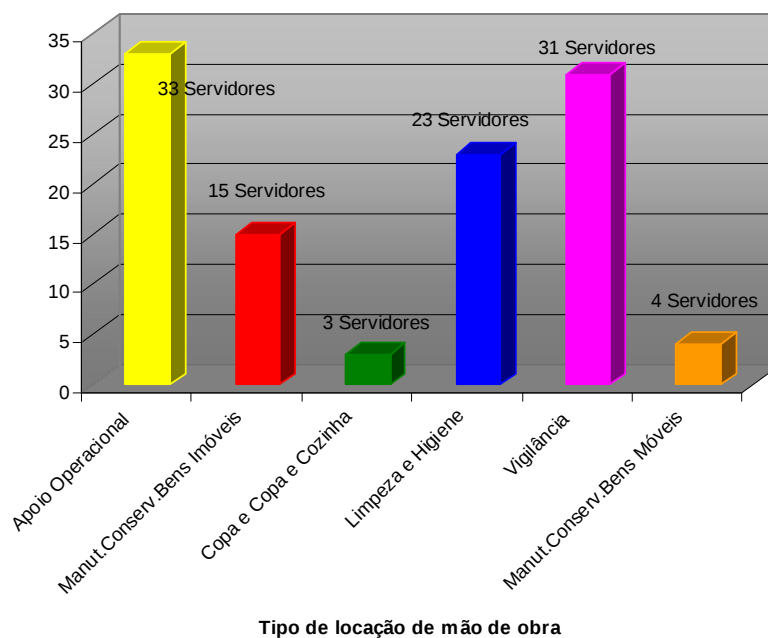
Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
01/2009	7	23	SFA-RS
05/2009	8	31	SFA-RS
08/2009	4	04	SFA-RS
10/2009	3	03	SFA-RS
05/2010	1	29	SFA-RS
07/2010	1	03	SFA-RS
03/2010	2	08	SFA-RS
22/2010	2	04	SFA-RS
15/2010	2	03	SFA-RS

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva
9. Outras.

Fonte: SAG/DAD/SFA-RS



5.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

(Parte A. Item 5, do anexo II da DN TCU nº 107 de 27/10/2010)

Principais Ações:

- Controle do arquivo das pastas funcionais dos servidores, aposentados e pensionistas;
- Controle da contratação temporária;
- Elaboração dos Boletins de Pessoal;
- Analisa e processa a concessão de licença prêmio;
- Analisa e processa aposentadorias;
- Analisa e processa a concessão de pensões;
- Analisa, acompanha, processa a adesão, alteração e exclusão dos servidores, aposentados, pensionistas e dependentes no Plano de Assistência à Saúde;
- Controle da declaração de bens e rendas dos servidores com cargos comissionados;
- Analisa e processa a concessão de Abono Permanência para os servidores que detêm tempo de serviço para aposentadoria e optam em permanecer em atividade;
- Analisa e instrui, processos judiciais, Mandados de Segurança, dá cumprimento a Alvarás Judiciais, movidos por servidores aposentados e ativos, beneficiárias de pensão;
- Mantém o controle de férias e frequência dos servidores atualizados;
- Capacita a força-de-trabalho conforme necessidade demandada da Sede e das unidades do interior do Estado, alinhada ao Plano de Capacitação do MAPA.

Quadro Geral de Movimentação do SRH	2009	2010
Servidores Ativos - Permanente	678	677
Servidores CLT – anistiados BNCC	62	62
Estagiários CIEE	31	31
Servidores Aposentados	564	544
Pensionistas	857	852

Fonte: SRH/DAD/SFA-RS

Nota: Dos 62 servidores celetistas (BNCC), apenas 24 estão na SFA-RS e os demais estão cedidos sem ônus para outros órgãos desde 2009.

Produtos	Unidade	Realizado 2008	Realizado 2009	Realizado 2010
Concessão licença Maternidade	Nº	3	7	5
Concessão Auxílio Funeral	Nº	22	19	27
Concessão Pensões	Nº	29	18	26
Concessão de Aposentadorias	Nº	14	4	8
Concessão de Licença Médica	Dias	845	3.211	2.409
Concessão de Licença Média	Nº	76	97	137
Realização de Perícias Médicas	Nº	15	29	18
Concessão de Licença Assiduidade	Nº	52	63	65
Concessão de Abono Permanência	Nº	115	88	61
Concessão de Adicional Insalubridade	Nº	609	42	67
Admissão de Pessoal	Nº	32	63	-
Demandas Judiciais para o RH	Nº	202	125	154
Recadastramento de Inativos	Nº	37	65	94
Recadastramento de Pensionistas	Nº	111	154	246
Servidores Cadastrados no PAS/MA	Nº	311	300	281
Portarias Emitidas	Nº	350	460	521

Indicadores Gerencias sobre Recursos Humanos:

- **Absenteísmo:**

⇒ **Indicadores de Licença Médica:**

EFICÁCIA:

⇒ **Índice de dias de afastamentos por licença médica dos servidores:**

(%) = (Nº de dias de afastamentos dos servidores totais / nº de dias trabalhados dos servidores totais) x 100

(%) = {2409 / (360. 701) }.100 = (2409 /243360).100 = 0,95% dias de afastamentos

O índice de dias de afastamento por licença médica dos servidores é bastante baixo, não sendo significativo uma vez que comparado com o número de dias trabalhados.

⇒ **Índice de servidores afastados por licença médica:**

(%) = (Nº de servidores afastamentos / nº de servidores totais) x 100

(%) = (137 / 701).100 = 19,54% de servidores afastados

O índice de servidores que solicitaram afastamento corresponde a quase 20% do quadro funcional, mas considerando que apenas 18 dos 137 servidores foram para perícia médica, significa que as licenças foram inferiores a 30 dias, não afetando a rotina de trabalho desta UJ.

- **Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais:**

Não há registro de acidente de trabalho no exercício de 2010.

Com o objetivo de identificar possíveis doenças ocupacionais, estratificamos os indicadores abaixo entre as três maiores categorias, que são os fiscais federais, os agentes de inspeção e os servidores administrativos, mas não apresentou diferença significativa.

⇒ **Índice de fiscais federais afastados por licença médica:**

(%) = (Nº FFA's afastados/ Nº de FFA's ativos) x 100

(%) = (54/276).100 = 19,56% de fiscais federais afastados

⇒ **Índice de agentes de inspeção afastados por licença médica:**

(%) = (Nº AISIPOA's afastados/ Nº de AISIPOA's ativos) x 100

(%) = (54/273).100 = 19,78% de fiscais federais afastados

⇒ **Índice de administrativos afastados por licença médica:**

(%)=(Nº administrativos afastados / Nº total administrativos ativos) x 100

(%)= (35/114).100 = 30,70% de administrativos afastados

- **Rotatividade:**

Por se tratar de ano eleitoral, houve apenas 17 movimentações de servidores dentro do Estado no decorrer deste exercício. Este acompanhamento é feito através das portarias de localização e neste total não estão computados os processos originários de Brasília.

- **Educação Continuada:**

Cursos oferecidos em 2010	Competência	PI	N de servidores Capacitados	Carga Horária por curso	Carga horária total
CURSOS ADMINISTRATIVOS					
Português: Novo Acordo Ortográfico - ESAF/RS	DAD	MANUTSFAS	8	24	192
Processo Administrativo Disciplinar - ESAF/RS	DAD	MANUTSFAS	1	27	27
Windows/Word Básico - ESAF/SRS	DAD	MANUTSFAS	3	16	48
Word Avançado 2007 - ESAF/SRS	DAD	MANUTSFAS	10	21	

Cursos oferecidos em 2010	Competência	PI	N de servidores Capacitados	Carga Horária por curso	Carga horária total
Excel Básico/Intermediário 2007 - ESAF/RS	DAD	MANUTSFAS	2	21	42
Inglês	DAD	MANUTSFAS	26	11	293
Direito Administrativo	DAD	MANUTSFAS	2	16	32
Desenvolvimento Interpessoal	DAD	MANUTSFAS	1	26	26
Desenvolvimento Pessoal	DAD	MANUTSFAS	2	30	60
Palestra - James Hunter - O Monge e o Executivo	DAD	MANUTSFAS	3	4	12
Palestra - Daniel Godri - Motivação e Liderança	DAD	MANUTSFAS	6	4	24
Palestra - Roberto Shinyashiki - A Revolução dos Campeões	DAD	MANUTSFAS	13	4	48
Palestra - Otávio Moraes - Líder Coach	DAD	MANUTSFAS	3	4	12
Palestra - Deisi Bierendi - Líder Coach	DAD	MANUTSFAS	26	4	104
Apresentação da 1ª RAE da SFA-RS	DAD	MANUTSFAS	43	2	83
Curso - Como Falar em Público	DAD	MANUTSFAS	2	8	16
TCU - Prestação de Contas de Convênio	DAD	MANUTSFAS	1	30	30
Reprodução das Palestras Gerenciais I e II - SFA-RS	DAD	MANUTSFAS	42	3	126
Congresso Brasileiro de Pregoeiros	CGDP/MAPA	CAPACITA	1	32	32
Educação Financeira	CGDP/MAPA	CAPACITA	1	20	20
Introdução a EAD - UFSC	CGDP/MAPA	CAPACITA	8	15	120
Rerdação Oficial e Revisão Gramatical – EAD – UFSC	CGDP/MAPA	CAPACITA	11	45	495
Licitações Públicas, Contratos e Convênios - EAD - UFSC	CGDP/MAPA	CAPACITA	1	45	45
Pregão Eletrônico e Presencial – EAD – UFSC	CGDP/MAPA	CAPACITA	2	45	90
Gestão Orçamentária e Financeira - EAD – UFSC	CGDP/MAPA	CAPACITA	1	60	60
Planilhas Eletrônicas c/ MS-Excel - EAD – UFSC	CGDP/MAPA	CAPACITA	8	60	480
Liderança, Motivação e Formação de Equipes - EAD - UFSC	CGDP/MAPA	CAPACITA	2	45	90
Propriedade Intelectual e Inovação no Agronegócio – EAD - UFSC	CGDP/MAPA	CAPACITA	1	90	90
Informática Aplicada à Gestão – EAD – UFSC	CGDP/MAPA	CAPACITA	1	45	45
Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira – EAD - ENAP	CGDP/MAPA	CAPACITA	5	20	100
Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas - EAD - ENAP	CGDP/MAPA	CAPACITA	2	30	60

Cursos oferecidos em 2010	Competência	PI	N de servidores Capacitados	Carga Horária por curso	Carga horária total
Atendimento ao Cidadão - EAD – ENAP	CGDP/MAPA	CAPACITA	4	20	80
Linux - Interface Gráfica - EAD – ENAP	CGDP/MAPA	CAPACITA	1	20	20
Ética no Serviço Público - EAD – ENAP	CGDP/MAPA	CAPACITA	1	10	10
Ciclo de Palestras Gerenciais - Palestra I	AGE/MAPA	AGE	1	3	3
Ciclo de Palestras Gerenciais - Palestra II	AGE/MAPA	AGE	11	3	33
Ciclo de Palestras Gerenciais - Palestra III	AGE/MAPA	AGE	9	3	27
Ciclo de Palestras Gerenciais - Palestra IV	AGE/MAPA	AGE	20	3	60
Ciclo de Palestras Gerenciais - Palestra V	AGE/MAPA	AGE	20	3	60
Ciclo de Palestras Gerenciais - Palestra VI	AGE/MAPA	AGE	7	3	21
MAPA de Aprendizagem	AGE/MAPA	AGE	24	20	108
1ª Oficina de Resultados Estratégicos do SIF/SIPOA – BRASÍLIA	AGE/MAPA	AGE	1	20	20
Capacitação para Elaboração da 1ª RAE – BRASÍLIA	AGE/MAPA	AGE	3	16	48
Oficina de Certificação de Gestão Estratégica - BRASÍLIA	AGE/MAPA	AGE	1	16	16
Curso de Elaboração e Gestão de Projetos – SC	AGE/MAPA	AGE	10	40	400
Curso de Escritório de Projetos – BRASÍLIA	AGE/MAPA	AGE	1	40	40
CURSOS TÉCNICOS					
Doutorado - Microbiologia Veterinária / Bacteriologia	DEPDAG		1	1400	1400
Mestrado em Ciência do Desenvolvm. Rural Internacional – Gestão dos Recursos Naturais	DEPDAG		1	1400	1400
Mestrado Profissional em Higiene, Inspeção e Tecnologia de Alimentos de Orig. Animal	DIPOA/MAPA		1	1400	1400
Doutorado - Medicina Veterinária Preventiva	SSA		1	1440	1440
Desenvolvimento Funcional e Avaliação Estratégica da 1ª RAE	DDA		33	28	924
Vº Curso Internacional de Capacitação em Moscas das Frutas	SSV		1	60	60
1º Encontro Técnico de Manejo Integrado de Pragas em Tabaco	UVAGRO		1	4	4

Cursos oferecidos em 2010	Competência	PI	N de servidores Capacitados	Carga Horária por curso	Carga horária total
Difusão de Tecnologia em Canola – EMBRAPA	SSV		1	15	15
Curso de Cadastramento em GTA p/ FFA's	SSA		8	4	32
II Conferência Nac. sobre Defesa Agropecuária- BH	SSA		1	32	32
Seminário Nac. de Brucelose e Tuberculose Animal - BH	SSA		1	24	24
Estudos de Eficiência Vacinal e Monitoramento da Atividade Viral	SSA		1	12	12
II Seminário Int. de Indicação Geográfica	DEPDAG		1	24	24
I Workshop Nac. de Boas Práticas e Certificação na Agropecuária	DEPDAG		1	16	16
XVII Ciclo de Palestras sobre Citricultura	DDA		3	16	48
Técnica em Sanidade Florestal – EMBRAPA	UVAGROS		5	40	200
Avaliação da Conformidade e Segurança de Alimentos - EMBRAPA	DDA		2	40	80
Classificação de Trigo	SIPOV		2	16	32
Habilitação p/ Classificador em Prod. Vegetais – ARROZ/MAÇA/PERA...	SIPOV		5	60	320
Identificação de Fungo da Ferrugem Alaranjada da Cana-de-acúcar	DDA		4	8	32
Treinamento em Mel e Produtos Apícolas	SIPOA		41	16	656
Vº Simpósio Internacional de Suinocultura	SIPOA		1	30	30
Capacitação de Supervisores em Carnes	SIPOA		12	24	144
Capacitação em Carnes nos SIF's p/União Européia	SIPOA		12	12	144
Programas de Autocontrole em Estabelecimentos - Mercado Interno	SIPOA		6	8	48
Treinamento em Não Conformidade em Rotulagem Estatística no SIGSIF - PESCADO	SIPOA		7	16	112
Verificação dos Autocontroles em Empresas de Pescado	SIPOA		20	24	480
Implantação dos Autocontroles em Estabelecimentos de Ovos	SIPOA		6	16	96
Capacitação em Inspeção do Leite e Derivados - Canela/RS	SIPOA		18	24	432
Capacitação em Inspeção do Leite e Derivados	SIPOA		20	16	

Cursos oferecidos em 2010	Competência	PI	N de servidores Capacitados	Carga Horária por curso	Carga horária total
Capacitação em Aves e Ovos p/ FFA's	SIPOA		17	24	408
Verificação dos Autocontroles em Suínos para FFA's	SIPOA		21	24	504
Verificação dos Autocontroles em Suínos para AISIPOA's	SIPOA		21	31	651
Propagação de Plantas Frutíferas - Viçosa/MG	DEPDAG		1	40	40
Curso de Direção Defensiva em Aeroporto	VIGIAGRO		1	8	8
Reunião Técnica do VIGIAGRO - Planejamento Estratégico e Indicadores de Gestão	VIGIAGRO		12	16	192
Procedimentos do VIGIAGRO	VIGIAGRO		1	40	40
Reunião Técnica do VIGIAGRO – BRASÍLIA	VIGIAGRO		1	16	16
Reunião Técnica do VIGIAGRO - POA/RS	VIGIAGRO		10	24	240
Reunião Nac. dos Gestores do PNCRC Animal	SEFIP		1	40	40
Transferência de Embriões – EMBRAPA	SEFIA		1	40	40
Curso Auditoria Operacional p/ FFA's do DFIA - BRASÍLIA	SEFIA		5	36	180
Reunião Anual de Insumos Agrícolas - SC	SEFIA		15	40	600
TOTAIS			677	7.631	16.974

No esforço de atender aos objetivos do Planejamento Estratégico do MAPA, dentro da Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento, a SFA/RS buscou capacitar o máximo de servidores em 2010, como também, buscar o bem-estar das pessoas em seu ambiente de trabalho para atingir os seguintes macro objetivos:

- Desenvolver e reter competências do corpo funcional;
- Desenvolver cultura voltada para resultados;
- Valorizar e motivar as pessoas e fortalecer o trabalho em equipes interdisciplinares.

A finalidade da tabela acima é mostrar a abrangência dos servidores capacitados e o registro do quantitativo de horas treinadas por curso, tanto da área administrativa quanto técnica.

O processo de educação a distância (EaD) implantado pelo MAPA, chamado “Caminho do Conhecimento” vem permitindo maior acesso dos servidores à educação, principalmente do interior do Estado. Trata-se de uma parceria entre o MAPA e a Universidade Federal de Santa Catarina, cabendo ao SGP/DAD, através de seu Agente de Desenvolvimento de Pessoas, a divulgação e orientação dos cursos e acompanhamento dos resultados. Desta forma, a SFA/RS atingiu 1785 horas só com cursos a distância sem movimentar recursos por esta UJ.



É oferecido também a logística para a capacitação da área técnica, seja na formulação de processos de treinamento, na montagem de cursos e eventos como no controle das horas treinadas de todos os servidores com objetivo de mapear o desenvolvimento dos servidores e atender aos indicadores de capacitação (horas treinadas), metas e estratégias do MAPA.

A contabilização total das horas de capacitação de servidores da SFA/RS neste ano, tanto da sede como do interior do Estado, mostra que o investimento em capacitação vem aumentando ano a ano, como demonstrado abaixo, correspondendo a 83% do atingimento da meta nacional (30 horas por servidor) definida para 2010.

ANO	SERVIDORES CAPACITADOS	HORAS TREINADAS	META	ATINGIMENT O DA META	% DE ATINGIMENTO
2008		4.570 h	-	-	-
2009	359	7.042 h	30h treinadas por servidor	10 h treinadas por servidor	33%
2010	677	16.974h	30h treinadas por servidor	25 h treinadas por servidor	83%

⇒ **Indicador do MAPA:**

Índice de Capacitação em Competências:

(horas/ano/servidor) = 16.974 horas / 677 servidores = 25 horas treinadas por servidor

- **Satisfação e Motivação:**

A iniciativa estratégica da SFA/RS para garantir a satisfação e motivação dos servidores é a implantação do ProveRH - Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos do MAPA.

No decorrer deste exercício, embora sem recursos do programa, buscou-se oferecer oficinas de trabalhos manuais utilizando técnicas escolhidas pelos servidores. As aulas foram orientadas por uma terapeuta ocupacional, e ministradas em horários alternativos. Para apresentação dos trabalhos e dos talentos desenvolvidos, foi montado um bazar de final de ano, onde os participantes puderam expor e vender seus produtos.

A satisfação e a motivação dos servidores tem se mostrado mais quando lhes é dada a oportunidade de fazer cursos que proporcionem o crescimento pessoal e profissional.

- **Disciplina:**

Neste exercício houve a abertura de apenas um Processo de Sindicância e de um PAD - Processo Administrativo Disciplinar, que ainda encontram-se em andamento.

- **Desempenho funcional:**

Conforme Planilha de Avaliações do Boletim de Pessoal nº73 de 23/12/2010, o desempenho dos servidores ficou distribuído da seguinte forma:

- 44 servidores com desempenho entre 90 em 98% ;e
- 632 servidores com desempenho de 100%.

- **Níveis salariais:**

Os salários básicos dos servidores estão distribuídos conforme os níveis salariais abaixo:

Nível Auxiliar	44	R\$ 1.157,36 a R\$1.156,56
Nível Intermediário - PGPE	64	R\$ 1.459,47 a R\$1.733,65
Nível Intermediário – Carreira de Agente e Inspeção, Técnico de Laboratório e Agente Agropecuário	283	R\$ 2.362,26 a R\$2.583,76
Nível Superior - PGPE	10	R\$ 1.650,95 a R\$ 2.595,70
Nível Superior – Carreira de Fiscal Federal Agropecuário	276	R\$ 4.438,59 a R\$7.395,00

- **Demandas trabalhistas:**

Foram atendidas 154 demandas trabalhistas, a título de pensões alimentícias, adicional de insalubridade, equiparações de gratificações de aposentados com ativos, anuênios e regularizações de salários dos anistiados.

6.1 Transferências efetuadas no exercício

Parte A, Item 6, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS.

6.2 Análise Crítica

Parte A, Item 6, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

7.1 Estrutura de Controles Internos

Parte A, Item 9, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

A Portaria n.º 428, de 09 de junho de 2010 que aprova o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, não prevê a criação de controles internos nas SFAs, atribuição essa que fica limitada ao Gabinete do Ministro, que dispõe inclusive do cargo de assessor especial de controle interno.

Por essa razão, entendemos que esta SFA não possui condições de responder ao quadro referente à estrutura de controles internos.

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

QUADRI A.10.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? As aquisições foram realizadas através de editais de licitação padrão, aprovados pela AGU, que já contemplam esses critérios.					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Foi adquirido papel A4.				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Sim, havia previsão no edital.					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			

Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso da União

Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

10.1 Tecnologia da Informação (TI)

Parte A, Item 12, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

A gestão de tecnologia da informação (TI) é centralizada no MAPA-BRASILIA, através da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTI.

11.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ
Parte A, Item 14, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

11.2 Valores Renunciados e respectiva Contrapartida
Parte A, Item 14, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

11.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física
Parte A, Item 14, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

11.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídicas
Parte A, Item 14, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

**11.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita
Tributária**

Parte A, Item 14, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

11.6 Prestação de Contas da Renúncia de Receitas

Parte A, Item 14, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

11.7 Comunicação a RFB

Parte A, Item 14, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

11.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Parte A, Item 14, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

11.9 Declaração

Parte A, Item 14, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

11.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB

Parte A, Item 14, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

12.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

Não houveram deliberações do TCU no exercício para a SFA-RS

12.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício
Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

Não houveram deliberações do TCU no exercício para a SFA-RS

12.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício
Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

Não houveram recomendações do Órgão de Controle Interno no exercício para a SFA-RS.

12.4 Recomendações da OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

Não houveram recomendações do Órgão de Controle Interno no exercício para a SFA-RS.

13.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa
 Parte B, Item 1, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

QUADRO B.1.1 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA.FEDEDERAL.DE AGRICULTURCURA.,PECUÁRIA.E ABASTECIMENTO NO RIO GRANDE DO SUL			130074
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 142900000. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO

14.1 Composição Acionária do Capital Social

Parte B, Item 4, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

14.2 Composição Acionária da UJ como Investidora
Parte B, Item 4, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

15.1 Informações sobre o Fundo Partidário a serem prestados pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE

Parte C, Item 1, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

15.2 Informações sobre o Fundo Partidário a serem prestados pelos Tribunais Regionais Eleitorais - TRE

Parte C, Item 1, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

16.1 Evolução da situação financeira dos fundos constitucionais de financiamento
Parte C, Item 5, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

**17.1 Indicadores de desempenho das IFES nos termos da decisão nº TCU 408/2002 – plenário
e modificações posteriores**

Parte C, Item 7, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

18.1 Análise da situação econômica - financeira

Parte C, Item 10, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

18.2 Análise da distribuição da riqueza gerada pela UJ
Parte C, Item 10, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

18.3 Análise Crítica

Parte C, Item 10, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

19.1 Remuneração paga aos administradores

Parte C, Item 12, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

**20.1 Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de
cooperação técnica com organismos internacionais**

Parte C, Item 16, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

20.2 Análise Crítica

Parte C, Item 16, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

**21.1 Imóveis alienados em 2010 em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento de
Desmobilização - PND**

Parte C, Item 30, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS

21.2 Análise Crítica

Parte C, Item 30, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010.

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS